

# THOTH

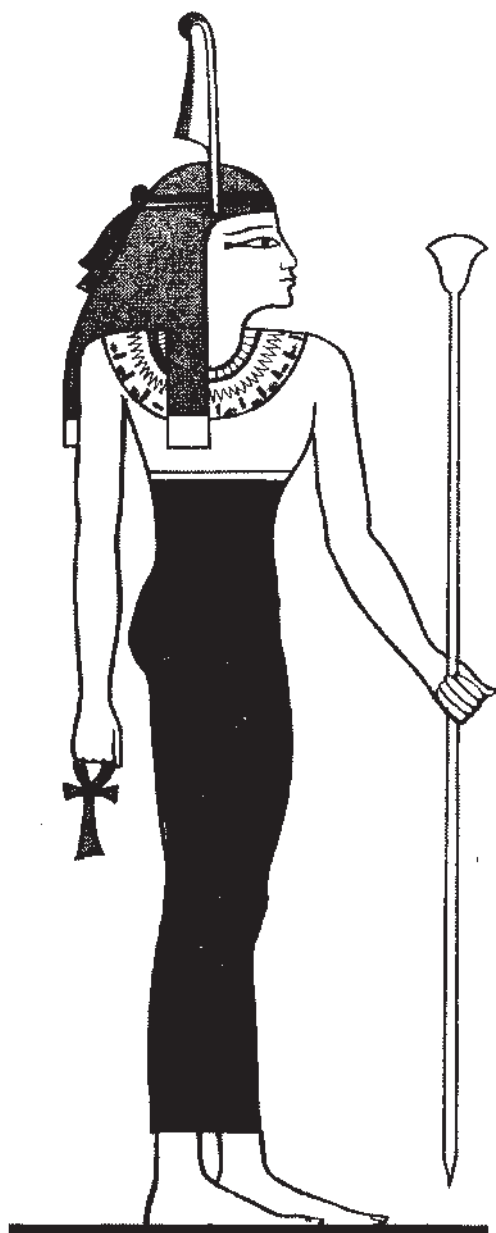
ESCRIBA DOS DEUSES



THOTH



2



Deusa Ma'at

# THOTH

ESCRIBA DOS DEUSES



PENSAMENTO DOS POVOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES



**Gabinete do Senador Abdias Nascimento**

# **Thoth**

nº 2 maio/agosto 1997

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Thoth*, Brasília, nº 2, p. 1 – 299, maio/ago. 1997



# Thoth

Informe de distribuição restrita do Senador Abdias Nascimento

2/1997

*Thoth* é prioritariamente um veículo de divulgação das atividades parlamentares do senador Abdias Nascimento. Coerente com a proposta parlamentar do senador, a revista não poderia deixar de divulgar informações e debates sobre temas de interesse à população afrodescendente, ressaltando-se que os temas emergentes dessa população interessam ao país como um todo, constituindo uma questão nacional de alta relevância. *Thoth* quer o debate, a convergência e a divergência de ideias, permitindo a expressão das diversas correntes de pensamento. Os textos assinados não representam necessariamente a opinião editorial da revista.

Responsável: Abdias Nascimento

Editores: Elisa Larkin Nascimento  
Carlos Alberto Medeiros  
Theresa Martha de Sá Teixeira

Redatores: Celso Luiz Ramos de Medeiros  
Éle Semog  
Paulo Roberto dos Santos  
Oswaldo Barbosa Silva

Computação: Denise Teresinha Resende  
Honorato da Silva Soares Neto  
Thais Caruso Amazonas da Silva

Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Diretor Executivo: Claudionor Moura Nunes

Capa: Theresa Martha de Sá Teixeira sobre desenho do deus Thoth do livro de Campollion – *Le Panthéon Égyptien*

Contracapa: deusa Ma'at do livro de E.A Wallis Budge – *The Gods of the Egyptians*.

Endereço para correspondência:

Revista *Thoth*

Gabinete do Senador Abdias Nascimento Telex:

Senado Federal – Anexo II – Gabinete 11

Brasília – DF – Brasil

CEP: 70165-900

Tels: (61) 3311-4229 3311-1021

3311-1121

(61) 3311-1357 3311-3964

Fax: (61) 3323-4340

E-mail: [abdias@senado.gov.br](mailto:abdias@senado.gov.br)

*Thoth* informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento / Abdias Nascimento

n. 2 (1997) – Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997

Quadrimestral (maio - junho - julho - agosto)

v.; 25 cm

ISSN: 1415-0182

1. Negros, Brasil. I. Nascimento. Abdias.

CDD 301.45196081



# SUMÁRIO

Apresentação

Thoth

## DEBATES

✓ Drummond: que Exu te salve, poeta

*Abdias Nascimento*

## ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Sessão Especial do Congresso Nacional: Tributo ao sesquicentenário de Castro Alves

Nota publicada no Jornal do Senado: Titulação das terras dos quilombos

### *Projetos de Lei*

Ação civil pela dignidade dos grupos raciais, étnicos e religiosos

Emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1997 que trata sobre ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental

### *Pronunciamentos*

Homenagem a Paulo Freire e Anselmo Duarte

Aniversário de Lima Barreto

Dia Internacional de Solidariedade aos Povos da África Austral

Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Tributo a Luís Gama e Machado de Assis

Marcus Garvey e a causa pan-africana

Pela dignidade do afrodescendente

Visita do presidente de Guiné-Bissau

Defesa de maior aproximação do Brasil com a África

Ministro de Estado racista

Vítimas da violência da polícia brasileira

Comemoração da Revolução Constitucionalista de 1932

Livro sobre São Luís do Maranhão

Descaso com a educação no Rio de Janeiro

Tributo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro ao Centro Cultural José Bonifácio

Homenagem ao Dia da Arte e ao sociólogo Betinho

Ensino religioso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Homenagem a Getúlio Vargas

## DEPOIMENTOS

- ✓ A Revolução Haitiana no Brasil  
*Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão*
- ✓ O pintor Sebastião Januário  
*Éle Semog*
- ✓ Relações raciais no Brasil  
*Anani Dzidzienyo*
- ✓ Democracia racial: mito ou realidade  
*Sterling Plumpp*
- ✓ Cadernos Negros  
*Márcio Barbosa*
- ✓ Raça, classe e identidade nacional  
*Sueli Carneiro*

## SANKOFA: MEMÓRIA E RESGATE

Introdução às antigas civilizações africanas

*Elisa Larkin Nascimento*

Sebastião Rodrigues Alves e a inquietação social do negro brasileiro

*Ironides Rodrigues*

## MOVIMENTO NEGRO HOJE

Concentração negra em Cabo Frio



Abdias Nascimento, então secretário de Estado de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, com Nelson Mandela. Palácio da Guanabara, Rio de Janeiro, 1991.



# APRESENTAÇÃO

*Thoth* atinge o nº 2. Motivo de alegria e regozijo para todos nós que o produzimos. Não é tarefa fácil, e a melhor prova é a morte prematura, ou a descontinuidade no tempo programado, que estigmatiza quase sempre as publicações do gênero. Graças, porém, ao esforço da equipe do meu gabinete e à ajuda de voluntários externos ao Senado, conseguimos superar as previsíveis ‘imobilização elou inanição.

Mesmo porque muita coisa vem acontecendo na área de nossas preocupações. Um fato que não poderia passar despercebido, por exemplo, foi a declaração do arcebispo da Bahia, D. Lucas Moreira Neves. Referindo-se à Igreja Católica, o ilustre presidente da CNBB disse ao *JB* de 26-9-97:

“Não estamos abertos aos cultos afros, mas para a cultura africana.”

Tal abertura significaria que “os corais católicos poderão utilizar os instrumentos musicais de origem africana, como o berimbau e o atabaque, e os paramentos dos sacerdotes poderão ter estampas afros.” Além disso, a cultura africana também fará parte da catequese. Com esse fim, foi criada uma comissão para a “integração da cultura africana na liturgia católica”. Quanto à ideia de alguma influência africana sobre aquela liturgia, base do movimento da chamada *inculturação* em outras igrejas cristãs, o arcebispo foi categórico ao negar-lhe qualquer validade. Preferindo aderir à antiga e há muito superada ideia de que a religião africana carece de valores espirituais, a Igreja reduz nossa religião à categoria de mero “culto” e descarta sua inclusão no intercâmbio ecumênico.

Pena que, quando o mundo evolui e aprende a modificar sua postura, a posição ecumênica da Igreja Católica acabe nisto: em mera catequese assimilacionista. Pois outra não foi também a pregação do piedoso padre Antônio Vieira; já nos séculos passados, pregava em seus famosos sermões a lavagem cerebral católica dos africanos escravizados, por meio do batismo, como a única ação capaz de limpar os negros por dentro e por fora, assim exorcizando neles o pecado do paganismo.

Falando nos tempos coloniais, não devemos esquecer as humilhações impostas ao negro José Maurício Nunes Garcia ao pretender se tornar um sacerdote na Igreja Católica. A Constituição da Bahia, adotada pelo Bispado, não admitia “descendentes de pretos”, e foi-lhe imposta a necessidade de implorar a graça de lhe ser relevado o “defeito da cor”. Foi preciso uma sentença do deão da Sé, assinada a 14 de junho de 1791, no Rio de Janeiro, por Francisco Gomes Villas Boas, para que José Maurício, em 3 de março de 1792, pudesse celebrar sua primeira missa no palácio do bispo, o palácio da Conceição. O talento e a alta competência musical fizeram do padre José Maurício uma figura eminente na corte de D. João VI.

Mas toda a peripécia dos africanos no Brasil, sob o guante da Igreja Católica, culminou agora na visita do papa João Paulo II ao Rio de Janeiro. Logo na chegada, no primeiro discurso, Sua Santidade evocou os povos indígenas, “descendentes dos primeiros habitantes desta terra ( ... )”, acentuando que “Eles merecem toda a atenção para que vivam com dignidade esta cultura”.

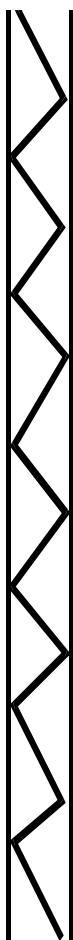
Em seguida, o papa expressiu “os mesmos sentimentos à porção afro-brasileira – numerosa e altamente significativa – da população desta terra (...) estes brasileiros’ de origem africana merecem, têm o direito e podem, com razão, pedir e esperar o máximo respeito aos traços fundamentais da sua cultura a fim de que, com esses traços, continuem a enriquecer a cultura da nação, na qual estão perfeitamente integrados como cidadãos a pleno título”.

Vimos anteriormente como D. Lucas Moreira Neves definiu a cultura africana: berimbau, atabaque e estampas afros – puro folclore. E o papa arremata o conceito salientando o único direito que reconhece aos africanos no Brasil: o de continuar enriquecendo a cultura da nação com “traços” da cultura afro-brasileira. Mais grave, o papa nega a legitimidade de nossa luta por direitos de cidadania alegando que já os exercemos “a pleno título”! Desmente assim a principal afirmação do Movimento Negro, fundamento de nossa ação, já endossada até pelo presidente da República: a discriminação racial no Brasil é uma questão nacional, de cidadania, e não apenas de traços culturais. E a suprema ironia do incidente é que essas declarações do papa tenham sido recebidas pela mídia como apoio às reivindicações da população afro-brasileira.

Os sacerdotes das religiões afro-brasileiras e os militantes do Movimento Negro têm ainda um longo e árduo caminho à frente até que conquistemos uma verdadeira igualdade, com o resgate da nossa dignidade plena e o respeito a nossos valores de origem africana.

*Abdias Nascimento*

## Thoth



Após o tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995, marcado pela Marcha contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida e por inúmeros acontecimentos de âmbito nacional e internacional em todo o País, verificamos que a questão racial no Brasil atinge um novo estágio. Setores da sociedade convencional reconhecem o caráter discriminatório desta sociedade, e o debate passa a focalizar as formas de ação para combater o racismo, ultrapassando o patamar que marcou a elaboração da Constituição de 1988: a declaração de intenção do legislador dá lugar à discussão de medidas concretas no sentido de fazer valer tal intenção.

Nesse contexto é que o senador Abdias Nascimento assume, em março de 1997, sua cadeira no Senado Federal, na qualidade de suplente do saudoso Darcy Ribeiro, intelectual sem par que sempre se manteve solidário com a luta antirracista. O mandato do senador Abdias, como sua vida ao longo de uma trajetória ampla de luta e de realizações, dedica-se prioritariamente à questão racial, com base numa verdade que o movimento negro vem afirmando há anos: a questão racial constitui-se numa questão nacional de urgente prioridade para a construção da justiça social no Brasil, portanto merecedora da atenção redobrada do Congresso Nacional.

Além de representar o veículo de comunicação do mandato do senador Abdias Nascimento com sua comunidade e seu país, a revista *Thoth* surge como fórum do pensamento afro-brasileiro, na sua íntima e inexorável relação com aquele que se desenvolve no restante do mundo. Seu conteúdo pretende refletir as novas dimensões que a discussão e elaboração da questão racial vêm ganhando nesta nova etapa, inclusive o aprofundamento da reflexão sobre as dimensões históricas e epistemológicas da nossa herança africana, para além dos tradicionais parâmetros de samba, futebol e culinária que caracterizam a fórmula simplista e preconceituosa elaborada pelos arautos da chamada democracia racial.

Nesse sentido, cabe um esclarecimento do significado do título da revista, que remete às origens dessa herança civilizatória no antigo Egito, matriz primordial da própria civilização ocidental da qual o Brasil sempre se declara filho e herdeiro. Os avanços egípcios e as conquistas africanas no campo do conhecimento humano formam as bases da cultura greco-romana. Entretanto as suas origens no Egito ficaram escamoteadas em função da própria distorção racista que nega aos povos africanos a capacidade de realização humana no campo do conhecimento.

Nada mais apropriado para expressar a meta de contribuir para a recuperação dessa herança africana que a referência, no nome da revista, ao deus Thoth. Na tradição africana, o nome constitui mais que a simples denominação: carrega dentro dele o poder de implementar as ideias que simboliza. Thoth está entre os primeiros deuses a surgir no contexto do desenvolvimento da filosofia religiosa egípcia: autoprocriado e autoproduzido, ele é Uno. Autor dos cálculos que regem as relações entre o céu, as estrelas e a terra, Thoth incorpora o conhecimento que faz mover o universo. O inventor e deus de todas as artes e ciências, Senhor dos Livros e escriba dos deuses, Thoth registra o conhecimento divino para benefício do ser humano. Sobretudo, é poderoso na sua fala; tem o conhecimento da linguagem



divina. As palavras de Thoth têm o dom da vida eterna; foi ele que ensinou a Ísis as palavras divinas capazes de fazer reviver Osíris, após sua morte. Assim, esperamos que a revista *Thoth* ajude a fazer reviver para os afrodescendentes a grandeza da herança civilizatória de seus antepassados, vilipendiada, distorcida e reduzida ao ridículo ao longo de dois mil anos de esmagamento discriminatório.

Tendo uma cabeça do ibis, pássaro que representa na grafia egípcia a figura do coração, Thoth era cantado como coração de Rá, deus do sol (vida, força, e saúde). Na mitologia egípcia, o coração era o peso a ser medido na contrabalança da vida do homem, no momento de sua morte, medindo sua correspondência em vida aos princípios morais e éticos de Ma'at, filosofia prática de vida da civilização egípcia. Thoth assim constitui-se no mestre da lei, tanto nos seus aspectos físicos como morais.

A deusa Ma'at encarna essa filosofia de vida moral e ética, o caminho do direito e da verdade. Constituindo uma espécie de contraparte feminina de Thoth, ela representa uma característica relevante da civilização egípcia: a partilha do poder, tanto no plano espiritual como material, entre a autoridade masculina e a feminina. Os faraós tinham o seu poder temporal complementado por um poder feminino exercido por soberanas e sacerdotisas, assim seguindo o primordial e simbólico exemplo de Osíris e Ísis. Sem ser compartilhado entre feminino e masculino, entre homem e mulher, o poder careceria de fecundidade, seria estéril.

Ma'at e Thoth acompanhavam o deus-sol Rá, na sua embarcação, quando ele surgiu pela primeira vez sobre as águas do abismo primordial de Nu. Era Ma'at quem regulava o ritmo do movimento da embarcação de Rá, ou seja, o seu ciclo de nascer e se pôr sobre o horizonte, bem como sua trajetória diária do leste ao ocidente. Ela corporificava a justiça, premiando cada homem com sua justa recompensa, e encarnava o mais alto conceito da lei e da verdade dos egípcios.

Os gregos denominavam Thoth de Hermes Trismegistrus (Thoth, Três Vezes Grande), nome também dado aos livros que registravam a sabedoria metafísica herdada do antigo Egito, centrada na ideia da comunidade entre todos os seres e objetos, e cuja autoria era atribuída a Thoth'. Assim, Thoth se identificava com Hermes, mensageiro dos deuses gregos e aquele que conduzia as almas a Hades. Hermes, para os gregos, era o deus das estradas e dos viajantes, da sorte, do comércio, da música e dos ladrões e trapaceiros. Os romanos o chamaram de Mercúrio.

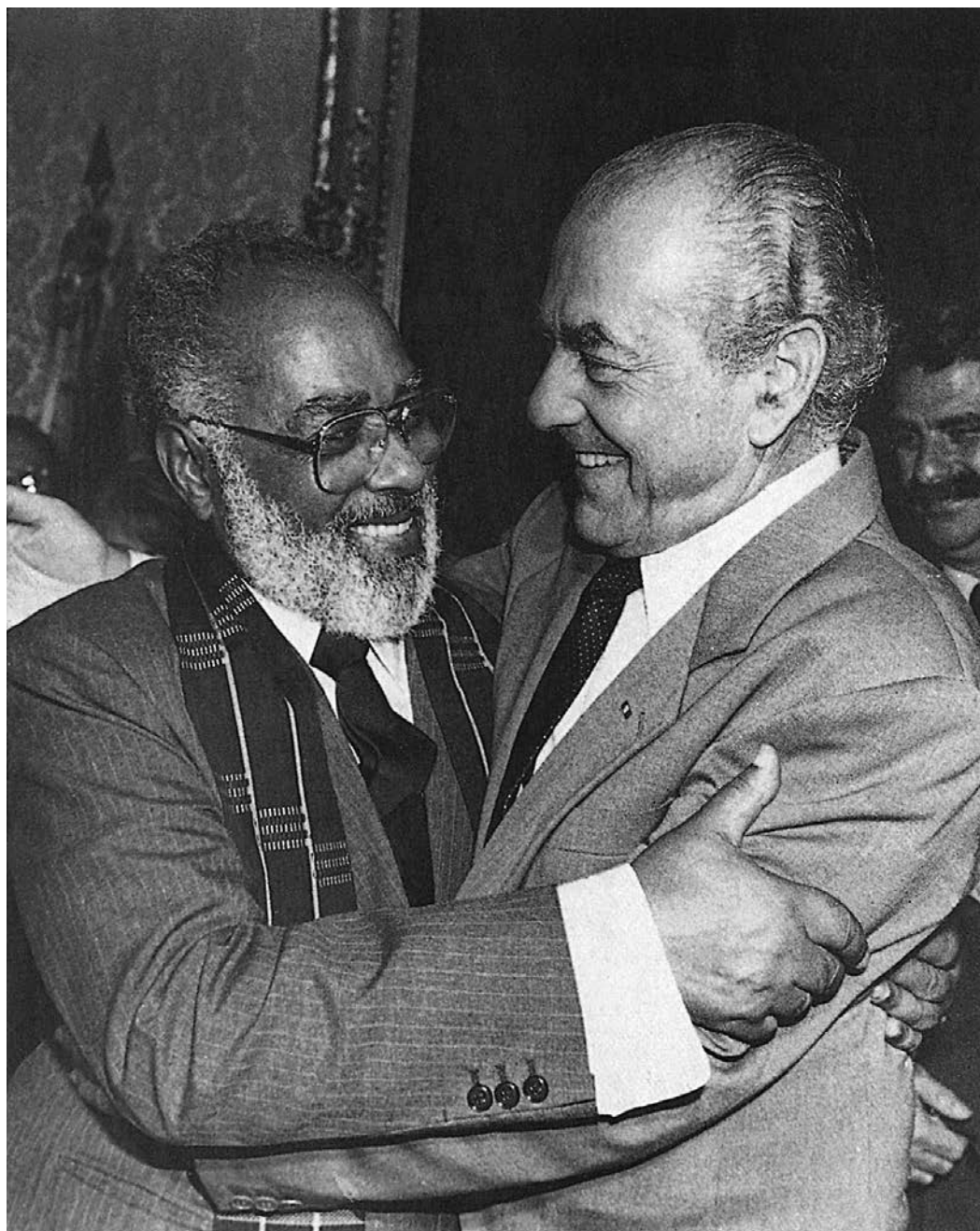
Tais atributos de Thoth e de Hermes nos remetem nitidamente à figura de Exu na cosmologia africano-brasileira. Conhecido popularmente como mensageiro dos deuses, Exu constitui o princípio dinâmico que possibilita o fluxo e intercâmbio de energia cósmica entre os domínios do mundo espiritual (orun) e o mundo material (aiyê). Conhecedor das línguas humanas e divinas, Exu é a comunicação em si, além de se apresentar como o deus das estradas, da sorte, da brincadeira e da malandragem.

Os paralelos e as semelhanças entre Thoth, Hermes e Exu não se reduzem a identidades absolutas, mas as linhas gerais de suas características apontam para uma unidade básica de significação simbólica. Por isso, nada mais adequado, tratando-se de uma revista *Thoth* lançada no Brasil, que uma primeira invocação a Exu, de acordo com a tradição religiosa afro-brasileira, que abre todos os trabalhos espirituais com o padê, a oferenda a Exu de uma prece digna de todo o peso milenar da arte africana da oratória.

Thoth representa, junto com Ma'at, o conhecimento, a ciência e a filosofia, a religiosidade e a ética na mais antiga civilização africana. Assim, constituem referência básica para o resgate de uma tradição africana escamoteada à população brasileira enquanto verdadeira matriz de nossa civilização, e também para o resgate da ética na política, questão emergente no Brasil de hoje.

Assumindo o nome *Thoth*, dentro da postura africana em que o nome ultrapassa a denominação, esta revista tem o objetivo de contribuir, de alguma forma, para os dois resgates, afirmando ainda que o primeiro faz parte imprescindível do segundo.





Abdias Nascimento é empossado pelo governador Leonel Brizola como secretário extraordinário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Palácio da Guanabara, Rio de Janeiro, abril de 1991.









## **Drummond: que Exu te salve, poeta**

Abdias Nascimento

*Artigo publicado no jornal Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1981, em resposta a afirmações preconceituosas sobre a figura de Exu do poeta Carlos Drummond de Andrade.*

Os negros deste país, tanto individual como coletivamente, são o alvo predileto de agressões constantes e diversas. Adquiriu mesmo a forma de verdadeiro estereótipo a prática sistemática da polícia de prender negros sem qualquer razão ou justificativa, a não ser a razão do puro arbítrio. Não ter um cartão de identidade já constitui para o cidadão negro motivo de agressão policial; também a ausência de uma carteira de trabalho assinada é outra pedra no caminho do descendente de africano. Ora, sabemos todos – inclusive os órgãos públicos especializados no assunto – que, em geral, emprego é sempre dado de preferência ao candidato branco. Até mesmo trabalho desqualificado, de salário inferior. Por isso, o de-

semprego atinge brutalmente o negro, e não por culpa dele, mas do racismo que impregna a classe dos empregadores. E isso ocorre desde a chamada abolição de 1888...

Quando um raro negro consegue a duras penas furar o cerco, elevar-se cultural e socialmente, os leões de chácara da elite dominante não perdoam: caem em cima do infeliz, agredindo-o de todos os modos. E, nessas circunstâncias, surgem os “mulatos pernósticos”, “negro que não sabe o seu lugar”, ou o “negro atrevido”, etc. Eminentemente negro foi, certa vez, designado “sociólogo de Angola”. No caso, Angola significando pejorativamente tudo o que é africano e, por extensão, tudo o que é inferior, feio ou desprezível. Exemplo recente podemos encontrar em certa ocorrência noticiada pelo *Jornal do Brasil* de 5-11-81, página 2, Caderno B: por ocasião do julgamento de Doca Street, as mulheres feministas compareceram ao tribunal vestidas de preto – porque “a cor simboliza nossa opressão”, diziam, “e a revolta contra um assassino tornado herói”. Observemos, de saída, que no contexto daquele crime a cor negra foi literalmente uma vítima, quando em Minas Gerais assassinaram o jardineiro pretinho de Angela Diniz. Estamos com o protesto das mulheres, mas não podemos concordar que um grupo que luta por libertação e justiça, numa sociedade injusta, assuma os instrumentos de inferiorização e opressão que essa mesma sociedade repressiva (branca) utiliza contra as populações afro-brasileiras.

Porém há mais, e coisa muito mais grave. Tive ocasião de comentar nesta coluna (15-11-81) um artigo publicado pelo *Jornal do Commercio*, de Recife, profundamente ofensivo aos bispos D. Pedro Casaldáliga e D. José Maria Pires, oficiantes da Missa dos Quilombos. O referido artigo, mera agressão racista, não surpreende, originário que é da pena de um jornalista a serviço da extrema-direita e dos órgãos de repressão. Um homem que não pretende demonstrar nenhuma sutileza, ao tratar o assunto em tons policiais. O que surpreende e entristece são as afirmações de um homem de cultura e poeta da estatura de um Carlos Drummond de Andrade. Comentando uma sugestão do humorista Ziraldo, que sugere resolver os problemas de uma cidade cheia de conflitos, trocando o seu nome africano – Exu – por um outro europeu, Drummond se revela, talvez inconscientemente, tão etnocentrista e tão carente de sutileza, nesse assunto específico, quanto o colunista policial.

Vejamos as analogias e os detalhes: ambos os autores – o jornalista do Recife e o poeta do Rio – tratam de matéria referente à religiosidade negra no Brasil. O primeiro se propõe execrar tal religiosidade no âmbito católico, investindo contra a Missa dos Quilombos, celebrada na serra da Barriga, dia 20 de novembro, à qual assisti, e no dia 22 novamente celebrada em Recife. No caso de Drummond, trata-se de um aspecto mais esotérico (para o euro-brasileiro, naturalmente): a religiosidade africana e afro-brasileira de origem nagô ou iorubá. Vale destacar, no entanto, a quase identidade de linguagem utilizada pe-

los dois escritores, semelhança verbal consignada em repetidas palavras e frases. Por exemplo, o cronista do *Jornal do Commercio* denomina a cerimônia católica aos quilombos de “Missa do Diabo”; para Drummond, a divindade iorubana da contradição dialética, Exu, evoca uma “Igreja do Diabo”. Enquanto o policial de Pernambuco denuncia a “missa negra do terror”, Drummond atribui ao nome, para ele diabólico, de Exu uma “atmosfera de terror infernal”. E, da mesma forma que o furioso direitista identifica a missa negra com o derramamento de sangue, porque “Belzebu gosta de receber oferendas assim”, o poeta liberal atribui a Exu (através de seu “efeito psicológico maligno”) a culpa pelo derramamento de sangue na cidade que ostenta o seu nome. Pior ainda: ele o faz com a seguinte frase realmente espantosa: “O diabo manda matar, e os possessos obedecem ao mandamento”.

Poeta ilustre: já não bastam aos africanos e seus descendentes em nossa terra as calúnias da suposta ciência darwinista que classifica os transe religiosos da espiritualidade africana como “histerias coletivas”, “manifestações patológicas”, outras formas de “doença mental” e “estado sofrológico?” Já não é bastante a repressão policial que, através de nossa história, ataca violenta e permanentemente os nossos templos (terreiros), confisca objetos sagrados e os encaminha para museu de psiquiatria ou de criminologia, e atira as mães e pais de santo na cadeia ou na penitenciária? Não é suficiente a ridicularização e a escamoteação dos nossos conceitos religiosos, oriundos e expressivos de

uma tradição filosófica e epistemológica milenar, anterior à greco-romana, e de tanta ou talvez muito mais sofisticação e sabedoria do que essa? Sabedoria e sofisticação essas, seja dito, não reconhecidas pelo mundo ocidental, do qual o poeta se revela porta-voz; por motivos puramente etnocêntricos. E a folclorização, a coisificação e a comercialização da nossa espiritualidade às mãos do turismo oficial e dos interesses da especulação imobiliária, sobretudo na Bahia, que aumenta suas margens de lucro à custa da exploração venal até mesmo de nossa própria alma? Não acha, poeta, carga bastante pesada para um povo suportar? Além disso tudo, teremos ainda de carregar em nossas costas a culpa do sangue cotidianamente derramado nos crimes que se cometem no triste município pernambucano? Olorum nos livre!

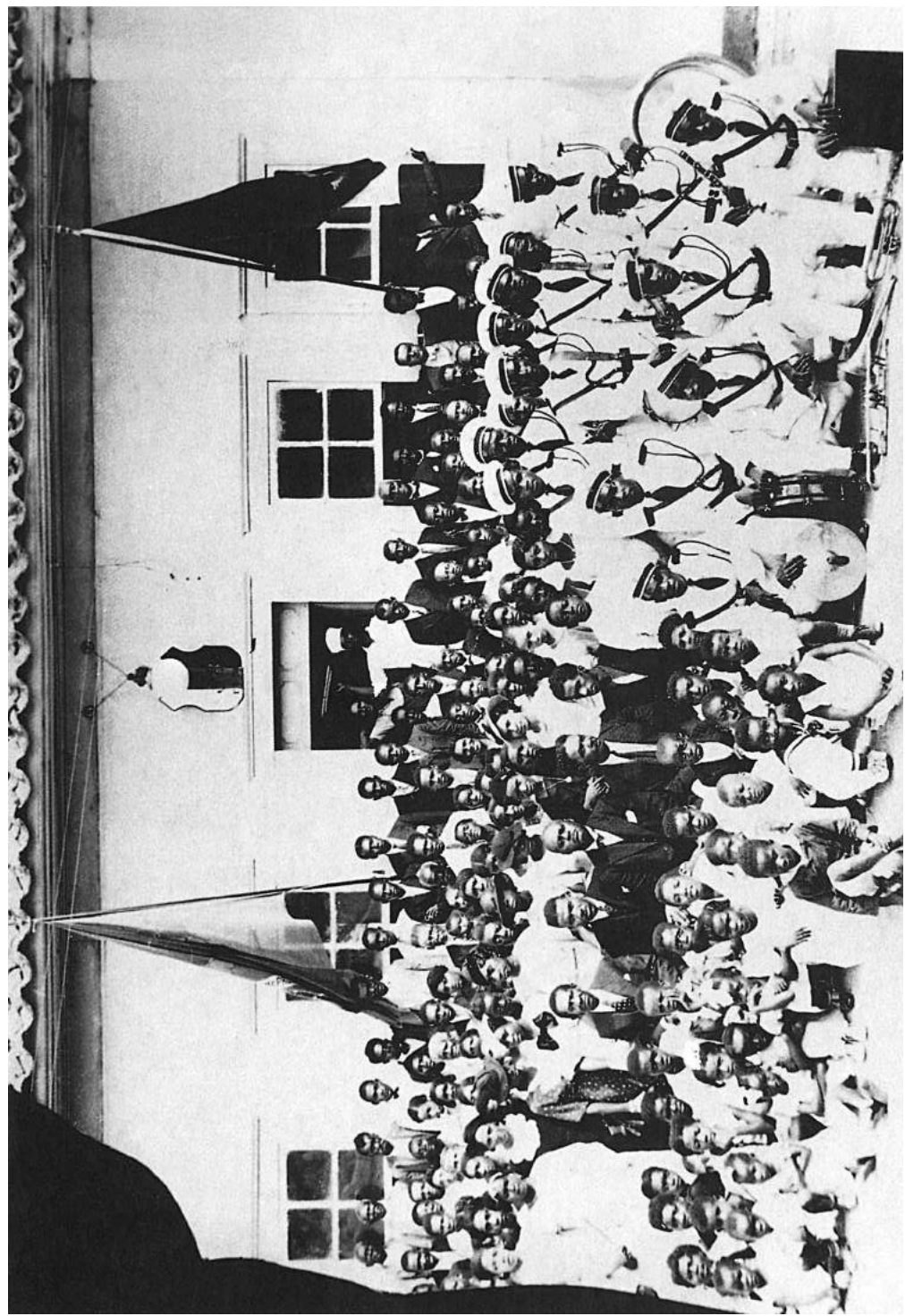
A personagem divina de Exu tem sido assemelhada ao diabo unicamente na imaginação perversa e manipuladora da Igreja Católica, ainda cúmplice da escravidão. Conforme assinala o estudioso e compositor negro Nei Lopes, em carta ao *Jornal do Brasil* de 24-11-81, Exu é, certamente, a divindade mais complexa, em nível filosófico e religioso, da espiritualidade nagô. Espiritualidade essa que não simplifica a vida cósmica numa divisão maniqueísta tipo branco e preto, ou Deus e diabo. Os africanos concebem e definem sua transcendência com mais refinamento e sutileza. Esperamos que nossa elite intelectual, tão angustiada na busca de uma originalidade nacional, também tenha o refinamento e a sutileza de parar e pensar: por que um nome africano tem que ser neces-

sariamente maldito, enquanto somente os nomes “que os portugueses nos legaram” (nas palavras do poeta) seriam nomes “sagrados”, “celestes” ou “agradáveis?” Mesmo na hipótese equivocada da inconveniência de Exu, por que não Oxum, Oxóssi, Iemanjá ou Obatalá, nomes tão sagrados quanto o de Exu, em lugar de qualquer santo católico de nomenclatura portuguesa? Os africanos e os índios também nos legaram toda uma cultura que merece respeito e seriedade ao ser tratada por nossa inteligência.

Depois de quatro séculos de abuso e humilhação, merecíamos estar a salvo das banalidades de um Ziraldo e das negatitudes de um poeta, normalmente tão positivo, como Drummond.

Quanto a mim, continuo negro, de alma negra mesmo, e nem por isso sou criminoso ou maldito. Tampouco maldigo a ninguém. Que Exu te salve, poeta.

Laroiê!



Reunião da Frente Negra Brasileira. São Paulo, cerca de 1935. Foto cedida por Francisco Lucrécio, um dos integrantes da Frente Negra, que aparece na foto de terno escuro, na primeira fileira de adultos, segundo da esquerda para a direita.





# ATUAÇÃO PARLAMENTAR







# **Tributo ao sesquicentenário de Castro Alves**



**Discurso proferido em Sessão  
Especial do Congresso Nacional  
realizada em 13 de maio de 1997**

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Congressistas  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

Um dos acontecimentos mais importantes de nossa história política – a extinção, por decreto, de toda uma categoria social –, a Abolição da Escravatura continua a repercutir sobre a realidade social do Brasil às vésperas da virada do milênio. Como tem sido demonstrado à exaustão, sobretudo pela Sociologia e pela História, os principais problemas sociais enfrentados pelo Brasil de hoje têm origem na forma como se fez a passagem de uma economia baseada no trabalho servil a uma incipiente economia capitalista de base inicialmente agrária,

mas que continuava tendo na exploração da mão de obra negra, agora supostamente “livre”, sua principal fonte de sustentação.

Maior país escravista das Américas, o que mais importou africanos escravizados nos três séculos e meio que durou o tráfico negreiro e o último a abolir a escravidão, o Brasil figura hoje entre os campeões mundiais de desequilíbrio social. Só um ingênuo – ou um cínico – poderia ver nisso uma simples coincidência. E no entanto ainda há muitos brasileiros que acreditam nos contos da carochinha engenhosamente formulados pelos ideólogos das elites. Para estes, no Brasil, atual paraíso da “democracia racial”, a escravidão teria sido de caráter “benevolente”, embalada por idílicas relações entre a casa-grande e a senzala. Do que teria resultado uma sociedade virtualmente cega à cor da pele, traço físico – afirmam os propagandistas dessa empulhação – sem muita influência sobre a vida das pessoas.

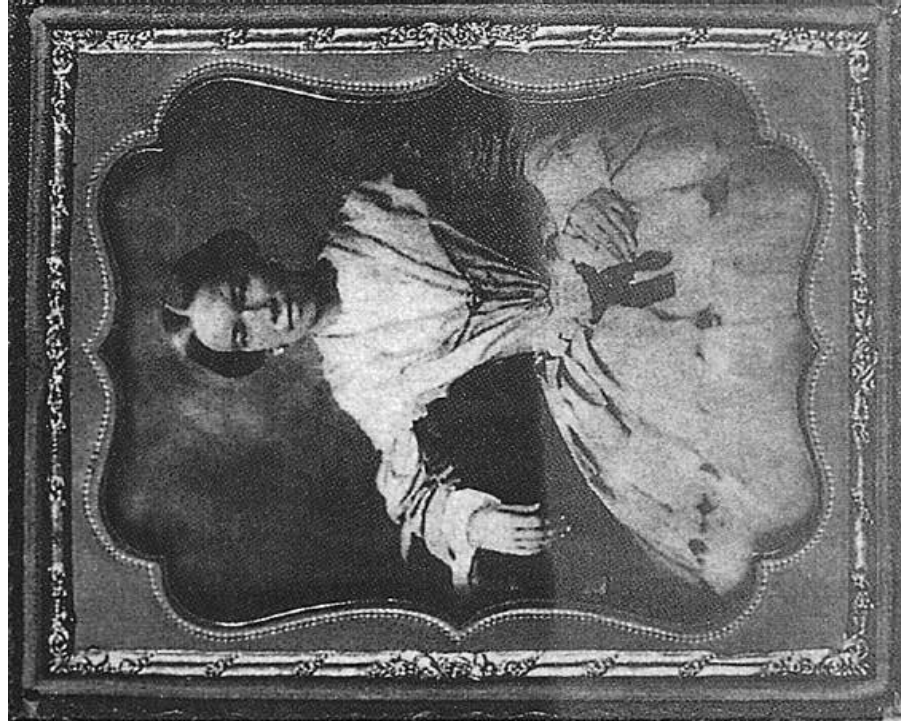
Segundo essa visão mistificada, que até pouco tempo atrás era ensinada nas escolas como História oficial, a Abolição teria sido resultado da bondade e do espírito humanitário da princesa Isabel, condoída com a sorte dos negros. Tal posição, evidentemente, não tem qualquer sustentação histórica: a Abolição se deu porque era preciso modernizar o Brasil ante os imperativos da Revolução Industrial. E também porque a crescente resistência dos negros, queimando fazendas, sabotando engenhos e organizando quilombos, tornava cada vez mais elevado o custo da escravidão.

Mas a insistência na divulgação desses mitos, erigidos em verdades oficiais do Estado, é também reveladora dos desígnios e dos medos das elites brancas, cujo poder se mantém intocado mais de cem anos depois da chamada “libertação”.

Na realidade, no Brasil de hoje, não é apenas a situação dos negros que resulta diretamente da escravidão e da forma como esta foi extinta. O crime da escravidão foi a base a partir da qual se fundou aquilo que alguns chamam de “civilização brasileira”: um projeto de caráter excludente em que o propósito das elites é manter, a qualquer custo, os privilégios que a diferenciam do restante da população. Durante quase 400 anos, esses privilégios foram preservados pela violência institucional, acostumando os mais afortunados à noção perversa de que os “outros” podem ser humilhados, vilipendiados, torturados e usurpados nos seus direitos e na sua cidadania plena.

Nesse período, o Brasil “importou”, pelos dados oficiais, cerca de quatro milhões de africanos escravizados – o que responde por 40% do total trazido à força para as Américas. É óbvio que essa é uma avaliação por baixo. Se levarmos em conta que, para cada escravo chegado às plantações ou às minas, entre cinco e dez africanos foram sacrificados na travessia das distâncias africanas, nos navios negreiros e nos entrepostos de leilão de escravos, teremos um número mais próximo à realidade: de 20 a 40 milhões.

Forjou-se assim entre nós a concepção de que trabalho não dignifica



Clélia Brasília Alves, mãe de Castro Alves. Foto reproduzida da revista *Antônio de Castro Alves, 150 Anos* (Banco do Brasil/Fundação Odebrecht, 1997).



Antônio de Castro Alves. Foto reproduzida do livro *A mão afro-brasileira* (São Paulo: Tenenge, 1988).



nem enobrece. Trabalho é coisa que se obriga outra pessoa a fazer. Se necessário, por meio da força ou da tortura. Trabalho é coisa de escravo, é escravidão.

Se o impacto da escravidão no Brasil, em termos sociais, econômicos e políticos, pode ser verificado pelo estudo científico da História ou da Sociologia suas dimensões humanas e psicológicas devem ser buscadas também no terreno da arte. Nas artes plásticas e na literatura, sobretudo, vamos encontrar um retrato fiel da sociedade brasileira no período escravista, capaz de trazer às nossas consciências os sentimentos que animavam homens e mulheres situados nos diferentes extratos sociais e o que significava viver numa sociedade contaminada – “gangrenada”, como já se disse – pela escravidão.

Uma das melhores vias de acesso a essa realidade social é a leitura dos poemas do baiano Antônio de Castro Alves, cuja preocupação com a causa dos cativos lhe valeu o título de “Poeta dos Escravos”. Em sua poesia, inflada pelos nobres sentimentos da compaixão e da solidariedade, e animada pela indignação característica dos paladinos de todas as causas sociais, encontramos não apenas um retrato da violência e das humilhações sofridas pelos africanos escravizados no Brasil. Encontramos também a fala oculta e revoltada dos próprios negros, materializada nas fugas, rebeliões e revoltas que pontilharam este país desde a chegada dos primeiros africanos, no início do século XVI.

Na sociedade em que viveu Castro Alves, os negros eram praticamente

onipresentes. Maioria absoluta da população, estavam na lavoura, nas cidades, dentro de casa, nas senzalas, fugidos no mato e organizados em quilombos. Nas grandes cidades, prestavam serviços, vendendo água, comida e artesanato. Exerciam ofícios especializados, como os de barbeiro ou alfaiate, e eram responsáveis por toda e qualquer espécie de carga, num país onde “homens de qualidade se recusavam a levar o mais ínfimo pacote”. Como manter tanta gente sob trabalhos forçados sem o uso abundante da violência? Uma violência presente desde a captura desses homens e mulheres em solo africano, multiplicada na travessia do Atlântico em navios cujo nome, “tumbeiros”, bem dá a dimensão da tragédia que significou o tráfico de negros. Com tintas pungentes, Castro Alves descreveu essas embarcações da morte;

Era um sonho dantesco ...  
O tombadilho,  
Que das luzernas avermelha o  
brilho,  
Em sangue a se banhar.  
Tinir de ferros... estalar do açoite..  
Legiões de homens negros como  
a noite  
Horrendos a dançar...  
  
Presas nos elos de uma só cadeia  
A multidão faminta cambaleia  
E chora e dança ali...  
Um de raiva delira, outro enlouquece ..  
Outro, que de martírios embrutece,  
Cantando geme e ri...

Uma sociedade fundada em tal violência não pode espantar-se quando esta irrompe, oculta sob as sombras da noite nos becos e desvãos de nossas favelas, pelas mãos de uma polícia que traz em si a marca do feitor ou capitão-do-mato. Imaginar que isso começou no regime militar ou na ditadura do Estado Novo, é assumir a visão míope de uma sociedade elitizada que só enxerga o sofrimento quando este se abate sobre sua própria pele.

Considerado peça ou mercadoria, um escravo podia ser objeto de compra, venda, empréstimo, doação, penhor, sequestro, transmissão por herança, embargo, depósito, arremate e adjudicação – tal como qualquer outra mercadoria. Mas era, ainda assim, uma mercadoria especial. Cometesse um crime, seria punido com todos os rigores do Código Penal. Como escreveu um historiador, o primeiro ato humano do escravo era o crime – era quando ele “virava gente”. Nasceu aí o tratamento “especial” de que os afro-brasileiros continuam sendo objeto quando se veem diante de policiais, delegados ou juízes – daqueles que constituem, nas várias instâncias, os agentes da lei. Se os negros são réus, a cor de sua pele funciona como agravante das penas que recebem, conforme mostram as pesquisas; se os negros são vítimas, sua filiação étnica serve de atenuante para os acusados, cujas penas, ainda segundo as pesquisas, tendem a ser menores do que nos casos em que as vítimas são brancas. Assim, os negros continuam experimentando no Brasil de hoje o tratamento discriminatório a que eram sujeitos seus antepassados, a des-

peito dos princípios igualitários consagrados em nossas tantas Constituições.

Além de desempenhar todas as funções produtivas na sociedade brasileira, os africanos e afro-brasileiros escravizados também contribuíam de outras maneiras para aumentar o rendimento das famílias brancas. A mendicância era uma dessas atividades, envolvendo principalmente escravos idosos e doentes. Estes se viam muitas vezes contemplados com uma alforria cujo objetivo era na verdade libertar os senhores da obrigação de sustentá-los. A pena indignada de Castro Alves assim descreveu essa crueldade:

É ele o velho maldito  
O escravo desamparado  
Bem como o cedro lascado  
Bem como o cedro no chão  
Tem por leito de agonia  
As lágeas do pavimento  
E como único lamento  
Passa rugindo o tufão.

Será que evoluímos alguma coisa desde então? Como explicar o tratamento desumano que ainda hoje dispensamos aos idosos, obrigados a sobreviver com aposentadorias ridículas após terem exaurido suas energias num trabalho árduo e miseravelmente remunerado? Como explicar que, ainda por cima, sejam os idosos as primeiras vítimas de uma reforma da Previdência que, ampliando o tempo de serviço exigido para a aposentadoria, condena a maioria a trabalhar até a morte?



Encerrada na morte lenta e cruel, pela doença ou pela fome, a existência de um escravo tinha início igualmente doloroso. Desde a perspectiva sombria de mães que, conscientes daquilo que aguardava seus filhos, chegavam a cometer o infanticídio para que estes não crescessem como escravos, o que Castro Alves nos relata no belo poema intitulado “Mater dolorosa”. No instante da mãe mata o próprio filho, registra o poema:

Não me maldigas... Num amor  
sem termo

Bebi a força de matar-te... a mim ...

Viva eu cativa a soluçar num ermo

Filho, sê livre... Sou feliz assim ...

Crianças obrigadas pela vida a “chorar antes de rir”, esses meninos e meninas, cujo sofrimento não sensibilizava a sociedade escravista, eram a antecipação concreta de nossas crianças carentes e abandonadas. Dessa chaga social que o Brasil não conseguiu extirpar e que, ao contrário, prossegue em sua expansão, obrigando as elites a se refugiarem em verdadeiros *bunkers* e fortalezas, conhecidos pelo eufemismo de “condomínios fechados”. Os números dolorosos do abandono de nossa juventude, brandidos com insistência por organizações humanitárias nacionais e internacionais, resultam principalmente do descaso que a sociedade dominante se acostumara a cultivar para com os filhos dos africanos, os filhos dos negros, ampliando mais tarde essa visão para nela incluir os filhos dos pobres.

Além de forçar os velhos e doentes a mendigar, famílias consideradas respeitáveis também tinham como fonte de renda a prostituição – não de suas mulheres e filhas, é claro, mas das filhas e mulheres dos escravos. Obrigadas a vender o corpo nas ruas das grandes cidades em troca de um parco dinheiro que sequer podiam reter para si, essas jovens constituem a raiz da prostituição infantojuvenil, que infelizmente não foi trazida para cá pelo turismo sexual – como quer fazer crer uma recente campanha do Governo –, mas constituiu mais uma das chagas de nossa tradição social a ter início na longa noite da escravidão. A mentalidade que a tolera e que dela se beneficia, para ganhar dinheiro ou obter prazer, é exatamente a mesma que usufruía esses mesmos benefícios, há mais de cem anos, com o corpo das jovens negras forçadamente prostituídas.

Oriundos de diferentes regiões da África, com graus diversos de desenvolvimento e sofisticação tecnológica, os africanos escravizados no Brasil jamais corresponderam à caricatura grosseira que deles se desenhou no propósito de, desumanizando-os, justificar a escravidão. Traço característico nesse tipo de caricatura era a afirmação de que o negro, naturalmente “submisso”, aceitara “docilmente” a situação de escravo. Nesse caso, caberia indagar a função dos abundantes instrumentos de tortura encontrados em nossos museus, ferramentas indispensáveis à manutenção de um regime que tinha no medo da morte o seu maior sustentáculo. Mas a crônica da escravidão é também o copioso diário da resistência negra, que no Brasil

encontrou sua melhor expressão nas páginas que relatam a epopeia de Palmares, o maior dos quilombos, assim saudado por Castro Alves:

Salve! Região dos valentes  
Onde os ecos estridentes  
Mandam aos plainos trementes  
Os gritos do caçador!  
E ao longe os latidos soam ...  
E as trompas da caça atroam ...  
E os corvos negros revoam  
Sobre o campo abrasador! ...

Palmares! a ti meu grito!  
A ti, barca de granito,

Que no soçobro infinito  
Abriste a vela ao trovão.  
E provocaste a rajada,  
Solta a flâmula agitada  
Aos uivos da marujada  
Nas ondas da escravidão!

Defensor intransigente da causa dos afro-brasileiros, ocupo hoje esta tribuna não apenas para denunciar os sofrimentos impostos ao meu grupo étnico nestes quase 500 anos de escravidão e racismo que constituem a História do Brasil. É meu principal propósito no dia de hoje mostrar como o tratamento dispensado aos afro-brasileiros ao longo do período escravista, além de excluí-los e marginalizá-los de nosso processo so-

cial, acabou se entranhando – como não poderia deixar de ser – na própria alma de cada brasileiro, transformando-se no metro e no padrão com que se encaram entre nós as questões de natureza social.

Se quisermos realmente entender, para enfrentar e resolver, problemas como a violência institucional, os menores carentes e de rua, a prostituição infantil, o tratamento dispensado aos idosos e as questões trabalhistas em geral – sem falar na ética do trabalho e na rapinagem do Estado pelas elites –, devemos estudar seriamente a escravidão a que foram submetidos, durante quase quatro séculos, os africanos e seus descendentes no Brasil. E se quisermos ingressar no próximo milênio com chances reais de concretizar o imenso potencial deste país, devemos combater a causa última de todas essas mazelas. cancro que corrói a própria essência de cada brasileiro e o impede de desatar as amarras de nosso atraso e subdesenvolvimento, originados principalmente no sentimento de inferioridade que nos acomete quando nos comparamos com a Europa ou os Estados Unidos. Esse cancro é o cancro do racismo, fatídica herança da escravidão que o 13 de Maio também não aboliu.

O sonho libertário de Castro Alves ainda não se materializou. Daí a oportunidade e atualidade da sua bela e forte poesia.

Axé!



## **Titulação das Terras dos Quilombos\***



A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem – por unanimidade – parecer favorável, do senador Nabor Júnior (PMDB – AC), a projeto da senadora Benedita da Silva (PT – RJ) que disciplina o procedimento de titulação imobiliária aos remanescentes das antigas comunidades negras dos quilombos. Os senadores Abdias Nascimento (PDT – RJ) e Valmir Campelo (PTB – DF) destacaram, ao votar, o mérito da proposição.

O senador Abdias Nascimento disse que a iniciativa da senadora Benedita da Silva atende a antigo clamor da comunidade afro-brasileira, e, com ela, a Nação brasileira terá oportunidade única de oferecer cidadania plena à comunidade negra injustiçada. Ele apresentou requerimento, também aprovado, pedindo a imediata apreciação da matéria.

Benedita da Silva expressou seu agradecimento ao povo Kalunga, que, conforme afirmou, deu, durante a Assembleia Nacional Constituinte, sustentação

para que fosse inserido nas Disposições Transitórias o artigo que o projeto de agora regulamentava.

Também se manifestaram os senadores Mauro Miranda (PMDB – GO) e José Roberto Arruda (PSDB – DF),

exaltando a extensão e o alcance da matéria para a comunidade negra.

\* Transcrição de nota publicada no Jornal do Senado em 15 de maio de 1997.

Foto: Célio Azevedo



Senador Abdias Nascimento e Senador Quintanilha em reunião na Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Senador Ademir Andrade

# Projetos de Lei

## Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997

*Dispõe sobre a ação civil destinada ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer, para a preservação da honra e dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O Ministério Público promoverá ação civil com o objetivo de impor obrigação de fazer, ou de não fazer, com as finalidades de:

I – evitar ou interromper atos danosos à honra ou à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos; e

II – obter a reparação dos mesmos atos, quando não evitados.

*Parágrafo único.* Confere-se legitimidade subsidiária, em caso de omissão do Ministério Público, à sociedade civil que:

I – esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil; ou

II – inclua entre as suas finalidades institucionais a proteção ou defesa dos interesses de grupos raciais, étnicos ou religiosos;

§ 1º O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

§ 2º É facultado a outras sociedades civis ou associações, de mesma natureza das legitimadas, habilitarem-se como litisconsortes de qualquer das partes.

§ 3º Em caso de desistência ou abandono da ação por sociedade ou associação legitimada, o Ministério Público a substituirá processualmente.

**Art. 2º** Convencendo-se o juiz da procedência da ação, concedem a antecipação total ou parcial da tutela, antes de ouvir a outra parte.

**Art. 3º** Qualquer pessoa poderá, e o servidor público deverá, provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre os fatos objeto da ação civil prevista nesta lei e indicando-lhe os respectivos elementos de convicção.

**Art. 4º** Para instruir a petição inicial da ação civil, o autor poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que lhe serão fornecidas no prazo máximo de quinze dias.

**Art. 5º** Na ação civil que tenha por objeto a obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação de atividade, ou da cessação da atividade nociva, sob co-

minação de multa diária, independentemente de requerimento do autor.

§ 1º A multa será devida a partir do dia em que se configurar o descumprimento da determinação judicial.

§ 2º O valor da multa poderá ser elevado até ao triplo se, fixado pelo máximo, não se alterar o comportamento do réu.

**Art. 6º** O juiz, ao examinar o mérito, fixará o valor da reparação, considerada a extensão dos danos, desde que requerido na inicial da ação civil.

**Art. 7º** Os créditos favoráveis ao autor, decorrentes de sucumbência, executados os honorários advocatícios e de peritos, reverterão a fundo de defesa e combate ao racismo, a ser criado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

*Parágrafo único.* O fundo de defesa e combate ao racismo será instituído em até doze meses a contar da data de publicação desta Lei.

**Art. 8º** Aplicam-se, subsidiariamente ao disposto nesta Lei, o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICAÇÃO

O preceito da dignidade humana define-se na exigência expressa por Kant como princípio de máxima impe-

rativa: “Age de forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre também como um fim e nunca unicamente como um meio”. Esse princípio de ordem moral indica a condição humana na relação de que todo homem possui um valor não relativo como fim em si mesmo, próprio, inerente: a dignidade. O que se caracteriza substituível na relação pressupõe sempre equivalência e traz em si de maneira permanente a noção de preço, não restritamente de valor. O que não permite qualquer equivalência é a dignidade, superior a tudo, pois não dispõe o homem a obediência à lei que não seja instituída por ele próprio. Como forma desse princípio, dessa independência, é a moralidade a condição da dignidade do homem. Sendo a dignidade absoluta, cumpre ao homem esse valor moral, do que se conclui a relação silógica dignidade do homem—dignidade da lei—dignidade da sociedade. Com respeito a todos os homens, independentemente de raça, cor, religião e outros.

Na resposta preceitua a essa norma, considera-se que a lei, assim instituída, deverá obedecer princípios de equidade social para o cometimento de justiça, na relação mais ampla entre indivíduo e sociedade, pertença ele a qualquer classe ou condição econômica.

No Brasil, o exemplo é totalmente diverso. O desequilíbrio na sociedade que vivemos nos revela uma sociedade desigual. De um lado, a extrema minoria próspera, como bem adverte Noam Chomsky em uma de suas obras sobre o injusto: de outro, a vasta maioria de ex-

trema pobreza. Nesta última incluem-se os negros, discriminados na raça para, posteriormente e em consequência, serem eles os discriminados sociais.

E nessa discriminação, que separa da minoria próspera a maior parte da população brasileira, de maioria negra, são negados os direitos essenciais à pessoa humana. O Direito é universal. Deve ser compreensível para todos os homens, qual seja a raça, qual seja a cor, qual seja a condição social.

O Brasil é o maior país negro fora da África. Entretanto, com os extremos bem desiguais, minoria muito próspera de um lado e a grande maioria muito pobre de outro, tantos em estado de completa miséria, pondo o país na liderança em concentração de rendas, é o negro a maior vítima. Da moradia das favelas para as ruas, aumentando dia a dia as moradas debaixo das pontes e dos viadutos. O acesso às escolas é quase que inevitavelmente impossível, são proporcionalmente raras as exceções. Sempre vítimas do preconceito e da discriminação racial, não se lhe permitindo a devida integração na sociedade. É a preexistência do racismo o fato gerador da divisão social imposta ao negro brasileiro. Contudo, a legislação ainda peca pela precariedade sobre a matéria, até mesmo carente da tipificação criminal da “prática do racismo”, definida na Carta Política como inafiançável e imprescritível.

A Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, veio disciplinar a ação civil pública como instrumento processual adequado para reprimir ou impedir da-

nos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. O preceito constante do art. 10 da prefalada lei visou, pois, proteger os interesses difusos da sociedade. A Constituição da República, no seu art. 129, inciso III, estendeu essa proteção aos interesses difusos e coletivos, incluindo aí os bens jurídicos a serem tutelados pelo Estado, quando existente o dano praticado contra a integridade física ou moral de alguém, em ofensa ao direito, decorrente de preconceito e discriminação racial.

Três meses após promulgada a atual Constituição da República, surge a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, de autoria do Deputado Carlos Alberto Caó, que prevê punição para “os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor”, mas tão somente no que se refere a recusa ou impedimentos de acesso a serviços, locais públicos e privados, a empregos e transportes. A Lei nº 8.081, de 21 de setembro de 1990, autor o então deputado Ibsen Pinheiro, acrescentou o art. 20 à Lei nº 7.716/89, mas o ato discriminatório ou preconceituoso

ali definido só se configura se cometido “pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza”. Inegável, portanto, a dispersão e precariedade da legislação atual sobre a matéria, a qual exige imediato aperfeiçoamento para uma aplicação eficaz.

O presente projeto destina-se à instituição de ação civil que pode ser instaurada pelo Ministério Público ou por entidades da sociedade civil organizada com as finalidades de evitar ou interromper atos danosos à honra ou dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, e de obter a reparação de tais atos, quando não seja possível evitá-los. Objetiva, assim, dotar os grupos em questão de um instrumento ágil e eficaz que lhes possibilite enfrentar as manifestações de racismo e discriminação que, infelizmente, ocorrem em nossa sociedade em vergonhosa proporção.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1997

Senador ABDIAS NASCIMENTO

Publicado no *Diário do Senado Federal* de 18-6-97.

**EMENDA AO PROJETO DE LEI  
DA CÂMARA Nº 25, DE 1997**

**Dá nova redação ao art. 33 da  
Lei nº 9.394, de 20-12-96, que estabele-  
ce as diretrizes e bases da educação  
nacional**

**EMENDA N 1-PLEN**  
Do Senador ABDIAS NASCIMENTO

Altere-se a redação do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1997, para se dar aos parágrafos 1º e 2º do art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os sistemas de ensino estabelecerão:

I – os objetivos do ensino religioso e seus respectivos conteúdos programáticos;

II – as normas para a habilitação e admissão dos professores;

III – a regulamentação dos procedimentos para a definição dos objetivos e conteúdos previstos no inciso I deste parágrafo, incluindo sempre mecanismos para se ouvir as diferentes denominações religiosas.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Tanto o parágrafo 1º quanto o parágrafo 2º do artigo 33, como estão redigidos no Projeto da Câmara, falam em “definição dos conteúdos do ensino religioso”.

Trata-se, portanto, de um deslize que pode passar despercebido por quem não é especialista em educação, mas que salta aos olhos dos pedagogos, pois, de acordo com a moderna Pedagogia e as Ciências da Educação, em primeiro lugar, devem ser definidos os objetivos

educacionais, ou seja, os comportamentos que devem ser adquiridos, mudados ou reafirmados pelo educando. Só então é que se selecionam os conteúdos programáticos pois estes são meios para as mudanças comportamentais.

Consideramos, portanto, que devem ser definidos, primeiro os fins que se tem em vista, para, só então, tratar dos meios para se atingi-los, o que justifica a aprovação desta Emenda.

Quando ao parágrafo segundo temos outra observação, pois ele manda os sistemas de ensino ouvirem “entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas”.

A prática da criação, em algumas unidades da Federação, de comissões, formadas com a participação de representantes das diferentes denominações religiosas, para opinarem em relação a assuntos relacionados com o ensino religioso, tem sido uma experiência positiva pois todas elas cumpriram bem suas funções.

Tal fato nos parece um indicador seguro de que seria desnecessária a constituição de uma entidade civil permanente, quando comissões temporárias regulamentadas e criadas pelos próprios sistemas de ensino oferecem maior flexibilidade e mais facilidade para o diálogo e o trabalho conjunto das denominações religiosas, além de se enquadrarem dentro do espírito descentralizador da LDB.

Além disso, a redação do Projeto dá a entender que haveria apenas uma entidade civil para todo o território nacional, a qual deveria ser ouvida por quaisquer sistemas de ensino, federal, estadual ou municipal, que fosse regulamentada a matéria, o que dificultaria as decisões, sobrecarregaria a citada entidade e inviabilizaria a imediata regulamentação da matéria pelos sistemas de ensino.

Analisando-se esta matéria pelo lado constitucional, acreditamos que a aprovação da redação dada pelo Projeto poderia gerar questionamentos no Poder Judiciário, pois a obrigatoriedade das instituições e grupos religiosos de criarem uma entidade civil para representá-los pode ser interpretada como uma intromissão indevida no Estado na vida das instituições privadas.

Os dois parágrafos referem-se a incumbências que são estabelecidas como responsabilidades dos sistemas de ensino, e, portanto, as regras da boa técnica legislativa aconselham uma aglutinação dos dois dispositivos.

Assim sendo, justifica-se a aprovação desta Emenda Aglutinativa e de Redação.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1997. — Senador ABDIAS NASCIMENTO



Foto: Vantoen Pereira Jr.



Abdias Nascimento, então secretário de Estado de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e Mwalimu Julius Nyerere, ex-presidente da Tanzânia e dirigente da Comissão Sul-Sul, brincam com Osiris, filho do secretário, na ocasião da visita do histórico líder ao Rio de Janeiro em 1991. O ex-ministro Celso Furtado está à esquerda de Mwalimu Nyerere, na escada.



# Pronunciamentos



## **Discurso proferido no Senado Federal em 8 de maio de 1997**

*Em homenagem póstuma ao educador  
Paulo Freire e ao ator Anselmo Duarte.*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob as bênçãos de Olorum, inicio  
meu pronunciamento.

Ocupo hoje esta tribuna para homenagear dois brasileiros ilustres que, cada um à sua maneira e no seu campo de atuação, deram importantes contribuições à nossa cultura, ajudando o Brasil a se tomar conhecido no exterior como algo mais que o país apenas do samba e do futebol. Dois brasileiros que jamais se envergonharam de sua terra ou de sua gente. Que jamais se sentiram inferiores perante a cultura de outros povos, mas, ao contrário, sempre reafirmaram e defenderam a riqueza de nossa diversidade

cultural, inesgotável manancial de possibilidades em todos os campos do saber, infelizmente ainda subestimado por tantos brasileiros.

Minha primeira homenagem é, infelizmente, uma homenagem póstuma a um homem que sempre admirei e de quem o destino teve o capricho de me aproximar, não no Brasil, mas em terra estrangeira, nos tempos do exílio forçado pelo regime militar. Refiro-me ao grande educador Paulo Freire, falecido no último dia 2, em São Paulo, vítima de enfarte, que o mundo inteiro reverencia como o criador do revolucionário método de alfabetização que leva o seu nome – o método Paulo Freire.

Nascido em Recife, a 19 de setembro de 1921, em uma família pequeno-burguesa que, segundo ele próprio, “lutava fanaticamente para não perder sua posição de classe” – o que não o impediu de viver em primeira mão a dolorosa experiência da fome –, Paulo Freire não via como missão da educação o mero adestramento da mão de obra para o mercado de trabalho. Para ele, que considerava o fenômeno educativo um ato político, cabia à educação desenvolver o senso crítico de cada aluno com respeito à verdadeira cidadania.

Formado em Direito e livre-docente em História e Filosofia da Educação, foi na década de 40 que Paulo Freire iniciou suas experiências com educação de adultos em áreas proletárias urbanas e rurais, começando a formular o método que um dia o tornaria internacionalmente conhecido. No início dos anos 60, Miguel Arraes, então Prefeito de Recife,

convidou-o para ser o coordenador do projeto de educação de adultos, que integrava o Movimento de Cultura Popular. O período em que dirigiu o projeto – de 1961 a 1963 – serviu para que ele aperfeiçoasse o seu método, que acabou sendo aplicado integralmente, pela primeira vez, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. O êxito da experiência atraiu as atenções de Paulo de Tarso, então ministro da Educação, que o chamou para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização. Por pouco tempo, porém. Logo entraríamos no período sombrio da ditadura militar. Preso como “subversivo”, Paulo Freire ficou 75 dias numa cela do quartel do Exército em Olinda. Enviado para o Rio de Janeiro, onde foi solto, asilou-se na Embaixada da Bolívia, de onde partiu para um exílio de mais de 15 anos, que incluiu Chile, Estados Unidos – onde lecionou na prestigiosa Universidade Harvard –, Suíça e Guiné-Bissau. Na África, em particular, onde me encontrei com ele duas vezes, suas teses inspiraram campanhas de alfabetização em vários países, particularmente na Guiné-Bissau e na Tanzânia.

Dos mais de 50 livros que Paulo Freire escreveu, o mais famoso é, com toda a certeza, *Pedagogia do oprimido*, publicado em 1970 e traduzido em dezenas de idiomas. Essa e outras obras, como *A educação como prática da liberdade*, *Cartas a Guiné-Bissau*, *Ação cultural para a liberdade*, *Extensão ou comunicação*, *Educação e mudança*, *Medo e ousadia* e *Pedagogia da pergunta*, valeram-lhe o Prêmio Internacional de Educação, concedido pela UNESCO

em 1975. E também, evidentemente, muita incompreensão. Em 1978, por exemplo, seus livros foram proibidos pelos ditadores de plantão na Argentina, acusados de servir como “meio de penetração do marxismo nos âmbitos educativos”.

Ao retornar ao nosso país, em 1979, Paulo Freire começa a, como dizia, “reaprender o Brasil”. Longe, porém, de renegar suas ideias, reitera sua opção pela educação libertadora, a seu ver a única alternativa à “educação que domestica”. Vai lecionar na PUC de São Paulo e em 1989, aos 67 anos, assume seu último cargo público: o de secretário Municipal de Educação de São Paulo no Governo Luísa Erundina.

Infelizmente, Paulo Freire morreu sem que o Brasil sequer tivesse enfrentado com um mínimo de eficácia o desafio de montar um programa sólido e abrangente de alfabetização de adultos das camadas desprivilegiadas de nossa população. Cabe-nos aproveitar seu legado não apenas como ponto de reflexão, mas sobretudo como ponto de partida na abertura de novos caminhos que nos levem a superar, de uma vez por todas, esse problema tão grave e tão típico de nosso subdesenvolvimento. E, nesse processo, construir uma cidadania sólida e responsável, ferramenta indispensável à consolidação da democracia e à concretização do sonho de um Brasil desenvolvido e socialmente justo.

Pois foi esse sonho que o iluminou enquanto caminhava no exílio injusto que lhe impuseram. Todos exilados, nos encontramos em Nova York,

Paulo Freire, o sociólogo Guerreiro Ramos e este orador. E a conversa foi sobre nosso Brasil e seu povo sofrido. Suas palavras ainda hoje estão vivas de ensinamentos, numa experiência pedestre e pedagógica que ele generosamente distribuiu com outros povos. Foi na Tanzânia, no *campus* da Universidade de Dar-es-Salaam, que presenciei sua preocupação espontânea e afetiva com os necessitados de seu auxílio. Coerente e fiel a seus princípios, ele ensinou também em Guiné-Bissau, onde pude várias vezes testemunhar sua figura debruçada sobre estudantes reunidos debaixo de árvores nas ruas da cidade, recém-saida do colonialismo português. O país ainda não possuía um sistema de educação. Paulo Freire trabalhava na organização desse ensino, expandindo a consciência de que só a educação liberta. Faço este registro com o orgulho e a emoção de render a homenagem e gratidão a um brasileiro de singular competência pedagógica e de incomparável sentimento de solidariedade humana.

Depois de um período de baixa, ocasionado pelas dificuldades econômicas geradas com o Plano Collor e o verdadeiro desmonte das instituições de apoio à cultura ocorrido na gestão daquele presidente, o cinema brasileiro começa a dar sinais de franca recuperação. Sucessos de público e de crítica, filmes como *Pequeno dicionário amoroso* ou *O que é isso, companheiro?* demonstram cabalmente que as plateias brasileiras, embora massacradas por uma produção internacional de gosto muitas vezes duvidoso, são capazes de responder com generosidade quando expostas a um

produto nacional feito com qualidade e técnica.

Quis o destino que este momento em que renasce o cinema brasileiro fosse marcado pela homenagem que o famoso Festival de Cannes estará fazendo no próximo dia 11 de maio, em sua quinquagésima edição, ao ator e diretor Anselmo Duarte – de quem tenho a honra de me considerar um amigo –, o único brasileiro laureado com a Palma de Ouro, o prêmio máximo desse festival, pelo filme *O pagador de promessas*. Nessa homenagem, Anselmo Duarte estará na companhia de alguns dos mais consagrados diretores de todos os tempos, como o sueco Ingmar Bergman. Fato que se torna ainda mais notável quando se sabe que nomes como Alan Resnais, Milos Forman, Bernardo Bertolucci, Jean-Luc Goddard, Woody Allen e Peter Greenway não obtiveram tal indicação.

Rodado em 1962, com Leonardo Villar e Glória Menezes nos principais papéis, *O pagador de promessas* rendeu a Anselmo Duarte todas as alegrias, mas também a incompreensão e – para falar a verdade com todas as letras – a inveja profunda de setores do cinema e da crítica que jamais o perdoaram por ter chegado antes aonde todos queriam chegar.

Impecável do ponto de vista técnico e artístico, *O pagador de promessas* foi exibido em todas as partes do mundo, sempre com a melhor repercussão. Isso valeu a Anselmo, em seu retorno ao Brasil após receber o prêmio em Cannes, uma recepção calorosa por parte do público, para o qual a Palma de Ouro era

uma espécie de Copa do Mundo do cinema. Curiosamente, porém – como muitas vezes acontece em nosso país –, o troféu obtido não lhe escancarou, como seria de esperar, as portas dos subsídios e financiamentos para outras produções. Pelo contrário. Polêmico e afirmativo, Anselmo cultivou calorosamente suas desavenças com alguns segmentos do cinema, os quais, por sua vez, graças à ocasional influência de que desfrutavam, sempre procuraram interpor todos os obstáculos possíveis à sua atividade de criador cinematográfico. Tratava-se, sem dúvida, de uma controvérsia a respeito de concepções artísticas antagônicas, saudável ao processo criativo.

Depois de passar da Atlântida, do Rio de Janeiro – onde ganhava mais que Oscarito e Grande Otelo, os grandes sucessos de bilheteria da época –, à Vera Cruz, de São Paulo, que o contratou a peso de ouro, Anselmo Duarte resolveu, aos 37 anos, dedicar-se à carreira de diretor. Nessa qualidade, realizou em 1957, aos 37 anos, seu primeiro filme, *Absolutamente certo*, uma comédia simpática e bem narrada, tendo como tema os programas de perguntas e respostas, sucesso de nossa incipiente televisão da época. Seguiram-se *O pagador de promessas* (1962), *Quelé do Pajeú* (1969), *Um certo capitão Rodrigo* (1970), *O descarte* (1973), *O crime do Zé Bigorna* (1977) e *Os trombadinhas* (1978). Além dos episódios “*O reimplante*”, de *O impossível acontece* (1970), “*Oh! dúvida cruel*”, de *Já não se faz amor como antigamente*, e “*Marido que volta deve avisar*”, de *Ninguém segura essas mulheres*, os dois últimos de 1975.

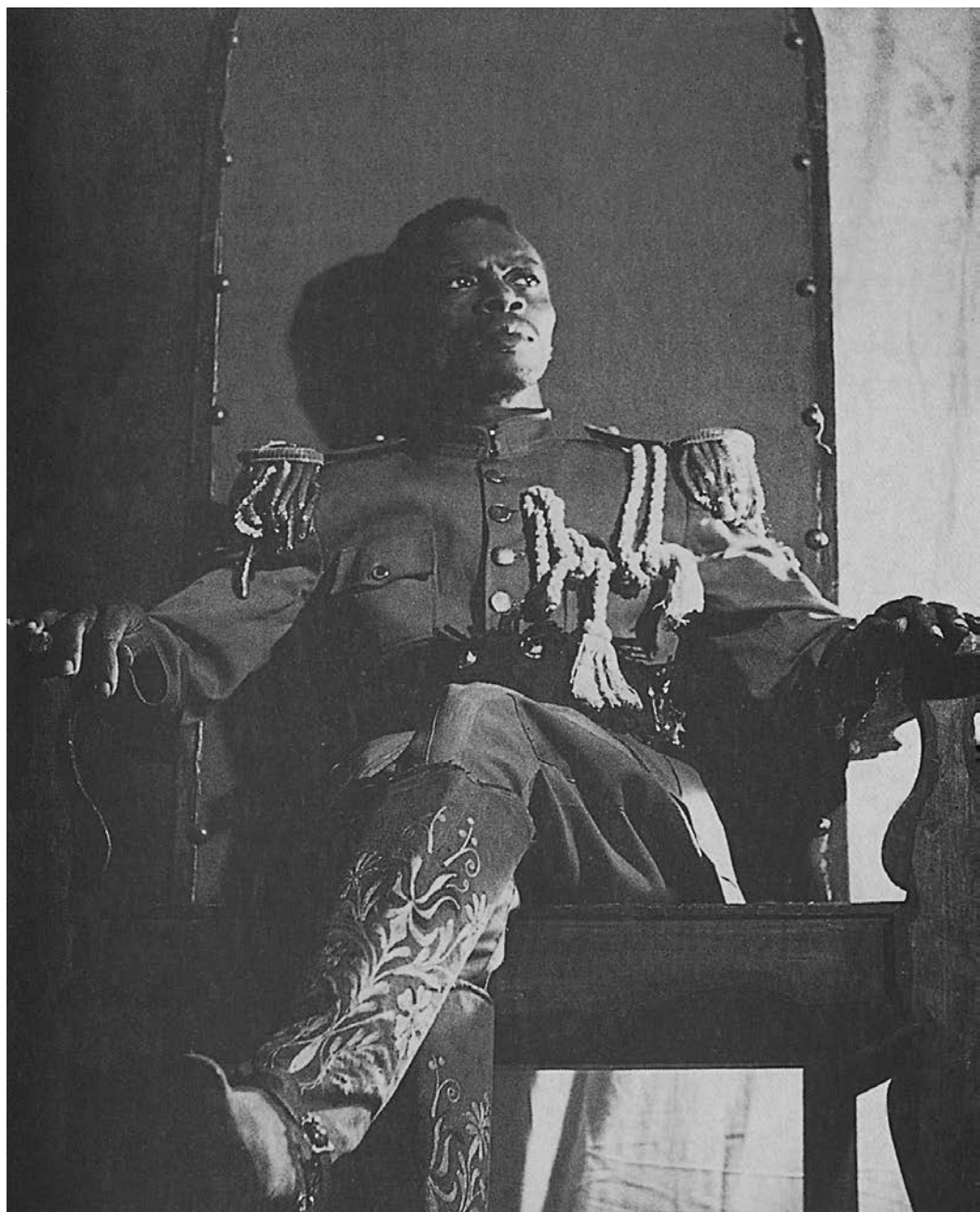
Uma filmografia irregular, sem dúvida alguma, mas com inequívocos lampejos de genialidade. Que com certeza teriam sido muito mais abundantes, não fosse a disputa menor um traço tão característico de nosso provincianismo cultural. Resta-nos agora saudar esse verdadeiro herói do cinema brasileiro e, ao mesmo tempo, desculpar-nos, mesmo que tardiamente, pela incompreensão de que foi vítima em nossos meios artísticos. Esperamos que o talento e a determinação de Anselmo Duarte – que

lhe propiciaram não capitular, mesmo diante do criticismo mais cruel e irracional possam servir de exemplo aos jovens cineastas que hoje se propõem a tarefa, árdua mas compensadora, de criar um cinema nacional ao mesmo tempo popular e de qualidade. Um cinema do qual O pagador de promessas constitui, sem favor algum, o mais acabado paradigma.

Axé!







O grande ator Aguinaldo Camargo, no papel de Brutus Jones, na peça *O imperador Jones*, de Eugene O'Neill, produção de estreia do Teatro Experimental do Negro, Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 1945.



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 13 de maio de 1997**

*Aniversário de Lima Barreto*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

A passagem do dia 13 de maio tem sido motivo de manifestações diversificadas, tanto na forma quanto no conteúdo, ao longo destes quase 110 anos desde a assinatura, em 1888, da chamada Lei Áurea, que pôs fim a mais de 450 anos de escravidão dos africanos e seus descendentes neste país. Por muito tempo essa data foi saudada como um marco da luta pela liberdade em nosso país. símbolo da pretensa superação, no Brasil, das odiosas barreiras que separam os diferentes grupos étnicos em todas as sociedades multirraciais. Nas últimas décadas, porém, por força da pressão exercida pelo Movimento Negro, com

o apoio de seus aliados nas arenas acadêmica e política, tem-se alterado substancialmente a visão dos brasileiros sobre a significação e a importância dessa data, com as previsíveis consequências no caráter das manifestações que sobre ela se organizam: no lugar da festa, a denúncia; em vez de louvações à Princesa Isabel, reflexões críticas sobre o tipo de sociedade moldado pela escravidão e a pesada herança legada pela forma como se deu a Abolição e a quem, na verdade, ela beneficiou.

Diferentemente da versão edulcorada da História até pouco tempo atrás predominante em nossos livros didáticos – e na qual muita gente ainda acredita, ou finge acreditar –, os motivos que levaram à Abolição se encontram no terreno da política e da economia. Nada têm a ver com a proclamada benevolência da família imperial, obrigada a extinguir a instituição escravista sob a pressão de forças históricas irresistíveis. Dentre elas se destacam a Revolução Industrial – que provocou a obsolescência do modo de produção escravista –, mas, principalmente, a resistência dos próprios negros, que com o tempo foi ganhando mais e mais aliados e simpatizantes entre os segmentos mais sensíveis de nossas elites intelectual e política.

Realizada, bem ao gosto dos poderosos deste país, num ritmo lento muito lento, na verdade –, gradual e “seguro”, a Abolição acabou resguardando os interesses dos grandes fazendeiros e senhores de escravos, e também de nossa então incipiente burguesia industrial.

Nessa ordem, o que menos pesou foram as necessidades dos africanos e afro-brasileiros escravizados. Do contrário, não teriam sido sumariamente rejeitadas as propostas, como a do ilustre engenheiro negro André Rebouças, que postulavam realizar-se, simultaneamente com a Abolição, uma reforma agrária. Esta não foi feita então – e acabou não sendo feita até hoje, gerando graves problemas no campo, ao lado do inchaço de nossas grandes cidades, origem de mazelas como o alto índice de criminalidade urbana, os menores abandonados, as favelas e assim por diante. E não foi feita por um motivo muito simples: desejava-se garantir a existência de uma reserva de mão de obra barata, o que não seria possível se os negros libertos se transformassem em pequenos proprietários rurais. Desse modo, o 13 de maio de 1888 significou uma grande farsa, na verdade a maior de nossa História. Uma farsa que jogou a população afro-brasileira na rua da amargura, de onde, cem anos depois, ela continua tentando desesperadamente escapar.

Quis o destino que exatamente num 13 de maio, no ano de 1881 – sete anos, portanto, antes de se pôr fim à escravidão –, viesse à luz na cidade do Rio de Janeiro, se não o maior escritor afro-brasileiro de todos os tempos, certamente uma das maiores expressões de nossa literatura, independente de origem étnica, e talvez o crítico mais contundente das mazelas de nossa sociedade, sobretudo de nossas elites. Refiro-me a Afonso Henriques de Lima Barreto, a quem convido a todos a render nossas homenagens no dia de hoje.



Afonso Henriques de Lima Barreto. Foto reproduzida do livro *A mão afro-brasileira*.





Homem de grande cultura, adquirida fundamentalmente como autodidata, humilde funcionário público que se tomou jornalista e escritor, a vida de Lima Barreto foi uma constante batalha contra as condições adversas impostas à população afro-brasileira em sua época. Situação que, infelizmente, não mudou substancialmente nas sete décadas que nos separam de sua morte prematura, aos 41 anos de idade. Dono de uma obra extensa e variada, que o levou a se candidatar, sem êxito, à Academia Brasileira de Letras, seu talento e valor literário só seriam reconhecidos muito tempo depois, consagrando-o, apesar de tudo, como um vencedor.

Nascido antes da Abolição e tendo vivido as incertezas que caracterizaram os primórdios de uma República que, em certos aspectos, se mostrava ainda mais reacionária do que a Monarquia que viera substituir, Lima Barreto não só testemunhou como deu ressonância aos conflitos e sabores do seu tempo. Inconformado com a podridão do mundo que o cercava, fez do jornalismo e da literatura suas armas na luta sem tréguas que travou diuturnamente contra a elite encastelada nas posições de poder deste país. Ao mesmo tempo, como afirmou Monteiro Lobato, com tanta ou mais maestria do que Machado de Assis – outro afro-brasileiro guindado pelo talento aos píncaros de nossa literatura –, Lima Barreto foi o cronista da gente simples como ele, pois fugia da literatura meramente contemplativa, bem como à inoperância social do texto.

Com efeito, para Lima Barreto, a função da literatura e do jornalismo era “tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior”. Tais preocupações fizeram dele um homem antenado não apenas com o seu tempo, mas também com o futuro. Capaz de antever, por exemplo, os problemas ecológicos que o Rio de Janeiro enfrentaria muitas décadas depois, prenunciados em artigos em que apontava a desfiguração da cidade por obra da especulação imobiliária, com o indispensável apoio das autoridades municipais. Que, no afã de “remodelar” a então capital federal, derrubavam florestas, aterravam a baía de Guanabara, especulavam com os terrenos então pantanosos de Copacabana, Ipanema e Leblon, dando início a um processo de ocupação desordenada do solo urbano que responde por grande parte dos problemas mais sérios que o Rio enfrenta em nossos dias.

Voz solitária em seus ataques contra os especuladores e a degradação do meio ambiente, Lima Barreto foi um crítico feroz da macaqueação arquitetônica que pretendia fazer do Rio de Janeiro uma cópia de Nova York e seus arranha-céus: “Por mera imitação daquela aglomeração humana, enchamos o Rio de Janeiro de descabelados sobrados insolentes de cinco, seis andares (...) Uma cidade como a nossa, semeada de colinas pitorescas, arborizadas ou não, que formam seu verdadeiro encanto, se se seguirem essas construções, em bre-

ve ela perderá seus horizontes originais (...),” Apesar das advertências de Lima Barreto, dia a dia o Rio de Janeiro vai perdendo seus encantos em favor da especulação imobiliária e de outras especulações,

Em outro artigo, publicado em 1921, Lima Barreto fornece uma sombria e precisa antevisão do futuro daquela e de outras cidades brasileiras: “A megalomania dos melhoramentos atraiu para a cidade milhares e milhares de trabalhadores rurais, E com o aumento da população, outros problemas se acrescentam: o da água, o dos esgotos, o dos transportes”. Pode-se constatar, assim, que os problemas hoje enfrentados pela antiga capital, envolvendo o bem-estar social, o planejamento urbano e a preservação da natureza, foram anunciados nos primeiros decênios deste século pela visão profética de Lima Barreto. Muito antes de esses mesmos problemas desqualificarem essa cidade em suas pretensões de sediar os primeiros Jogos Olímpicos do século XXI.

Embora não chegasse a ser propriamente um marxista – foi mais influenciado pelo liberalismo spenceriano e pelo anarquismo de Kropotkin –, poucos souberam em sua época reconhecer a significação política da Revolução Russa de 1917. Assim como poucos tiveram tanta lucidez ao analisar os problemas sociais do período imediatamente subsequente à Primeira Guerra Mundial. Seus escritos sempre manifestavam a sincera intenção de libertar as massas, o que acabaria por torná-lo partidário do maximalismo, Vendo na burguesia legi-

ferante a força reacionária que impedia, entre nós, as reformas tornadas inadiáveis pelos novos tempos, desmascarou sua aliança com os plutocratas e latifundiários da aristocracia rural, e por diversas vezes se manifestou favorável a uma revolução no Estatuto da Terra, Também se interessou pelos Estados Unidos, devido ao tratamento desumano de que então eram vítimas os afro-americanos, Censurou duramente o expansionismo imperialista daquele país que, por meio da “diplomacia do dólar”, ia, em sua perspectiva, convertendo o Brasil num autêntico protetorado,

Outro alvo predileto dos ataques do grande escritor era o futebol, que ele ridicularizava em suas crônicas com todo o sarcasmo de que era capaz. Antes que alguém aponte nisso uma contradição, por ser ele tão ligado às coisas do povo, deve-se ter em conta que esse esporte não era então absolutamente popular, Pelo contrário: tratava-se de um esporte de elite, cujo acesso tentava-se vedar aos pobres, em geral, e aos negros, em particular. Daí a sagrada fúria com que Lima Barreto tratava seus praticantes, fúria essa que só fez crescer quando o Presidente Epitácio Pessoa tomou a iniciativa de proibir a convocação de jogadores negros para a seleção brasileira que participaria de um torneio internacional.

A polícia de então, precursora da instituição que hoje nos acostumamos a ver associada à tortura e ao massacre de pessoas indefesas, não poderia escapar ao garrote de sua pena: “A polícia da República” – escreveu Lima Barreto



no conto “Como o ‘homem’ chegou” – é paternal e compassiva no tratamento das pessoas humildes que dela necessitam; e sempre, quer se trate de humildes, quer de poderosos, a velha instituição cumpre religiosamente a lei. Vem-lhe daí o respeito que aos políticos os seus empregados tributam e a procura que ela merece desses homens, quase sempre interessados no cumprimento das leis que discutam e votam”. Atualíssimo, como se vê, inclusive na referência à classe política.

República dos Bruzundangas – esse o termo cunhado pelo sarcasmo de Lima Barreto para cognominar o Brasil de então, que desafortunadamente continua a ser o Brasil de hoje: república das falcatruas, das trapalhadas, dos conchavos. Enquanto nos tempos coloniais os poetas comparavam o Brasil, por seus contornos geográficos, a uma harpa, Lima Barreto o via como um presunto, e assim explicava sua alegoria: “Até aqui não tinha sido comido. Mas tem sido roído. Roem-no os de fora. Roem-no os de dentro. Mas não há meio, quer uns, quer outros, de o deglutirem completamente. O diabo da perna de porco resiste à voracidade interna e externa de uma maneira perfeitamente milagrosa”. Vivesse em nossos dias, decerto que Lima Barreto iria juntar-se, em sua indignação, às fileiras da luta contra o entreguismo dos que, em sua fúria globalizante e supostamente modernizadora, exercitam os dentes roendo, sem muito pudor, o patrimônio nacional.

Se toda essa competência e coragem o tornariam admirado não somen-

te pelos amantes das letras, mas também pelos simpatizantes de todas as causas libertárias neste país, a vida de Lima Barreto foi uma verdadeira síntese das injustiças e sofrimentos que marcam até hoje a existência do povo afro-brasileiro. Sua mãe morreu em 1887, vítima de tuberculose galopante, doença que grassava nos cortiços do Rio e cujo combate as autoridades sanitárias preteriram em favor da luta contra a febre amarela. Explica-se: enquanto esta vitimava os brancos, sobretudo imigrantes, que não haviam desenvolvido os anticorpos correspondentes, aquela atacava preferencialmente os negros, cuja condição financeira não favorecia os cuidados higiênicos e alimentares capazes de protegê-los. Com todas as dificuldades, Lima Barreto ingressa, em 1897, na prestigiosa Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em busca de um diploma de Engenharia que jamais conseguiria obter: como se não bastasse a perseguição declarada de professores confessadamente racistas, em 1903 seu pai fica louco, o que o obriga a abandonar os estudos para sustentar a família. É quando começa a trabalhar no Ministério da Guerra como simples amanuense, função humilde que desempenhará – a despeito de sua cultura – até ser aposentado em 1918, como “inválido para o serviço público”, em razão do alcoolismo. O mesmo vício que já o levava algumas vezes ao hospício e que acabaria contribuindo para sua morte prematura, em 1922, por colapso cardíaco.

Sobre esse talentoso e sofrido escritor, o renomado crítico Jackson de Figueiredo emitiu esta opinião: “Lima

Barreto é, entre nós, na verdade o tipo perfeito de analista social, mas um analista que combate, que não ficou como Machado de Assis, por exemplo, no Círculo de uma timidez intelectual esquivada ao julgamento. Ele não se limita a mostrar todos os fundos da cena, o que vai pelos bastidores da vida; toma partido, assinala os autores que falam a linguagem da verdade, mostra o que há de falso, de mentiroso na linguagem dos outros ( ... ). Não tem as delicadezas, as intenções filosóficas de Machado de Assis, veladas pelo sorriso cético. Antes é um forte, chicoteia os vendilhões da dignidade nacional”.

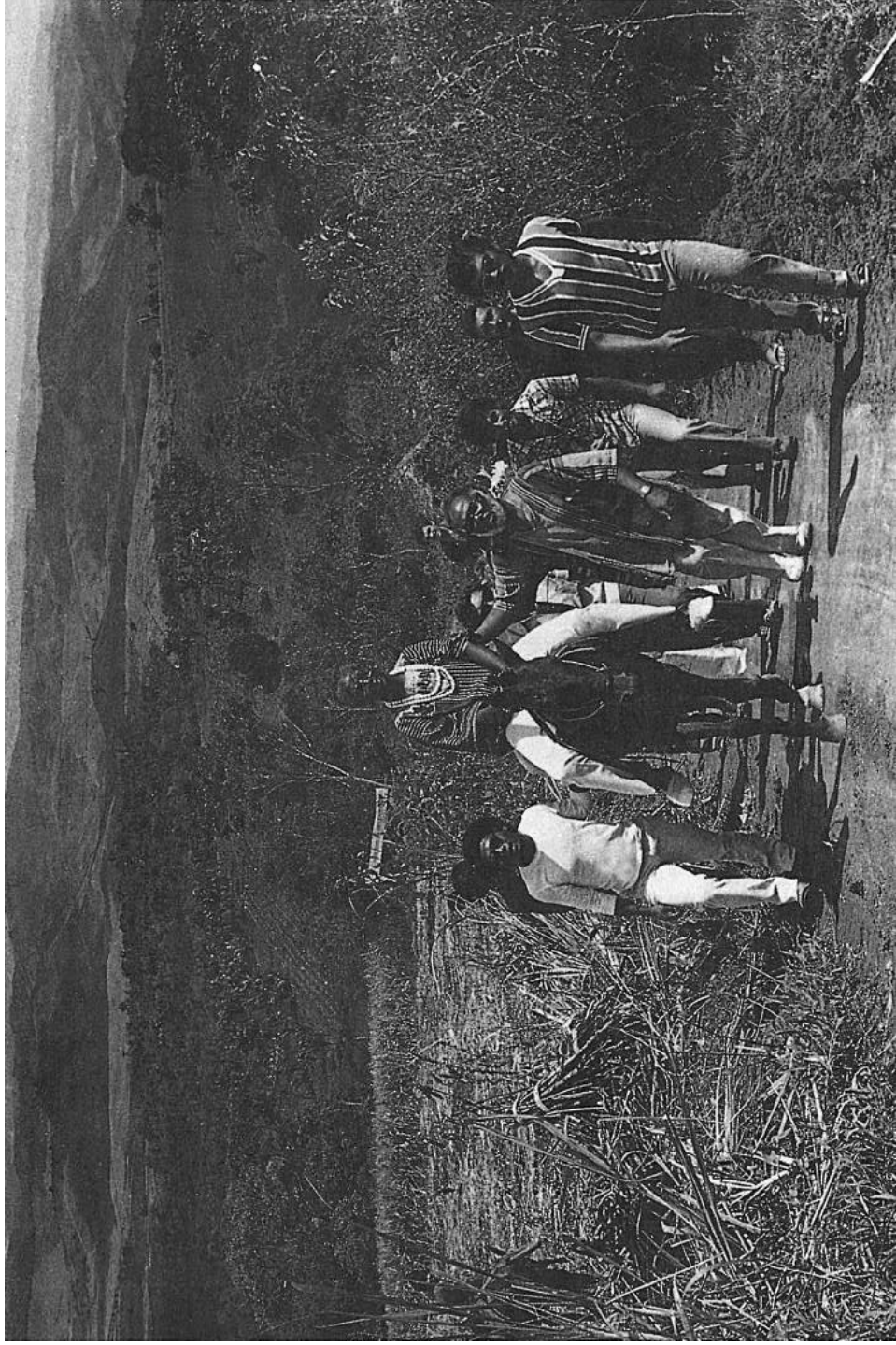
A prolífica obra de Lima Barreto inclui os romances *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Numa e a ninfa*, *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá* e *Clara dos Anjos*, além da sátira *Os Brundangas* e de numerosos contos e crônicas reunidos em diversas coletâneas.

A melhor versão da nossa história de africanos e de afro-brasileiros, só nós mesmos, com nossas razões de vida, podemos contar. Na versão de

Lima Barreto, essa é uma história trágica, de sofrimento e revolta, de crueldade, desespero e ódio. Mas também – e talvez mais que tudo – de imenso amor por uma terra que nós inventamos com trabalho e sangue, que nós construímos com nossos bagos de esperma e lágrimas e esperanças, mas que, em troca, só nos tem dado odesprezo, a humilhação, a exclusão. Graças, porém, à luta tenaz de homens como Lima Barreto, competentes desmistificadores das verdades oficiais, o Brasil vem pouco a pouco tomando consciência de seus problemas mais graves – o racismo dentre eles – e procurando maneiras de resolvê-los. Nossa homenagem, pois, neste 13 de maio, a esse grande negro, a esse grande escritor, a esse grande brasileiro, na certeza de que, onde quer que ele esteja, há de estar feliz vendo crescer o número de brasileiros em geral, e de afro-brasileiros em particular, engajados de corpo e alma na busca de cura para as mazelas que sua pena magistral acuradamente apontava, há tantas e tantas décadas.

Axé!

Foto: Elisa Larkin Nascimento



Mãe Hilda, sacerdotisa baiana (montada), sobe com Tosta Passarinho (esquerda), Abdias Nascimento (centro) e outros companheiros a serra da Barriga para executar as primeiras cerimônias religiosas lá realizadas em homenagem aos ancestrais, em 20 de novembro de 1982.



**Discurso lido no Senado Federal  
em 22 de maio de 1997 pelo senador  
Sebastião Rocha a pedido do  
senador Abdias Nascimento**

*Dia Internacional de Solidariedade  
aos Povos da África Austral*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este meu pronunciamento.

Nos últimos anos, os meios de comunicação tornaram tragicamente comuns imagens que retratam um Continente Africano afligido pelo extremo sofrimento humano e por agudas dificuldades nos planos político e econômico. Imagens de fato tão comuns que acabaram por sedimentar uma percepção distorcida daquele Continente, alimentando os preconceitos desenvolvidos durante a longa noite de cinco séculos que tem como marco inicial a captura e escravização de africanos por portugueses na costa do atual Senegal, em fins do século XV, ponto de partida de um cruel processo de exploração que iria drenar a África de seus maiores recursos materiais e humanos. Espoliado por mais de 500 anos, não surpreende



que os insucessos do Continente Africano acabassem justificando a visão racista que considera os africanos incapazes de constituir Estados viáveis e prósperos. Mesmo que tal capacidade tenha sido sobejamente demonstrada pela História das grandes civilizações que se desenvolveram ao norte e ao sul do Saara, como o Antigo Egito, os Reinos de Axum e de Gana, os Impérios do Mali e de Songhai, brilhantes exemplos da capacidade criativa e de organização dos povos africanos. Uma História, infelizmente, apagada da memória dos europeus e dos africanos na Diáspora, substituída por uma visão estática e uniformizadora, que enxerga na África um Continente das Sombras, um Continente sem História.

Na verdade, a situação adversa em que se encontra a virtual totalidade do Continente Africano tem raízes exatamente na invasão europeia, iniciada cinco séculos atrás, e na “colonização” empreendida pelos europeus. Sob o pretexto de “civilizar” povos pretensamente bárbaros – o “fardo do homem branco”, na formulação do escritor anglo-indiano Rudyard Kipling –, pôs-se em marcha um processo cruel de dominação e exclusão, responsável pela maioria dos males de que a África hoje padece. O total desrespeito à cultura autóctone, cuja própria existência se chegou a negar, e a tradições milenarmente estabelecidas levaria à criação de unidades territoriais descompromissadas com a realidade étnica de cada região. O que explica conflitos como o de Biafra, na Nigéria dos anos 70, ou a atual tragédia que se abate sobre Ruanda e o Burundi, países

traçados artificialmente pela pena do colonizador, que obrigou a conviver sob a mesma bandeira grupos étnicos cuja rivalidade remonta à aurora dos tempos.

Com o fim da Guerra Fria e a queda do regime do *apartheid* na África do Sul, o Continente Africano perdeu o papel estratégico que exercia no conflito de interesses entre os blocos comunista e capitalista. Some-se a isso o processo de reordenação econômica do Ocidente, com o estabelecimento de novas prioridades pelos Estados Unidos e pela Comunidade Econômica Europeia” e a implementação da famigerada “globalização”, cujos efeitos adversos estamos sentindo na própria pele neste país, e teremos um quadro sombrio que, para ser revertido, demandará os esforços concentrados de gerações e gerações de africanos, bem como o apoio concreto de organismos internacionais dedicados à superação da pobreza e dos males a ela associados.

Assim, para nós africano-brasileiros, este 25 de maio, Dia Internacional de Solidariedade aos Povos da África Austral, ou Dia da África, instituído pela ONU em 1972, assume um especial significado, ligados que estamos àquela região pelos laços da cultura e do espírito, transmitidos por nossos antepassados de lá provenientes. Ao longo destes últimos 30 anos, venho acompanhando os esforços da maioria dos países africanos na tentativa de construir os alicerces de um desenvolvimento econômico e social capaz de superar a devastação causada pelo colonialismo. A luta pela libertação da África constituiu-se, na



Senador Sebastião Rocha no Plenário do Senado Federal lendo o discurso do senador Abdias Nascimento que, encontrando-se em Paris, não pode estar presente para homenagear os povos da África, e também os africano-brasileiros, em função do dia 25 de maio, considerado o Dia Internacional de Solidariedade aos Povos da África Austral. O dia 25 de maio é reconhecido pela ONU desde 1972 como o Dia da África.





verdade, num processo continental de marginalização, pois, ao mesmo tempo em que se assinavam os tratados de independência, e em que os povos e líderes africanos eram tomados de esperança, na perspectiva de recuperar a condução de seus próprios destinos e de reconstruir um passado de glórias, os países colonialistas europeus, em conjunto com os Estados Unidos e a África do Sul do *apartheid*, estimulavam os conflitos internos, visando a preservação de interesses nem sempre explicitados. Os mesmos interesses que não hesitariam em eliminar, até mesmo fisicamente, lideranças plenamente engajadas na autêntica luta do povo africano – como Patrice Lumumba, no ex-Congo Belga, Eduardo Mondlane e Samora Machel, em Moçambique, ou Amílcar Cabral, na Guiné-Bissau –, substituídas muitas vezes por títeres a serviço do imperialismo europeu ou norte-americano.

Em 1977 o saudoso e ilustre revolucionário e então presidente Samora Machel, em discurso durante uma reunião do Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique, manifestou com clarividente objetividade sua preocupação com os destinos de seu país e da África como um todo ao afirmar que os africanos se recusavam a serem os eternos fornecedores de matérias-primas, a serem as eternas vítimas de um pacto colonial sob novas roupagens. E que não poderiam continuar pagando preços mais elevados pelos produtos acabados que compravam, ao mesmo tempo em que eram obrigados a vender cada vez mais barato sua força de trabalho.

Nós brasileiros, mais que qualquer outro povo, não podemos ficar indiferentes aos problemas que afligem o Continente Africano. Pois foram africanos os que, com sangue, suor e sêmen, construíram este país que chamamos Brasil, fazendo dele a maior nação africana fora da África. Africanos oriundos, em sua maioria, exatamente da África Austral, onde hoje se situam Angola, Moçambique e África do Sul, além daqueles provenientes da Costa do Ouro, onde ficam atualmente Nigéria e Gana. É tempo, assim, não só de reconhecer e valorizar plenamente o legado africano, por muito tempo oculto e negado, mas de reavivar os laços históricos que nos ligam ao continente de origem de mais de metade da população brasileira. Numa época em que solidariedade e cooperação são termos consolidados pela agenda internacional, nosso país tem se mostrado tímido – para dizer o mínimo – em matéria de iniciativas dessa natureza em relação à África Austral.

Com o fim do *apartheid* na África do Sul – regime cuja condenação, pelo Brasil, nunca ultrapassou o terreno da retórica –, nossa diplomacia tem campo aberto para se mostrar mais engajada, aproveitando as imensas e variadas possibilidades em termos econômicos, tecnológicos, pedagógicos e culturais em relação àquela parcela do Continente Africano. Se temos uma economia relativamente privilegiada no contexto dos países do Sul, é exatamente nesses países que devemos potencializar nossas relações e capacidade de influência. Ao contrário dos países do Norte, para os quais a África Austral é meramente um

terreno minado de incertezas, devemos buscar ali parcerias estratégicas para a concretização de amplas e promissoras possibilidades, num processo que sem dúvida contribuirá para reformularmos em conjunto as bases de nosso desenvolvimento econômico recíproco.

Desse modo, neste Dia Internacional de Solidariedade aos Povos da África Austral, o Dia da África, quando se avizinham as passagens de século e de milênio, quero homenagear, por meio de seus representantes diplomáticos, os países dessa região, em par-

ticular, e da África de maneira geral, manifestando-lhes a amizade dos afro-brasileiros e nosso compromisso com a redenção do Continente Africano. É minha convicção que, para o nosso povo e para o nosso país, o reencontro com a África vai proporcionar, para além dos lucros possíveis numa relação econômica, a retomada da solidariedade de povos que a História irmanou e que ela hoje reaproxima, na luta comum contra a pobreza e pelo desenvolvimento.

Axé!

**Discurso proferido no Senado  
Federal em 24 de julho de 1997**

*Reunião do Conselho de Ministros  
da Comunidade dos Países de  
Língua Portuguesa*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

Acostumado a assumir esta tribuna para criticar com veemência as políticas historicamente adotadas pelo Governo brasileiro em suas relações com os africanos e seus descendentes, dos dois lados do Atlântico, é com satisfação que hoje faço uso da palavra para saudar o que parece ser o início de uma nova postura oficial de nosso país no que diz respeito à África

Semana passada, nos dias 17 e 18, por designação do-presidente Antônio Carlos Magalhães, tive a honra de representar esta Casa, na qualidade de observador, na Reunião do Conselho

de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Salvador, com a presença de representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, além do Brasil, o anfitrião. O principal objetivo do encontro foi avaliar as ações até aqui desenvolvidas pela organização, cuja finalidade precípua é consolidar, desenvolver e valorizar os laços históricos entre os países-membros, com base nos princípios compartilhados de paz, democracia, justiça social e progresso econômico.

Como tenho afirmado reiteradas vezes, não apenas nos discursos aqui proferidos, mas ao longo da minha extensa carreira de militante pela causa negra, o Brasil tem para com a África um débito tão grande que se pode considerá-lo irresgatável. Pois, embora os africanos e seus descendentes tenham sido, quer na situação de escravizados ou de homens livres, os verdadeiros responsáveis pela construção deste país, o Brasil jamais se preocupou em procurar retribuir-lhes, de forma concreta ou simbólica, pelo sangue, suor e sêmen com que fertilizaram esta nossa terra. Ao contrário: enquanto aos afro-brasileiros se tem reservado uma humilhante posição de subalternidade, alicerçada no preconceito e na discriminação, a política africana do Itamaraty se tem caracterizado historicamente, ora pelo alinhamento às forças reacionárias do colonialismo, ora por um maldisfarçado oportunismo que utiliza os liames etno-históricos como instrumentos de abordagem de uma política predatória e irresponsável.

A reunião de Salvador, contudo, atesta, se não a radical mudança de orientação que temos por tanto tempo reclamado, ao menos um sinal significativo de que novos ventos estão soprando sobre as cabeças dos formuladores da política externa deste País. Em seu discurso de boas-vindas, nosso ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia – eleito para ocupar o cargo de presidente do Conselho de Ministros da CPLP –, fez questão de enfatizar o papel que se espera da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: um instrumento eficaz de ação diplomática, no âmbito dos países-membros e entre estes e o resto do mundo, de modo a se transformar, de maneira gradual mas efetiva, numa força em favor de seus componentes, ajudando-os a melhor projetar e defender, na base do consenso, seus interesses comuns na arena internacional.

Na verdade, a cooperação entre o Brasil e a África lusófona não está começando agora, mas teve início nos anos 70, em pleno governo militar, sob a égide da política oportunista denominada “pragmatismo responsável”. Centrada numa perspectiva mercantilista, que via a África como potencial mercado para os produtos brasileiros, essa política deu espaço a algumas iniciativas positivas no campo da cooperação cultural, embora excessivamente tímidas e fragmentárias para serem vistas como parte de um esforço sério e consequente. As novas nações africanas, especialmente as de língua portuguesa, sempre alimentaram uma enorme expectativa quanto à contribuição do Brasil em seu processo

de reconstrução e desenvolvimento. Um dos principais fatores a alimentar essa expectativa é o fato de o Brasil haver desenvolvido uma tecnologia dita “intermediária”, mais adaptada às condições humanas, climáticas e infraestruturais do chamado Terceiro Mundo do que a tecnologia de ponta elaborada nos Estados Unidos ou na Europa.

Assim, uma das boas novidades do encontro de Salvador foi a apresentação, pelo Brasil, de uma pauta de propostas concretas de cooperação em áreas sensíveis e consequentes para o desenvolvimento de nossos parceiros africanos. Dela constam dez projetos a serem desenvolvidos nas áreas de saúde, educação, agricultura, formação de recursos humanos, modernização administrativa e segurança alimentar. Desses projetos, três são multilaterais, envolvendo o Brasil, de um lado, e, de outro, todos os países africanos de língua oficial portuguesa – os chamados PALOPs: um projeto de desenvolvimento integrado da mandioca, um projeto na área de prevenção e profilaxia da AIDS e um projeto de cooperação em treinamento e desenvolvimento de tecnologia para apoio em políticas de saúde e cuidados primários. Os sete projetos restantes deverão ser desenvolvidos em bases bilaterais com cada um dos PALOPs.

Três deles envolvem Angola, nas áreas de atendimento a crianças e adolescentes em circunstâncias particularmente difíceis, desenvolvimento de políticas sociais destinadas à reinserção dos deslocados, repatriados e desmobilizados e criação de um centro móvel de formação

profissional. Com Cabo Verde, será desenvolvido um projeto de modernização administrativa no serviço público, além de sistemas informatizados de recursos humanos. Trata-se, aqui, de reativar uma área de cooperação que já demonstrou sua oportunidade e viabilidade. Com a Guiné-Bissau, será realizado um projeto-piloto de cooperação no âmbito do programa especial de segurança alimentar da FAO – um projeto inovador, que pela primeira vez o Brasil tenta implementar em parceria com outro país. A formação de recursos humanos em mineração constitui o objeto do projeto de cooperação com Moçambique, envolvendo um setor que apresenta não apenas uma importância central para a economia daquele país, mas também um bom potencial de intercâmbio com o Brasil. Por fim, mas não menos importante, o projeto a ser desenvolvido com São Tomé e Príncipe está voltado à melhoria do sistema de ensino básico daquele país, com o propósito de contribuir para aperfeiçoar a qualidade do ensino e, ao mesmo tempo, valorizar a língua portuguesa como instrumento de educação e de formação.

A ideia é que esses projetos, cujo orçamento total é da ordem de 3 milhões de dólares, constituam o ponto de partida de um grande programa de cooperação, ao qual se deseja trazer o aporte de outros países ou instituições internacionais que deles desejem participar dentro do espírito de solidariedade construtiva que inspira a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Comprovando que essa cooperação é politicamente desejável e tecnicamente factível, esses

projetos deverão lançar, nas palavras do ministro Lampreia, as bases de uma continuada e crescente cooperação futura.

Num mundo que cada vez mais se organiza em blocos cimentados pela política e a economia, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem, sem dúvida alguma, um importante papel a exercer. Temas globais como o meio ambiente, o crime organizado, os direitos humanos, a reforma das Nações Unidas, a integração econômica, o impacto da globalização sobre as economias emergentes, o reforço das instituições financeiras internacionais demandam não apenas posições concertadas, mas igualmente uma identidade comunitária que fortaleça a posição individual de cada país na mesa de negociações.

Além dessa pauta específica, a reunião de Salvador discutiu também a grave situação política de Angola, onde as forças da UNITA teimam em desobedecer o Protocolo de Lusaka e as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU. Fez-se um apelo ao líder da UNITA para que apresente à Missão de Observação das Nações Unidas em Angola todos os efetivos militares que escaparam ao controle da ONU com vistas a serem desmobilizados, permitindo dessa forma a extensão, sem sobressaltos, da administração do Estado a todo o território nacional, bem como a livre circulação de bens e de pessoas. Foi também reafirmado o apoio à autodeterminação do povo do Timor Leste, com votos de congratulações ao Dr. Ramos Horta e ao bispo D. Ximenes Belo pelo Prêmio Nobel da Paz. Ao final dos tra-

balhos, os ministros assinaram o Acordo de Cooperação entre os Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

Embora alvissareiras, as boas-novas da reunião de Salvador representam, em nossa visão de afro-brasileiro, apenas um início, ainda úmido e hesitante, no rumo de uma política africana capaz de fazer jus às expectativas acumuladas em décadas de omissão, oportunismo e irresponsabilidade. Sabemos também que, no próprio seio do Governo e, mais especificamente, do Itamaraty, setores inconformados trabalham na surdina para boicotar essa iniciativa, na visão estreita de que ela implicaria o desperdício de recursos físicos e humanos em projetos que beneficiariam unilateralmente nossos parceiros africanos. Os adeptos dessa postura ignoram – ou fingem ignorar – os ganhos, sobretudo políticos, a serem obtidos por nosso País com a consolidação desse bloco de nações. Como, por exemplo, a concretização do desejo do Brasil de integrar, como membro permanente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que tem o pleno apoio dos países-membros da nova organização. Ao mesmo tempo, a inevitável superação dos problemas mais graves que afetam os PALOPs trará como consequência a abertura de novas oportunidades na área econômica, oportunidades essas que o Brasil estará em condições privilegiadas de usufruir.

Resta também assinalar a eficiente organização do evento, sob a competente responsabilidade do embaixador Ivan Cannabrava. O governador Paulo Souto deu aos participantes da reunião o acolhimento proverbial do povo baiano: gentileza e afeto tão de acordo com a beleza e a poesia daquela cidade verdadeiramente africana.

Assim, embora muito reste a ser feito, quero exprimir uma vez mais minha satisfação pelo papel que o Brasil começa a exercer em suas relações com os países africanos de língua portuguesa. Que a reunião de Salvador possa ser saudada, num futuro próximo, como o marco inicial de uma nova era de cooperação e intercâmbio entre esses povos, unidos pela língua e pela história

Antes de encerrar, quero solicitar ao Senhor Presidente que se inclua, como parte deste meu discurso, o Comunicado Final da Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para que este possa constar dos Anais desta Casa.

Axé!

[ANEXO]

**COMUNICADO FINAL  
DA REUNIÃO DO CONSELHO  
DE MINISTROS DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES  
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

1. Os Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe reuniram-se na cidade de Salvador, Brasil, em 17 e 18 de julho de 1997, com a presença do Secretário Executivo da CPLP. Na ocasião foi eleito o Ministro das Relações Exteriores do Brasil para ocupar a Presidência do Conselho de Ministros.

2. Os Ministros registraram com apreço o relatório apresentado pela Presidência cessante portuguesa, designadamente no que se refere à instalação do Secretariado Executivo, inauguração da respectiva sede e montagem da arquitetura jurídica e financeira da Organização, que permitiu a institucionalização e o arranque das atividades da Comunidade.

3. Os Ministros passaram em revista as atividades desenvolvidas no âmbito da CPLP e, em particular, o plano de atividades do Secretariado Executivo aprovado pela reunião Ministerial de Nova York, aos 26 de setembro de 1996, e reafirmaram a sua confiança na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como instrumento privilegiado para consolidar, desenvolver e valorizar os laços históricos comuns,



com base nos princípios compartilhados de paz, democracia, justiça social e progresso econômico.

4. Os Ministros tomaram conhecimento das ações levadas a cabo pelos órgãos da Comunidade para implementar as decisões e recomendações emanadas da Conferência de Chefes de Estado e de Governo e do Conselho de Ministros no âmbito das orientações gerais expressas na Declaração Constitutiva e nos Estatutos, designadamente para incrementar a cooperação em todos os níveis – cultural, econômico, social, científico e jurídico-institucional –, bem como a concertação político-diplomática. Assim, os Ministros registraram com agrado a realização de diversas reuniões setoriais, tendo instruído o Comitê de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo para acompanharem a implementação das resoluções pertinentes.

5. Os Ministros reiteraram a necessidade de reforçar os mecanismos de concertação político-diplomática entre os Estados-Membros no sentido de preservar os seus legítimos interesses no cenário internacional, em particular no processo de reforma em curso no sistema das Nações Unidas e nas organizações regionais de que são membros. Na perspectiva do alargamento do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a assegurar a integração de três países em desenvolvimento e mais dois países desenvolvidos, os Ministros reafirmaram o seu desejo de apoiar a inclusão do Brasil como membro permanente daquele órgão.

6. Os Ministros registraram com satisfação a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que mereceu o apoio dos Estados-Membros. A presença de Portugal naquele órgão da ONU, juntamente com o segundo ano do mandato da Guiné-Bissau, reforça a visibilidade internacional da CPLP e a sua capacidade de intervenção no sistema das Nações Unidas.

7. Os Ministros escutaram a informação prestada pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola e manifestaram a sua preocupação pela grave situação que põe em causa a implementação integral do Protocolo de Lusaka. Nesse contexto, reiteraram o seu apoio às Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nomeadamente a Resolução nº 864 e a nº 1.118/97, que enunciaram um conjunto de medidas, em particular contra a UNITA, e a declaração da mediação e da Troika de 14 de julho de 1997, em que são condenados com a maior energia atos negativos recentemente praticados por aquele movimento. Com efeito, apelaram ao líder da UNITA para que apresente à Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) todos os efetivos militares que escaparam ao controle das Nações Unidas com vistas a serem desmobilizados, permitindo, desta forma, a extensão sem sobressaltos da Administração do Estado a todo território nacional e a livre circulação de pessoas e bens.

8. Os Ministros reafirmaram seu apoio à autodeterminação do Povo Timorense e congratularam-se pela atri-



buição do Prêmio Nobel da Paz ao Bispo D. Ximenes Belo e ao Doutor Ramos Horta. Neste quadro, os Ministros registraram com satisfação o novo formato negocial proposto pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, com vista ao relançamento do diálogo tripartite e do diálogo intratimorense, para encontrar uma solução justa, global e internacionalmente aceitável da questão do Timor Leste, no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu povo, em conformidade com o Direito Internacional. Expressaram preocupação pelo agravamento das violações de Direitos Humanos e liberdades fundamentais recentemente ocorridas no Território e apelaram ao cumprimento integral das resoluções da Comissão dos Direitos Humanos aprovadas sobre a matéria.

9. Os Ministros tomaram nota igualmente dos projetos aprovados e dos implementados com o apoio financeiro do Fundo Especial. Neste contexto, congratularam-se pelas importantes iniciativas e apoios de organizações da sociedade civil, fundamentalmente através da realização de eventos e projetos que muito contribuíram para a materialização dos objetivos fixados na Declaração Constitutiva da CPLP.

10. Os Ministros decidiram adotar as recomendações emanadas da 1ª Reunião dos Responsáveis Políticos pela Cooperação da CPLP, realizada em Lisboa nos dias 16 e 17 de abril de 1997.

11. Os Ministros, examinando a questão da valorização da Língua Portuguesa, encarregaram o Secretariado

Executivo de convocar uma reunião com responsáveis governamentais e outras entidades competentes para aprofundar a discussão sobre o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

12. Os Ministros registraram com satisfação a aprovação pela Assembleia Nacional de Cabo Verde do Estatuto do Cidadão Lusófono, que estabelece um tratamento específico e privilegiado aos cidadãos dos Estados-Membros da CPLP em Cabo Verde, facilitando, desse modo, a livre circulação de pessoas e bens e promovendo a integração, o que se revela como uma contribuição importante para a consolidação e o desenvolvimento da CPLP.

13. O Conselho de Ministros deferiu à apreciação do Conselho de Concertação Permanente a avaliação da proposta de regimento do Fundo Especial apresentada pela Secretaria do Executivo.

14. Os Ministros aprovaram resoluções relativas ao Regimento Interno e ao Orçamento.

15. Os Ministros aprovaram uma resolução sobre o Estatuto de Observador, e decidiram propô-la à adoção da próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

16. Ao final dos trabalhos, os Ministros assinaram o Acordo de Cooperação entre os Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas,

17. Os Ministros aceitaram com satisfação o convite para que a próxima reunião do Conselho de Ministros se realize em Cabo Verde e tomaram boa nota do apelo de Cabo Verde aos demais Estados-Membros e ao Secretariado no sentido de apoiarem os seus esforços de organização desse evento e da próxima

Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Praia.

18. Os Ministros expressaram ao Brasil, ao Estado da Bahia e à cidade de Salvador o seu agradecimento pelo acolhimento caloroso e pela hospitalidade fraterna dispensados a todos os participantes da reunião do Conselho de Ministros da CPLP.

**Discurso proferido no Senado  
Federal em 19 de junho de 1997**

*Tributo a Luís Gama e Machado de  
Assis*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, início  
este pronunciamento.

É com grata satisfação que subo a esta tribuna para compartilhar com meus ilustres colegas desta Casa a oportunidade de reverenciarmos as memórias de dois homens de magna importância para a História e para a cultura deste País.

Quis o destino, com a riqueza que sempre nos reserva, apontar dois modos e dois tempos para olharmos um só fato dos anos de 1800. Falo de uma época de mudanças, de fervuras no caldeirão da liberdade, que por aqui era levado em fogo brando pelas elites, pois a escravidão se colocava como princípio motor da vida em terras brasileiras. Tão tími-

das eram as vozes que ousavam erguer-se pela liberdade dos africanos e seus descendentes escravizados que, não fosse por eles próprios, não se sabe por quanto tempo mais se estenderia aquela tragédia que então parecia infindável.

Dois modos, dois olhares e dois afro-brasileiros que marcariam de forma definitiva a vida nacional, influenciando as gerações vindouras com o exemplo de suas trajetórias de vida – apesar de tão díspares – e de suas realizações. Refiro-me, em primeiro lugar, a Luís Gama, poeta satírico, precursor do abolicionismo, nascido em Salvador, Bahia, no dia 21 de junho de 1830, sobre quem me deterei mais adiante. E a Joaquim Maria Machado de Assis, nascido na mesma data, oito anos depois, no Rio de Janeiro – um afro-brasileiro que iria destacar-se, no campo das letras, como poeta, romancista, crítico e cronista, enriquecendo a literatura brasileira de páginas primorosas, como as de *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

A importância da obra de Machado de Assis para a cultura brasileira, ninguém pretende – nem poderia – ofuscar. Não foram poucas, porém, as críticas que lhe fizeram alguns de seus contemporâneos, homens que viviam a plenitude da causa abolicionista, quanto à sua postura de aparente indiferença por aquele movimento. Embora se impusesse com todo o talento às exigências intelectuais da época, e demonstrasse uma singular habilidade em driblar as futricas e maledicências dos círculos intelectuais – pelo que merece todo o nosso respeito e admiração –, raras fo-

ram as oportunidades em que Machado de Assis demonstrou simpatia pela causa de seus irmãos escravizados. Não por acaso, ao endossar as palavras elogiosas com que o “mulato” Machado fora homenageado na imprensa após sua morte, conhecido intelectual da época fez uma única ressalva: não se deveria chamá-lo de mulato, pois ele preferiria ser considerado um grego e não um negro. Sua genialidade, que mais tarde lhe granjearia o reconhecimento como um dos mestres da literatura universal, nunca se somou ao legado libertário de um José do Patrocínio, de um Cruz e Sousa ou de um Luís Gama. Assim, foi praticamente à sua revelia que a História, persuasiva como só ela sabe ser, acabou incorporando o menino franzino do morro carioca do Livramento, que um dia iria fundar e presidir a Academia Brasileira de Letras, à galeria dos grandes gênios afro-brasileiros.

Bem diversa foi a trajetória de Luís Gama, marcada por fatos que poderiam ter-lhe afetado a humanidade, tê-lo embrutecido, fazendo-o fraquejar diante do drama da escravidão e das possibilidades de que dispunha para sobreviver. Sua mãe, uma mulher africana de nome Luísa Mahin, é hoje considerada um referencial mítico da identidade e das lutas dos afro-brasileiros contra o racismo. Descrita pelo próprio Luís Gama como “muito altiva, geniosa. insofrida e vingativa”, Luísa Mahin foi, na verdade, uma revolucionária cuja frequente participação em projetos insurrecionais – inclusive as famosas Revoltas dos Malês na Bahia – acabaria por levá-la várias vezes à prisão, até sua viagem sem re-



Luiz Gama. Foto reproduzida do livro *A mão afro-brasileira*.





torno ao Rio de Janeiro, em 1837. Foi na personalidade, na figura emblemática de sua mãe, de quem se viu separado desde os sete anos de idade, que Luís Gama construiu sua própria identidade, sua moral e seus valores libertários, que tanto contribuíram para o entendimento e a construção da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Sobre o pai, um abastado fidalgo cujo nome sempre ocultou – talvez como forma de bani-lo da lembrança –, Luís Gama, em carta ao amigo Lúcio Mendonça, datada de 25 de julho de 1880, contou o seguinte:

Meu pai, não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo; e pertencia a uma das principais famílias da Bahia, de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome. (...) Ele foi rico; e, nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e, reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luís Cândido Quintela,

seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina. ao largo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho “Saraiva”.

Outra contradição viveria Luís Gama. Embora tivesse apenas dez anos de idade, sua naturalidade era a Bahia, terra de escravos famosos pela rebeldia. Por sua origem, viu-se seguidamente escolhido e rejeitado em diversos pontos de venda de escravos, antes de ser comprado. Passou o restante da infância vivendo na periferia de uma casa-grande, em São Paulo, envolvido em funções como as de copeiro, sapateiro e alfaiate. Só aos 17 anos aprendeu a ler e contar. graças à amizade e ajuda do jovem Antônio Rodrigues do Prado Júnior, estudante de humanidades que mais tarde viria a ser juiz.

Tão logo domina as letras, Luís Gama trata de reunir provas de que nasceria livre, e vai “assentar praça”. Entre 1848 e 1854, chega ao posto de cabo. Mas sua carreira militar é interrompida depois de submetido a conselho por suposta insubordinação, por ameaçar um oficial que o havia insultado.

Embora, como poeta, tenha publicado apenas um livro – *Primeiras trovas burlescas de Getulino* –, Luís Gama conseguiu, com sua verve satírica, em plena escravidão e em pleno romantismo, abalar a unanimidade em torno dos rígidos cânones literários europeus vigentes naquele tempo. A oralidade africana, o olhar do afro-brasileiro,

a afronta à norma culta do idioma são pulsantes nos versos de Luís Gama. Como se ele estivesse falando para uma cultura sobre as idiossincrasias de outra, o que ressalta nos versos do poema “Quem sou eu”, conhecido popularmente como “Bodarrada”:

Bodes há de toda casta  
Pois que a espécie é muito vasta (...)  
Bodes ricos, bodes pobres  
Bodes sábios, importantes  
E também alguns tratantes ...  
Aqui nesta boa terra,  
Marram todos, tudo berra ( ... )

Tão rico é o nosso passado que decerto Olorum nos há de guiar para que não percamos – pois este é um iminente perigo – as riquezas do nosso presente. Quanto mais explícita, mais surpreendente – e às vezes cruel – se faz a História. Quantas de nossas crianças hoje, com o simples acesso a uma escola e alguma alimentação, não mudariam suas vidas, seus destinos, como ocorreu com Luís Gama – em condições ainda mais difíceis que as atuais.

Quero evitar recorrências, mas não posso. Luís Gama é ainda um símbolo de moral e dignidade. Foi um afro-brasileiro que, como Gregório de Matos dois séculos antes, ironizou os ridículos da Corte e das elites, que tanto influíram e ainda influem em nossas vidas, até mesmo na forma como nos tratamos no cotidiano. Não posso, assim, deixar de celebrá-lo. Não falo do louvor formal, inosso, das homenagens vazias. Falo da vibração de meu espírito por um ancestral com quem me identifico

na maioria das agruras, dentre as quais o sofrimento do cárcere, pelas razões desiguais da justiça em nosso país, a qual pune aqueles que lutam para fazer valer os princípios fundamentais da cidadania e do direito.

Mas o grande feito de Luís Gama, abolicionista desde a década de 1850, foi ter conseguido, com sua atividade como prático de advocacia, mesmo sem o diploma acadêmico, a alforria para mais de 500 de seus irmãos em cativeiro. Conhecido e respeitado como grande tribuno pela eloquência na defesa da causa dos humildes, seus brilhantes discursos – como aponta seu biógrafo Sud Menucci – infelizmente se perderam, pois não foram registrados.

Alvo de uma perseguição política que o levou a perder o emprego público, Luís Gama participou de partidos políticos, quase sempre se desiludindo ante a predominância, entre os “progressistas” de então, da ideia de uma república escravocrata. Raul Pompeia, em artigo intitulado “A última página de um grande homem”, publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1882, assim o descreveu:

( ... ) Luís Gama fazia de tudo: literatura, consolava, dava conselhos, demandava, sacrificava-se, lutava, exauria-se no próprio ardor, como uma candeia iluminando à custa da própria vida as trevas de desespero daquele povo de infelizes, sem auferir uma sombra de lucro, entendendo que advogado não significa o indivíduo que vive dos jantares que





Machado de Assis quando jovem. Foto reproduzida do livro *A mão afro-brasileira*.



lhe paga Têmis; entendendo que  
se deve fazer um pouco de justiça  
grátis, E, com essa filosofia,  
empenhava-se de corpo e alma,  
fazia-se matar pelo bem,

Luís Gama faleceu, vítima de diabetes,  
em 24 de agosto de 1882, sem ver  
uma Abolição da qual decerto discordaria  
na forma como foi feita, Seu legado,  
porém, permanece presente na luta dos

afro-brasileiros contra o racismo e a discriminação  
em nosso país, E por mais  
que o Brasil avance em direção à plena  
justiça e à igualdade para todos, sonho  
de todos nós, teremos sempre em Luís  
Gama um referencial de luta e sacrifício  
pela causa da liberdade,

Axé!



**Discurso proferido no  
Senado Federal  
em 5 de junho de 1997**

*Marcus Garvey  
e a causa pan-africana*

Senhor Presidente, Senhoras e  
Senhores Senadores,

Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

Acontecimento mais relevante da história deste milênio, a invasão do Continente Africano por europeus a partir do século XVI, com a escravização e migração forçada de milhões de seus filhos e a transformação dos restantes em súditos coloniais, alterou para sempre a face do planeta. Pode-se afirmar, sem medo de exagero, que o transplante de enormes contingentes de africanos para o outro lado do Atlântico não apenas moldou a face das sociedades americanas, mas constituiu o principal motor de processos fundamentais, como a Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo, responsáveis pela configuração do mundo, tal como hoje o conhecemos.

Dentre as consequências negativas desse fato histórico, encontram-se os principais vetores da instabilidade de

que padece não apenas a África mesma, mas igualmente boa parte das Américas, sem esquecer a própria Europa. Questões como o racismo e a xenofobia, que têm nos descendentes de africanos no Novo e no Velho Mundo seus alvos preferenciais, encontram-se nas raízes de problemas como a violência urbana, as crianças de rua, a favelização das metrópoles. Ao mesmo tempo, as sequelas do colonialismo se espelham com clareza no empobrecimento e nas sangrentas lutas fratricidas que nos acostumamos a associar a determinadas regiões da África, frutos da atomização e do artificialismo que presidiram à imposição das atuais fronteiras dos países africanos pelos centros político-militares europeus de força.

Com todo o sofrimento e toda a dor que constituíram parte integrante desse processo cruel, a história da resistência africana na própria África e nas Américas é também uma saga repleta de heroísmo, bravura, determinação e criatividade. Qualidades que possibilitaram que um povo dominado pelo poder das armas, reforçado por toda espécie de ideologia mistificadora, conseguisse impor boa parte de sua cultura, de seus valores, de sua arte, de sua religião aos seus dominadores, a despeito da suposta superioridade por estes autoproclamada. Tudo isso não aconteceu de graça, mas em resultado de uma luta tão multifacetada quanto as próprias estratégias de dominação elaboradas pelos escravizadores europeus e seus descendentes. Uma luta a um tempo nos planos material e ideológico, envolvendo não somente as armas convencionais de cada

época e lugar em que tem sido travada, mas igualmente a palavra e o pensamento, tendo por meta a derradeira conquista das consciências e mentes de europeus, africanos e seus descendentes. Objetivo último dessa luta: a supremacia final, para uns, ou a plena liberdade, para outros.

Uma das noções mais antigas entre os povos africanos escravizados nas Américas é a de que sua liberdade não se resgataria com simples apelos emotivos ao coração do dominador. Mais do que isso, a percepção de que uma África unida, livre da hegemonia europeia, constituiria uma fonte de força e apoio aos negros em todo o mundo. Essa visão, raiz mais profunda daquilo que viria a ser conhecido como pan-africanismo, encontra-se presente, mesmo que de forma incipiente, no ideário dos principais movimentos de luta organizada contra a escravidão nas Américas. Estava presente em Palmares, que congregava africanos de todas as origens, assim como seus descendentes, em busca da mesma liberdade por que lutaram os *maroons* do Caribe, os revoltosos da Centro-América e os revolucionários libertadores do Haiti.

O pan-africanismo é a teoria e a prática da unidade essencial do mundo africano. Não há nenhuma conotação racista nessa unidade, que se baseia, não em critérios superficiais, como a cor da pele, mas na comunidade dos fatos históricos, na comunidade da herança cultural e na identidade de destino em face do capitalismo, do imperialismo e do colonialismo. O pan-africanismo reivin-

dica a unidade do Continente Africano e a aliança concreta e progressista com a diáspora unida, que incorpora populações asiáticas, como os dravídicos da Índia e os aborígenes australianos, saídos do Continente Africano há dezenas de milhares de anos. E também a nova diáspora negra na Europa, constituída, fundamentalmente nos últimos 30 anos, pela migração procedente da África e do Caribe.

O primeiro registro histórico de uma reivindicação de caráter tipicamente pan-africano data de meados do século XVIII, na forma de uma petição em que escravos da colônia inglesa que um dia se transformaria nos Estados Unidos da América pleiteavam a volta à África depois de libertados. A mesma ideia presidiu à fundação em 1787, por um grupo de afro-americanos, da cidade de Freetown – que mais tarde viria a ser a capital da Serra Leoa –, revertendo um projeto originalmente racista e paternalista que só ganhou força quando ressuscitado e recuperado por africanos e descendentes oriundos do Caribe e da América do Norte.

O século XIX assistiu ao crescimento e consolidação do ideal pan-africano, impulsionado, nos Estados Unidos, por nomes como Prince Hall, John Russworm, o bispo McNeil Turner e o grande ativista Edward Blyden. O mesmo ideal que, sob diferentes formulações, propelia ao mesmo tempo os movimentos anticoloniais africanos. Na África do Sul, por exemplo, desde a sua criação, no início deste século, o Congresso Nacional Africano, que dé-

cadadas mais tarde concretizaria o sonho aparentemente utópico de um governo de maioria negra, incorporou integralmente ao seu programa o ideal pan-africano. Como se percebe no profético discurso do nacionalista sul-africano Isaka Seme, proferido em 1905 na Columbia University:.

O gigante está acordando!  
Dos quatro cantos da terra os filhos da África marcham em direção à porta dourada do futuro, carregando o registro de proezas de valor realizadas.

Dentre os inúmeros intelectuais e ativistas dedicados à causa pan-africana nestes últimos dois séculos, um nome se destaca: o de Marcus Garvey, responsável pela fundação do principal movimento internacional negro em toda a história – a UNIA (Universal Negro Improvement Association, Associação Universal para o Avanço Negro), organização que chegou a ter 35 mil militantes inscritos nos Estados Unidos, 52 filiais em Cuba, oito em Honduras, oito na África do Sul, 47 no Panamá e 25 na Costa Rica – onde tive a oportunidade de visitar o casarão histórico em que funcionou seu quartel-general para a região, ainda preservado na Província de Limón. Além de sucursais no Brasil, Equador, Nigéria, Porto Rico, Austrália, Nicarágua, México, Barbados, Serra Leoa, Inglaterra e Venezuela.

Marcus Garvey nasceu em St. Ann's Bay, na Jamaica, a 17 de agosto de 1887. Filho de um pedreiro do mesmo nome, descendente dos aguerridos *maroons*, que desafiaram – por vezes



com sucesso – a ordem colonial britânica na Jamaica e em todo o Caribe. cedo demonstrou uma aguda inteligência e uma inquietação em face de problemas sociais e raciais que iria acompanhá-lo até a morte. Já aos 16 anos, como aprendiz de gráfico, seu primeiro emprego, o jovem Garvey iniciava sua atuação como ativista político, participando de uma greve de sua categoria. Pouco depois, publicou seu primeiro jornal. *The Watchman* (O Vigilante), em que expunha suas ideias e preocupações sobre temas vinculados a raça e classe.

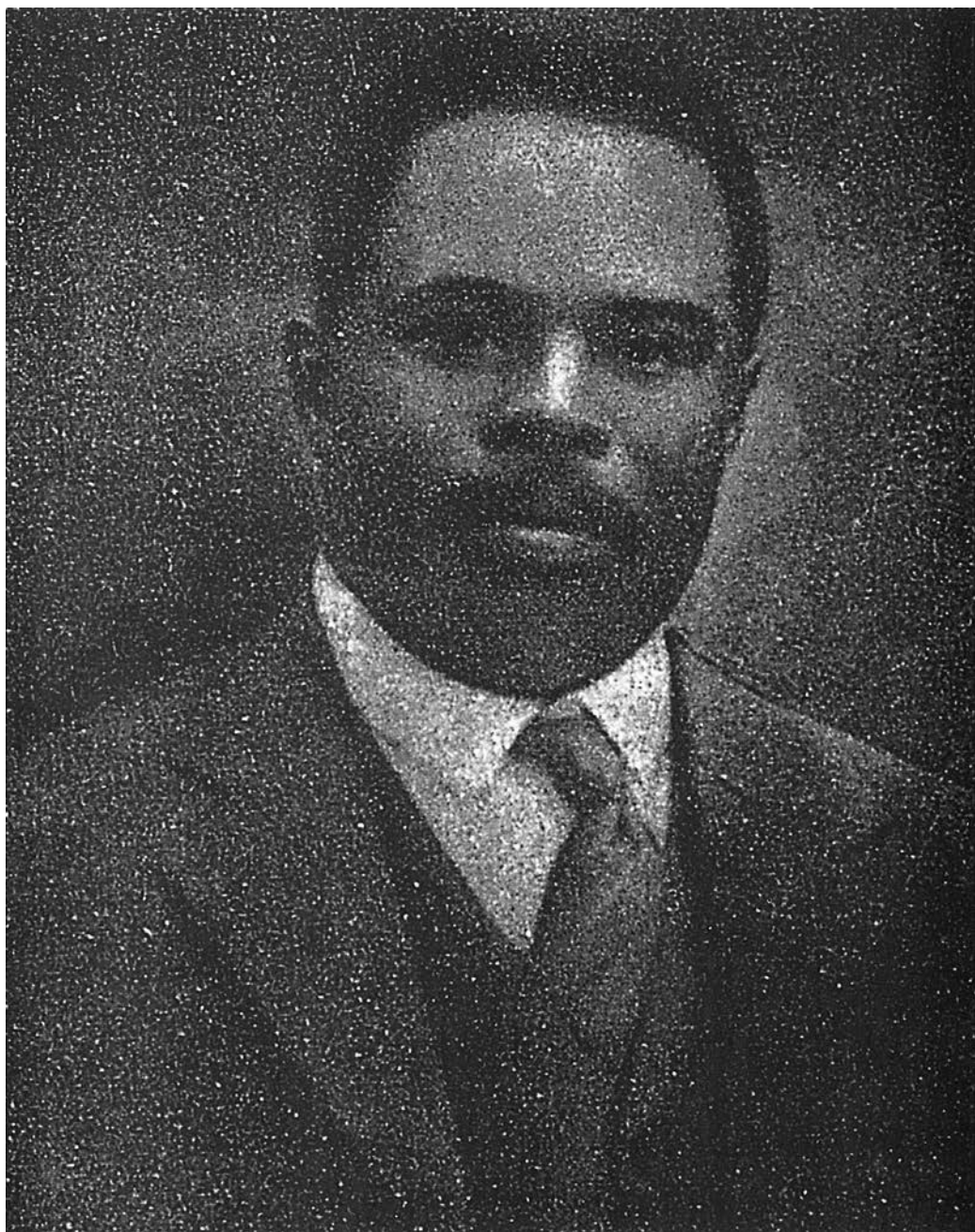
Essas preocupações o levariam em frequentes viagens ao exterior, nas quais a visão dos descendentes de africanos ocupando em toda parte a base da pirâmide social acabaria consolidando suas posições ideológicas e forjando os elementos essenciais de sua plataforma antirracista, anti-imperialista e anticolonialista. Assim foi no Panamá, porto de destino de milhares de jamaicanos atraídos pelos empregos oferecidos com a construção do Canal, mas discriminados em favor dos operários brancos. Também no Equador, na Nicarágua, em Honduras, na Colômbia e na Venezuela, onde os negros, empregados na mineração ou nas plantações de tabaco, pareciam incapazes de melhorar as humilhantes condições em que viviam.

Em 1912, Marcus Garvey, aos 25 anos de idade, chega a Londres, onde vai trabalhar, estudar e desenvolver-se na percepção de novas dimensões da luta negra. A capital do Império Britânico, ainda nos picos de seu poderio, era o ponto focal da efervescente atividade

intelectual e política que marcou o período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial. Um ano antes, em 1911, a cidade abrigara um Congresso Mundial sobre Raça, organizado sob os auspícios do Movimento Inglês de Cultura Ética – o mesmo Congresso em que o representante brasileiro declarou candidamente estar o Brasil resolvendo seu problema racial por meio da miscigenação, que acabaria com os negros dentro de um século. À miscigenação, acrescente-se, devemos somar as péssimas condições de vida que ajudariam a liquidar o povo afrodescendente neste país. A literatura, as atitudes e os debates relativos a esse Congresso ainda eram motivo de acesas polêmicas quando Marcus Garvey chegou a Londres. Igualmente importante era a nova literatura anticolonialista produzida na África Ocidental.

As ideias do jovem Garvey sobre a redenção africana ganharam contornos definitivos quando se associou ao intelectual nacionalista Duse Mohammed Ali, um egípcio de ascendência sudanesa que publicava o jornal mensal *The African Times and Orient Review*. O período londrino completou a educação política de Marcus Garvey. Ele estava pronto para a sua tarefa. Em 1914, retornou à Jamaica e fundou uma organização, que denominou Associação Universal para o Avanço Negro e Liga das Comunidades Africanas. Dois anos depois, encorajado pelo líder afro-americano Booker T. Washington, desembarca em Nova York. No Harlem, toma contato com as especificidades da questão racial nos Estados Unidos. Os





Marcus Garvey. Foto reproduzida do livro *Garvey and Garveyism*, de A. Jacques Garvey, organizadora e publicadora. Kingston, Jamaica, 1963.



negros do Sul fugiam para o Norte, deixando atrás de si o sistema aparteidista do Jim Crow, os linchamentos, a falta de direitos políticos, a servidão e a miséria. No Norte, ganhavam melhores salários nas fábricas, que agora tinham de alimentar a máquina de guerra, mas eram obrigados a viver em casas caindo aos pedaços, em bairros miseráveis, e seus filhos frequentavam escolas precárias, tanto nas instalações quanto no ensino. Os poucos que ousavam usar estratégias para comprar residências em bairros de brancos viviam apavorados pela possibilidade de bombas racistas explodirem em suas casas ou de suas famílias serem ameaçadas na rua.

Não existia nessa época uma organização verdadeiramente negra em Nova York. As que havia eram multiraciais, dirigidas por brancos e mestiços de pele clara. Garvey começou sua pregação discursando nas esquinas do Harlem. Logo precisou ocupar espaços maiores, na medida em que crescia o público interessado em sua mensagem positiva, que falava de uma ação internacional em favor do negro. Essa reação estimulou Garvey a instalar nos Estados Unidos a sua UNIA, que se distinguia das demais organizações por ser exclusivamente negra e defender um programa ousado e radical. Categorizando a luta negra como de direitos humanos, e não somente de direitos civis, o que implicitamente estabeleceria seu caráter internacional, já em 1920 Marcus Garvey articulava a distinção fundamental assinalada por Malcolm X nos anos 60, contribuindo para elevar a luta negra a

um patamar superior ao do integracionismo liberal.

Garvey compreendeu três necessidades básicas do negro em todo o mundo: a de dignidade e autorrespeito como povo unido; a de uma África independente e unida como base de força central; e a de instituições autônomas para impulsionar a vida das comunidades negras. Além disso, como nenhum outro, antes ou depois dele, Marcus Garvey percebeu a importância das comunidades negras das Américas Central e do Sul para a luta pan-africanista internacional, inspirada no lema “A África para os africanos, na própria pátria e no exterior”.

Em 1920, no auge do prestígio de Garvey, a UNIA organizou a I Convenção dos Povos Africanos do Mundo, com a presença de 25 mil representantes e delegados de todos os continentes. O produto mais importante dessa Convenção foi a Declaração de Direitos dos Povos Negros do Mundo, que condenava o colonialismo, afirmava o “direito inerente do negro de governar a África”, instituía o vermelho, o preto e o verde como as cores simbólicas do pan-africanismo, e exigia o fim dos linchamentos e da discriminação racial nos países da diáspora africana, bem como o ensino da História Africana nas escolas públicas.

A independência econômica era outro fator enfatizado no programa da UNIA. Garvey exortava seus seguidores a “comprar de negros”, a preferir negociantes de sua própria raça. Atendendo ao apelo de Booker T. Washington à au-

tossuficiência, a UNIA iniciou diversos projetos na área empresarial, incluindo a Corporação de Fábricas Negras, destinada a ajudar empresários da comunidade. O que é mais importante, Garvey fundou a Black Star Steamship Line, para funcionar como laço comercial e espiritual entre os negros de todos os lugares que seus navios alcançassem. Para surpresa de seus críticos, entre 1919 e 1925 Garvey juntou dinheiro suficiente para adquirir quatro navios e estabelecer ligações comerciais com o Caribe.

Embora os navios da Black Star Line transportassem tanto carga quanto passageiros, o objetivo não era um retorno físico de todos os negros à África, que ele sabia ser impossível, mas antes um retorno de caráter simbólico e espiritual. Garvey acreditava, contudo, ser dever dos descendentes de africanos contribuir, com seu trabalho, conhecimento e tecnologia, para o fortalecimento do Continente-Mãe, tendo em vista uma futura derrubada de fronteiras e a criação de uma nação unificada. Nesse sentido, chegou a estabelecer negociações com o Governo da Libéria.

Se granjearam uma legião de seguidores, as ideias de Garvey também o fizeram colecionar desafetos, entre brancos e negros, à direita e à esquerda do espectro político. Creio não ser preciso enfatizar o perigo que ele representava para o *establishment*, com suas ideias de autonomia, dignidade e autorrespeito. Problemas com a administração da Black Star Line acabaram fornecendo o pretexto para que o FBI o prendesse, em 1923, sob falsas acu-

sações, o que causou uma gigantesca passeata de protesto, que reuniu 150 mil pessoas, de várias nacionalidades, nas ruas do Harlem. Deportado para a Jamaica em 1927, Garvey foi recebido pelo povo de Kingston, a capital, como um verdadeiro chefe de estado – mas como uma ameaça pela elite, branca e negra. Essa oposição, materializada sob a forma de dificuldades jurídicas, não o impediu de se eleger, na capital, para um cargo correspondente ao de vereador, nem de publicar um novo jornal, *The New Jamaican* (O Novo Jamaicano).’

Em 1935, ano em que a Itália de Mussolini invade a Etiópia, então a única nação independente da África, provocando um acirramento das discussões sobre colonialismo e racismo, Garvey retoma à Inglaterra, onde passará seus últimos anos. Seu propósito era cobrar diretamente do Império Britânico a redenção do Continente Africano. Os ingleses não se preocuparam muito. O Império vivia seu último período de esplendor, dominação e arrogância. Não estava, assim, inclinado a dar ouvidos a esse súdito da Coroa que agia como um cidadão, exigindo os direitos básicos da cidadania. Era também a época da Grande Depressão, cujas consequências se abatiam com maior impacto sobre os descendentes de africanos. Garvey viveu seus últimos anos na pobreza, embora sem perder o orgulho de *maroon* que o projetara mundialmente nas décadas precedentes. Em janeiro de 1940, um ataque de paralisia o pôs de cama, e alguns jornais publicaram que ele havia morrido na miséria. Cartas e telegramas choveram sobre seu escritório. A secre-

tária evitava que essa correspondência chegasse a suas mãos, mas ele acabou tendo acesso a ela. As manchetes falando de sua morte causaram-lhe um choque do qual não se recuperou, vindo a falecer no dia 10 de junho de 1940. Hoje, decorridos 57 anos de sua morte, sua mensagem ao mundo continua válida:

Ó África, acorda  
A aurora está chegando  
Não mais és maldita  
Ó bondosa Terra-Mãe  
De longe teus filhos e filhas  
Se dirigem de volta a ti  
Sobre as águas ressoam seus gritos  
De que a África será livre.

A filosofia de Garvey não é perfeita, nem fornece uma base adequada para a moderna teoria e prática da luta africana. Em consequência, é fácil e legítimo levantar críticas construtivas às suas ideias e ao seu movimento. Mas não se pode negar o legado que ele deixou como fundamento essencial à organização política do negro. Seu espírito continua vivo, apesar dos incansáveis esforços de seus adversários em destruí-lo. Em seu livro *The Black Jacobins* (Os jacobinos negros), o intelectual antilhano C.L.R. James – que em vida foi meu amigo e apoiou as reivindicações do Movimento Negro brasileiro ao VI Congresso Pan-Africano, realizado em 1974 na Tanzânia – observa que dois caribenhos, “usando a tinta da Negritude, inscreveram seus nomes de maneira indelével na história de nosso tempo”. James está se referindo a Aimé Césaire e

Marcus Garvey. Para ele, Garvey está na vanguarda do grupo de negros radicais do século XX cujas ideias e programas ainda reverberam nos movimentos de libertação de nossos dias. Isso se deve, em grande medida, ao trabalho incansável daquela que por décadas o acompanhou na luta e que, depois de sua morte, dedicou a existência à preservação de sua memória e à divulgação de suas ideias. Estou falando de sua viúva, Amy Jacques Garvey, por quem tive a honra de ser recebido em minha passagem pela Jamaica, em 1973.

O garveísmo inspirou muitos líderes africanos, como o ganês Kwame Nkrumah, apóstolo do pan-africanismo, bem como a jovem liderança que, nos anos 60, faria avançar a um ponto sem precedentes a luta dos afro-americanos. Sua preocupação com a auto-imagem dos negros, com o valor do ensino da História Africana, com a unidade dos povos da África e da diáspora, mas sobretudo sua disposição de homem simples e prático, capaz de traduzir para as massas negras despossuídas a mensagem do pan-africanismo, e de tomar medidas práticas para concretizá-la – tudo isso fez de Marcus Garvey um homem que merece a admiração e o respeito, não apenas dos africanos e seus descendentes, mas de todos aqueles comprometidos de coração com a mudança efetiva das relações sociais e raciais.

Axé, Marcus Garvey!





**Discurso proferido no Senado  
Federal em 7 de agosto de 1997**

*Pela dignidade do afrodescendente*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, início  
este pronunciamento.

Com o propósito de discutir novas formulações apresentadas para o enfrentamento da discriminação e das desigualdades raciais em nosso país, realizou-se a 2 de agosto último o I Encontro da Comunidade Negra e Cidadania na Baixada Fluminense. Organizado por três entidades afro-brasileiras – Centro de Estudos da Cultura e Teologia Negra, Centro de Articulação das Populações Marginalizadas e Grupo União e Consciência Negra –, o encontro reuniu lideranças, dentre as quais a ilustre senadora Benedita da Silva, e pessoas da comunidade interessadas em temas como perspectivas e papel do Estado, violência e

exclusão social, bem como nas diversas propostas que vêm sendo elaboradas e implementadas com vistas à valorização dos afrodescendentes. Na ocasião, em que tive a honra de ser homenageado, ao lado da figura histórica do marinheiro João Cândido, herói da Revolta da Chibata, acabei não tendo a oportunidade de ler meu discurso, em que faço um breve balanço de minha atuação nesta Casa. Felicitando os organizadores desse importante Encontro, passo agora à leitura do discurso que deveria ter feito naquela oportunidade.

Desenvolvida desde a chegada a estas terras dos primeiros africanos escravizados, em princípios do século XVI, a luta dos afro-brasileiros por igualdade e justiça é uma saga de crueldade e revolta, sofrimento e redenção, que se estende pela História deste país e se confunde com a luta pela liberdade do povo brasileiro. Maioria absoluta da população nos tempos da Colônia e do Império, e ainda maioria neste final de milênio apesar das tentativas de embranquecer o Brasil estimulando-se a imigração europeia –, os africanos e seus descendentes têm sido desde sempre os verdadeiros responsáveis pela construção deste País. Em troca, o que sempre recebemos foi a discriminação, a humilhação e o desprezo, edulcorados por uma ideologia terrível na sua capacidade de amortecer a consciência dos oprimidos e subjugados: o mito da “democracia racial”, instrumento que se revelou extraordinariamente eficaz em manter os negros no “seu” lugar – o da subalteridade absoluta em uma sociedade que, apesar de multirracial e pluri-

étnica, apresenta níveis de desigualdade racial mais elevados do que nações até recentemente caracterizadas pela prática do racismo oficial.

Primeiros europeus a escravizar africanos, os portugueses desenvolveram toda uma “ciência” da dominação, alicerçada em fundamentos amplamente encontráveis sobretudo nos textos da autoria de sacerdotes, mas também em documentos oficiais. Neles se percebe a preocupação com a cultura africana, que deveria ser destruída, quando necessário, ou domesticada, sempre que possível. A religião, ponto focal da identidade dos africanos e seus descendentes, sempre ocupou um papel central nas preocupações desses políticos e intelectuais, incansáveis nas suas tentativas de suprimi-la ou cooptá-la. Outra arma ideológica foi a negação da contribuição negro-africana à História da Humanidade, alterando-se a identidade racial de povos como os egípcios ou ignorando-se intencionalmente o registro histórico de nações ricas e poderosas cuja negritude não poderia ser apagada.

A questão racial, assim, não é problema que se possa descartar de maneira leviana, como é tão comum fazer-se no Brasil. Não é, tampouco, um problema “dos negros”. Trata-se, isto sim, não de uma, mas da questão central, do nó górdio a ser cortado para que a sociedade brasileira possa definitivamente cortar os laços da dependência, romper as amarras do atraso, livrar-se do complexo que a faz sentir-se inferior diante de europeus e norte-americanos, dos brancos verdadeiros que nossos mestiços de



pele clara pretendem ingenuamente tomar como modelo. E um dos caminhos para a solução dessa questão é a luta no campo jurídico.

Embora a questão racial não possa ser resolvida apenas com leis, pois envolve fundamentalmente a cultura e a ideologia, a constituição de um arcabouço jurídico a que possam recorrer os afro-brasileiros com vistas a se proteger da discriminação ou a implementar ações de valorização do grupo a que pertencem é primordial para concretizar os anseios e reivindicações de nossa comunidade. Nesse sentido, faz-se necessário não somente aperfeiçoar a legislação atual, mas também criar novos instrumentos que acompanhem a dinâmica de nossa sociedade e atendam a novos anseios nascidos de uma consciência antirracista mais atualizada e exigente.

Diferentemente do que se costuma afirmar, a lei brasileira não é, nem nunca foi, cega à cor. Diversos mecanismos nela embutidos, implícita ou explicitamente, operam no sentido de manter inalterado o *status* relativo dos grupos raciais em nossa sociedade. Pesquisa recente revela, por exemplo, que negros tendem a receber penas maiores que brancos para iguais delitos; quando, porém, as vítimas são negras, as penas costumam ser menores. Em resultado desse processo perverso, a participação dos afro-brasileiros na população carcerária é muito superior à sua presença na população como um todo.

As primeiras tentativas de criar uma legislação para coibir a prática da discriminação racial datam dos anos 40.

O principal resultado da I Convenção Nacional do Negro, realizada em São Paulo, no ano de 1945, sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro, foi a aprovação de uma sugestão dessa natureza, a qual acabaria sendo transformada, no ano seguinte, em proposta apresentada à Assembleia Nacional Constituinte pelo senador Hamilton Nogueira (UDN-RJ). Essa proposta, que definia o racismo e a discriminação como crimes de lesa-humanidade, acabou rejeitada sob a ridícula alegação da inexistência de um fato concreto que pudesse demonstrar sua necessidade. Esse fato acabou acontecendo: num incidente de grande repercussão, a famosa coreógrafa afro-norte-americana Katherine Dunham foi discriminada num hotel de São Paulo. O então deputado Afonso Arinos aproveitou a oportunidade para propor projeto que se transformou na Lei nº 1.390, de 1951, que ganhou o seu nome, distorcendo radicalmente a proposta de 1945 ao definir os delitos resultantes de racismo como contravenção penal, e não como crime, e ao estabelecer, para os infratores, penalidades absolutamente irrisórias.

Em 1983, ao assumir uma cadeira na Câmara Federal, apresentei o Projeto de Lei nº 1.661, que recuperava o espírito da proposta de 1945. Embora aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, não chegou a ser votado em plenário. Somente 42 anos depois da primeira tentativa, a prática do racismo passou a ser definida, na Constituição de 1988, como crime inafiançável e imprescritível. Em 1989, com a Lei nº 7.716, que regulamentou esse princípio constitucional,

pretendeu-se aperfeiçoar a legislação anterior, mas, em que pese a boa intenção de seus autores, nada se avançou de concreto. Em primeiro lugar, embora pretenda punir o racismo e a discriminação, ela não define o que eles sejam. Tão grave quanto isso é o fato de essa Lei nº 7.716 manter a visão casuística de enumerar exaustivamente as possíveis circunstâncias da prática de discriminação, com o que abre grandes espaços pelos quais escapam os agentes do crime – numa sociedade dinâmica como a nossa, é simplesmente impossível prever todas as possibilidades dessa ação criminosa.

Por tudo isso, minha primeira iniciativa ao assumir no Senado a vaga deixada pelo saudoso professor Darcy Ribeiro foi apresentar o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1997, que define e tipifica a prática do racismo e da discriminação e pune os crimes dela resultantes. As orientações básicas desse projeto são de caráter constitucional: primeiramente, porque esses crimes constituem a forma mais insidiosa de violação do princípio da liberdade (art. 5º, *caput*, da Constituição) e, depois, pelo fato de ser específica a condenação do racismo (art. 5º XLII). Além de estabelecer os tipos genéricos para racismo e discriminação, o projeto ainda determina circunstâncias agravantes genéricas – por exemplo, no caso de o agente do crime ser funcionário público.

Outra inovação desse projeto é que ele abre a possibilidade de se vir a adotar no Brasil a chamada ação compensatória, ou “ação afirmativa” – medidas destinadas a compensar a dis-

criminação historicamente sofrida por determinados grupos de pessoas, como mulheres, negros e índios. Convenções internacionais de que o Brasil é signatário – como a Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, das Nações Unidas e a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), também vinculada à ONU, que trata da discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho – preveem a adoção dessas medidas. A exemplo do que se tem feito em países tão diversos, do ponto de vista político, social, econômico e cultural, como Estados Unidos, Índia, Israel, Canadá, Nigéria, Alemanha, África do Sul e Malásia, sem esquecer as antigas Iugoslávia e União Soviética. Em seu art. 4º, nosso projeto afirma que essa prática não é crime, abrindo a possibilidade de sua adoção em nosso País – que com isso, entre outras coisas, ficaria em dia com as obrigações assumidas na arena internacional.

Como se vê, não se trata de revogar simplesmente um instrumento legal que, com as falhas que nele percebemos, ainda é o único de que atualmente dispomos. Trata-se, isto sim, de aperfeiçoá-lo e de ampliá-lo, para que possa cumprir adequadamente o objetivo de proteger os afro-brasileiros do racismo em todas as suas implicações, abrindo espaço também a medidas que possibilitem a sua promoção e valorização.

Pois é exatamente da promoção e valorização da população afro-brasileira que trata o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1997, utilizando para isso o

mecanismo da ação compensatória, ou ação afirmativa. Tal como os descrevemos acima, esses termos englobam uma série de políticas públicas, adotadas em diferentes países, com o objetivo de compensar grupos historicamente desprivilegiados pelos efeitos, no presente, da discriminação sofrida no passado. Trata-se de um tema que tem sido muito discutido nos últimos tempos, mas, em geral, por pessoas desinformadas ou comprometidas – embora nunca o declarem – com os interesses do *status quo*. Vamos imaginar dois corredores, um amarrado, o outro solto. Este, evidentemente, ganha sempre, até que a plateia se conscientiza da injustiça e exige que se instaure a igualdade. Será que, para isso, bastaria libertar o corredor que estava preso? Ele está com os membros atrofiados, precisa de um treinamento especial ou, no limite, de alguma vantagem para competir com o outro em pé de igualdade. Mas isso seria discriminação, reagem alguns. Discriminação, sim, mas positiva – outro sinônimo de ação compensatória –, pois que visa a promoção da igualdade.

Os africanos chegaram a este país acorrentados pela escravidão. Aqui, como em toda parte das Américas onde existiu escravidão, eles e seus descendentes foram vítimas de toda espécie de atrocidades, torturas e degradações, o que não os impediu de trabalhar por mais de quatro séculos na construção deste País.

Quando a escravidão deixou de ser economicamente viável, devido ao recrutamento da resistência negra

e aos novos parâmetros impostos pela Revolução Industrial, cortaram-se as amarras, abolindo-se a escravidão, mas os afro-brasileiros se encontravam atrofiados por séculos de dominação física e espiritual. Em resultado dessa atrofia, e também dos persistentes mecanismos discriminatórios que permeiam cada faceta da vida brasileira, homens e mulheres negros estão virtualmente alijados dos escalões mais importantes de nossa sociedade, praticamente confinados à base de uma das pirâmides sociais mais injustas do planeta. Dados do IBGE, obtidos por meio do censo e das PNADs – Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios –, mostram claramente o verdadeiro abismo que separa brancos e negros (que o IBGE tradicionalmente divide em “pretos” e “pardos”), segundo indicadores sociais como mortalidade infantil, expectativa de vida, salários e escolaridade.

Esse quadro de desigualdades com certeza não existiria caso se tivesse implementado o direito à isonomia garantido pela Constituição. Por isso, o projeto de lei que apresentei ao Senado visa justamente à aplicação desse princípio constitucional na área do mercado de trabalho e da educação, obrigando empresas públicas e privadas a reservarem 20% das vagas em seus quadros funcionais para homens negros e 20% para mulheres negras; reservando para alunos negros 40% das bolsas de estudo em todos os níveis de ensino; e alterando os currículos escolares, em todos os graus, para que estes incorporem explicitamente as contribuições dos africanos e seus descendentes em termos de his-

tória, ciência, cultura e religião, eliminando ao mesmo tempo as referências preconceituosas e estereotipadas aos negros nos livros didáticos, bem como sua invisibilização.

A preocupação com a precariedade de acesso dos afro-brasileiros aos instrumentos de defesa legal orientou a elaboração do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997, que tem como propósito facilitar o recurso à chamada ação civil pública, a qual, atualmente, só pode ser iniciada pelo Ministério Público. Por esse projeto, indivíduos ou entidades da sociedade civil organizada também poderão instaurar ação civil pública com as finalidades de evitar ou interromper atos danosos à honra ou dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, e de obter a reparação de tais atos, quando não seja possível evitá-los. Objetiva-se, assim, dotar esses grupos de um instrumento ágil e eficaz que lhes possibilite enfrentar as manifestações de racismo e discriminação, quer sejam de caráter individual ou coletivo. Outro aspecto importante desse projeto de lei é a criação de um fundo de defesa e combate ao racismo, sustentado pelas indenizações a que possam fazer jus os autores das ações, a ser instituído, até 12 meses após a aprovação e publicação desta lei, pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

O Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1997, completa esta breve exposição de meu trabalho até o momento. Apresentado em função de uma necessidade do momento – impedir que a Vale do Rio Doce, e depois dela outras estatais,

pudesse ser adquirida por um consórcio de que participava a multinacional Anglo American, que apoiou ostensivamente o regime do *apartheid* na África do Sul, é acusada de ter financiado a guerrilha contrarrevolucionária em Angola e Moçambique e foi condenada em diversos países por infringir a legislação antitruste – trata-se, aqui, de impedir que a fúria privatizcionista abra espaço às aves de rapina dos negócios internacionais, permitindo que empresas identificadas com a face mais cruel e imoral do capitalismo venham a se apossar de um patrimônio acumulado graças ao trabalho do povo brasileiro.

Esses quatro projetos sintetizam meu trabalho no Senado no primeiro semestre deste ano. Seu objetivo comum é concretizar a pauta consensual do Movimento Negro, criando não apenas leis isoladas, mas um conjunto coerente e integrado de peças legislativas capaz de reforçar os afro-brasileiros, individualmente e como grupo, em seus embates na arena jurídica. No entanto tenho profunda consciência de que, para que esses projetos sejam aprovados e depois, como leis, implementados, faz-se necessário que os setores organizados de nossa comunidade acompanhem nosso trabalho, tomem conhecimento dessas iniciativas e as debatam em suas organizações, e que mantenham contato conosco para que possamos manter sempre o elo com o movimento que representamos. Tenho dito muitas vezes que este é um momento extraordinariamente favorável. A questão racial deixou de ser tabu, sendo agora reconhecida pelo próprio presidente da República,

que criou o Grupo de Trabalho Intermisterial para a Valorização da População Negra. Outros fatos recentes, como a inédita decisão do Supremo Tribunal do Trabalho dando ganho de causa a um negro discriminado na Eletrosul, a atuação conjunta e eficaz de organizações negras nos casos de Tiririca e do ministro Padilha, o sucesso de publicações de boa qualidade destinadas ao público negro, sem esquecer a organização de uma bancada afro-brasileira no Congresso Nacional – tudo isso aponta

para um novo tempo de conquista, para a luta negra, dos corações e consciências de todos os brasileiros identificados com as causas da justiça e da liberdade. É responsabilidade de todos nós aproveitar a conjuntura favorável para estabelecer, de uma vez por todas, a agenda afro-brasileira como item prioritário na pauta das grandes questões nacionais.

Axé!



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 10 de julho de 1997**

*Visita do presidente de Guiné-Bissau*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

País construído pelos africanos e seus descendentes, que constituíram, durante mais de quatro séculos, a esmagadora maioria de sua força de trabalho, o Brasil tem para com a África uma dívida tão grande que se pode considerá-la irresgatável. Tão marcante é a presença africana neste país que se pode afirmar, sem medo de exagero, que tudo aquilo que se considera genuinamente brasileiro tem, na verdade, o forte tempero das coisas africanas. Um tempero presente não apenas na música, na dança e na culinária, como pretende um certo reducionismo enviesado, mas também na religiosidade, nas artes plásticas, na literatura, no próprio modo de ser e estar no mundo que caracteriza todos os brasileiros.

Negada ou diminuída por muito tempo, em função de uma ideologia pre-conceituosa formulada, primeiro, para justificar a escravização de africanos e, mais tarde, para garantir uma reserva de mão de obra barata para a agricultura e para a indústria, a seminal participação africana em nossa história e em nossa cultura começa agora a ser reconhecida. Para isso, tem sido fundamental a pressão exercida pelo Movimento Negro, por meio das centenas de organizações que o compõem, cobrando das escolas e dos meios de comunicação a veiculação de uma imagem mais adequada de um continente que não foi somente o berço da humanidade, como apontam as pesquisas das últimas quatro décadas, mas o berço da própria civilização.

Assim, é com muita satisfação que registamos a visita oficial a esta capital do presidente de uma nação africana a que estamos ligados pelos laços do sangue e da cultura. Refiro-me a João Bernardo Vieira, ou Nino Vieira, chefe de Estado da Guiné-Bissau, país que tive a oportunidade de visitar ainda nos anos 70, logo após ter-se livrado, ao custo de uma guerra sangrenta, do colonialismo português. Lembro-me muito bem do clima de alegria e esperança, e fico comovido ao recordar o encontro que lá tive com o grande educador Paulo Freire, recentemente falecido, quando este, sentado à sombra de uma árvore frondosa, transmitia generosamente a estudantes guineenses os fundamentos do seu método de educação libertadora.

Primeiro país da chamada África “Portuguesa” a se tornar independente,

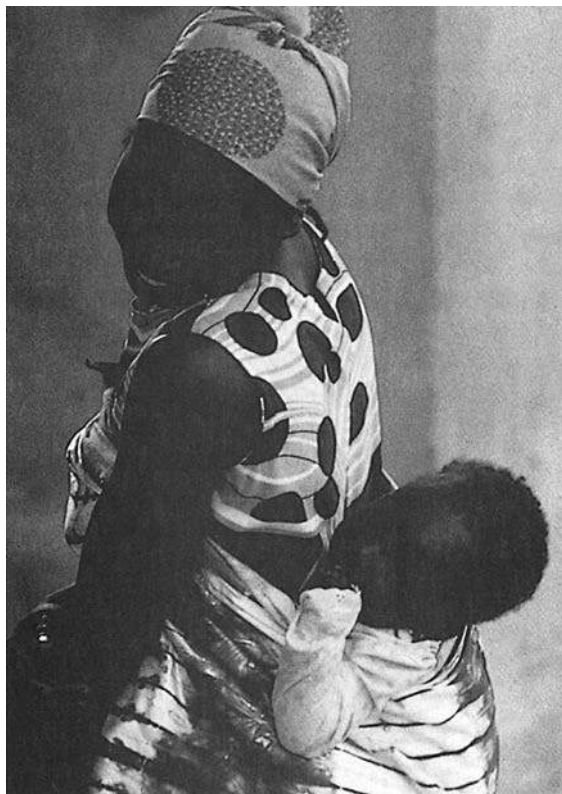
a Guiné-Bissau foi a pátria do grande comandante e poeta Amílcar Cabral, que em 1956 fundou o PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. O sonho de constituir um país independente, unido ao arquipélago de Cabo Verde – o que infelizmente acabaria não se concretizando –, levou o PAIGC primeiro a tentar negociar com Lisboa e depois a iniciar, em 1961, uma guerra de guerrilhas contra o exército colonial português que só teria fim com a proclamação unilateral de independência, em setembro de 1973. Um ano depois, Portugal assinou a paz com o PAIGC e o país conquistou a liberdade política.

Irmão de Amílcar Cabral, assassinado em 1973, Luís Cabral foi o primeiro presidente da nova república, eleito no próprio dia da independência e reeleito em 1977. Acusado de favorecer a minoria cabo-verdiana, Cabral foi deposto, em 1980, pelo então primeiro-ministro João Bernardo Vieira, antigo chefe guerrilheiro e prestigiado porta-voz da maioria negro-africana, que assumiu o poder como presidente do Conselho da Revolução, mais tarde transformado em Conselho de Estado. Estava então definitivamente sepultado o sonho de união com Cabo Verde.

No princípio desta década, os ventos liberalizantes propagados com a queda do Muro de Berlim atingiram esse pequeno país africano, dando início a um processo que culminou com a extinção do modelo de partido único e a revisão da Constituição, tendo em vista adaptar o país às novas condições da co-



Foto: Elisa Larkin Nascimento



Mulher com seu filho no mercado de Bissau, 1976.

Foto: Elisa Larkin Nascimento



Soldado do exército revolucionário conversa com uma criança. Bissau, 1976.



munidade internacional. Criaram-se então novas agremiações, como o Partido da Renovação e do Desenvolvimento, o Partido Democrático para o Progresso, o Partido de Renovação Social, o Movimento para a Unidade e a Democracia e o Movimento Bafatá – este último, o principal partido de oposição. Em julho de 1994, a Guiné-Bissau teve suas primeiras eleições livres, num pleito considerado justo pelos observadores internacionais, com a vitória de João Bernardo Vieira, que tomou posse em setembro daquele ano. Seu mandato vai até o ano que vem, quando estão marcadas novas eleições.

As precárias condições econômicas da Guiné-Bissau – uma das nações mais pobres do mundo e a que recebe maior ajuda externa *per capita* – não impediram esse pequeno país de apoiar a maioria dos movimentos de libertação no Terceiro Mundo, de combater o *apartheid* e de defender a Namíbia em diversos foros internacionais. Com uma política externa pragmática e não alinhada, a Guiné-Bissau tem mantido um relacionamento estreito com o Ocidente – em especial, com sua antiga metrópole, Portugal, cuja presença se dá tanto no comércio quanto na cooperação, o que inclui a difusão da língua portuguesa. Segundo especialistas, os ajustes estruturais recentemente introduzidos em sua economia – que já começam a dar frutos positivos –, somados ao fato de o país ter ingressado na União Econômica e Monetária da África Ocidental, com a consequente substituição do peso guineense pelo franco CFA, deverão redundar na redução da instabilidade econômica

que tem caracterizado a Guiné-Bissau desde a sua independência.

As relações diplomáticas entre Brasil e Guiné-Bissau foram estabelecidas em 17 de junho de 1974, quando nosso país reconheceu a independência do novo Estado. Foi uma das primeiras ações da política oportunista batizada de “pragmatismo responsável”, com a qual o Brasil dava uma guinada de 180 graus em suas relações com a África, em especial a chamada África “Portuguesa”, depois de décadas de atrelamento aos interesses do colonialismo português. Em que pese às razões que presidiram tal iniciativa – situadas muito mais no âmbito das motivações geopolíticas do que na esfera da ética e do humanitarismo –, essa aproximação tem tido consequências positivas. Carente não apenas de recursos materiais, mas também de recursos humanos, têm sido proveitosos para a Guiné-Bissau os programas de cooperação educacional e técnica com o Brasil, com a concessão de bolsas de estudo em nível de graduação e pós-graduação e a assistência técnico-educacional por intermédio da Marinha Mercante, da Aeronáutica, dos estabelecimentos agrícolas e da administração pública. É esperança do Governo guineense o estreitamento dos laços entre os dois países nas áreas de saúde e educação. Em contrapartida, as propostas brasileiras, no âmbito das Nações Unidas, têm recebido o invariável apoio da Guiné-Bissau. Da mesma forma, a iniciativa brasileira de se criar a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa teve pronta aceitação por parte do Governo e da intelectualidade guineenses. A União

Nacional dos Artistas e Escritores da Guiné-Bissau foi a primeira entidade cultural africana a lançar manifesto em prol dessa iniciativa, conclamando suas congêneres a fazerem o mesmo.

Acostumados a olhar a África com uma visão estereotipada e preconceituosa, alimentada por um noticiário que enfatiza tragédias, crises e massacres, a ponto de nos fazer acreditar que estes são tão característicos do Continente Africano quanto a rica fauna das savanas ou os eloquentes vazios do deserto, a maioria de nós não está percebendo os sinais de mudança emitidos de vários países da África Subsaariana. O autoritarismo e a instabilidade política, antes regras quase gerais, vêm sendo substituídos por regimes democráticos cada vez mais sólidos. A ponto de golpes de Estado, como o que recentemente depôs o Governo eleito de Serra Leoa, estarem gradualmente se tornando aber-

rações na África de hoje que por sinal o condenou de forma quase unânime. Isso se soma a uma conjuntura francamente favorável, com colheitas abundantes e preços estáveis para os seus produtos no mercado internacional, para gerar desempenhos econômicos como o de Uganda, que tem crescido desde 1992 a uma taxa de oito por cento ao ano digna, portanto, de um “Tigre Asiático”.

A África está mudando. E o Brasil, mais que qualquer outro país, pode ajudar nesse processo e se beneficiar com ele, estabelecendo uma sólida cooperação nas áreas do comércio, educação, cultura, ciência e tecnologia. Por tudo isso, e pelos indissolúveis laços etno-históricos que indiscutivelmente nos unem, saúdo desta tribuna o presidente João Bernardo Vieira, almejando pleno êxito à missão que o trouxe ao nosso país.

Axé, presidente Nino Vieira!

**Discurso proferido no Senado  
Federal em 25 de junho de 1997**

*Em defesa da aproximação do  
Brasil com a África nas áreas  
cultural e política*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

Maior país negro fora da África, que recebeu o maior número de africanos escravizados e um dos que mais lucraram com o tráfico transatlântico e a exploração da mão de obra africana, o Brasil tem para com a África uma dívida tão grande que seria impossível resgatá-la, mesmo que houvesse uma irresistível vontade de fazê-lo. Responsáveis, durante a maior parte de nossa História, pela produção em quase todos os setores da economia, africanos e afro-brasileiros, mulheres e homens, deram literalmente o seu sangue e o seu suor – para não falar no seu espermatozoide e no seu leite – na construção deste país, embora, na famosa hora de dividir o bolo, sempre tenham sido, e continuem sendo, prete-

ridos em favor de outros grupos étnicos, uns chegados cedo apenas para explorar e oprimir africanos e índios, outros chegados mais tarde e cuja contribuição foi incomparavelmente menor que a dos africanos.

Herança de séculos de escravidão, atualizada na sociedade pós-1888 em função das necessidades de uma nascente sociedade capitalista, que precisava de mão de obra barata na lavoura e na indústria, o racismo é uma das marcas características das relações sociais no Brasil, ainda que por aqui se mostre travestido de seu exato oposto, graças a várias estratégias de dominação, inclusive o mito da “democracia racial”. Comparado a um monstro de mil faces, que interfere em variados aspectos da vida em nosso país, o racismo também tem se imiscuído há muito tempo na própria formulação de nossa política externa. Na década de 1920, por exemplo, quando a perspectiva da vinda de afro-americanos para colonizar os vazios de nosso Centro-Oeste, atraídos por anúncios publicados na imprensa dos Estados Unidos, provocou acaloradas discussões no Congresso, as posições dos que viam nisso uma ameaça à nossa “harmonia racial” consubstanciaram-se numa ordem sigilosa enviada aos consulados brasileiros naquele país, mandando-os negar vistos a esses “indesejáveis” candidatos a imigrantes. Temia-se que os negros norte-americanos, mais acostumados ao confronto racial num país que então não escondia o seu racismo, viessem “contaminar” os afro-brasileiros com exóticas ideias de democracia e igualdade.

Mas é a partir dos anos 1950, quando ganha corpo na África a luta anticolonialista, que o racismo passa a ser um elemento de maior importância na orientação da política formulada pelo Itamaraty. Embora defendendo os princípios gerais da liberdade e do que então se denominava “o direito de autodeterminação dos povos”, o Brasil atrelou sua política “africana” aos interesses de Portugal, à época sob a ditadura salazarista. O que significou, na prática, uma série de votos e abstenções nas Nações Unidas em favor da manutenção do domínio luso na chamada África Portuguesa, que compreendia Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, sem qualquer preocupação de caráter humanitário ou com as implicações geopolíticas dessa posição. Em suma, sem a consciência do que tal postura poderia representar para um país com pretensões a um papel de liderança no Hemisfério Sul. Eu mesmo sofri na própria pele os reflexos dessa política, perseguido em meu próprio país por obra e graça da PIDE, a terrível polícia política de Salazar, então com livre trânsito para defender, no Brasil, os interesses escusos da atrasada classe dominante portuguesa.

Infelizmente, foram os interesses materiais – disfarçados por um discurso hipócrita que apelava às afinidades etno-históricas – os responsáveis pela radical transformação da política africana do Itamaraty, em meados da década de 70. Não por coincidência, no justo momento em que os portugueses eram expulsos, pela força das armas, de suas “colônias” africanas, que eles – tal

como todos os “colonizadores” europeus – haviam ajudado, de todas as formas, a subdesenvolver. Com o esperto reconhecimento, pelo Brasil, do governo revolucionário de Angola, nascia o “pragmatismo responsável”, termo que expressa, com toda a eloquência, a verdadeira motivação dessa guinada de 180 graus que teve, pelo menos, o mérito de atualizar a política externa do país, colocando-a em dia com as modernas tendências da política internacional e abrindo as portas a uma aproximação menos oportunista com o Continente Africano.

Desde então, o Brasil tem ampliado bastante as suas relações com os países africanos de maneira geral, e em particular com os de língua oficial portuguesa, favorecido pela posição geográfica e pelo grau de desenvolvimento de sua economia, que o coloca, nesse sentido, em posição vantajosa até mesmo quando comparado com os Estados Unidos ou as nações da Europa. Explica-se: os produtos elaborados ou aperfeiçoados no Brasil, país tropical ainda em vias de desenvolvimento, atendem muito melhor às necessidades dos africanos do que os produtos “de ponta”, oriundos do mundo desenvolvido, planejados para um mercado muito diferente daquele que caracteriza a maior parte da África. É a chamada “tecnologia intermediária”, o grande trunfo do Brasil nas suas relações comerciais com o chamado Terceiro Mundo.

O avanço na área comercial ainda não teve, contudo, reflexos proporcionais nas áreas da cultura e da política. No campo cultural, as poucas ações

dignas de nota resultam muito mais do interesse espontâneo de artistas e entidades privadas do que de um esforço do nosso Governo no sentido de uma aproximação e de um intercâmbio que, com toda a certeza, se mostrariam muito proveitosos, tanto para africanos quanto para brasileiros de todas as origens. Festivais como os Kizomba, organizados em meados dos anos 80, no Rio de Janeiro, sem nenhum apoio oficial, pelo cantor/compositor Martinho da Vila, com a participação de grupos artísticos de diversos países africanos e da diáspora, ao lado de seus correlativos afro-brasileiros, comprovaram claramente o interesse do público brasileiro, independente da ascendência, por iniciativas dessa natureza, apontando um caminho possível a ser seguido, com proveitosos retornos para todos os envolvidos.

Na arena política, parece que nossa secular miopia em relação à África continua afetando seriamente a visão dos *policy makers* do Itamaraty. Caso exemplar é o atual conflito no ex-Zaire e no Congo-Brazaville, nações unidas ao Brasil por laços étnicos indissolúveis, pois que dessa região proveio um significativo percentual dos africanos escravizados que construíram este país. Em vez de assumir o ativo papel de mediador, amparado em sua herança histórica, que lhe granjearia a simpatia e o respeito na África e em todo o mundo – com todos os reflexos positivos que daí adviriam, inclusive do ponto de vista geopolítico –, o Brasil permanece ancorado na cômoda mas inútil posição de observador, indiferente às ricas possibilidades que a situação lhe oferece. Nesse vácuo,

a nova África do Sul de Nelson Mandela emerge para reafirmar seu *status* de potência regional, atenta ao seu papel histórico e ajudada pela popularidade internacional obtida com o desmantelamento do *apartheid* e a assunção de um regime identificado com os interesses da maioria negra. Entretanto o Brasil poderia dar um sentido pragmático à sua estreita e amistosa relação com Angola para, talvez numa ação conjunta, colaborar para a sua estabilização e para a democratização do novo Governo da República Democrática do Congo.

Nem tudo, porém, está perdido. Ainda é tempo de o Brasil assumir um papel mais positivo em suas relações com o mundo africano, parte intgran-

te de um hemisfério de que somos, pelo peso dos números, os líderes naturais. Se pusermos de lado as viseiras do eurocentrismo, veremos que nossa aproximação com a África – que já começa a despertar do secular torpor trazido pela escravidão e o colonialismo, como mostram os inéditos índices de crescimento de algumas nações ao sul do Saara – não é apenas uma opção entre muitas. Trata-se, antes, de um imperativo que o Brasil, cedo ou tarde, terá de reconhecer e enfrentar. É nossa esperança, como brasileiros de origem africana, que o faça logo. Em benefício dos africanos e de todos os brasileiros.

Axé!



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 1º de julho de 1997**

*Manifestação contra o  
ministro Eliseu Padilha*

Sr. Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
meu pronunciamento.

Tenho insistido, desde que tomei  
posse nesta Casa, na questão do comba-  
te ao racismo. Tenho apresentado pro-  
jetos de lei e feito pronunciamentos,  
talvez até com excessiva insistência,  
condenando essa verdadeira chaga, esse  
câncer que corrói a sociedade brasileira.

Ainda agora, houve outra de-  
monstração lamentável de racismo no  
Brasil. Declarou o senhor ministro dos  
Transportes, Eliseu Padilha, que “exis-  
tem dois pretos que são admirados por  
todo o Brasil. Um é o Pelé, que é o nos-  
so rei sempre. O outro é o rei asfalto,  
todo mundo gosta do asfalto. É o preto  
que todo mundo gosta”. Essas declara-  
ções foram reproduzidas pela Imprensa  
de todo o País.

Ora, S. Ex<sup>a</sup> não atingiu apenas o  
ministro Pelé, mas toda a população de

descendência africana neste País, que é, aliás, a que forma a maioria do povo brasileiro.

S. Ex<sup>a</sup> pertence ao Governo do excelentíssimo senhor Fernando Henrique, que, ainda há pouco tempo, abrindo um seminário internacional sobre a ação afirmativa em favor da população negra, declarou-se contra o racismo, dizendo mesmo que tinha um pé na cozinha, como uma metáfora da sua ascendência africana.

Não se trata apenas de um brasileiro qualquer que manifestou esse racismo, mas de um ministro de Estado. Não sei como esse ministro pode pertencer a um governo que combate o racismo e falar contra o povo negro, de ascendência africana.

Queria, desta tribuna, assumir o raciocínio do grupo das mulheres negras de São Paulo, do Instituto da Mulher Negra Geledés. Diz o documento:

Que comparação possível pode haver entre Pelé, um homem negro, o maior atleta do século, e o asfalto? A cor? Nem Pelé é preto, nem o asfalto é negro; nem Pelé é coisa, nem asfalto é gente.

O que autoriza alguém a comparar gente a coisa é a desumanização e a coisificação de seres humanos que o racismo e a discriminação produzem. Para o ministro Eliseu Padilha, Pelé não é comparável a nenhum outro ser de sua raça porque é considerado uma exceção dentro dela, já que é o único admirável. E também não pode ser comparado aos me-

lhores de outras raças porque todos os seus talentos ainda não lhe garantiram o *status* de detentor de plena humanidade.

Por isso ele só seria comparável a um derivado de petróleo, uma das poucas coisas pretas valorizadas no mundo.

Essas são as honras reservadas a um rei negro no Brasil.

Para os demais negros, como Jorge Paulo, mendigo, 48 anos, queimado enquanto dormia na Cinelândia, resta o extermínio. Talvez como forma de punição por não ter conseguido ser Pelé, nem asfalto.

Talvez pela expectativa de que, como uma fênix, de suas cinzas misturadas ao asfalto resulte mais um “ser” que possa ser “admirado” pelo Brasil como Pelé ...

Talvez renascer com o tipo de “humanidade” pretendida pela professora negra Eliane Alves da Silva, para quem deveriam ter morrido 20 milhões de judeus aos invés de seis candidatando-se assim a uma vaga de membro honorário do próximo Reich, para desespero dos discípulos de Hitler.

Três dimensões perversas e assustadoras do racismo no Brasil: a coisificação/desumanização, a eliminação física pura e simples ou a opção de tornar-se o outro, o racista opressor.

Esse documento dá uma demonstração da isenção das organizações ne-

gras que combatem o racismo. Ele não somente combate o racismo do ministro de Estado, mas também combate o racismo de uma mulher negra, professora da Universidade Federal Fluminense, que se manifestou de forma racista numa sala de aula.

Eram essas minhas considerações de repúdio e de lamentação ao procedimento desse ministro de Estado do Governo do senhor Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 3 de julho de 1997**

*Vítimas da violência da polícia  
brasileira*

Senhor Presidente, Senhoras e  
Senhores Senadores,

Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

Durante os últimos meses vem  
ocorrendo uma série de conflitos no  
sistema penitenciário, permitindo-nos  
prever uma tragédia anunciada, com ce-  
nas tão macabras e desumanas quanto as  
ocorridas no presídio de Carandiru.

A passividade do Poder Executi-  
vo quanto a essa questão faz-nos refletir  
sobre o elevado grau de incompetên-  
cia na gestão do sistema penitenciário,  
disfarçada pela esfarrapada crítica à  
falta de vontade política, tão ao gosto  
do palavreado liberal, que sempre sur-  
ge depois das tragédias provocadas ou  
permitidas pelo Poder Público contra os  
brasileiros pobres e miseráveis.

Os problemas que assolam o sis-  
tema penitenciário são múltiplos e de  
diversas naturezas. Mas não se pode  
ignorar o fato de 95% dos encarcera-

dos serem pobres e de dois terços dessa população serem compostos de afro-brasileiros – ou “pretos” e “pardos” –, segundo o censo penitenciário de 1994 e dados da CPI do Sistema Penitenciário de 1993.

Esses números, que representam pessoas, mais uma vez expõem a face perversa do racismo brasileiro. A pobreza e a criminalização de negros constituem um dos princípios que permeiam a interpretação do direito e a aplicação da justiça em nosso país.

Não se trata aqui de choramingas e lamentos. Pesquisas quantitativas denunciam que, quando se trata de um afro-brasileiro envolvido em ilícitos, a polícia é persecutória e voraz no cumprimento da sua missão, a Defensoria Pública, não raro, vagueia nos limites da burocracia e a justiça, na sua cegueira plena, avança sem limites até o mais alto grau de parcialidade.

Durante o início da Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como lema A Fraternidade e os Encarcerados, tive a oportunidade, juntamente com a ilustríssima senadora Benedita da Silva e os ilustríssimos deputados Luís Alberto, Paulo Paim e Chico Vigilante, de visitar o Excelentíssimo Senhor Dom Lucas Moreira Neves, presidente da CNBB, ocasião em que lhe foi entregue o documento intitulado Situação da População Afro-Brasileira e Segmentos Excluídos do Sistema Penitenciário Brasileiro e Propostas de Garantia do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Foi um encontro bastante alvissareiro, em que se evidenciou nossa pre-

ocupação comum com os descaminhos do sistema penal brasileiro e a falta de perspectiva dos encarcerados.

Todos sabemos que, por princípio, as penas que privam os indivíduos da liberdade têm como fundamentos a justiça e a defesa social. Mas não se pode perder a perspectiva de que é função do Estado a reeducação e o preparo do apenado para que ele volte ao convívio social. O Estado, porém, além de ser negligente com a sua missão, propicia e promove os meios que impedem a recuperação do encarcerado, como indivíduo capaz de ter uma função social, ao mesmo tempo em que agrava o processo de marginalização desse indivíduo durante o período em que está cumprindo a pena.

A violência sem proporções, que se instalou nos grandes centros brasileiros praticamente impõe uma sobrepena aos condenados, principalmente pela violação generalizada dos direitos humanos. Uma vez condenado, o indivíduo perde o direito à liberdade, mas não os direitos fundamentais da pessoa humana. São imensos os ultrajes por que passam os familiares dos presos durante as visitas nas delegacias e nos presídios em termos de angústia e de humilhação. É como se a pena se estendesse à família, atingindo mães, filhos, avós de forma autoritária e impiedosa. Somem-se a isso as centenas, talvez milhares de presos que já cumpriram suas penas e continuam encarcerados, por falta de uma assistência jurídica adequada.

O abuso de autoridade, a corrupção, a tortura como prática cotidiana

da vida prisional, o ócio diuturno e a própria criminalidade interna são fatores mais que conhecidos das autoridades e constituem as principais causas das rebeliões que vêm ocorrendo nos presídios brasileiros. A proliferação de doenças como a AIDS e a tuberculose faz parte da rotina insalubre das casas de detenção. Quando o preso consegue escapar da morte e recuperar a liberdade, leva consigo uma capacidade incontrolável de contaminação.

Numa sociedade como a nossa, que incorpora de forma acelerada a alta tecnologia ao sistema produtivo, reduzindo sobremaneira os postos de emprego para os trabalhadores pouco qualificados, as oportunidades oferecidas para um ex-presidiário são praticamente nulas, para o que concorre o fato de 89% dos presos, segundo o censo de 1994, não exercerem nenhum tipo de trabalho ou atividade produtiva.

Outra questão que temos que considerar, apontada em recente artigo da socióloga Julita Lemgruber, publicado no jornal *O Globo*, é que 45 mil presos – aproximadamente um terço da população carcerária – praticaram crimes sem violência. O que nos permite avaliar que seria perfeitamente razoável a aplicação de penas alternativas.

Nesse sentido, os benefícios seriam significativos, tanto em relação ao sistema penitenciário, quanto em relação ao condenado. Por um lado, a redução dos custos operacionais e de manutenção; por outro, a punição fundada na defesa da cidadania e com o benefício de impedir que um indivíduo que pra-

ticou um delito leve tenha de conviver com elementos de alta periculosidade.

No início do mês de maio, o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, entidade que teve origem no Complexo Frei Caneca, no Rio de Janeiro, realizou o seminário *Questões Penitenciárias – O Presidiário Pede Socorro*, cujo documento de apresentação afirmava o seguinte:

Cientes de que o sistema penal, da forma como vem funcionando, não recupera, mas contribui para marginalizar ainda mais os detentos, faz-se urgente a mobilização e a atuação conjunta dos vários segmentos da nossa sociedade, de forma que aos homens e mulheres que foram condenados a pagar por seus erros com o confinamento sejam restituídos os direitos de cidadania, a dignidade humana e oferecidas reais oportunidades de reintegração social através da qualificação profissional e do trabalho.

Em outro trecho, o documento afirma:

Garantir a ressocialização é um dever do Estado brasileiro e uma necessidade social que, longe de ater-se aos interesses dos indivíduos punidos pela Justiça do país, é fator de enorme importância na construção de uma sociedade menos violenta, que se estruture a partir de ideais mais justos e igualitários, que não acirrem ainda mais as profundas desigualdades sociais nela vigentes.

Considerando que as rebeliões nos presídios têm sido a única forma de os apenados chamarem a atenção das autoridades e da sociedade em geral, e ainda que existe um déficit de 80 mil vagas no sistema penitenciário, é mais do que evidente que estamos diante de uma iminente tragédia. Assim que esta Casa pode e deve contribuir, dentro dos seus limites, para a solução desse quadro aterrador. Nesse sentido, faço um apelo aos colegas congressistas para, num empenho conjunto, avaliarmos o mais breve possível as propostas da sociedade sobre a matéria em questão, de forma a que possamos fornecer uma resposta do Legislativo a esse grave problema

Quero aproveitar o ensejo para denunciar, fazendo eco a reportagem publicada no dia 22 de junho último pelo *Jornal do Brasil*, a situação cruel a que se veem submetidas as mulheres estrangeiras encarceradas em nosso país por suposta participação no tráfico de drogas as chamadas “mulas”. Seduzidas pela promessa de dinheiro “fácil” ou simplesmente enganadas pelos traficantes, que se utilizam dos mais diversos expedientes para fazê-las transportar entorpecentes – principalmente cocaína – sem ter conhecimento do que carregam, muito menos dos perigos que correm, essas mulheres acabam vítimas de um conjunto de fatores perversos que contribuem para que sejam desrespeitados seus direitos humanos. O principal deles é o próprio enquadramento na Lei de Crimes Hediondos, feita para coibir sequestros e considerada excessiva quando se trata de punir mulheres

exploradas por organizações internacionais. Além disso, quase todas se queixam de terem sido extorquidas por policiais após a prisão em flagrante. Não tendo vínculos com o país, são obrigadas a aceitar os serviços de advogados dativos – defensores pagos pelo Estado –, que terminam cobrando, sem recibo, altos honorários em dólares. Some-se a isso a frequente ausência de intérpretes nas audiências na justiça, contrariando o artigo 71 do Estatuto do Estrangeiro, e teremos uma ideia da situação kafkiana por que passam essas infelizes.

Recentemente, tive oportunidade de visitar, no presídio Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, uma jovem sul-africana, de nome Carol Portia Taulse, que, enganada por uma pretensa amiga, foi presa no Aeroporto do Galeão com cocaína e agora terá de passar anos na cadeia. Sensibilizado por sua evidente inocência, estou trabalhando, em conjunto com outros defensores dos direitos humanos, para obter a revisão do processo. Um processo cheio de falhas, incluindo a falta de sustentação no tribunal. Não se trata, aqui, de defender traficantes, mas, em primeiro lugar, de garantir a essas pessoas o direito de ampla defesa, consagrado em nossa Constituição. E de tornar mais proporcional a lei que pune o tráfico, distinguindo entre os verdadeiros responsáveis – que quase sempre se mantêm impunes – e aqueles que lhes servem, consciente ou inconscientemente, de simples instrumentos.

Axé!



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 9 de julho de 1997**

*Comemoração da Revolução  
Constitucionalista de 1932*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

A história da luta pela liberdade e a democracia em nosso país registra um sem-número de páginas gloriosas, exemplos de tenacidade, sacrifício e abnegação protagonizados por brasileiros de todas as épocas e de todas as origens. Diferentemente da imagem passiva e conformista que mitos como o do “homem cordial” tentam inculcar no povo brasileiro, este soube sempre manifestar os seus anseios e reivindicações por todos os meios necessários, defendendo – até mesmo com o próprio sangue – seus direitos ultrajados.

No dia de hoje comemora-se o 65º aniversário de um movimento que se insere, de pleno direito, entre os belos exemplos da luta do povo brasileiro em defesa dos ideais democráticos. Estou me referindo à Revolução Constitucionalista de 1932, iniciada a 9 de julho daquele ano, em protesto contra a demora do Governo central, instaurado dois

anos antes, em implementar a reforma da vida política brasileira e promulgar a nova Constituição.

De início, foram manifestações de protesto, que ganharam pouco a pouco a adesão da população e alvoroçaram os meios universitários. em especial os estudantes da famosa Faculdade de Direito do Largo São Francisco. No dia 23 de maio, uma dessas manifestações culminou com o assassinato a tiros, no centro de São Paulo, de quatro estudantes: Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Américo Camargo de Andrade. As iniciais dos nomes por que eram conhecidos – MMDC, de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo – passaram a denominar uma nova entidade, criada para cuidar, entre outras coisas, do abastecimento e comunicações dos revoltosos. A 9 de julho, começava a Revolução.

Foram organizados exércitos de voluntários, recrutados em todas as classes sociais. reunindo operários, aristocratas e intelectuais, que saíam para as frentes de combate contra as tropas federais. Damas da sociedade integravam grupos de assistência e socorro, confeccionavam uniformes e providenciavam alimentação. Os negros paulistas, evidentemente, não recusaram o chamado, movidos pela esperança de que uma nova ordem política lhes pudesse trazer a concretização da sua condição de cidadãos, que a Abolição da Escravatura, ocorrida pouco mais de 40 anos antes, prometera mas não pude-  
ra, por si mesma, garantir.

Uma das novidades do movimento foi a participação do rádio, inaugu-

rando sua presença na vida política de nosso país. Lidas por César Ladeira, as crônicas diárias de Rubens Amaral, diretor do jornal *O Correio de São Paulo* e porta-voz da ação revolucionária, insuflavam os corações generosos daquela juventude disposta a sacrificar a própria vida em defesa de seus ideais.

Queluz, Lorena, Taubaté, Cunha, Guaratinguetá, Silveira, Cruzeiro: as cidades do vale do Paraíba se encheram de trincheiras, transformadas em pontos estratégicos em que revolucionários e governistas se enfrentavam em combates sangrentos. Cabo do 4º Regimento de Infantaria, participei dessas batalhas, em que pude constatar a bravura de colegas de armas cujos nomes o tempo não pôde apagar: general José Ribamar de Miranda, capitão Giusepe Amado, tenente Jacy Iguatemy da Fonseca, tenente Aeming ... Eu mesmo fui ferido, mas consegui me recuperar, ao contrário de tantos outros, que pagaram seu tributo de sangue pela liberdade.

A tomada do porto de Santos pelas tropas federais cortou aos paulistas o suprimento de armas e munições, bem como o acesso ao Rio de Janeiro. Finalmente, a 29 de setembro, o chefe revolucionário Bertoldo Klinger anunciou o cessar-fogo, pondo fim a três meses de conflito. Mas a derrota militar não significou, absolutamente, uma derrota política. Pelo contrário. Em maio do ano seguinte, realizaram-se eleições para o Congresso, e a Constituinte de 1934 elegeu Getúlio Vargas presidente da República, encerrando quatro anos de arbítrio, Foi estabelecido o sufrágio secreto

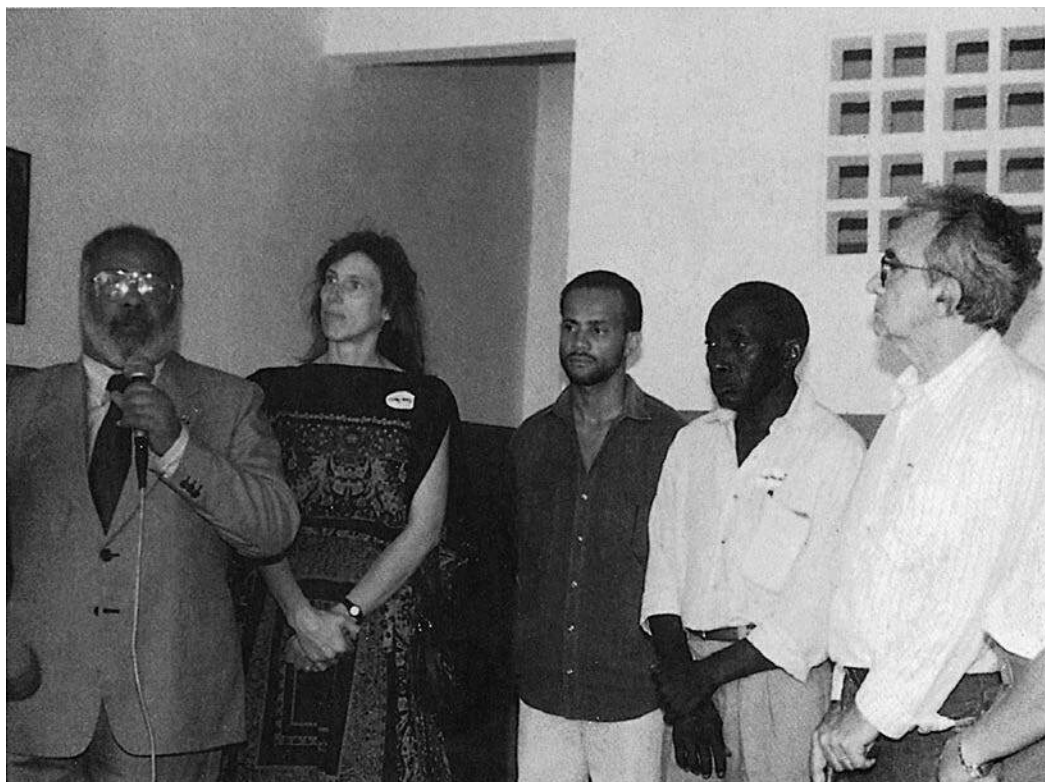
e obrigatório e concedido às mulheres o direito de voto, além de promulgadas as leis trabalhistas, A Revolução de 32 fora, por fim, vitoriosa,

Assim, quero conclamar todos os democratas a comemorar comigo esta data tão significativa na história recen-

te deste país, exemplo de determinação e desprendimento de brasileiros para quem a justiça e a liberdade justificavam qualquer sacrifício, Como os de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo,

Axé!





Inauguração da Escola Professor Abdias Nascimento, São Luís do Maranhão, 1991. Da esquerda para a direita, Abdias Nascimento, Elisa Larkin Nascimento, José de Ribamar Marinho Caldeira, João Francisco dos Santos e o prefeito de São Luís, Jackson Barreto.



Vista da Escola Professor Abdias Nascimento, criada pela Associação Cultural Akomabu.



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 10 de julho de 1997**

*Satisfação com a publicação Reviver,  
editada pelo senador Eptácio  
Cafeteira, que mostra a arquitetura  
de São Luís, prestes a ser declarada  
Patrimônio da Humanidade.*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

Preservar a memória histórica constitui a melhor maneira de se manterem vivos os elos que ligam o passado e o presente de um povo, fortalecendo sua identidade e garantindo a continuidade cultural entre as gerações. Infelizmente, nós brasileiros não temos tido, em geral, a consciência da importância de nossa memória. Permitimos, assim, a degradação de nossos referenciais artísticos e arquitetônicos, ou mesmo sua total destruição, substituindo-os por *shopping centers*, condomínios luxuosos ou outros ícones de uma “modernidade” que pretende desvencilhar-se do passado na ilusão de que isso propicie um atalho para o futuro.

É, assim, com enorme satisfação que recebemos a publicação *Reviver*, editada por iniciativa do excelentíssimo senador Epitácio Cafeteira, ex-governador do Estado do Maranhão, que focaliza a arquitetura da cidade de São Luís. Em 140 páginas de primorosa impressão em papel *couché*, com texto em português e inglês, revela-se não apenas o importante trabalho de recuperação do centro histórico daquela cidade, empreendido durante seu governo, mas principalmente as verdadeiras joias que a colocam entre as mais belas expressões de nossa arquitetura colonial.

Fundada pelos invasores franceses em 1612, São Luís constituiu por muito tempo, juntamente com Belém, o principal porto e centro político-econômico da região Norte, concentrando o fluxo de riquezas provenientes dessa área vastíssima e, então, virtualmente inexplorada. Logo em seus primórdios, a nova capital colonial foi privilegiada pela chegada – pode-se dizer providencial de Francisco Frias de Mesquita, engenheiro-mor do Estado do Brasil, cuja principal missão consistia em projetar edificações capazes de assegurar a defesa da cidade contra ataquei; dos franceses, recentemente expulsos.

Ocorre que, além das fortalezas, o engenheiro-mor deixou também um plano de urbanização que a partir daí constituiu o referencial para a expansão e desenvolvimento da cidade. A ponto de determinar a construção de uma casa “como modelo para as que viessem a ser feitas”, como se pode ler no Regimento deixado pelo capitão-mor Alexandre de

Moura ao seu sucessor, Jerônimo de Albuquerque, em 9 de janeiro de 1616.

O plano de Francisco Frias de Mesquita – provavelmente o primeiro realizado no Brasil – foi decisivo para conferir à cidade um aspecto de regularidade geométrica, servindo para orientar o crescimento da capital maranhense até o final do século XIX. Representou, assim, um grande avanço em relação ao estilo medieval, de ruas estreitas e tortuosas, adotado pelos portugueses no Rio de Janeiro, bem como em Olinda e Recife.

A invasão holandesa, que durou de 1641 a 1644, marcou um período de saques e destruição. Embora a partir de então se consolidasse a presença portuguesa, somente um século e meio depois a região começaria a se desenvolver do ponto de vista econômico, com a criação, pelo marquês de Pombal, da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O futuro estado se integrava, assim, às grandes correntes do comércio mundial, com o plantio e exportação de algodão e arroz para a Europa e a “importação” das primeiras levas de africanos escravizados, que logo constituiriam o grande motor da produção.

O trabalho dos africanos e seus descendentes possibilitou, em apenas duas décadas, uma transformação econômica que ensinaria, por sua vez, o surgimento do extraordinário centro urbano de São Luís. Muito precárias e construídas de taipa e palha, as velhas casas foram substituídas por sólidas edificações de alvenaria, à base de pedra argamassada com sal de sarnambi e



óleo de peixe, juntamente com madeira de lei, serralheria e cantarias de lioz importadas de Portugal, Surgiram detalhes construtivos mais sofisticados e adaptados ao clima tropical úmido, como as varandas posteriores em madeira. guarnecidas por rótulas móveis, o forro em “espinha de peixe” e o pé-direito elevado, deixando passar a ventilação. Em meados do século XIX, intensificou-se o vão dos revestimentos de azulejo nas fachadas, que passaram a se constituir num dos mais belos e característicos aspectos da arquitetura de São Luís. Tudo isso fez dessa capital uma das principais cidades do império brasileiro, cantada em prosa e verso por viajantes de todas as procedências.

Primeira cidade do Norte/Nordeste a contar com os então modernos sistemas de transporte por bondes e de iluminação a gás, São Luís viveria no século XX um longo período de isola-

mento e estagnação – paradoxalmente, responsável, em grande parte, pela preservação não só de seu patrimônio arquitetônico, mas de recursos urbanos e ambientais que já se perderam na maior parte das capitais brasileiras. Não por acaso, a UNESCO vem de aprovar parecer técnico que indica São Luís como Patrimônio da Humanidade.

Quero, portanto, dar meus parabéns ao senador Eptácio Cafeteira pelo arrojado projeto de recuperação urbana empreendido em sua passagem pelo Governo do Maranhão, tanto quanto pela iniciativa de registrar em livro a obra realizada. Revelando, a quem não teve o privilégio de conhecê-la de perto, a singular beleza arquitetônica da capital maranhense.

Axé!



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 23 de julho de 1997**

*Descaso com a educação no  
Rio de Janeiro*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

A decadência do ensino no Brasil é um dos problemas mais preocupantes com que nos defrontamos nesta virada de milênio. Iniciada nos governos militares, que preferiam alocar recursos nas Forças Armadas e em obras espetaculares, mas sem consistência, como a Transamazônica, em detrimento de nossas necessidades educacionais, essa política suicida acabou gerando uma série imensa de distorções, agravadas pela difícil situação vivenciada nos últimos anos pelo setor público, quer em âmbito federal, estadual ou municipal.

Uma das heranças mais funestas que recebemos dos governos pós-64 é a ênfase no ensino superior, principal destinatário dos recursos federais destinados à educação, com o que se deixa a ver navios a educação fundamental –

justamente aquela que, pela Constituição, é dever do Estado proporcionar à população como um todo. No ano passado, por exemplo, segundo relatório do TCU sobre as contas da União, de 6,8 bilhões de reais investidos pelo Governo Federal em educação, apenas 67,5 milhões, ou 1% do total, foram destinados ao ensino fundamental. Essa opção é mais um fruto da visão elitista que predomina em nossos meios intelectuais e políticos, sempre prontos a privilegiar uma minoria à custa do sacrifício imposto às grandes massas.

Dentre as inúmeras distorções que caracterizam a situação do ensino no Brasil, uma das mais graves diz respeito aos salários pagos aos professores de primeiro e segundo graus, em especial aqueles vinculados à rede pública. Sou do tempo – e com certeza também o são meus colegas desta Casa, mesmo os mais novos – em que professor ganhava salário decente. As greves de professores, hoje parte de uma nefasta rotina, a ponto de terem praticamente perdido o valor como instrumento de reivindicação, constituem fato relativamente novo neste país. Tão novo que nenhum de nós, tenho certeza, jamais viveu tal situação no período em que frequentávamos os bancos escolares.

Com todas as suas consequências nocivas, as greves de professores são apenas um sintoma do descaso das autoridades em relação à educação, sobretudo a educação pública, numa atitude que demonstra, como tantas outras, a falta de perspectiva política de nossas elites. Movida tão somente pelo desejo de

permanecer no poder a qualquer custo e pelo maior tempo possível – projeto que assenta, em parte, na existência de uma população pouco instruída, logo pouco informada e, portanto, pouco crítica –, a classe dominante brasileira parece não perceber que a superação de nosso subdesenvolvimento passa, necessariamente, pela melhoria do nível de instrução de nosso povo, ainda mais indispensável num mundo em que a informação é, cada vez mais, a chave para o progresso. Ou pior: embora se perceba claramente o erro dessa política, prevalece o egoísmo dos setores privilegiados, mais interessados em manter o *status quo* do que em ver o país progredir.

Se para a totalidade da população deste país a situação do ensino pode ser considerada muito grave, esta se torna catastrófica do ponto de vista mais específico da população afro-brasileira. Recente estudo cujos resultados foram parcialmente publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia 2 de junho último aponta, mais uma vez, o enorme fosso que separa negros e brancos em nosso país, segundo todos os indicadores sociais pertinentes, dentre os quais se inclui, obviamente, a educação. O Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado por pesquisadores da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), respeitada ONG de âmbito nacional, mostra que cerca de 35% dos afro-brasileiros (“pretos” e “pardos”, como prefere o IBGE) são analfabetos, contra apenas 15% dos brancos. Entre os que têm segundo grau completo, a probabilidade de ingresso na universidade é de 43% para os bran-

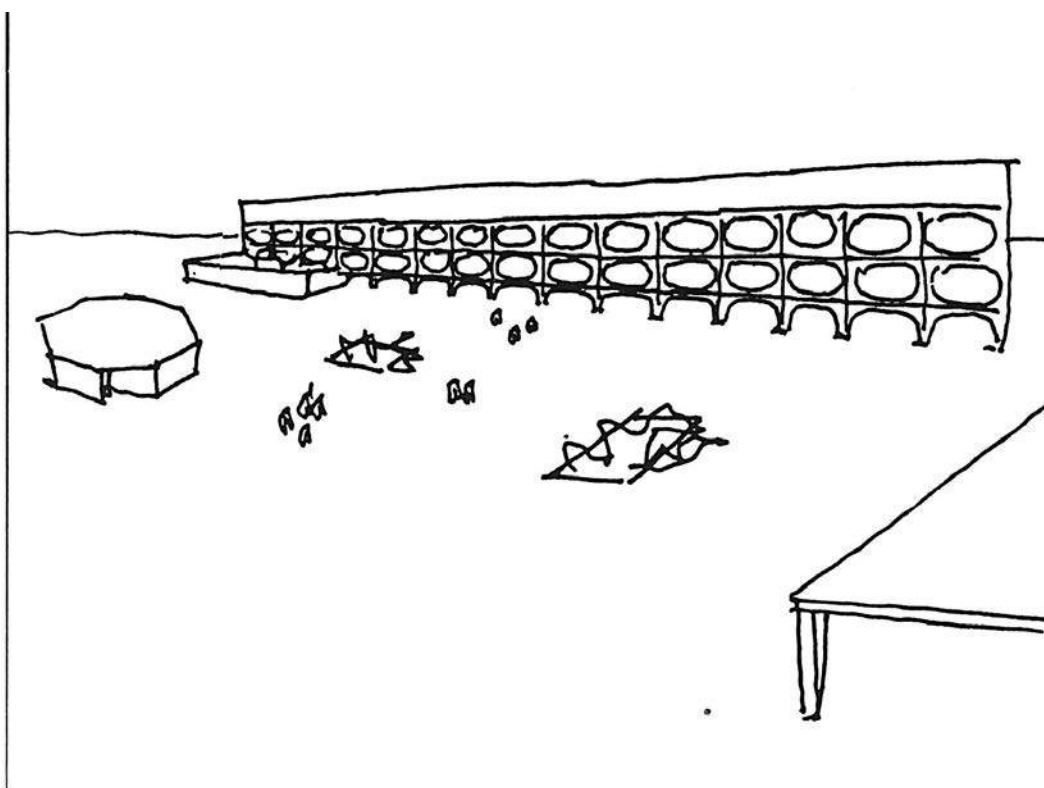
cos, mas de pouco mais de 20%, em média, para os descendentes de africanos. Por esse e outros fatores, o Brasil, que ocupa um razoável 63º lugar segundo o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, desceria para a 120ª posição, ficando entre as nações mais pobres do mundo, caso se levasse em conta exclusivamente a população negra. Isso dá uma ideia bastante precisa da distância entre negros e brancos neste país, assim como do esforço necessário para superarmos essa desigualdade.

No caso específico da educação, embora não haja discriminação no acesso à escola pública, o racismo está presente como importante fator a explicar essas disparidades. Estudo realizado pela prestigiosa Fundação Carlos Chagas, vinculada ao Governo do Estado de Minas Gerais, mostra claramente o modo como a escola fabrica o fracasso do aluno negro, para depois atribuir esse mesmo fracasso a uma suposta incapacidade desse aluno em aprender ou em se adaptar ao meio e às exigências do ambiente de ensino. Sem referências positivas nos textos de História, sem sequer se ver representado nas ilustrações dos livros em geral – para não falar na imposição de uma cultura totalmente europeia, desvinculada dos valores da cultura afro-brasileira, tão louvada quando se pretende provar a suposta tolerância do brasileiro à diversidade –, o jovem afro-brasileiro acaba encarando a escola como um ambiente estranho e hostil. Como se vivêssemos num país ocupado e fôssemos obrigados a absorver uma cultura alienígena, imposta por conquistadores. O resultado é um índice

enorme de fracasso escolar e abandono da escola entre os alunos negros, situação reforçada pela inserção social da população afro-brasileira, que, mostram os números, sofre em dobro os efeitos da pobreza, dentre eles a dificuldade de manter os filhos estudando, dada a necessidade de que estes contribuam para a minguada renda familiar.

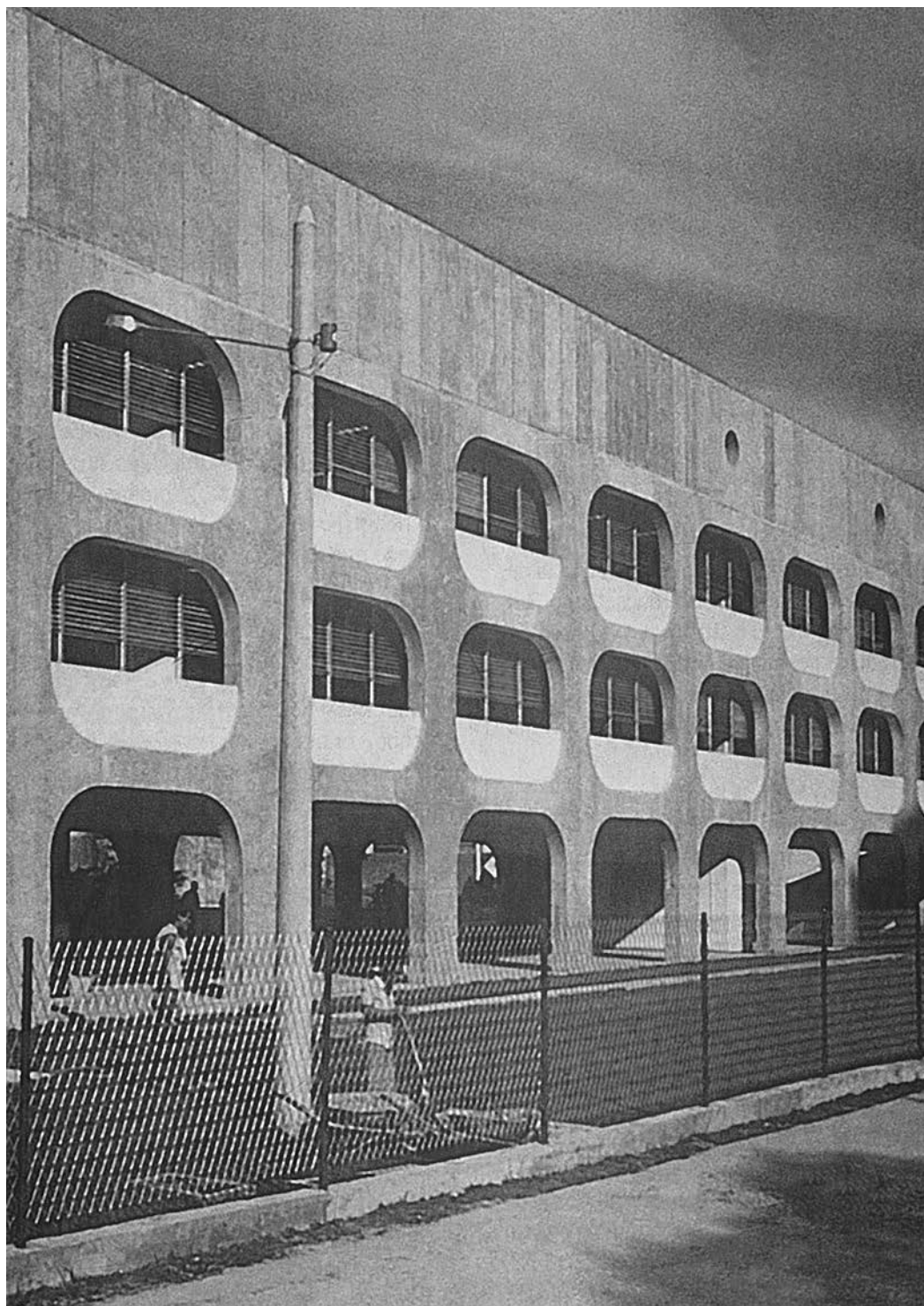
Nessas condições, é com imensa tristeza que assistimos à criminosa desmontagem do programa dos CIEPs, as escolas de tempo integral criadas nos dois governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, sob a orientação e supervisão do saudoso professor Darcy Ribeiro, uma das maiores autoridades em educação que este país já produziu. O ponto-chave da concepção dos CIEPs – não por coincidência, alvo central dos ataques de seus detratores – é a ideia de manter o aluno na escola pelo tempo máximo possível, fornecendo-lhe uma educação de qualidade, integrada ao esporte e ao lazer, com alimentação, assistência médico-odontológica e orientação higiênica, incluindo o banho. De modo não só a prepará-lo adequadamente para o sucesso em uma sociedade cada vez mais competitiva, o que é fundamental, mas também a lhe ocupar ao máximo o tempo livre, evitando os desvios da violência e das drogas.

Evidentemente, uma proposta tão avançada e generosa não poderia agradar aos que têm na ignorância do povo um dos principais instrumentos de sua manutenção no poder. Em resultado disso, uma das primeiras ações do atual Governo do Estado do Rio de Janeiro



O primeiro traço do CIEP por Niemeyer





O CIEP construído. Foto reproduzida da revista *Carta 15*, 1995, publicação de Darcy Ribeiro.

foi exatamente a extinção do Programa Especial de Educação, vítima da ira dos poderosos e dos privilegiados. Isso resultou num escandaloso desperdício, que já ultrapassa a casa dos 30 milhões de reais, segundo reportagem publicada, dia 30 de maio último, no insuspeito jornal *O Globo*. São CIEPs desativados, piscinas abandonadas, consultórios médicos e dentários fechados, antenas parabólicas transformadas em peças de decoração, livros postos de lado pela mudança do programa. Sem falar nos laboratórios de Química, Física e Biologia, que não podem funcionar devido à falta de professores. Com isso, a educação no Rio de Janeiro voltou à sua triste rotina, tão do agrado de nossas irresponsáveis elites: professores que fingem ensinar, alunos que simulam aprender, num ambiente decadente e desmotivador.

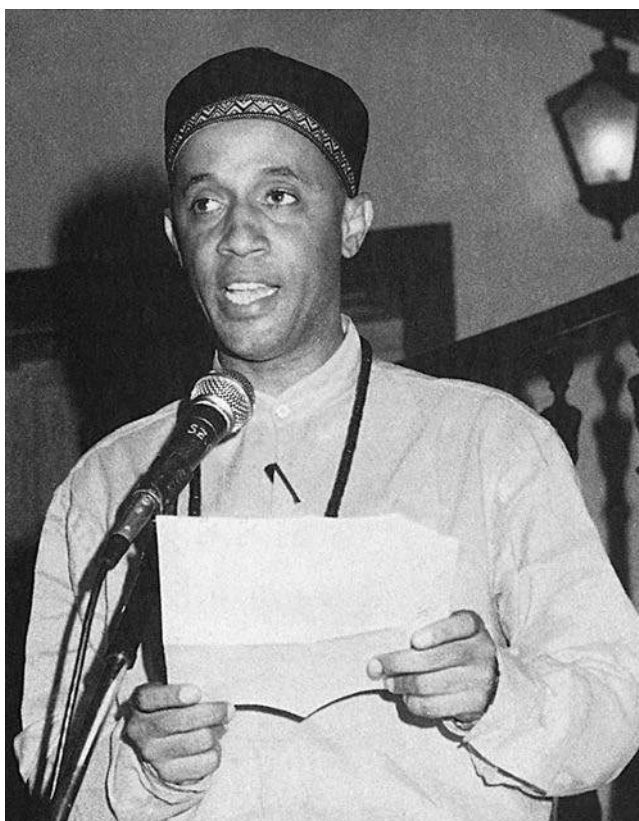
Dos 508 CIEPs construídos, apenas metade mantém o horário integral, quase sempre convivendo com turmas em tempo parcial. O programa de teleeducação, destinado a alunos e professores, foi desativado, enquanto 11,2 milhões de livros e revistas impressos exclusivamente para os CIEPs encontram-se empilhados em prateleiras empoeiradas. Muitos deles jamais foram abertos. O uniforme, que unia os alunos dessas escolas em todo o Estado, com calças, camisetas e tênis fornecidos pelo Governo, foi substituído pelos trajes que a condição econômica dos pais dos alunos lhes permite adquirir. O que, em muitos casos, significa chinelos e roupas remendadas. As 21 piscinas construídas – outro alvo preferencial da ira dos

afortunados – viraram depósitos de água suja, vigiados ante o perigo de algum aluno resolver desafiar as advertências dos professores e dar um mergulho em águas poluídas ou infectadas. Até as quadras de ginástica estão abandonadas, sem professores para as aulas de Educação Física.

Um país como o Brasil não pode dar-se ao luxo de tamanho desperdício. Mais que um resultado das rivalidades e ciúmes políticos, a extinção do Programa Especial de Educação e o abandono dos CIEPs são emblemáticos de uma mentalidade que enxerga no pobre – quase sempre negro – um ser inferior, que por isso merece uma educação igualmente inferior, destinada a mantê-lo no “seu” lugar. Força-se, assim, a realização da profecia de que “não adianta mesmo instruí-los”, para depois brandir os números de seu induzido fracasso como “prova” de que qualquer esforço teria sido em vão. Mas alguém já disse que é impossível enganar todo mundo o tempo todo. Aos trancos e barrancos, o povo brasileiro vai tomando consciência de sua situação, e identificando os responsáveis por ela. Em algum momento, que espero não demore muito, os excluídos acabarão percebendo que a educação é o verdadeiro nó górdio a ser cortado para que nos aproximemos do ideal de uma sociedade capaz de oferecer aos seus filhos, se não a igualdade total, pelo menos a igualdade de oportunidades. Quando isso acontecer, o Brasil terá dado um enorme salto de qualidade no rumo do progresso e do desenvolvimento.

Axé!





Hilton Cobra, diretor do Centro Cultural José Bonifácio, discursa na inauguração do Centro. Rio de Janeiro, dezembro de 1995.



Escadaria e Galeria Heitor dos Prazeres, Centro Cultural José Bonifácio, Rio de Janeiro (foto reproduzida do folheto informativo do Centro).



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 5 de agosto de 1997**

*Homenagem da Câmara Municipal  
do Rio de Janeiro ao Centro Cultural  
José Bonifácio*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

Se a cultura de um povo é o cimento da sua identidade, para nós, africanos e seus descendentes dos dois lados do Atlântico, ela representa há muito tempo o ferro em brasa com que forjamos nossa sobrevivência e coesão como um povo. Manifestando-se não apenas na música e na dança populares, e também na culinária, como quer fazer crer o reducionismo eurocêntrico, mas abrangendo as artes plásticas, a literatura, sem esquecer a tecnologia na agricultura e na mineração, a cultura trazida pelos africanos e desenvolvida no Brasil, em contato e fricção com indígenas e europeus, tem na religião sua verdadeira matriz e síntese. Pois em torno da religião se organiza a vida do indivíduo e do grupo; nela se estrutura a forma de pensar, de ser e estar no mundo, que, para além da superficialidade dos traços

físicos, consubstancia a originalidade e a contribuição dos povos africanos à civilização.

Não foi à toa, portanto, que a estratégia de dominação dos brancos europeus sobre os povos de cor da África, da Ásia e das Américas sempre teve na cultura, de modo geral, e particularmente na religião, um de seus pontos focais. Sabiam eles que, para esmagar fisicamente esses povos e transformá-los em escravos ou vassalos da nova ordem global que se instalava, era preciso domar seus corações, escravizar e colonizar suas mentes e consciências. Era necessário suprimir sua cultura, ou, quando possível, domesticá-la, cortando-lhe as raízes e colocando-a a serviço do dominador. Esse processo envolveu fundamentalmente a religião africana, sempre reprimida, mas incluiu também a negação da existência de grandes civilizações no Continente Africano, a transformação dos antigos egípcios num povo “branco” e o “esquecimento” das contribuições destes à cultura grega e, por meio desta, à moderna cultura ocidental. Tratava-se de negar aos africanos, escravizados nas Américas ou transformados em súditos coloniais na África, a própria humanidade, expressa na capacidade de construir civilizações e de contribuir para a evolução da espécie humana como um todo.

Mas a força da cultura africana pode ser atestada por sua própria sobrevivência nas condições adversas em que ela, a despeito de tudo, conseguiu florescer. Assim, em todos lugares a que chegaram, por vontade própria ou ino-

luntariamente, os africanos deixaram a marca indelével da sua cultura. De tal modo que, na maior parte das Américas, no Brasil como nos Estados Unidos, na Colômbia, na Venezuela, no Equador e no Peru, para não falar nas nações da América Central e do Caribe, as manifestações culturais mais características e originais, as que são exibidas como típicas da nacionalidade, são exatamente aquelas que brotam da fonte africana.

No Brasil, o cruel massacre da escravidão não impediu o florescimento de uma cultura negra tão poderosa que se impõe como a verdadeira cultura do povo brasileiro. Relegada por muito tempo a um segundo plano, vista pela lente caolha do exotismo e do folclore, a cultura afro-brasileira tem passado nos últimos anos por um processo de revitalização e revalorização promovido, fundamentalmente, pelo Movimento Negro e seus aliados nas arenas acadêmica e sociopolítica. A criação, pelo poder público, de organismos voltados à preservação e à dinâmica da cultura desenvolvida pelos africanos e seus descendentes se destaca entre as vitórias que vimos obtendo ao longo de nossa árdua luta pela valorização dos afro-brasileiros. O Centro Cultural José Bonifácio brilha como um dos belos exemplos dessa vitória.

Além do orgulho militante pelo sucesso de uma instituição que defende e põe em prática ideais pelos quais sempre pugnei, dois aspectos me ligam afetivamente ao Centro Cultural José Bonifácio. O primeiro deles prende-se à sua origem, pois a ideia de criar uma instituição mu-

nicipal voltada para a cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro nasceu durante meu mandato como deputado Federal, no início da década dos 80, quando a então administração pedetista da Prefeitura a acolheu. Questões burocráticas retardaram por muito tempo a concretização do projeto. Inclusive, justifica-se registrar os esforços no sentido de sua implementação despendidos pelo então presidente da Rioarte, o poeta Gerardo Mello Mourão. O projeto atravessou, ainda, a segunda administração pedetista do Município, sustentado pelos esforços da Divisão de Cultura Afro-Brasileira da Secretaria de Cultura. Até que por fim a tenacidade e a competência prevaleceram, incorporadas na inquietação criativa de Hilton Cobra. Laços de origem, portanto, redobram a minha alegria nesta noite.

O segundo aspecto está na minha admiração pessoal pelo talento e determinação do ator e diretor de teatro Hilton Cobra, responsável pela formação e condução da valorosa equipe que vem realizando esse trabalho admirável no Centro Cultural José Bonifácio. O entusiasmo e a dedicação de Cobrinha, indispensáveis para o êxito que hoje se festeja, lembram-me de outro jovem que, décadas atrás, também por meio do teatro e das artes, buscava elevar o nível de consciência dos afro-brasileiros em particular, e dos brasileiros de maneira geral, não só quanto aos problemas da

discriminação e do racismo, mas sobre o valor da cultura de origem africana e dos homens e mulheres que a produzem. O Teatro Experimental do Negro foi o instrumento que criamos, lá se vão mais de 50 anos, para sacudir uma sociedade atrasada e reacionária, obrigando-a a se confrontar com alguns dos piores fantasmas de seu inconsciente coletivo, e ao mesmo tempo a enxergar o valor de uma cultura que ela preferia reduzir aos limites do exotismo. Laços de origem também me prendem, então, a este enérgico homem de teatro, redobrando o prazer de perceber que essa ideia não morreu.

Quero, portanto, dar minhas calorosas felicitações a Hilton Cobra e sua equipe, tão bem equipada de talento e habilidade, e ao mesmo tempo saudar a nossa valente guerreira e vereadora do PT, Jurema Batista, o Comdedine e as organizações afro-brasileiras responsáveis pela oportuna iniciativa. Tenho certeza de que, graças à divulgação que este evento propicia, o trabalho desenvolvido pelo Centro Cultural José Bonifácio vai inspirar pessoas e organizações, em todo o Brasil, empenhadas em brandir a cultura como instrumento de transformação das relações raciais neste país.

Axé!



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 14 de agosto de 1997**

*Homenagem ao Dia da Arte e ao  
sociólogo Betinho*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, início  
este pronunciamento.

A criação e apreciação da beleza constituem uma experiência puramente humana. Não por acaso, alguém já definiu o ser humano como o único animal dotado de capacidade estética. Diferentemente da natureza, onde só é feio o que é monstruoso, ou seja, imperfeito ou incompleto, a arte aproveita as coisas naturais e delas se vale para produzir representações em que se incorporou um sentido humano. Assim, para o artista, as formas naturais são como que um esqueleto permanente sobre o qual este elabora sua obra.

Sirvo-me dessas eloquentes imagens para introduzir o tema de meu discurso de hoje, que é a comemoração do Dia da Arte, celebrado a 12 de agosto. Homem que tem usado diversas formas

de expressão artística, em especial a pintura, a poesia e o teatro, como instrumentos de minha luta em defesa dos africanos e seus descendentes, não posso deixar passar em branco a oportunidade de registrar essa importante data.

Embora se manifeste nas mais variadas facetas de nossa cultura, é exatamente no campo das artes que melhor se apresenta a riqueza advinda da singular mistura de grupos humanos que constitui a sociedade brasileira. Formada pela fusão de matrizes indígenas, africanas e europeias, a arte brasileira pode ser considerada uma verdadeira síntese da arte universal, contendo em si virtualmente todos os elementos constitutivos das variadas formas encontradas pelo homem para expressar o sentimento estético que lhe é característico.

Durante muito tempo, a cultura ocidental, no seu modo peculiar de atribuir um cunho universal às suas expressões particulares, acostumou-se a definir a arte segundo os clássicos parâmetros da tradição greco-romana. Nessa visão, caberia à arte representar as coisas da natureza, tal como captadas por nossos sentidos, sem espaço para a expressão de sentimentos outros que não a contemplação embevecida de paisagens, animais, plantas e seres humanos.

Essa visão reducionista e etnocêntrica começou a ser demolida nas derradeiras décadas da última centúria e nos primórdios do século XX, exatamente no momento em que a vanguarda das artes plásticas europeias trava contato com a arte africana, no seu encontro com o Ocidente, em função

de pesquisadores como o alemão Leo Frobenius. Sob o impulso dos pintores *fauves* e cubistas, num processo em que se destaca a obra de Pablo Picasso, bem como a de escritores como Apollinaire e Cendrars, as “curiosidades” africanas passam a ser reconhecidas em seu valor artístico, transformando-se, nas palavras de P. Guillaume, em verdadeiro “esperma vivificador do século XX espiritual”. Assim, as “selvagens” esculturas africanas tornaram-se instrumentos de provocação, revelando uma estética inspiradora de formas simplificadas, mais preocupadas em “significar” ou “simbolizar” do que em se submeter às referências naturais. Marcos desse reconhecimento são a publicação, em 1915, do livro *Negerplastik*, de Carl Einstein, em que o autor identifica a escultura africana como aquela que melhor resolve o problema estético da expressão dos volumes; e também a organização em Paris, pela Galeria Devambez, da primeira exposição de obras africanas e da Oceania.

Na verdade, a história da arte africana se confunde com a própria história da humanidade, pois é nas pinturas e gravuras rupestres do Saara, bem como em seus correspondentes da África Oriental e Austral, que encontramos pela primeira vez os lampejos da genialidade humana na representação perfeita de uma fauna e de uma flora então ainda pródigas. Começavam a se desenvolver aí as próprias raízes do gênio africano, que encontra nas variadas formas de arte a expressão mais acabada de sua maneira peculiar de ser e estar no mundo. Fibras vegetais, couro, madeira, pedra, terra-cota, bronze



e outros metais permitiram aos africanos manifestar seu talento criador, expresso também na música, na dança, numa rica literatura de transmissão oral e até mesmo em sua forma de adornar o corpo, com roupas, tatuagens e penteados que constituem um irresistível convite à pesquisa decorativa.

Na visão africana, que chegou ao Brasil com os milhões de homens e mulheres transplantados pelo tráfico de escravos, arte não é coisa a ser contemplada e reverenciada em galerias e museus. Ao contrário, faz parte da própria vida, manifestando-se por excelência no domínio do sagrado, como testemunham, onipresentes, as máscaras e representações da ancestralidade. Assim, enquanto as cabaças gravadas do Daomé fixam o ensinamento dos provérbios, os objetos usados para pesar o ouro em Gana constituem verdadeira enciclopédia que se exprime com a ajuda de símbolos e alegorias, elementos que também se fazem presentes nos utensílios domésticos das diferentes culturas africanas. Da mesma forma, os bronzes de Ifé e do Benim manifestam a grandeza e o esplendor das admiráveis civilizações que se desenvolveram às margens do golfo da Guiné, fazendo parte, ao lado das enigmáticas muralhas do Zimbábue e da estatuária em pedra do Congo, de um riquíssimo acervo pertencente ao tesouro comum da humanidade. Um acervo no qual se destacam os fantásticos monumentos que nos foram legados por um povo africano cuja negritude até hoje incomoda os racistas encastelados no mundo acadêmico: refiro-me ao Egito dos faraós, cujas pirâmides, na precisão ma-

temática de sua arquitetura, constituem o mais belo exemplo do gênio humano na antiguidade.

Desse modo, era inescapável que a arte africana viesse a fecundar a cultura das Américas, e particularmente deste nosso Brasil, pelas mãos dos africanos e de sua criativa descendência, verdadeiros responsáveis pela invenção deste país. Não vou aqui me estender sobre esse tema, tão bem explanado dias atrás por essa extraordinária mulher negra e favelada, a senadora Benedita da Silva, a quem sou muito grato pelas elogiosas referências a minha pessoa e ao Teatro Experimental do Negro, que fundei já lá vão cinco décadas. Quero, porém, aproveitar o ensejo para falar brevemente de um grande artista que acabamos de perder. Pois se a função da arte é expressar a vida, ninguém merecia mais esse título do que o nosso querido Betinho, cuja existência foi um raro exemplo de inteligência, sensibilidade, determinação e dignidade a serviço da nobre causa da justiça social. Amigo feito no exílio, continuamos ligados pelo coração e na luta por justiça quando regressamos ao Brasil. Na qualidade de secretário de Estado de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras no segundo Governo Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, Betinho foi até meu gabinete levar-me solidariedade. Anos depois Betinho indicou-me o médico que nos livrou a ambos da labirintite. Foi meu último contato com esse missionário da solidariedade.

Em carta datada de 27 de agosto do ano passado, endereçada a outro

grande brasileiro de igual *status* humano recentemente falecido, o também querido Senador Darcy Ribeiro, Betinho mostrou claramente a alma de artista que animava seu ofício de sociólogo e político. Referindo-se a uma polêmica menor em que Darcy se metera, movido por um gênio que não lhe permitia esquivar-se a qualquer provocação, Betinho assim se expressou:

Darcy, aquele abraço

Você é de Montes Claros, eu sou de Bocaiúva. Sou mais importante que você por razão de nascimento, mas você não tem culpa. Você tem câncer e eu, além de hemofílico, tenho Aids. Ganhei mais uma vez. Você não pode comigo. Mas isso é entre nós.

Vivemos mais ou menos a mesma época, você tem alguns anos mais que eu, você viveu mais perto do poder e eu mais perto da planície, da sociedade. Não é virtude, é destino.

Você conheceu a morte mais tarde, eu já nasci com ela. Vantagem minha? Não sei. Você foi mais livre que eu, ousou mais em muitos campos. Em outros você foi poder, com Jango e tantos outros. Não importa. Somos grandes amigos e irmãos, apesar de não nos vermos como se deveria. E vivemos no mesmo Rio.

Quando cheguei no Chile escapando da ditadura no Brasil você foi logo me dizendo que eu deveria assessorar Allende. Porque você iria para o Peru asses-

sor o Alvarado. Essa mania que nós, brasileiros, temos: pensar que somos deuses. E no entanto tudo isso se deu. Fui trabalhar com Joan Garcez, assessor pessoal de Allende. Você foi embora para descobrir lá longe o próprio câncer e montado nele voltar para o Brasil. Da morte para a vida.

Enfim, nossa história é uma permanente disputa pelo absurdo, até que eu te venci: criei a Grande Bocaiúva e incluí nela Montes Claros, Belo Horizonte, Rio e uma parte de Paris, sem falar em Nova Iorque.

Mas agora estou triste com esse debate pelos jornais que você fez com gente do tempo da ditadura. Esse debate não merece ser feito por você. Que importa o passado? Os títulos, os currículos? Essa gente tem o passado da ditadura, você tem a luta pela democracia! Eles são doutores da ditadura, você é um eterno aluno da democracia, às vezes perigosamente perto do poder. Mas não há nenhuma dúvida sobre o seu lado: o do oprimido, do segregado, do danado, o da maioria. E isso é que é o saber.

Pelo amor de Deus, não perca seu tempo com esse tipo de debate! Com esse tipo de gente! A vida é mais importante.

Discutir títulos é discutir *bestage*, como se diz em Minas. Discutir diplomas é discutir ordem. Pare com isso. Continue a discutir

a vida, a democracia, a rebeldia, a liberdade. Ou não serás digno da Grande Bocaiúva, da qual Montes Claros é apenas uma parte.

Do seu irmão, doa a quem doer,

Betinho.

Também um artista das letras, dois dias depois Darcy respondeu na mesma linha:

Querido Betinho,

Li comovido sua carta. Minha namorada até chorou.

Vivemos vidas paralelas, meu irmão. Belas e bravas vidas de combatentes de nossa geração. Vidas sofridas, mas também gozosas.

Eu, de longe, olhando você viver, enfrentar suas tempestades e delas sair íntegro, sonhador. Às vezes ferido no corpo, feridas de sangrar, mas você passava a mão por cima, fazendo de conta que as curava e seguia, montado no seu cavalo.

Você, também de longe, me vendo viver meus anos com raiva de envelhecer, incapaz de achar que meu feito mais importante eu já fiz. Senti, por vezes, seus olhos claros me olhando carinhosos.

Agora, Betinho meu, os anos se somaram, tantos, e as dores, ainda suportáveis, anunciando dores maiores, e eu estou com medo de baquear. Antes que desgraça maior me aconteça, enfrentei a desgraça menor que é assumir que eu venho de longe e já fiz meus feitos. Que é hora, portanto, de escrever minhas Confissões. É o que estou fazendo. Vou publicar nella sua bela carta.

Do seu irmão, doa a quem doer,

Darcy Ribeiro.

Lá no Orum, receba Betinho, receba Darcy, o nosso mais comovido.

Axé!



**Discurso proferido no Senado  
Federal em 21 de agosto de 1997**

*Ensino religioso na Lei de  
Diretrizes e Bases da Educação*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, inicio  
este pronunciamento.

Juntamente com as manifestações artísticas, a religiosidade se encontra entre as formas de expressão que caracterizam a singularidade do ser humano. Nenhum povo, cultura ou civilização existe hoje em dia, ou jamais existiu, sem o lastro de um ou mais sistemas religiosos. Assim, a religião talvez seja a mais conspícua manifestação da espiritualidade humana, o terreno por excelência em que se expressam as preocupações fundamentais que nos têm afligido desde que nossos mais longínquos ancestrais na escala evolutiva começaram a se indagar sobre quem somos, de onde viemos, para onde vamos.

Nas culturas africanas e indígenas, a religião ocupa um espaço que há muito perdeu na visão europeia e ocidental. Para esses povos, religião não é apenas um ritual que se pratique num

determinado dia da semana, como forma de garantir uma possível salvação na vida após a morte ou, o que é mais frequente nos dias de hoje, no cumprimento de uma obrigação social para com os membros do grupo a que se pertença. Muito pelo contrário, nessas culturas a prática religiosa é parte integrante da vida quotidiana, nela se encontrando todos os elementos constitutivos da identidade de cada grupo, bem como os valores essenciais que orientam a vida das comunidades. Assim, não foi por acaso que os europeus, no seu empreendimento de conquista e “colonização” da África e das Américas, procurassem sempre destruir – ou, quando isso não era possível, pelo menos neutralizar – as religiões dos vencidos, como forma de lhes solapar a coesão interna, impondo-lhes um sistema de valores que lhes era estranho e no qual só poderiam ver a si mesmos como derrotados. Um ditado africano ilustra muito bem esse processo: “Quando os europeus aqui chegaram, eles tinham a cruz e nós tínhamos a terra. Hoje, eles têm a terra e nós, a cruz”.

Um dos muitos e diversos legados que o povo brasileiro deve aos africanos e seus descendentes é, todos reconhecem, a nossa decantada religiosidade. Com efeito, a religião ocupa na vida diária dos brasileiros, qualquer que seja sua origem, um espaço muito maior e mais importante do que na Europa ou nos Estados Unidos. Em suas formas “puras” ou misturadas entre si, igrejas, seitas, cultos e denominações das mais diversas procedências encontram no substrato espiritual do povo

brasileiro, que se alicerça sobretudo em nossa matriz africana, o terreno propício para a sua manifestação. Num momento de acentuada crise moral, traduzida no desrespeito e no descaso em relação aos valores fundamentais que regem as relações humanas em qualquer sociedade, esse substrato espiritual tem, com toda a certeza, um importante papel a desempenhar.

Foi por essa razão que fizemos questão de nos manifestar com referência à nova redação, recentemente aprovada por esta Casa, do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelecendo a obrigatoriedade de as escolas ministrarem um ensino religioso interconfessional, que respeite a “diversidade (...) religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Além de estatuir que os sistemas de educação regulamentarão os procedimentos para a definição do ensino religioso, estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores e ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso, o novo texto suprime a restrição ao emprego do dinheiro público para custear os gastos ocasionados por tal disciplina.

Homem que venho de longe, do tempo em que o dispositivo constitucional que assegura a liberdade de culto era apenas “para inglês ver”, sendo desmentido na vida real por práticas abertamente discriminatórias, sobretudo em relação às religiões de origem africana, foi com muita satisfação que assisti à tramitação e aprovação final

dessa alteração, elemento importante na concretização de uma sociedade multiracial e pluriétnica. Conhecedor, porém, das muitas armadilhas que se colocam diante daqueles que ousam defrontar-se com o *status quo* religioso no Brasil, chamaram-me a atenção dois aspectos do artigo alterado. Em primeiro lugar, o dispositivo que fala da “definição dos conteúdos do ensino religioso” sem a prévia definição dos objetivos educacionais, ou seja, dos comportamentos, valores e atitudes a serem adquiridos, mudados ou reafirmados pelos educandos – um deslize evidente aos olhos dos especialistas em educação. Em segundo lugar, a obrigatoriedade de se constituir uma entidade civil permanente, com a participação de representantes das diferentes denominações religiosas, para opinar sobre os objetivos e conteúdos do ensino religioso – o que constitui não apenas um enorme entrave à aplicação da lei, mas também uma intromissão indevida do Estado na vida das instituições privadas, em flagrante ameaça ao direito de livre associação. Em razão de tudo isso, apresentei Emenda Aglutinativa de Redação, alterando o Projeto de Lei em pauta, mas não obtive sucesso em convencer meus nobres colegas senadores do acerto ou oportunidade de meus argumentos.

Outra questão que nos chamou a atenção, e que continua em pauta, refere-se ao custeio do ensino religioso. Ao suprimir do artigo 33 da Lei nº 9.394, de 1996, a expressão “sem ônus para os cofres públicos”, a Lei nº 9.475, de 1997, não define expressamente a quem deverá caber tal ônus. Abre espaço, portanto,

a uma discussão que se acendeu, logo após a aprovação do novo texto, com a declaração do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, de que “os Estados serão livres para decidir” sobre o tema, pois “não há determinação de que os professores sejam remunerados”. Nesse caso, a opção caberia não só aos sistemas estaduais de ensino, mas igualmente ao federal e aos municipais, conforme o texto da lei. No cerne dessa discussão, uma dúvida fundamental: poderia o Poder Público optar entre cobrir ou não as despesas do ensino religioso?

De fato, se a lei for interpretada ao pé da letra, fica patente a ausência de qualquer mandamento a respeito do ônus financeiro. Em princípio, poderia haver a alternativa de o Estado arcar ou não com ele. A interpretação, no entanto, não pode ser apenas literal. Faz-se indispensável considerar a intenção do legislador, manifesta nos próprios projetos de lei, bem como em pareceres, discursos e outros documentos. Desse modo, cabe registrar primeiro a Justificação do Projeto de Lei nº 2.757-A, de 1997, de autoria do deputado Nelson Marchezan, em que este destaca ser o ensino religioso “de vital importância para a formação da personalidade”, não devendo ser confundido com doutrinação religiosa. Trata-se de parte integrante da formação e do currículo, incompatível, portanto, com o custeio privado. Diz a Justificação do deputado Marchezan:

( ...) A presente proposição legislativa objetiva corrigir um equívoco da atual Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional, ao suprimir a expressão ‘sem ônus para os cofres públicos’ do art. 33, *caput*, da referida lei e, com isso, assegurar a todos a possibilidade de um ensino religioso que seja instrumento para a construção de uma sociedade mais solidária, fraterna e cidadã.

Já o Projeto de Lei nº 3.043, de 1997, encaminhado em regime de urgência pelo Poder Executivo, é ainda mais explícito, na Exposição de Motivos nº 78, de 12 de março de 1997, de autoria do Senhor Ministro de Estado da Educação e do Desporto:

(...) Esta é a questão mais delicada – a lei determina que o ensino religioso, quando ministrado nas formas prescritas, tem que ser oferecido ‘sem ônus para os cofres públicos’, o que pode representar uma restrição para a atuação das diferentes denominações religiosas, uma vez que teriam que ou dispor de recursos para a remuneração dos professores ou contar com a disponibilidade de trabalhadores voluntários. Fica claro que, nessas condições, a escola nem sempre poderá atender à demanda da sua clientela – e, portanto, cumprir a determinação constitucional –, uma vez que estará na dependência da disposição das comunidades religiosas de arcar com o custo, coletivo ou individual, da oferta da disciplina. Estabelece-se, assim, uma relação de dependência ou de aliança en-

tre o Estado, que deve oferecer o ensino, e a Igreja, responsável pela oferta ou não do ensino religioso sem ônus para os cofres públicos. Assim sendo, o cumprimento do dispositivo constitucional acaba por refugir da capacidade decisória do Poder Público.

O documento ainda assinala que o ensino religioso com a perspectiva de proselitismo não deve ser subvencionado pelo Estado. Por isso mesmo, afirma que o respeito à pluralidade religiosa, assim como ao princípio constitucional da separação entre Estado e Igreja, impõe que “o ensino religioso seja tratado menos como ‘ensino de uma religião’ ou ‘o ensino das religiões’ e mais como o ensino de conceitos que ajudam a criança e o adolescente a compreender a importância de abraçar uma religião (...)”. Destaca ainda que, “em sua quase totalidade, os sistemas estaduais de educação já haviam assimilado, há anos, o ensino religioso como parte indissociável dos currículos da escola fundamental e equacionado formas aceitáveis de ofertá-lo, com caráter interconfessional e às expensas do Poder Público”. E enfatiza: “(...) sempre com o ônus da remuneração dos professores para os cofres públicos”.

Coincidiram, portanto, as intenções dos Poderes Legislativo e Executivo. E o Parecer do Relator na Câmara dos Deputados – uma proposição aprovada – destacou que os projetos em análise adotavam o princípio de que “o ensino religioso é parte integrante essencial na formação do ser humano como pessoa



e cidadão, estando o Estado obrigado a promovê-lo, não só pela previsão de espaço e tempo na grade curricular do ensino fundamental público, mas também pelo seu custeio, quando não se revestir de caráter doutrinário ou proselitista. (...)” Com isso, conclui, satisfazem-se os princípios constitucionais que tratam da relação entre o Estado e as igrejas,

Dessa forma, fica claro o entendimento dos legisladores de que o ensino religioso financiado por pessoas jurídicas de direito privado não atende aos princípios constitucionais de separação entre o Estado e a Igreja. Sua adoção abriria as portas ao proselitismo das que tivessem – e somente das que tivessem – recursos para tanto. Para evitar tal inconveniência, o Poder Legislativo, com a sanção presidencial, entendeu que o ensino religioso, sob o teto da escola pública, respeitará a diversidade cultural e religiosa do País e não poderá ser proselitista. Coerentemente, para que o Estado tenha controle, possa baixar e aplicar normas, seguirá a tradição de custeio do ensino religioso, inclusive com o pagamento dos professores pelas redes escolares públicas. É o que fica patente nos documentos referentes à tramitação do Projeto na Câmara dos Deputados. Nesta Casa, tanto o Parecer do relator, eminente senador Joel de Holanda, quanto a discussão do projeto acolhem tacitamente as intenções cmitidas no texto originário da Câmara. Foi também manifesta a preocupação no sentido de que os professores sejam efetivamente remunerados. Desse modo, o acordo mencionado na sessão de 17 de junho último, para se retirar a palavra “remu-

neração” do parágrafo 1º do art. 33, não prejudica a intenção expressa. O dispositivo que veio a ser aprovado dispõe que os sistemas de ensino estabelecerão as nonnas para habilitação e admissão dos professores, mas os princípios constantes das intenções dos legisladores deixam claro que as redes públicas estão obrigadas a remunerar os docentes. Tal é a intenção expressa dos representantes eleitos do povo. Só resta que a cumpram as autoridades competentes.

Axé!

O SR. JOEL DE HOLANDA  
(PFL – PE) – Permite-me V. Exª um aparte, nobre senador?

O SR. ABDIAS NASCIMENTO  
– Ouço V. Exª com muito prazer.

*O Sr. Joel de Holanda* (PFL-PE)  
– Acompanhei com muita atenção o pronunciamento de V. Exª, que fez uma apreciação muito lúcida e completa das questões envolvendo o ensino religioso do País e, sobretudo, da contribuição do Congresso Nacional, ao aperfeiçoar a atual legislação brasileira que trata da questão do ensino religioso nas escolas públicas. V. Exª salientou bem a preocupação do Congresso, tanto da Câmara quanto do Senado, em fazer prevalecer os princípios estabelecidos na nossa Constituição, ou seja, que o ensino religioso deve ter caráter facultativo, buscando a interconfessionalidade, e deve ser visto com um fator de contribuição para a fonnação da pessoa humana e do cidadão. Tal responsabilidade deve ser distribuída entre o Governo Federal, os Estados e as entidades representativas de várias religiões, para que estabele-

çam a melhor forma de se prover as escolas dos professores necessários para o ensino religioso, nas várias confissões. Portanto, parabeno V. Ex<sup>a</sup> pela análise que acaba de fazer. A nossa preocupação não foi, de forma alguma, no sentido de impor qualquer religião aos nossos alunos nas escolas públicas. Não houve a intenção em estabelecer conflito entre o Estado e a Igreja nem em atender pleitos da religião a, b ou c. Preocupamo-nos, sim, como educadores, que o ensino religioso possa ser viabilizado, porque, se não houver ônus para o setor público com relação ao pagamento desses professores, assistiremos ao desaparecimento do ensino religioso das nossas escolas por falta de professores ou, então, essas aulas se transformarão em proselitismo, em propagandas de determinadas religiões; não seriam aulas onde os conceitos religiosos seriam apresentados

aos alunos, servindo, sobretudo, como contribuição para a construção da sua personalidade, dos princípios da ética e da moral, da cidadania e assim por diante. Portanto, fiquei muito feliz em ouvir o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e o cumprimento pela forma precisa e competente como abordou essa importante questão que, por certo, irá dar uma contribuição muito importante à educação do nosso país.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Agradeço o seu aparte. V. Ex<sup>a</sup>, na qualidade de presidente da Comissão de Educação desta Casa e também de relator da matéria, ajudou a esclarecer, a dar mais amplitude aos conceitos e à análise que vinha fazendo a respeito dessa lei. Assim, agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> e peço ao Senhor Presidente que integre o seu aparte como essência do meu discurso.

Muito agradecido a V. Ex<sup>a</sup>.

**Discurso proferido no Senado  
Federal em 27 de agosto de 1997**

*Homenagem a Getúlio Vargas*

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,  
Sob a proteção de Olorum, início  
este pronunciamento.

Na última sexta-feira, acompanhando o ex-governador Leonel Brizola, estive na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Convidado pelos estudantes a proferir uma palestra, o presidente de honra do PDT, o meu partido, foi recebido na sala da Reitoria. Nesta tivemos a oportunidade de observar uma fotografia antiga em que, num grupo de professores e alunos, sobressaía a figura jovem e simpática do então acadêmico de Direito Getúlio Vargas.

Diante da foto, minha memória fez um recuo no tempo. Quando teria eu pela primeira vez me defrontado com uma referência a Vargas? Fora em 1930. Apenas alguns meses antes acabara de

ser incluído nas fileiras do Exército, no 2º Grupo de Artilharia Pesada, na Guarnição de Quitaúna, perto de São Paulo. Nada entendia de cavalos, menos ainda de obuses ou canhões. Entretanto notava-se certa inquietação no quartel, com sobreavisos, prontidões, cancelamento de licenças e saídas. Mas estava proibido aos soldados comentar sobre política.

Os rumores de uma possível e iminente revolução permeavam secretamente as reflexões dos praças de pré, até que certa noite de outubro fomos tirados das camas e ordenados a colocar as mulas, os cavalos, os obuses em condições de marchar. Lembro-me, na escuridão daquela noite e na noite da minha lembrança, do esforço que despendi carregando nos ombros sacos de milho e fardos de alfafa. Íamos partir para a frente de batalha: Ourinhos... Nossa missão, sabíamos aos cochichos: imobilizar a força militar de Getúlio Vargas em Itararé. Sem embargo, a famosa batalha de Itararé não houve, não aconteceu. Só contemplei os trens vindos do sul, com os revolucionários de lenço vermelho flutuando no pescoço. Foi minha primeira e involuntária oposição a Vargas.

A segunda viria dois anos depois. Eu já cabo de esquadra no 4º Regimento de Infantaria, na mesma guarnição de Quitaúna. Estala a chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo. Novamente combatendo contra Vargas, fui ferido na frente de Cunha, mas pude dar minha contribuição àquele justo e patriótico movimento.

O terceiro enfrentamento à política de Vargas aconteceu em 1937, com

a instauração do chamado Estado Novo. Falava-se em tropas norte-americanas em navios ancorados na baía de Guanabara. Na época eu era estudante de Economia. Junto a colegas de outras áreas, organizamos um grupo para fazer alguma coisa em favor da nossa soberania. Como não tínhamos armas, só nos restou redigir boletins mimeografados convocando o povo a defender nossa autonomia de nação livre. Fomos presos, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, e cumprimos pena na penitenciária da Frei Caneca, no Rio de Janeiro.

Intensas movimentações populares constituíam, por sinal, a marca daquela década. Eram anos agitados, de esvaziamento do movimento tenentista, da citada Revolução Constitucionalista de 1932, de enfrentamento dos graves problemas nacionais. De mero “caso de polícia” na visão dos plenipotenciários da Velha República, a questão social e trabalhista passara a merecer especial atenção do Governo Provisório, que acenava com a introdução de importantes conquistas para os trabalhadores: organização sindical, férias remuneradas, limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, comissões de conciliação, caixas de pensões, seguro social, proteção a mulheres e menores. Tudo isso sob um intenso jogo de pressões que criava uma permanente instabilidade.

Era preciso institucionalizar a Revolução de 30 para, desse modo, neutralizar as forças políticas mais radicais e apaziguar as oligarquias, ainda poderosas. Foi assim convocada a Assembleia Nacional e promulgada a



Da esquerda para a direita: Miguel Costa, Goes Monteiro – chefe do estado-maior revolucionário – e Getúlio Vargas, na Revolução de 1930. Foto reproduzida do livro *A revolução de 1930 e seus antecedentes*, org. pelo Cepedoc (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980).



Constituição de 1934. Getúlio Vargas consolidava ainda mais sua posição política, agora como Presidente constitucional do Brasil, obtendo boa margem de manobra para futuros jogos políticos. Vai enfrentar, porém, até 1938, os anos mais críticos daquela década, em permanente confronto com diversos grupos e forças sociais contrários ao seu projeto político.

Crescia então, liderada por Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira, inspirada numa posição nacionalista que lembrava, em sua forma de organização, a postura de direita do tipo europeu. Já a esquerda se encontrava agrupada na Aliança Libertadora Nacional, liderada pelo Partido Comunista de Luís Carlos Prestes, cuja estratégia era a “frente única” contra o imperialismo, o fascismo e o latifúndio. Uma análise incorreta da correlação de forças leva a Aliança a radicalizar, partindo, em 1935, para o levante armado. O rápido e total fracasso desse movimento fornece a Getúlio Vargas todos os pretextos para recuperar os instrumentos de poder e coerção que lhes haviam sido retirados pela Constituição de 1934. O regime torna-se cada vez mais autoritário, sustentado pelos militares, com apoio da Igreja e dos integralistas.

A 10 de novembro de 1937, o *Diário Oficial* publica a nova Constituição, redigida por Francisco Campos, enquanto o Congresso é fechado por uma simples operação policial. O Brasil mergulhava no Estado Novo. No mês seguinte, a Ação Integralista Brasileira cai na dura realidade ao se ver dissolvida,

juntamente com todos os partidos políticos, e empurrada para a marginalidade. Em março de 1938, os integralistas, em aliança com setores liberais, tentam um golpe, num assalto ao Palácio Guanabara rapidamente esmagado.

O Estado Novo não foi um projeto exclusivo de Getúlio Vargas. Ao contrário, teve o beneplácito das forças oligárquicas estaduais e também da Igreja, e a participação, em sua concretização, de militares e grupos burocráticos que pretendiam modernizar o País “de cima para baixo”. Na visão destes, somente um regime autoritário e estável poderia fazê-lo, racionalizando a administração pública e promovendo o setor terciário por meio de incentivos e da criação de uma poderosa indústria de base.

Dentre as realizações do período, destaca-se a busca de autossuficiência na produção de matérias-primas e bens manufaturados, bem como o estupendo incentivo ao setor básico da economia, com a criação das Companhias Siderúrgica Nacional e Vale do Rio Doce, ao lado da construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso. Ao mesmo tempo, graças à habilidade política de Getúlio, a intensa repressão ao movimento sindical não impediu que o trabalhismo se consolidasse: com efeito, bastaria a criação e implementação das leis trabalhistas para fazer de Vargas, dentre os políticos brasileiros oriundos das classes dominantes, aquele que mais sensibilidade demonstrou às questões do trabalho.

A aparente aproximação com as forças do Eixo, em especial com a Alemanha nazista, foi antes a expressão



de uma política externa pragmática do que uma demonstração de inclinação doutrinária – embora agradasse aos setores mais conservadores do regime. Na verdade, Getúlio Vargas tinha plena consciência de que a América Latina se encontrava na esfera de influência norte-americana. Dada a inevitabilidade da guerra, tratava-se de obter, como contrapartida à participação brasileira – importante no contexto estratégico do Atlântico Sul –, a colaboração dos Estados Unidos na montagem de nosso setor siderúrgico. Lembro-me de certa noite de 1970 em Middletown, no Estado de Connecticut, após uma palestra do famoso engenheiro norte-americano Buckminster Fuller, no Centro Wesleyano para Humanidades, do qual eu era um professor-visitante. Naquela ocasião, tive longa conversa com o Dr. Buckminster Fuller, e ele me relatou em detalhes a missão que recebera do Presidente Roosevelt de organizar um grupo de especialistas capazes de ajudar o presidente do Brasil a montar uma siderúrgica.

A participação do Brasil no esforço de guerra contra os países do Eixo, num momento em que o País vivia no plano interno uma situação de anormalidade institucional, pôs a nu as contradições do regime estado-novista. Até então enfraquecidas, as oposições se unem, num descontentamento que se expõe no “Manifesto dos Mineiros”. Cria-se, no segundo semestre de 1944, a União Democrática Nacional – UDN, inicialmente incluindo até mesmo socialistas, enquanto Getúlio estimula a fundação do Partido Social Democráti-

co – PSD, aliança entre o latifúndio, a burguesia e as altas finanças.

Antenado com o irrefreável retorno da atividade político-partidária, em 28 de fevereiro de 1945, Getúlio surpreende as oposições, decretando a Lei Constitucional nº 9, que determinava a realização de eleições à presidência da República, Governos Estaduais, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. A 10 de abril, é decretada a anistia e liberada a organização partidária. Falando em anistia, quero registrar a ação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, braço político do Teatro Negro que eu dirigia, com o objetivo de lutar ao lado das forças democráticas pela libertação dos presos políticos e pela queda do regime discricionário.

Afastado do Governo, Vargas recolhe-se à sua estância em São Borja, só rompendo o silêncio para se manifestar em apoio à candidatura do general Dutra (PSDIPTB) – sua mensagem praticamente decidiu a sorte das eleições – e lançar-se ele próprio em disputa de uma cadeira no Senado. Acabou eleito senador por dois Estados (Rio Grande do Sul e São Paulo), além de deputado pelo Distrito Federal e mais seis estados, dedicando-se então ao fortalecimento do PTB.

O Governo Dutra foi na verdade uma continuação do Estado Novo no que este apresentara de pior. Além de uma feroz repressão aos trabalhadores, traduzida no fechamento da Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros e na intervenção em quase 400 sindicatos, Dutra cassa o registro do Partido Comu-



nista Brasileiro, que retoma à clandestinidade. Enquanto isso, Getúlio Vargas preparava cautelosamente a sua volta ao Palácio do Catete. Aos 67 anos, havia compreendido profundamente as transformações socioeconômicas por que passava o País, apresentando-se muito próximo às reais aspirações da classe trabalhadora. Seu grande adversário político, a UDN, apresentava a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, representando um liberalismo antipopular e bacharelesco que prenunciava seu futuro de partido golpista e conspiratório. Eleitoralmente inconsistente, Cristiano Machado, candidato do PSD, não constituía obstáculo.

Assim, depois de seis anos afastado do Catete, Getúlio Vargas conquistou novamente, pela força do voto e com o aval das massas trabalhadoras, a cadeira presidencial, arrasando seus adversários com quase 4 milhões de votos, ou cerca de 49% do total. Sem maioria no Congresso, contudo, teria de se impor mediante uma administração vibrante e vigorosa. Getúlio soube compreender as necessidades de um Brasil muito diferente daquele da década de 30, um país cuja expansão capitalista e urbana fizera crescer, em número e importância, as massas trabalhadoras. Estas lhe dariam seu apoio fundamental numa política que, além de levar a conquistas práticas de interesse popular, também permitia, com o estímulo à sindicalização, bem como às greves e manifestações nacionalistas, um sensível salto organizativo dos trabalhadores.

Foi nessa altura do processo político que me identifiquei com Getúlio Vargas. Ajudei a fundar, no Rio de Janeiro, o Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB, ao lado de Segadas Viana, Benício Fontenelle e muitos outros.

A imensa habilidade na arte da conciliação não impediu que Getúlio Vargas fosse sendo paulatinamente sitiado. Enquanto suas iniciativas sociais e trabalhistas eram bombardeadas pelas forças conservadoras, sua decidida atuação em favor de um desenvolvimento de base encontrava forte resistência dos setores políticos ligados ao capital externo. Destes seriam alvos preferenciais importantes criações de Getúlio, como o Plano do Carvão, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o projeto da Eletrobras e, principalmente, a Petrobras.

Em fins de 1951, Getúlio Vargas enviou ao Congresso o projeto de lei que criava o monopólio estatal do petróleo, por meio de uma empresa de economia mista sob controle acionário do Estado. Esse projeto foi talvez o mais sério divisor de águas entre “nacionalistas” e “entreguistas”, e fator de desgaste de Vargas perante muitos setores – inclusive militares. No plano parlamentar, o projeto gerou acirrados debates, polarizados entre, de um lado, a bancada do PTB e seus aliados nacionalistas e, de outro, os políticos da UDN, apoiados por forças articuladas ao capital estrangeiro. A estes últimos se juntavam, contra a tese do monopólio, entidades representativas das classes patronais. Mas a campanha, da qual pude participar ativamente, não

se restringiu aos limites da Câmara e do Senado. Pelo contrário, ganhou as ruas, em constantes comícios e manifestações em que a palavra de ordem “O petróleo é nosso!” era levantada por organizações sindicais, associações profissionais e entidades representativas, como a UNE e o importante Centro de Estudos de Defesa do Petróleo, formado por militares nacionalistas. A 3 de outubro de 1953, depois de o projeto inicial ter sido debatido linha por linha, seus principais aspectos exaustivamente discutidos e seu texto inicial modificado e melhorado, o Congresso aprova e Getúlio sanciona a Lei nº 2.004, instituindo a Petrobras.

Todos esses fatos contribuem para que aliança de classes perca terreno para a orientação trabalhista – o que aumenta a reação dos adversários civis e militares de Getúlio, em geral movidos por uma mentalidade estreita e apoiados por uma imprensa com a qual o Presidente mantinha, desde os tempos do Governo Provisório, uma relação no mínimo conflituosa. Ruidosos e rancorosos, udenistas e aliados políticos, em estreita colaboração com parte da oficialidade das Forças Armadas, tratariam de liquidar o velho estadista. Após o atentado da Rua Toneleros, a 5 de agosto de 1954, contra o jornalista Carlos Lacerda – talvez seu mais ferino opositor –, Getúlio Vargas tinha plena consciência de que o golpe era iminente. Num ato derradeiro, quem sabe inspirado no Raul Pompeia das suas leituras juvenis, Getúlio Vargas daria sua última aula de política. Às 8 horas da manhã de 24 de agosto, o general Zenóbio da Costa apresentou-lhe o ultimato irrevogável das Forças Arma-

das exigindo-lhe a renúncia. Solitário, Getúlio se recolhe aos seus aposentos e, pouco depois, se suicida com um tiro no coração. Seguiu, como registrou em sua carta-testamento, o destino que lhe era imposto. A comoção com que o povo reagiu ao suicídio atrasou por dez anos o projeto acalentado pela UDN e parte da cúpula militar, o qual só viria a se concretizar com o golpe de 64.

Hoje, mais de quatro décadas passadas desde sua morte, os ideais de Getúlio Vargas continuam pulsando na consciência dos brasileiros que não aceitam ver nossos interesses mais legítimos subjugados àqueles do grande capital internacional, cujo controle é essencial para a manutenção de nossa soberania. Num mundo em que as grandes corporações assumem mais e mais o poder de decidir sobre os destinos globais, em proveito dos interesses, quase sempre disfarçados, das grandes nações capitalistas, não é à toa que a herança de Vargas é rejeitada pelos arautos dessa nefasta “globalização”. Estão empenhados na tarefa de remover a legislação trabalhista – para eles um entulho no caminho da “modernização” –, sucatear a infraestrutura do Estado e entregar de mão-beijada ao capital estrangeiro um patrimônio duramente acumulado com o suor de nosso povo.

Exemplo dessa fidelidade aos ideais de Vargas e de decisão corajosa na defesa do patrimônio que ele legou ao nosso povo, tivemos na posição assumida por essa extraordinária senadora Emília Fernandes. Deixou a sigla PTB por considerá-la infiel aos sonhos e às

conquistas do Presidente Vargas. Por isso retornou ao PDT, onde Brizola toma o fio da história e dá continuidade à luta getulista em favor dos trabalhadores e dos destituídos. Principalmente, luta em defesa do patrimônio do povo brasileiro. O reingresso da Senadora Fernandes na última sexta-feira constituiu evento político que não se registra há tempos em Porto Alegre. Pode-se afirmar com modéstia que a senadora galvanizou a consciência cívica do Rio Grande do Sul.

De onde quer que esteja, porém, o espírito de Getúlio Vargas nos há de inspirar e estimular em nossa luta contra

os inimigos do Brasil, que se envergonham de sermos quem somos e de termos a cara que temos, inspirados em inconfessáveis motivações em que o desprezo pelo povo brasileiro tem papel significativo. Guiado pelas ideias e ideais de Getúlio Vargas, o povo brasileiro saberá encontrar o caminho que o conduza a um desenvolvimento autônomo. Jogando, sem dúvida, com as forças do poder e do mercado, mas sem jamais submeter-se a elas passivamente.

Axé, Getúlio Vargas!





## DEPOIMENTOS





# A Revolução Haitiana no Brasil

Gonçalo de Barros Carvalho  
e Mello Mourão\*

## *Estudo de um aspecto da história diplomática da Revolução de 1817*

Este breve ensaio pretende abordar um aspecto da história diplomática da Revolução de 1817 que, como diversos outros aspectos da história daquela Revolução, viria a desempenhar papel importante no desenrolar de nossa história nacional. Quero me referir à influência e repercussão da Revolução Haitiana na História do Brasil. Na História mas ainda não na historiografia, pois pouquíssimos são os textos em que se pode encontrar alguma alusão, ainda que tênue, ao tema de que me ocuparei aqui.

À época da Revolução Republicana de 1817, a problemática da escravidão negra era assunto emergente no cenário internacional e a relação que com ele teria aquela Revolução viria a ser, sob muitos aspectos, inovadora e precursora na História do Brasil. Um daqueles aspectos será a contribuição – embora involuntária, é certo – para que o poder latifundiário da época se distanciasse definitivamente da causa republicana e para que se viesse a pintar com cores ainda mais radicais o perigo de seu triunfo, em oposição à adoção de um sistema monárquico. Conforme assinalo no subtítulo acima, este pretende ser antes de mais nada um estudo de história diplo-

mática, embora sua finalidade seja suscitar questões e dúvidas que extrapolam os limites de seu campo. Não pretende ser este, tampouco, um estudo exaustivo, mas principalmente sequer provocador.

Revoltas de escravos houve muitas antes do 6 de março de 1817 e muitas depois, pelo Brasil afora. O que ocorreu quando daquela Revolução, entretanto, estando bem vivos, na memória de todos, os sucessos surpreendentes do Haiti, foi inaudito, pois representou não apenas a participação de negros e mulatos, ao lado dos brancos, no poder que se institucionalizou, mas sobretudo porque significou, em um dado momento, a criação da possibilidade política de um levante geral no Brasil, com uma ampla reestruturação do panorama social. E essa percepção foi com muita clareza expressa pelos observadores internacionais daquela Revolução.

A realidade não foi tão drástica quanto aquela possibilidade pode deixar parecer, tanto em vista sobretudo a

breve duração daquela nossa primeira república, mas um estudo, cuidadoso e isento, da vasta documentação existente sobre a Revolução demonstraria, sem dúvida, a rota que trilharia um eventual poder republicano sedimentado revolucionariamente – a exemplo dos demais na América Espanhola – e imbuído da ideia radical de liberdade em um país com o grau de escravidão do Brasil e por meio de um movimento que incorporou, como a Revolução de 1817, os negros em todos os seus principais passos. Não enveredarei por aquele caminho, que foge a meu escopo aqui, mas que está a merecer um estudo amplo e aprofundado; apenas, sugerindo, aqui e ali, por onde ele poderia passar, tentarei mostrar, por meio de aspectos diplomáticos da Revolução de 1817, o quanto impressionou a todos os observadores o extraordinário relacionamento da Revolução com a problemática da escravidão no Brasil e como aquela percepção influiu no desenrolar de nossa história<sup>1</sup>.

---

1 Embora, como disse, não esteja no âmbito deste estudo discutir o assunto em seu aspecto mais amplo, não me posso furtar a um comentário sobre esse tema, suscitado por duas passagens de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, sobretudo em virtude da importância que adquiriu aquele livro nos estudos sobre o processo político brasileiro. A primeira passagem estava já em sua primeira edição, de 1936 (Rio de Janeiro, José Olympio, p. 157, Capítulo VII), e ali Sérgio Buarque de Holanda, rendendo perfeita justiça a aspectos da Revolução de 1817 (“aqueles pioneiros de nossa independência e da república (...) foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no decurso de nossa vida de nação”), comete o equívoco de afirmar que os revolucionários “não desejavam em nada modificar a situação dos negros escravos”, repetindo uma percepção apressada, quando não facciosa, mas de resto compreensível em 1936, quando os *Documentos históricos da Revolução de 1817* na *Biblioteca Nacional* não haviam sido ainda publicados. A segunda passagem consta do volumoso texto acrescentado, na edição de 1948, ao Capítulo III do livro, intitulado “Herança rural”, e ali, mais uma vez, aquela percepção errônea é brandida, e de maneira mais ampliada (cito em espanhol pois apenas pude compulsar a tradução de 1955 do *Fundo de Cultura Econômica do México*): “(...) la misma Revolución Pernambucana de 1817 (...) puede decirse que fue en gran parte una repetición de la lucha secular del indígena contra el advenedizo, del dueño del ingenio contra el comerciante. Es poco probable que de haber triunfado hubiese introducido alguna transformación verdaderamente substancial en nuestra estructura político-económica.” Tampouco em 1948 aqueles *Documentos históricos* estavam publicados, e isso justificaria o julgamento generalizado de Sérgio Buarque de Holanda. A importância de seu livro, entretanto, é razão suficiente para que atenção seja chamada aqui sobre a necessidade de uma reavaliação daquela percepção. Não é, como disse, meu tema aqui essa reavaliação, mas em alguns de seus aspectos espero que aquela antiga percepção apareça claramente questionada nos poucos parágrafos a seguir neste estudo. Incidentemente, assinala-se que da Revolução participaram tanto donos de engenho quanto comerciantes, ao contrário do que sugere Sérgio Buarque de Holanda, que também nisso deve ser revisto.



O impacto do que ocorrera recentemente – e que de certo modo ainda ocorria – no Haiti foi marcante, na época, para o Ocidente: pela primeira vez na história do mundo uma revolta de escravos era bem-sucedida e chegava à constituição de um Estado soberano e independente<sup>2</sup>. As peripécias das lutas dos negros e mulattos do que então se chamava também São Domingos, contra os brancos e entre si, ficaram gravadas entre os coetâneos pela crueldade com que se desenrolou, por seu lado humano, e, por seu lado econômico e político, pelo que significou de ruína para um território que era a pérola colonial francesa em todo o mundo<sup>3</sup>.

Aquele exemplo aterrorizador seria constantemente lembrado por ocasião da Revolução de 1817 e, a partir dela, constantemente assimilado, como parte da estratégia política monarquista, à noção de revolução republicana ou mesmo simplesmente liberal no Brasil.

Assim, logo por ocasião da eclosão do movimento de 6 de março, o representante diplomático da maior potência da

época junto à Corte portuguesa, o ministro de Sua Majestade britânica no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, já em seu primeiro ofício a Londres dando conta do ocorrido, encontra espaço para observar, certamente aliviado – embora com desconhecimento dos fatos –, que “os negros felizmente permanecem inteiramente neutros”<sup>4</sup>. Sua preocupação era tanta, porém, que já no ofício seguinte em que trata da Revolução volta ao assunto, expressando dessa feita com clareza o temor pela revolta generalizada dos negros: “Enquanto os negros não tomarem parte na disputa o perigo será comparativamente pequeno; mas se tais homens se juntam, seja pelo sentimento de sua própria força, seja pelo desejo de readquirir sua liberdade, ou se são chamados às armas pelo desespero dos rebeldes, é inútil tentar calcular a ruína que inevitavelmente se seguirá: o Ministério está tão consciente desse perigo que o governador de Minas Gerais, que fora chamado à cidade para estar presente à Aclamação, foi mandado partir de volta dentro de uma hora”<sup>5</sup>.

2 O Haiti foi o segundo país, depois dos Estados Unidos, a se tornar independente nas Américas, fato que ainda hoje não é tão lembrado.

3 Impressionante e bem-documentada história do Haiti é o livro de Robert Debs Heinl, Jr, e Nancy Gordon Heinl, *Written in blood. the story of the Haitian people*. 1492-1971 (Boston, Houghton Mifflin. 1978). Nele se encontram os seguintes dados, que informam minimamente o que venho de asseverar: por volta de 1783 o comércio do Haiti significava mais de um terço do comércio exterior da França e em 1790 era o Haiti, depois da Grã-Bretanha, o segundo parceiro comercial dos Estados Unidos; em 1791 exportava mais de 35 mil toneladas de açúcar refinado, em 1789, mais de 375 toneladas de anil; em 1801, entretanto, dez anos depois do início das guerras de independência, a exportação de açúcar refinado fora de oito toneladas, a de café caíra 55%, a de anil fora de 804 libras e a de algodão caíra a cerca de um terço. Isso quanto à economia. Quanto à crueldade daquelas guerras, dizem aqueles mesmos autores que a população do Haiti, que em 1789 andava por volta de pelo menos 700 mil pessoas, sem contar os poucos brancos, em 1824, por ocasião do primeiro censo demográfico, totalizara 351.819: mais da metade teria desaparecido naquelas lutas.

4 Ofício número 22, de Henry Chamberlain ao secretário de Relações Exteriores da Grã-Bretanha, lorde Castlereagh, de 28 de março de 1817 (“*the negroes fortunately have remained entirely neutral*”).

5 Ofício número 29, de Henry Chamberlain a lorde Castlereagh, de 5 de abril de 1817 (“*So long as the negroes take no part in the dispute the danger will be comparatively small; but if these men join in it. either from a feeling of their own strength, or a wish to regain their freedom: – or are called to arms by the despair of the rebels, it is useless to attempt to calculate the ruin that will inevitably follow: the Ministry is so well aware of this danger that the Governor of Minas Geraes, who had been ordered to town to be present at the Acclamation, has been sent off again at an hours notice*”).

Do mesmo modo o comodoro William Bowles, comandante da Estação Naval britânica no Atlântico Sul, que ainda no Rio de Janeiro tomara conhecimento das primeiras notícias que chegaram à Corte sobre a Revolução, escrevia, já de volta a Buenos Aires, para o Almirantado em Londres, em maio daquele ano, manifestando seu entendimento de que, se a insurreição no continente não se acabasse, o Brasil poderia se transformar em uma segunda São Domingos: “Desejo de todo o coração para meu próprio bem, mas muito mais para o da humanidade, que algum meio possa ser encontrado para pôr fim a hostilidades que, se continuarem e aumentarem, como a insurreição de Pernambuco só nos dá muita razão para temer que irão, possam terminar pela expulsão de todos os brancos deste continente e o estabelecimento de uma segunda São Domingos nos territórios brasileiros”<sup>6</sup>.

A repressão portuguesa teve também consciência plena do perigo, conforme vemos, por exemplo, na proclamação aos habitantes de Pernambuco emitida pelo comandante da

fragata *Pérola* – mandada armar pelos negociantes de Lisboa e despachada diretamente de Portugal para colaborar no bloqueio ao porto do Recife –, (proclamação publicada em Londres pelo *Investigador Português* em seu volume XIX, de julho de 1817, às páginas 88 a 92) que a alturas tantas dizia, depois de tecer considerações sobre as desgraças das revoluções no Velho Continente: “Se tais vêm a ser indispensavelmente os efeitos que os princípios revolucionários modernos devem produzir, e realmente produziram na Europa; que incalculáveis males não ameaçam o Brasil no seu estado atual? O exemplo da ilha de São Domingos é tão horroroso e está ainda tão recente, que ele só será bastante para aterrar os proprietários deste continente”<sup>7</sup>.

Na Europa, sem conhecer ainda o desfecho da Revolução, mas já tendo tido dela notícia, o famoso polígrafo abade de Pradt escrevia, ainda em princípios de 1817: “(...) e se, pela maior das infelicidades, eles [os revolucionários] viessem a pôr em movimento os escravos, que seria do Brasil?”<sup>8</sup>.

6 Ofício do comodoro William Bowles para lorde Fitzharris, no Almirantado em Londres, desde Buenos Aires, em 26 de maio de 1817, transcrito por Gerald S. Graham e R. Humphreys, orgs., em *The Navy and South America 1807-1823* (Londres, The Navy Records Society, p. 200) (“*I heartily wish for my own sake, but much more for that of humanity. some means could be devised for terminating hostilities which, if they continue and extend, as the insurrection at Pernambuco gives us but too much reason to fear that they will, may end in the expulsion of all whites from this continent and the establishment of a second St. Domingo in the Brazilian territories*”).

7 Transcrita por Mello Moraes em *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1982. Tomo I. p. 477-80

8 Dominique de Pradt, *Des trois derniers mois de l'Amérique Méridionale et du Brésil*. Paris. F. Bechet. 1817, p. (“*et si par le plus grand des malheurs, ils venaient à mettre en mouvement les esclaves, que deviendrait le Brésil?*”).

Apenas liquidada a Revolução, começou a ser posta em prática aquela constante ameaça dos horrores do Haiti como arma contra o republicanismo, da qual já falara sem rodeios Alfredo Varela<sup>9</sup>. Assim é que no próprio Manifesto de D. Pedro às nações amigas, de 6 de agosto de 1822, já se usa daquela ameaça das “cenas horrorosas do Haiti, que nossos furiosos inimigos muito desejam reviver”<sup>10</sup>. Nas discussões acaloradas sobre a conveniência da manutenção da unidade da monarquia portuguesa, defendida desesperadamente às portas do 7 de Setembro e até mesmo depois dele, aquele fantasma seria também constantemente lembrado<sup>11</sup>.

Lutando o Império nascente por sua consolidação internacional e inter-

na, o inimigo maior seria o espírito republicano, a que era então convenientemente ajuntada sempre a ameaça da sublevação dos escravos; o enviado espanhol na Corte do Rio, José Delavaty Rincón, informando sua Secretaria de Estado do término da Confederação do Equador, em 10 de dezembro de 1824 congratula-se com o fato de que em meio àqueles acontecimentos “*se há conservado tranquilo [sic] la numerosa escravatura que existe en dichas provincias*”, “acrescentando, entretanto, cauteloso: “*pero no porque hasta ahora este mal no se haya verificado dexan de estar en inminente peligro de que se realicen*”<sup>12</sup>.

9 Alfredo Varela, *Dois grandes intrigas*, Porto. Renascença Portuguesa, 1919, volume I, p. 729-30, nota 44: “Era com esta criação dos pretos antilhanos, apresentada como horripilante espantinho, que nossos maiores, reiteradamente, buscavam dissipar os sonhos do idealismo político indígena. A menção da Republica é constante em todos os artigos de imprensa ou livros de polémica, da autoria dos legitimistas ou monárquicos, desde os albores do Império, até o período regencial.”

10 “Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos e Nações Amigas”, in Mello Moraes, op.cit., tomo II, p. 416-25: “À vista de tudo isto já não é mais possível que o Brasil lance um véu de eterno esquecimento sobre tantos insultos e atrocidades; nem é igualmente possível que ele possa jamais ter confiança nas cortes de Lisboa, vendo-se a cada passo ludibriado, já dilacerado por uma guerra civil, começada por essa iníqua gente, e até ameaçado com as cenas horrorosas do Haiti, que nossos furiosos inimigos muito desejam reviver.”

11 Veja-se, apenas como exemplo, um dos seis folhetos publicados em *O debate político no processo da Independência*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973: *Reflexões sobre a necessidade de promover a união dos Estados de que consta o Reino-Unido de Portugal. Brasil e Algarves nas quatro partes do mundo*. Lisboa, Antônio Rodrigues Galhardo, 1822, onde, na reflexão 8ª, p. 14, diz-se: “Se algum partido republicano se levanta, e toma corpo, veremos reproduzidos no Brasil os espantosos estragos da América Espanhola; e se os negros se sublevam, veremos renovadas as horríveis cenas da Ilha de S. Domingos.”

12 Ofício número 58, de 10 de dezembro de 1824. de José Delavaty Rincón a Francisco Zea Bermudez, primeiro secretário de Estado em Madri. em *Documentos para a história da Independência*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923, volume I, Lisboa – Rio de Janeiro, p. 471-2. É interessante transcrever a passagem pertinente: “*Afortunadamente para este Gabinete en medio de estas convulsiones políticas se há conservado tranquilo la numerosa esclavatura que existe en dichas provincias pero no porque hasta ahora este mal no se haya verificado dexan de estar en inminente peligro de que se realice. Si desgraciadamente para la humanidad aconteciese tal evento es incalculable los resultados políticos que tendría: pues es un territorio tan extenso. de tantos recursos para la guerra defensiva, si llegase a poner en el estado que hoy tiene la Isla de Santo Domingo es imposible prever la fuerza que sería necesario emplear para pacificarlo. y aun algunos inteligentes en el pays lo juzgan impracticable. Por tanto. parece que el Portugal se halla en el caso de acelerar la conclusión de sus diferencias con este pays, del modo que jusgue mas conveniente a sus intereses, pero sin perder de vista que la situación política del Brasil exige para que no se pierda para todos, que se consolide un Gobierno que tenga recursos de que echar mano si llegase a poner en practica tan terrible suceso.*”

O republicanismo haitiano, de resto, seria temido até mesmo como produto de exportação, e não apenas nas Américas<sup>13</sup>.

A utilização do espectro da sublevação generalizada dos negros como argumento de peso contra o republicanismo tornou-se normal após os sucessos de 1817, devido não apenas às sugestões de que o novo Governo Provisório republicano realizaria a abolição, mas sobretudo devido ao papel que efetivamente desempenharam negros e mulatos – escravos e libertos – nas peripécias daquela Revolução. José Murilo de Carvalho, de um total de 160 acusados nos processos montados contra aqueles primeiros brasileiros pela repressão do Governo português no Brasil, elenca

15 pardos e pretos<sup>14</sup>, e Amaro Quintas enumera outros 45 pretos e pardos ativamente envolvidos no movimento<sup>15</sup>. Não cabem nos limites deste ensaio o exame da participação dos negros nas atividades da Revolução, nem o estudo da posição que os revolucionários adotaram, tanto institucionalmente, sobretudo por meio dos atos dos Governos Provisórios de Pernambuco e da Paraíba, quanto pessoalmente, no nível de suas ações individuais. Registre-se, entretanto, como base para argumentação, que em nenhum outro movimento do gênero na História do Brasil a participação daquele segmento da população seria tão intensa e tão acorde com a dos demais segmentos, numa demonstração de democracia racial para a qual a sociedade

---

13 Domingos Borges de Barros, por exemplo, representante do Império em Paris, de lá oficia ao ministro de Estrangeiros no Brasil, Luís José de Carvalho e Mello, em 18 de março de 1824, informando (*Arquivo diplomático da Independência*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1972, edição fac-similada da edição comemorativa de 1922, vol. III, p. 115): “Apresso-me também a comunicar que a um francês de Bordeaux, Capitão de navio, chegado de S. Domingos com quem concorri ontem, ouvi o que muitas outras vezes tenho sabido, que de S. Domingos partem constantemente emissários para revoltarem escravos onde os há, e que para a Bahia o cabra Perrier sujeito capaz de grandes coisas, e quando outros dados não tivéssemos para que este negócio mereça particular atenção basta ler-se o que se passou naquela Ilha por ocasião do aniversário de sua emancipação (*Constitutionel* de 12 do corrente)” (o trecho em destaque estava cifrado no original). A cooperação do Haiti, aliás, nas lutas de independência era conhecida na época. Não somente promoviam aqueles envios de emissários a que se refere Borges de Barros, como tinham já apoiado Miranda em sua primeira tentativa de sublevação da Venezuela, assim como Bolívar por duas vezes (Heinl, Jr. e Heinl, op.cit., p. 157 a 159, contam como o presidente Pétion, ao lhe perguntar Bolívar como lhe poderia agradecer pela ajuda que lhe dava, disse-lhe com grandeza que o melhor agradecimento seria a libertação de todos os escravos das colônias espanholas). A fama da disponibilidade do Haiti para o auxílio aos que procuravam a própria liberdade era tamanha que, contam aqueles mesmos autores, os insurgentes gregos procuraram o presidente Boyer atrás daquela ajuda e obtiveram, se não homens, de que não podia dispor, 25 mil libras de café, e com café haitiano foi regada a independência da Grécia.

14 José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem, a elite política imperial*, Brasília, Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, volume 4, p. 145, logo após concluir que “a rebelião mineira [1789] apresenta-se como feita por ricos, a baiana [1798] por pobres e a pernambucana [1817] por ambos”.

15 Amaro Quintas, *A Revolução de 1817*, Rio de Janeiro-Recife, José Olympio/Fundarpe. 1985. p. 124-7.

que realizaria a independência monárquica absolutamente não estava e nem tão cedo esteve preparada<sup>16</sup>.

Aquele exercício de fato, embora brevíssimo, de uma democracia racial inaudita nos fastos do mundo de então somente poderia, aos olhos dos contemporâneos, e sobretudo dos antirrepublicanos, ser avaliada, como sob este aspecto de fato o foi, com base no que ocorrera e ocorria no Haiti; o que ocorrera e ocorria ali era a derrocada não somente do sistema colonial, mas da estrutura política como concebida

por todas as aristocracias, oligarquias e plutocracias de então; as próprias revoluções norte-americana e francesa não a conceberam de outra maneira.

A Revolução de 1817, ao engajar a participação ativa, política, administrativa e militar de negros – escravos e libertos – e mulatos indistintamente ao lado dos brancos, ao proclamar alto e bom som que “deseja uma emancipação que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão” e que não podia “acreditar que os homens, por mais, ou menos tostados, degenerassem do

16 Enumero, a seguir, algum poucos exemplos tomados aleatoriamente que creio contundentes o bastante para servirem de embasamento mínimo ao que venho de afirmar: a) dentre os 17 cidadãos que, segundo o padre Dias Martins (Joaquim Dias Martins. *Os mártires republicanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Pernambuco. Tip. de F. C. de Lemos e Silva. 1853. p. 48-9), se trancaram no Erário no Recife e subscreveram a ata de eleição do Governo Provisório em 7 de março, dois eram negros: Joaquim Ramos de Almeida e Tomás Ferreira Vila-Nova (note-se, entretanto, que o “Bando” emitido quando da eleição, e transcrito por Muniz Tavares em sua História da Revolução de Pernambuco em 1817, terceira edição comemorativa do primeiro centenário, revista e anotada por Oliveira Lima, Recife, Imprensa Industrial, 1917, p. CVI-CVII, lista apenas 16 signatários, omitindo o nome de José Xavier de Mendonça); b) Domingos Teotônio Jorge, membro do Governo Provisório e general das Annas da República, estabeleceu para si um corpo de ajudantes de ordens de dez membros, sendo quatro brancos, três mulatos e três pretos (*Documentos históricos da Revolução de 1817 na Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Saúde, vol. CI, p. 128); c) a primeiro ultimátum dos revolucionários, levado pelo advogado José Luís de Mendonça, depois membro do Governo Provisório, ao governador Caetano Pinto, refugiado na Fortaleza do Brum, ia assinado por oito pessoas, duas das quais eram negras, (idem. vol. CVI. p. 78); d) o comando da Fortaleza das Cinco Pontas fora entregue a um negro (idem, vol. CI, p. 39); e) os dois regimentos de Henriques, o velho e o novo, foram extremamente ativos desde a primeira hora da Revolução (Amaro Quintas, *A Revolução de 1817*, op.cit., p. 121); f) O ministro britânico no Rio, Henry Chamberlain, em sua carta ao representante de Londres em Lisboa, Ward, dizia que os revolucionários “estão atentamente ocupados em juntar tropa e há informações de que oito regimentos estavam quase completos por volta de meados do mês passado: dois deles são de negros livres (terrível!) [sic]; dois, mulatos: e quatro, brancos” (“are intently occupied in raising troops, and report says that eight regiments were nearly completed by the middle of last month: two of these are free black, (terrible!) [sic] two. mullatoes; and four. whites” – Public Record Office, doc.cit.); g) finalmente, nunca é demais repetir o célebre trecho da importante proclamação que a respeito transcreve Muniz Tavares (op.cit., p. CCV), com as palavras com que a apresenta, e que tem sido apreciada quase que universalmente sob a ótica de valores atuais que lhe descaracterizam a pureza histórica e o valor político (mas este já não é mais meu tema aqui): “O Governo Provisório pareceu assim pensar; um como nunca havia divulgado os seus sentimentos respectivamente à liberdade dos escravos, e a acusação sobre este ponto [acusação de que decretaria a liberdade total e imediata dos escravos] não era menos forte, julgou oportuno manifestá-los com clareza na seguinte Proclamação: Patriotas Pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor, e escravos. O Governo lhes perdoa uma suspeita, que o honra. Nutridos em sentimentos generosos não podem jamais acreditar que os homens por mais, ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade: mas está igualmente convencido que a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impellido destas duas forças opostas deseja uma emancipação, que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão: mas deseja-a lenta, regular e legal. O Governo não engana ninguém, o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época tão interessante: mas não a quer prepóstera. Patriotas, vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça serão sagradas; o Governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa.”

original tipo de igualdade”, não poderia indicar, naquela época, aos que não lhe eram simpáticos, senão um caminho acelerado em direção ao haitianismo. Os partidários da monarquia rapidamente compreenderam essa lição e a república foi imediata e exaustivamente associada àquela noção de barbárie igualitária. Desse modo, a revolta haitiana, filtrada pelos acontecimentos de 1817, interferiria profundamente na História do Brasil, contribuindo, ainda que involuntaria-

mente, para o fortalecimento das hostes monarquistas com a caracterização do espírito republicano como perigosamente abolicionista, extremista e condutor à desestruturação social, política e econômica.

\* *Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão é poeta, pesquisador e diplomata, atualmente ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Paris.*

## **Sebastião Januário: um mundo que se pinta por aqui**

Éle Semog

É muito difícil para um artista falar, sobre si próprio, que amadureceu, ou que encontrou um caminho definitivo. Ainda mais quando se trata de um artista plástico, um pintor, que, não satisfeito com os labirintos das telas, atende aos chamados da criação em outros desafios, como a poesia e a música.

As dezenas de exposições já realizadas, os prêmios recebidos, a presença obrigatória nas enciclopédias e dicionários de artes plásticas fazem de Sebastião Januário um artista requintado, precioso, com uma obra desde o início carregada de maturidade, mas que ao longo do tempo foi moldando uma identidade própria, com a consciência da impossibilidade de que se pudessem alterar as impressões digitais.

Nascido em 1939 no Município de Dolores de Guanhanes, Minas Gerais, Sebastião Januário tem vivas lembranças da infância, da mãe, dos avós e das outras crianças de quem destoava, pois conta que caía em devaneios desenhando



figuras no chão de terra, com pedaços de carvão e gravetos. Descendente de africanos Watusis, em Minas chamados watus, os familiares e vizinhos não compreendiam, não aceitavam, que o pequeno Tião não se envolvesse, com a mesma responsabilidade que as outras crianças se envolviam, no trabalho infantil cotidiano da fazenda. Por isso era chamado de lesma, molenga e outros ditos.

Desenhar, rabiscar o chão era uma coisa instintiva no meio da inocência da idade e à revelia das obrigações que lhe eram delegadas. Como a anunciar um mistério, Sebastião Januário relata, depois de algum silêncio reflexivo, que quando tinha quatro para cinco anos a mãe, por ordem do pai, foi obrigada a dá-lo a parentes para que o criassem. Ainda não compreende ... Por que ele? Mais tarde, já adulto, insistindo para que a mãe falasse sobre o ocorrido, ela foi lacônica e triste: “Quando eu estava grávida de você, seu pai tentou enfiar uma faca na minha barriga para lhe matar. Eu protegi você escondendo a barriga [e a si própria embaixo da cama.” Com certeza, essa não é a melhor história que alguém pode contar sobre si mesma. Ainda mais que as conversas com o pai sempre foram muito reticentes, mesmo depois de adulto, e sem justificativas para aquele ato desvairado, talvez uma cisma. Naquele tempo existiam muitas cismas.

O apartamento, como que surpreso com esse caso revelado tão abruptamente, parece uma galeria de arte, misturando em espaço reduzido uma infinidade de estilos, entre objetos e qua-

dros de alguns dos nossos melhores artistas. Um belo acervo que as constantes mudanças e a falta de condições de manutenção estão destruindo lentamente.

O menino triste e solitário, por causa do acontecido com o pai, não se adaptava ao trabalho com o gado, ou na lavoura. A casa espaçosa, com chão de terra coberto por uma fina camada de esterco de boi – que servia para afastar os escorpiões e refrescar o ambiente –, era varrida diariamente com vassoura de alecrim, ou vassourinha de cigano, como eles chamam por lá. E a cada varrida a poeira fina levava os desenhos de carvão do pequeno Tião, que ali vivia os conflitos de crer ou não crer em Deus, o medo do inferno e a angústia para não se tornar um pecador. Tudo sob a rigorosa crendice católica de uma avó – índia guarani –, casada com o avô negro, da corte africana. Aquele povo, a maioria era da corte africana, como se diz.

Sempre que chegavam os jornais, trazidos por fazendeiros vizinhos, o rapazola se enfurnava em algum canto, ávido por saber das notícias do mundo; pois tudo era mundo para além das fronteiras de Dores de Guanhões. Inspirado por um “tio” artista e escritor – Orlando Djogh Horid, que escreveu o livro *A mulher e o anjo* –, de quem lia as cartas enviadas do Rio de Janeiro lá para a roça, Sebastião Januário recorda com vívida ternura imagens, quase materializáveis, da margem do ribeirão, da beleza das saracuras, o canto dos pássaros, as cauãs e as tardes ensolaradas; o sol das almas, como era chamado. Lembra-se também da despedida dos trabalhadores e suas



cantigas, depois que lavavam e guardavam as ferramentas. Durante o dia, o avô, no meio da plantação, gritava para os roceiros: “Desenvolve, pessoal! Desenvolve que o dia tá acabando e não vai dar conta ... Desenvolve!”

A descoberta da pintura de Sebastião Januário passa por um encontro com a família do brigadeiro Délio Jardim de Mattos, numa época em que Sebastião trabalhava como copeiro na casa do genro do brigadeiro, o arquiteto Mauro Salgado Brandão. Uma pessoa muito boa que, após os jantares ou recepções, depois da obrigação concluída, pedia a Sebastião que exibisse suas pinturas aos convivas. Essas relações possibilitaram que o nosso então jovem pintor frequentasse alguns cursos no Instituto de Belas-Artes, onde foi aluno de Oswaldo Teixeira. Sentiu, nesse período, inquietantes conflitos entre a linguagem acadêmica e a forma natural e livre que fundamentava a sua técnica e experiência. Apreendeu os recursos que a academia oferecia, mas deixou-se levar, e criar, pelos saberes e intuições que a vida lhe oferecia para que ele fosse ele mesmo.

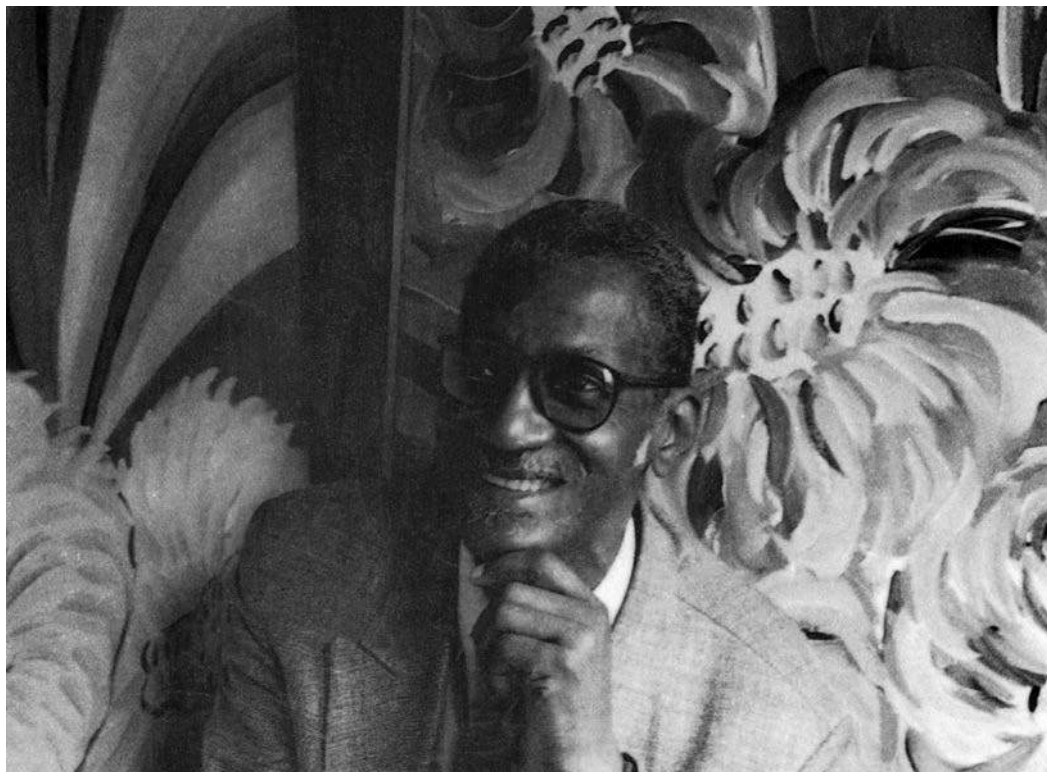
Durante o Governo Castelo Branco, Délio Jardim de Mattos foi nomeado adido militar na França. Convidou então Sebastião Januário para que fosse trabalhar como copeiro em sua casa e, ao mesmo tempo, aproveitasse aquela oportunidade para se aprimorar artisticamente. Ao retornar ao Brasil, o pintor participa de uma sequência de exposições coletivas, recebendo uma série de críticas elogiosas ao seu trabalho.

Quando, em 1967-68, Sebastião Januário conhece Abdias Nascimento, ocorre uma mudança radical em sua forma de compreender o mundo e de manejar suas próprias ferramentas – tintas, telas, pincéis, espátulas. Foi como se seus São Franciscos, suas santas, seus anjos se energizassem e adquirissem uma pulsão orixalizante. Ele mesmo fala disso com voz emocionada:

– É um amigo a quem devo muito, que me ajudou pela raça. Me ensinou muitas coisas afro-brasileiras. Eu era um negro que não sabia da minha negritude, que a negritude está e cresce dentro da gente. Apreendi sobre os orixás e toda uma consciência floresceu e me fortaleceu muito. Nós pintávamos juntos naquele apartamento, trocávamos ideias, e ele falava que eu era um artista e que não podia ficar naquela coisa de um quadrinho aqui, vende outro ali... Foi com o Abdias que eu saí para ser conhecido como pintor negro pela sociedade, pois antes dele partir para o exílio organizou, sozinho, na Galeria Giro, em Copacabana, uma exposição dos meus quadros e um coquetel para me apresentar. Era tanta gente importante: artistas plásticos, embaixadores, atores, imprensa... E tem mais: quando ele foi para o exílio mesmo me deixou o apartamento com um ateliê completo, tudo, tudo, tudo... tintas, pincéis, telas.

Após a festa de abertura da exposição na Galeria Giro, Sebastião Januário, foi se encontrar com amigos que estavam por lá, num botequim de Copacabana. Voltava para casa quando foi abordado por um camburão. Não teve





Sebastião Januário, com suas mais novas obras. Rio de Janeiro, outubro de 1997.

*Pintor, poeta, compositor, ilustrador e cenógrafo, Sebastião Januário tem exposto seus trabalhos em numerosas mostras individuais e coletivas, no Brasil e no exterior. Seu trabalho é mencionado em diversos livros sobre a arte brasileira contemporânea, incluindo a Enciclopédia Mirador internacional; o Dicionário brasileiro de artistas plásticos, de Carlos Cavalcante (Brasília: INL, 1974); o Dicionário das artes plásticas no Brasil, de Roberto Pontual (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969); O Brasil por seus artistas, de Walmir Ayala (Brasília: Alvorada, 1979); Brasil vivo, de Roberto Moriconi (Rio de Janeiro: Renes, 1971); Arte/Brasil/hoje/ 50 anos depois, de Roberto Pontual (Rio de Janeiro: Collectio, 1973); Arte naïf brasileira, de Giani Gelleni (Brescia, Itália); Dicionário de artistas brasileiros, de Walmir Ayala (Rio de Janeiro, Bozzano Simonsen); Panorama da arte contemporânea, de Narciso Martins; e Dicionário crítico da pintura no Brasil, de José Roberto Teixeira Leite (Rio de Janeiro: Artelivre, 1989).*



jeito de se livrar do racismo da polícia. “Que exposição, que nada! Olha só: crioulo de mão lisa! Entra aí na caçapa, negão!” No outro dia, depois da interferência de Abdias Nascimento, ele foi liberado e o delegado pediu as desculpas de sempre.

As exposições e o sucesso passaram a ser uma constante na vida de Sebastião Januário. E os críticos não poupavam estranhos elogios ao seu trabalho, falando das “qualidades que lhe marcam os guaches de agora, nos quais repercute, curiosamente, uma nota ariana...”, como afirmou José Roberto Teixeira Leite em 1971. Mas, por outro lado, “suas figuras de santos, sua Madalena com aspecto de moça do interior, suas cenas da mitologia em que personagens em combate (de amor e morte) são sempre arrebatadas por carros sobre nuvens com girassóis, tudo isto é um mostruário claro e vibrante de uma denúncia”.

Seria danoso falar da obra de Sebastião Januário e classificá-la tão somente no enredo barroco ou primitivo. Principalmente porque se trata, desde tempos incompatíveis com a temporalidade judaico-cristã em que está inserido, de um filho de Obaluaê. E é exatamente essa latência africana, incontida, dos afrodescendentes, que não permite que um artista afro-brasileiro se comporte

com delicadeza e obediência em relação às normas das escolas ocidentais, seja na pintura, na dança, no teatro, na literatura, na música, ou na cama.

E, sendo assim, não é difícil perceber o traço maliciosamente carregado de influências e de religiosidade cristãs de Sebastião Januário. São encontros que deixam nas telas as marcas explícitas dos vitrais, cujas figuras de aparência angelical, de insinuantes e latejantes coloridos, são dessacralizadas por precisões negras, bem definidas e incisivas, que significam “a sua identidade negra, esse ser forte da África”.

À semelhança de outros artistas plásticos, músicos e poetas que viveram atormentados com problemas de sobrevivência material ou crises existenciais, tais como Van Gogh, Cruz e Sousa, Lima Barreto, Solano Trindade e tantos outros, Sebastião Januário tem tido uma existência tão dramática que às vezes parece haver chegado ao fim da linha. Mas, sustentado pelos orixás, na escuridão do seu abismo, sempre a esperança renasce. E o pintor e poeta emerge para a criatividade, exorcizando, por meio das formas e das cores, os fantasmas da angústia e do desespero.

Sebastião Januário não pertence à raça dos artistas malditos. É antes um iluminado pela esperança, a generosidade, o sonho e a solidariedade humana.





Desenho de Sebastião Januário

# **Relações raciais no Brasil: uma visão alternativa**

Anani Dzidzienyo\*

*Este texto foi escrito em 1976 e  
traduzido por Carlos Alberto  
Medeiros.*

O aparecimento de uma série de livros e artigos de e sobre Abdias Nascimento tem sido especialmente valioso em preencher algumas lacunas em nosso conhecimento sobre a vida e lutas dos afro-americanos das Américas Central e do Sul. Os dois mais recentes livros de Nascimento publicados em inglês (“*Racial democracy*” in *Brazil: myth or reality. A critical reappraisal of the historical and contemporary structures and systems of education in Brazil* – Ibadan, Nigéria, Sketch Publishing Company, 1977, e *Mixture or massacre? Essays in the genocide of a black people* – Buffalo, Afrodisia pora, 1979) oferecem uma

oportunidade de discutir o significado da política e do protesto nas Américas Hispânica e Lusófona<sup>1</sup>.

Nascido em 1914, Nascimento pertence a uma geração de afro-brasileiros que cresceu no período imediatamente posterior à Abolição da Escravatura, em 1888. Suas introvisões e análises sobre as realidades das relações raciais no Brasil, especialmente no que se refere aos afro-brasileiros, constituem um contraponto à imagem popular sobre esse tema e ao papel que nelas desempenham os afro-brasileiros.

A contradição entre a imagem popular das relações raciais no Brasil e a visão contrária tem se tornado mais aguda na última década e, embora a maior parte do material publicado sobre o assunto esteja escrita em português, há, felizmente, um crescente corpo de literatura em inglês. Talvez ninguém melhor do que Nascimento para simbolizar essa contradição.

A essência dos padrões de relações raciais no Brasil pode ser encontrada na ausência de uma “regra de des-

cendência” ou “preconceito” de origem. Em consequência, embora se enfatize a aparência do indivíduo, os produtos de uniões racialmente mistas – e não necessariamente de casamentos mistos – não estão condenados à categoria “negro”, considerada negativa. Constituem, em vez disso, uma categoria intermediária – a dos mulatos<sup>2</sup>. Embora haja muitas permutações de mistura racial no Brasil, geralmente se afirma que o Brasil evitou as armadilhas da América do Norte, onde a ideologia e a prática de dividir a população nos grupos negro e branco, sem o reconhecimento de categorias intermediárias, resultou na condenação de todos os que não pudessem ser considerados brancos “puros” a uma indesejável negritude. (Essa observação de fato não ignora a obsessão com a pureza de sangue que caracterizou a América Latina no período colonial; resíduos dessa preocupação com pureza aparecem na atual obsessão com a cor da pele.) Não obstante, na escala de preferência, a brancura está no topo e a negritude, na base, regra geral que se aplica às Américas como um todo, bem como ao Caribe<sup>3</sup>.

1 Diversos trabalhos importantes sobre os afro-latino-americanos têm sido publicados em inglês nos últimos anos; ver, em especial, Paulo de Carvalho Neto, “The folklore of the black struggle in Latin America”, *Latin American Perspectives* 5, nº 2 (1978); Antonio Olliz-Boyd, “The black protagonist in Latin American literature: a study in ethnic and cultural assimilation”, *Secolas Annals: Journal of the South Eastern Conference on Latin American Studies* 9 (março de 1978); David Brookshaw, “Black writers in Brazil”, *Index on Censorship* 6, nº 4 (julho-agosto de 1977); Leslie Rout, *The African experience in Spanish America* (Nova York: Cambridge University Press, 1966); Richard Jackson, *the black image in Hispanic American literature* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1976).

2 Ver Hermanus Hoetink, *Caribbean race relations: the two variants* (Nova York: Oxford University Press, 1967); e Marvin Harris, *Patterns of race in the Americas* (Nova York: Walker, 1964).

3 Ver Rhett Jones e Anani Dzidzienyo, “Africanity, structural isolation, and black politics in the Americas”, *Studia Africana* 1, nº I (1977).



Gilberto Freyre tornou-se o principal proponente da existência de um singular padrão brasileiro de relações raciais, cujas raízes profundas se fincam no sistema familiar patriarcal dos tempos da Colônia, caracterizado por laços afetivos entre senhores e escravos. Esses laços históricos é que teriam definido o atual padrão de relações raciais, o qual não submete os afro-brasileiros aos mesmos padrões racistas de comportamento legal e informal geralmente reconhecidos como marcas distintivas das relações raciais nos Estados Unidos. A tipologia de Freyre foi levada além do Brasil e aplicada aos países africanos de língua portuguesa em face das gritantes contradições entre teoria e prática no “mundo que os portugueses criaram nos trópicos”, tendo como resultado o endosso de Freyre à missão civilizatória portuguesa num momento em que o colonialismo luso era amplamente condenado por sua natureza e práticas retrógradas <sup>4</sup>.

Um ingrediente essencial do modelo de Freyre é a ausência de leis que relegassem os afro-brasileiros a uma cidadania de segunda classe, bem como

a ausência de violência nas relações inter-raciais. Dada a popularidade desse modelo tanto entre brasileiros como entre observadores estrangeiros – que aprovariam manifestações empíricas da “realidade” brasileira tais como as peças de literatura popular que exaltam as virtudes das mulatas; a atitude “liberal” em relação à religião afro-brasileira<sup>5</sup>; a popularidade da culinária afro-brasileira; a inegável amistosidade que tipifica o temperamento dos brasileiros –, só poderia haver, logicamente, uma conclusão válida: de que no Brasil existiria uma “democracia racial”.

À reflexão, o que é mais intrigante sobre essa afirmação de abertura da sociedade brasileira é que ela ignora a tradição de protesto dos afro-brasileiros. Com efeito, essa longa tradição – que nos últimos anos tem assistido a um surpreendente surto de atividade –, reforçada por estudos acadêmicos que examinam as manipulações ideológicas da democracia racial, é obrigada a se confrontar e, de fato, competir com a mitologia popular na luta para estabelecer sua legitimidade <sup>6</sup>.

4 Ver este recente artigo em inglês sobre Freyre: “Afro-Brazilian experiment”, *The UNESCO Courier* (agosto-setembro de 1977). No mesmo número, ver também, de Jorge Amado, “Where gods and men have mingled”.

5 As organizações religiosas afro-brasileiras têm tido sua quota de constrangimentos oficiais. Até janeiro de 1977, os terreiros de candomblé precisavam de licença da polícia para funcionar; o governador Roberto Santos, da Bahia, suspendeu essa exigência.

6 Entre os intelectuais, Florestan Fernandes tem sido de há muito o mais avançado no esforço de desmistificar a “democracia racial”. Seu trabalho tem recebido o reconhecimento nos círculos acadêmicos de todo o mundo. Embora o grosso de seus escritos esteja em português, seu clássico estudo dos negros em São Paulo é disponível em inglês, embora numa versão ligeiramente resumida: *The negro in Brazilian society* (Nova York: Columbia University Press, 1969). Ver também, do mesmo autor, “The weight of the past”, in *Color and race*, org. por John Hope Franklin (Boston: Beacon Press, 1969). Nascimento dedicou *Racial democracy* a Florestan Fernandes.

Nos últimos 15 anos, uma nova onda de acadêmicos norte-americanos tem publicado trabalhos que enfatizam as similitudes das relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, em vez de assumir a posição convencional de que as duas situações constituem polos opostos. E, assim fazendo, esses autores têm trazido uma nova dimensão à literatura sobre o tema em inglês<sup>7</sup>. Nesse contexto, deve-se enfatizar que o Brasil não é absolutamente singular, de vez que os argumentos em defesa das relações raciais no Brasil são, em grande medida, aplicáveis à América Hispânica como um todo.

É contra esse pano de fundo que se deve avaliar a importância de Abdias Nascimento. Talvez mais do que qualquer outro afro-brasileiro vivo, Abdias tem desafiado, de modo vigoroso e consistente, a imagem popular das relações raciais no Brasil, fornecendo-nos uma visão alternativa da realidade que caracteriza a vida dos afro-brasileiros. Em lugar de relações raciais pacíficas

e afetivas, ele propõe um padrão de insidiosa e sutil “violência” cujo objetivo final é equivalente ao que ele denomina “linchamento étnico”, que promove a assimilação como exigência e não como opção<sup>8</sup>. Efetivamente, a “democracia racial” oculta uma realidade de opressão dos negros; e, o que é ainda mais sério, ao negar a própria existência do problema, nega também o imperativo da adoção de medidas corretivas. Assim, a sociedade pode acusar as vítimas do racismo – um grupo já fragmentado a tal ponto que qualquer ação conjunta se tem mostrado extremamente difícil de conseguir – que ousam protestar de serem elas próprias culpadas de racismo<sup>9</sup>.

Abdias afirma que a mais louvada peça antidiscriminatória – a Lei Afonso Arinos – constitui mera peça de retórica em vista das enormes dificuldades em abrir processo judiciário contra os indivíduos ou instituições que a infringem. De fato, desde sua aprovação, em 1951, não houve nenhum caso importante que pudesse demonstrar sua eficácia<sup>10</sup>.

---

7 Ver Thomas Skidmore. *Black into. white: race and nationality in Brazilian thought* (Nova York: Oxford University Press, 1974), bem como, de sua autoria. “Toward a Comparative analysis of race relations since Abolition in Beazil”, *Journal of Latin American Studies* 4, nº I (1972); Carl Degler, *Neither black nor white* (Nova York: Macmillan, 1971); Leslie Rout, “Brazil: study in black, brown and beige”, *Negro Digest* 19, 4 (fevereiro de 1970); Robert Brent Toplin. “The problem of double identity: black Brazilians on the issue of race conciousness”, *Journal of Ruman Relations* (primeiro e segundo trimestres, 1972).

8 Nascimento usou a expressão *linchamento étnico* já em 1968, durante uma mesa-redonda por ocasião do octogésimo aniversário da abolição da escravidão no Brasil.

9 Na última década têm ocorrido vários eventos que apontam para um renascimento da luta afro-brasileira; o mais simbólico destes talvez seja o ato realizado em agosto de 1978 pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial.

10 A lei ganhou o nome de Afonso Arinos de Mello Franco, advogado, professor universitário, senador e ministro de Relações Exteriores durante o curto Governo Jânio Quadros (1961), também destacado por ter nomeado o primeiro embaixador negro em todos os tempos a representar o Brasil no exterior. Este foi Raimundo Souza Dantas, que serviu em Gana.

Sobre a questão da diáspora africana, Abdias sublinha a importância de forjar laços em seu próprio interior. A tarefa é informar e explicar a posição dos negros na sociedade brasileira e em toda parte como condição para o melhoramento geral da posição de todos os povos de ascendência africana <sup>11</sup>. É nesse contexto que os eventos que cercaram a publicação de *Racial democracy in Brazil* ganham uma significação especial, talvez mesmo pungente, particularmente na medida em que se relaciona aos esforços da política brasileira de relações raciais em nível nacional e internacional. Originalmente submetido à Comissão Educacional do Segundo Festival Mundial de Arte Negra e Africana (Nigéria), o manuscrito foi rejeitado – rejeição que, curiosamente, evoca um incidente anterior, desta vez envolvendo o Governo brasileiro, que vetou a participação, como parte da delegação oficial brasileira, do Teatro Experimental do Negro, criado e dirigido por Abdias, no Primeiro Festival de Arte Negra

(1966)<sup>12</sup>. É irônico que as contribuições de artistas e escritores negros que trabalham nas fímbrias do cenário cultural de seu país, e assim percebem ser difícil, se não impossível, alcançar o reconhecimento “oficial”, não possam encontrar um canal de expressão nem mesmo em países africanos independentes. Com efeito, é tarefa dos países africanos olhar além da sabedoria oficial – que, no caso do Brasil, significa a ênfase nas sobrevivências religiosas e folclóricas – para ver expressões discordantes quanto à condição dos africanos na diáspora, as vozes de Abdias Nascimento e seus novos e articulados herdeiros <sup>13</sup>.

Para todos nós, porém, uma coisa é clara: nosso débito para com Abdias Nascimento. Ele nos mostrou um Brasil despido de seus trajes de viagem – sem samba, sem futebol, sem candomblé isolado da vida sociopolítica – e, ao fazê-lo, reforçou significativamente nossa compreensão comparativa das relações raciais e da política nas Américas, tanto do Norte quanto do Sul <sup>14</sup>.

11 Em busca desses laços, Abdias participou do VI Congresso Pan-Africano, realizado em 1975 na Tanzânia, e trabalhou como professor-visitante na Universidade de Ifé, Nigéria (1977).

12 Ver, de sua autoria, “Palaver: open letter to the First World Festival of Black Arts”, *Présence Africaine* 30, nº 58 (1966).

13 Infelizmente para o leitor de língua inglesa, a maior parte das publicações dos jovens afro-brasileiros de hoje só se encontra em português.

14 Para uma profunda discussão do tratamento reservado à religião afro na literatura brasileira, ver Doris Turner, “Symbols in two Afro-Brazilian literary works: *Jubiabá* and *Sortilégio*”, in *Teaching Latin American Studies*, org. por Miriam Williford (Latin American Studies Association, 1977). Turner efetivamente desafia a imagem da caracterização, por Jorge Amado, da cultura africana, que alguns autores têm visto como uma forma de preservação (e portanto positiva), visão compartilhada por Maria Luísa Nunes em “The preservation of African culture in the novels of Jorge Amado”, *Luso-Brazilian Review* 10 (1973): 86-101.

**Abdias Nascimento: leituras  
sugeridas em inglês**

“The Black Experimentai Theater in Brazil”, *African Forum* (primavera de 1977).

*The Orixas* (Middleton, Connecticut: Wesleyan University Press, 1969).

*Sortilege: Black mistery* (Chicago: Third World Press, 1978).

**Trabalhos em inglês sobre Abdias  
Nascimento**

Guerreiro Ramos, “Abdias do Nascimento’s Tribal World”, in *Abdias do Nascimento: a Brazilian brother*

(Dorchester: Museum of the National Center of Afro-American Artists, 1971).

Lynn Sharpe, “Getting to black Brazil: interview with Abdias do Nascimento”, *Encore* (agosto de 1973).

\* *Anani Dzidienyo. nascido em Gana, é estudioso da experiência africana nas Américas, em particular no Brasil. Professor titular do Departamento de Estudos Afro-Americanos da Brown University (EUA), é atualmente senior fellow do seu Wayland Clolloquiun for Higher Learning (Colóquio Permanente para Ensino Superior).*

Foto: Elisa Larkin Nascimento



Anani Dzidzienyo, 1997.



## Democracia racial no Brasil: mito ou realidade

Sterling Plumpp\*

*Este texto foi publicado em inglês, em 1979, na revista First World Y.2 : nº 2, editado por Hoyt Fuller, saudoso intelectual afro-norte-americano, e traduzido para a revista Thoth por Carlos Alberto Medeiros e Gilson Cintra.*

São muito poucos os livros que conseguiram abalar totalmente a minha sensibilidade – *Crime e castigo*, *O filho nativo*, *O homem invisível*, *Os condenados da terra*, *Da próxima vez o fogo*, *Black boy*, *Os filhos do pai Tomás*, *Solledad brother*. Pouquíssimos conseguiram alargar os parâmetros de meu *Weltanschauung* para poder seguir adiante. Agora, com *Democracia racial no Brasil (mito ou realidade)*, Abdias Nascimento dá uma generosa contribuição ao seletor conjunto de obras destinadas a nos sacudir os sentidos. Concebido originalmente como um texto a ser apresentado sob a forma de palestra ao colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negras e Africanas (Festac), *Democracia*



*racial no Brasil* é uma análise de como os afro-brasileiros têm sido submetidos a uma política de genocídio muito cruel, embora negada, contra suas pessoas e sua cultura. Os grandes livros têm para mim o efeito de confundir de tal maneira a minha percepção que preciso me reorientar com a realidade. As obras anteriormente mencionadas fizeram isso basicamente porque articularam para mim o que era obscuro em períodos de caos, períodos de crescimento e de busca. Todavia a obra de Nascimento rasga a pele das minhas certezas, passa um ferro quente na minha tranquilidade.

O relato de Abdias sobre como o *establishment* nigeriano deixou de aprovar seu trabalho, mais tarde transformado em livro, enquanto ao mesmo tempo dava suas bênçãos a uma delegação de palhaços cuidadosamente escolhidos e enviados pelo Governo brasileiro, levanta uma questão muito séria sobre a capacidade de estados nacionais africanos em expressar os interesses dos povos negros oprimidos sem que seus patrocinadores neocolonialistas interpretem tais clamores como má publicidade. Sua alegação é que Pio Zirimu, o ugandense que presidia o Colôquio, morto inesperadamente em dezembro de 1976, havia apoiado pessoalmente o seu *paper* somente para ver o *establishment* nigeriano engavetá-lo no arquivo morto. Na verdade, o coronel Ali, substituto de Zirimu como presidente do Colôquio, mostrou-se evasivo quando indagado sobre o motivo por que o *paper* fora rejeitado. Quando, porém, se dissecava a volumosa retórica de Ali, percebe-se que o trabalho foi rejeitado

simplesmente porque o aparecimento de Abdias como “representante oficial” do Brasil teria o significado de um soco internacional desferido sobre a política brasileira de “democracia racial” – seria mesmo um golpe mortal sobre esse mito. Além disso, a razão subjacente para que a Nigéria honrasse o pedido brasileiro de não reconhecer Abdias parece ser de ordem econômica: os dois países têm laços econômicos muito íntimos. Por conseguinte, esse estado cliente africano formalmente livre recebeu ordens de um patrão neocolonial e, desse modo, negou ao povo negro o direito de ouvir uma voz autêntica explicando a situação dos negros no Brasil. O simples fato de a Nigéria, um estado, haver honrado um pedido do Brasil, ou se mostrado sensível aos sentimentos brasileiros – quaisquer que estes fossem –, negou ao Segundo Festival Mundial de Artes Negras qualquer possibilidade de ser algo próximo de uma conversa de negros com negros. Também aqui a feia mão do imperialismo tenta espalhar seu veneno sobre as aspirações dos negros. O autor documenta suas afirmações com reportagens de jornais nigerianos e portugueses, e também com uma carta escrita pelo finado Pio Zirimu.

Para compreender a análise que Abdias faz da sociedade brasileira em termos de raça e cultura, é essencial o entendimento de que sua visão é a de um “quilombola”, um descendente da República de Palmares, formada no século XVII por escravos fugidos e estabelecida de acordo com valores culturais africanos. Assim, o que ele defende é, em última análise, a restauração dos



valores africanos, a restauração dos sistemas de pensamento africanos como pré-requisito para a sobrevivência dos negros – embora estes vivam hoje em um estado modernizado, Essa perspectiva nacionalista cultural coloca-o em pé de igualdade com Karenga, Gayle, Madhubuti, Fuller, tal como com o Baraka de fins dos anos 60. Todos eles veem a ressurreição de um sistema de valores africano como base essencial na busca da autonomia cultural necessária para guiar os negros em sua luta pela conquista de uma sociedade fundamentada em valores africanos que, embora idealista, seja mais humana do que a sociedade capitalista em que vivemos. Deve-se ter em mente, contudo, que os nacionalistas culturais combatem com maior veemência a “brancura” (alienação) do capitalismo, seu caráter racista, do que sua natureza exploradora, demonstrada pelo domínio desumano que exerce sobre o proletariado... O que ergue a visão de Abdias acima da de qualquer outro irmão idealista, chauvinista e oportunista da Diáspora é sua inteligência aguda e sua ampla perspectiva. Pois ele está genuinamente preocupado com a situação dos afro-brasileiros, e seu trabalho mostra essa preocupação com um raro sentido de urgência.

*Democracia racial no Brasil* faz três coisas: 1) dilacera o Governo nigeriano por negar Abdias como “representante oficial” do Brasil; 2) fornece uma análise muito clara dos mecanismos usados para destruir os afro-brasileiros; e 3) oferece sugestões quanto às alternativas que devem ser úteis em reverter as práticas genocidas exercidas no Bra-

sil contra os africanos. O principal foco de sua vingança contra o *establishment* nigeriano por recusá-lo e reconhecer o Dr. George Alakija como “representante permanente” do Brasil não foi uma atitude do tipo “a raposa e as uvas”, mas algo substancial. Ele viu Alakija como perpetuando perigosos mitos a respeito da inferioridade dos afro-brasileiros, mitos gerados e alimentados por Nina Rodrigues por volta da virada do século. Tanto Alakija quanto Rodrigues usam suas ferramentas psiquiátricas de análise para mostrar a religião africana como uma patologia negra; enquanto se permite que essas ideias prevaleçam, aquelas de intelectuais e cientistas esclarecidos, tais como Anani Dzidzienyo, Guerreiro Ramos, Álvaro Bomílcar, Thales de Azevedo, A. da Silva Mello, Fernando Henrique Cardoso, Clóvis Moura, Thomas Skidmore, Doris Turner, Angela Gillian, Flora Mancuse Edwards e Carl Degler, permanecem pouco divulgadas.

Mesmo que seja difícil culpar entidades como estados por agirem na base daquilo que percebem como suas necessidades, o fato de haverem recusado o *paper* de Abdias, combinado com o fato de a Nigéria e o Brasil terem íntimas relações econômicas, demonstra cabalmente como é impossível. na presente era do imperialismo, falar de um encontro negro internacional que não seja influenciado pelo imperialismo. O livro é organizado em 15 capítulos, mais três documentos que servem como apêndice. O eloquente “Prefácio” foi escrito por Wole Soyinka, e o Prólogo faz a crônica da rejeição do *paper* de Abdias, No Capítulo 1, “Introdução”, o

autor expõe principalmente as sinistras teorias de Gilberto Freyre, o inventor de termos como “lusotropicalismo”, “morenidade” e “colonização”. Com o primeiro termo, Freyre sustentava que os seres humanos haviam fracassado em desenvolver grandes civilizações nos trópicos antes de os portugueses obterem sucesso em erigir tanto civilizações avançadas quanto “paraísos raciais” na África e no Brasil; o tenno “co-colonização” acusa os africanos escravizados de co-colonizar o Brasil ao lado dos portugueses, e assim os implica, na qualidade de cúmplices, no genocídio praticado contra os indígenas; e o termo “morenidade” está ligado a “metarraça” para formar um “morenismo metarracial”, indicando que a cultura brasileira foi produzida por uma “além-raça” – a raça responsável pela base da consciência brasileira. O “morenismo metarracial” é contrastado com o arianismo e com a negritude, ambos rotulados de racistas; mas Abdias habilmente demole as ridículas ideias de Freyre com citações de Thomas Skidmore, Florestan Fernandes e Anani Dzidzienyo.

O Capítulo II, “Escravidão: o mito do senhor benevolente”, faz um resumo do desenvolvimento da escravidão no Brasil e refuta vários mitos populares com respeito à sua suposta suavidade. Dentre as distorções corrigidas está a falsa noção de que “havia um grau significativo de humanidade e benevolência no caráter da escravidão [praticada] na América Latina Católica – as colônias portuguesa e espanhola”. Além disso, a Igreja Católica é objeto de duas acusações de agressão cultural contra os

africanos no Brasil: (1) por ter entusiasticamente defendido o bestial comércio de escravos, como se evidencia por este excerto de uma homilia jesuítica: “Vocês deveriam agradecer infinitamente a Deus por lhes dar o conhecimento de si mesmos, e por tê-los retirado de suas terras de origem, onde vocês e seus pais viviam como pagãos (...)”; e por ter endossado a formação de “nações” (“agrupamentos constituídos sobre uma frouxa base étnica que funcionavam como organizações sociais, culturais e religiosas”) entre os escravos; com esse esquema de “nações”, as autoridades permitiam a realização de *batuques* (comemorações periódicas que terminavam com música e dança africanas), os quais tornavam possível reforçar as diferenças tribais entre os escravos e, por conseguinte, eram vantajosos para os senhores. A Igreja Católica também permitiu a instituição de “fraternidades religiosas” entre os escravos africanos, as quais se tornaram “irmandades” – uma notável função de tais “irmandades” era açoitar escravos delinquentes.

No Capítulo III, “Exploração sexual da mulher africana”, o autor rapidamente rejeita como absurda a ideia de que as relações inter-raciais no Brasil seriam superiores àquelas prevalentes na América anglófona: elas são igualmente infernais para os negros em ambas as sociedades. Isso é particularmente válido para a mulher africana, pois esta precisa submeter-se à dupla opressão do trabalho forçado e da luxúria europeia. Apresentando as atitudes e mitos brasileiros com relação ao mulato, Abdias enfatiza, a base da duplicidade

racial brasileira; eles encobrem a luxúria e a exploração da mulher africana, apontando o mulato como prova de relações saudáveis entre as raças. Muito ao contrário: o mulato simplesmente significa que uma mulher africana foi estuprada por europeus. Um adágio popular brasileiro resume adequadamente a miserável conspiração para destruir a dignidade da mulher negra:

Branca pra casar

Negra pra trabalhar

Mulata pra trepar.

Essa conceituação é ainda mais terrível quanto se percebe que a conspiração para relegar a mulher africana à categoria do trabalho, enquanto sua filha é colocada na categoria de objeto sexual, constitui a forma mais vil de genocídio.

O Capítulo IV, “O mito do africano ‘livre’”, elucida o significado da abolição para os escravos brasileiros, mostra como portugueses e brasileiros usaram um procedimento operacional padrão que substituiu o sangue europeu pelo africano nas guerras de que o Brasil participou, e demonstra o grau crescente em que, depois da abolição, em 1888, se passou a ver os africanos como uma ameaça biológica aos brancos no Brasil. Com referência à abolição, o autor a considera uma continuação da prática do senhor de escravos de alforriar “os velhos e os fracos, os aleijados e os mutilados” depois de “sete anos de trabalho”; se antes tais libertações eram simplesmente “assassinatos coletivos”, em 1888 elas se tornaram “assassinatos coletivos multiplicados”. Isso porque

o efeito líquido de produzir “africanos livres” sem nenhum mecanismo de redistribuição da terra ou de educação foi colocá-los fora da sociedade e, desse modo, isentar os senhores de escravos, o Estado e a Igreja de qualquer responsabilidade por seu desenvolvimento. Abdias demonstra como os africanos substituíram os brancos portugueses e brasileiros na guerra de expulsão dos holandeses, no século XVII, e contra o Paraguai, no período 1865-70. A ameaça biológica africana aos brancos do Brasil vem da afirmação dos brancos em geral, e dos cientistas sociais em particular, de que os africanos tinham sangue inferior, constituindo uma “mancha negra”. Mesmo Nina Rodrigues, ele próprio um mulato, divulgou esse mito por intermédio de estudos ditos “científicos” – “A raça negra no Brasil constituirá sempre a base de nossa inferioridade como povo.”

No Capítulo V, “O embranquecimento da raça: uma estratégia de genocídio”, o tema geral da “liquidação da raça negra mediante o embranquecimento da população brasileira” é fundamentado historicamente e sustentado por dados que ilustram um declínio gradual do percentual de negros na população desde 1872. A realidade da exploração sexual da mulher africana foi o genocídio (os mulatos não eram considerados negros, embora o tratamento que os europeus lhes dispensavam fosse quase igual àquele de que eram objeto os africanos). O autor mostra como todas as vozes importantes no Brasil saudaram essa exploração sexual, esse embranquecimento paulatino, como uma coisa

boa e progressista; assim, esse esquema infame, combinado com a baixa fertilidade dos homens africanos em razão dos números desproporcionais relativos às mulheres africanas, bem como às altas taxas de mortalidade, criou condições favoráveis ao desaparecimento da “mancha negra”. O autor mostra como a política brasileira de imigração teve historicamente uma orientação racista: os não europeus eram excluídos. Essa política vil chega ao ponto de dar boas-vindas aos emigrantes brancos que fogem de áreas recém-libertadas na Guiné-Bissau, Rodésia, Angola e Moçambique. Com uma história tão racista, não surpreende que a categoria raça tenha sido retirada do censo brasileiro desde 1950; com efeito, essa gritante negligência garante a redução do número de “cabeças pretas”, tornando impossível chegar aos fatos inegáveis.

O Capítulo VI, “Discussão racial proibida”, reitera, agora com voz ampliada, o tema da “democracia racial” no Brasil como um genocídio mascarado, e esclarece como é possível que os brasileiros se apeguem àquilo que Florestan Fernandes chama “o preconceito de não ter preconceito”. Desde que, em 1889, Rui Barbosa, na qualidade de ministro da Fazenda, destruiu os registros sobre o tráfico de escravos e sobre a escravidão, tem sido difícil reconstruir as experiências dos africanos no Brasil. O que a negativa oficial da discussão de relações raciais no Brasil faz é impedir qualquer tentativa de se criar uma consciência negra, pois isso seria interpretado como “agressão retaliatória” ou como tentativa, da parte dos africanos, de impor

uma “suposta superioridade racial negra”. Nesse tipo de inferno, onde não há distinções oficiais com relação a raça, mas onde, não obstante, toda a história mostra como a raça influencia quem é discriminado, ou quem enfrenta o terror do genocídio, é fácil compreender porque Abdias, o quilombola, defende o retorno às coisas africanas e a preservação destas – sua marca registrada de nacionalismo tem os dentes fincados no solo da realidade afro-brasileira.

No Capítulo VII, “Discriminação: realidade racial”, somos apresentados às táticas desenvolvidas pelos negros para acabar com as práticas de emprego racistas; obtemos uma análise adicional de como a “democracia racial” coloca os africanos nos buracos do próprio inferno, os guetos, lá chamados mocambos e favelas; e recebemos uma chocante revelação estatística – de que “cerca de 80% (...) [da] população de 110 milhões de habitantes encontra-se definitivamente contaminada pelo sangue de origem africana”. Abdias afirma que a Lei Afonso Arinos, de 1951, “que pretensamente proibiu a discriminação”, só foi promulgada depois de uma intensa luta travada pelos negros, sob a liderança da Convenção Nacional do Negro; entretanto, acrescenta ele, até hoje ela permanece “ineficaz e não cumprida”. Quando se revela a realidade de que a maioria dos guetos – chamados mocambos no Nordeste e favelas em São Paulo e no Rio de Janeiro – é habitada por negros, a resposta brasileira é que estes moram nesses lugares porque preferem, ou porque não têm dinheiro; em suma, eles moram em tais lugares

por numerosas razões, exceto por serem negros. Finalmente, o autor conclui o capítulo com a observação de que, no Brasil, “nós estamos lidando com uma nação cuja maioria negra é governada por uma minoria branca: uma versão sul-americana da África do Sul.

No Capítulo VIII, “Imagem racial internacional”, o foco é sobre como os propagandistas alimentam o mito de o Brasil ser uma nação “nascida da fusão harmoniosa de várias raças que aprenderam a viver e a trabalhar juntas, numa comunidade exemplar”. Essa gritante mentira é promovida apesar de não haver negros no corpo diplomático brasileiro; o autor vê a participação do Brasil no Festac 77 como reforçando sua duplicidade em distorcer as realidades da vida do negro.

A participação oficial brasileira no colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negras e Africanas, realizado em Lagos, em janeiro de 1977, representou a continuidade da propagação dessa imagem racial internacional. Os motivos? Numa época em que o Brasil está realizando um comércio de automóveis altamente lucrativo com a Nigéria, em que empresas brasileiras de telecomunicações estão ampliando seus já grandes interesses naquele país, em que empresários brasileiros estão competindo por um contrato, altamente desejável, para construir a nova capital nigeriana – em suma, numa época em que os interesses brasileiros na África em geral, e na Nigéria em particular, se tornam cada vez mais transparentes e cada vez mais importantes para

a prosperidade da elite branca dominante no Brasil – numa época como esta, os representantes oficiais do Brasil vêm a Lagos para reforçar sua presença e promover uma vez mais a notória imagem racial de seu país.

Portanto, o Festac 77, um encontro negro internacional de proporções épicas, tornou-se a plataforma a partir da qual o Brasil racista lançou suas falsas declarações a respeito da história e condições dos africanos que vivem dentro de suas fronteiras.

No Capítulo IX, “O embranquecimento da cultura: outras estratégias do genocídio”, uma definição mais clara da “democracia racial” mostra-a como um “racismo à brasileira”, em que:

o racismo (...) é institucionalizado nas políticas oficiais do país, assim como no tecido social, psicológico e cultural da sociedade. Da classificação dos negros como selvagens e inferiores à louvação das virtudes da mistura racial como tentativa de erradicar a “mancha negra”, às simultâneas operações de transculturação, ao linchamento jurídico dos negros por meio da “segurança nacional” e das proibições da censura – por todos esses meios, a história brasileira registra o genocídio dos negros. A ideologia racial brasileira, dessa forma, tornou-se conhecida como “democracia racial”.

Também somos presenteados com análises concretas de como o “imperialismo da brancura” opera em ter-

mos de assimilação, aculturação e miscigenação. Porque os negros não têm poder e:

(...) as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos instrumentos de controle social e cultural: o sistema educacional, os vários veículos de comunicação de massa, a imprensa, os órgãos literários, todos eles planejados e utilizados para destruir o negro como pessoa e como produtor e portador de cultura.

Esses “poderosos instrumentos de controle social” são construídos de maneira a que a assimilação cultural seja tão efetiva a ponto de a herança cultural negra viver em permanente confronto com um sistema planejado precisamente para negar os fundamentos da cultura africana.

Assim, podemos ver que o “racismo à brasileira” se esforça para desenraizar o tronco da cultura africana como passo final no processo de erradicar da história brasileira o africano e sua imagem. Esse tipo de desumanidade é abundante numa sociedade em que o sistema educacional se torna um instrumento de controle nessa estrutura de discriminação cultural.

Nada pode surpreender numa sociedade em que descobrimos ser “O tratamento da História Negra” uma “deplorável ausência”. Essa sociedade malévola em que um centro de estudos da cultura afro-brasileira objetiva combater “as tentativas (...) de autoafirmação em qualquer nível, seja ele social, estético, econômico ou político”.

É, portanto, compreensível que Abdias enfatize tanto a integridade cultural dos africanos quando, em sua opinião, estes “nunca (...) foram integrados (...), exceto sob a forma de aculturação, assimilação ou miscigenação [deles próprios] e de suas culturas à população e à cultura brancas dominantes”.

No Capítulo X, “A perseguição persistência da cultura africana no Brasil”, o autor afirma que, desde os primórdios da escravidão, a cultura africana tem sido submetida à agressão por parte das autoridades exploradoras. Abdias acredita que a cultura africana, particularmente as sobrevivências religiosas, persiste no Brasil de hoje a despeito – e não em razão – dos esforços do Estado e da Igreja Católica. Dando o exemplo do candomblé, ele observa que este teve de procurar refúgio em lugares ocultos e de difícil acesso, uma vez que atravessou sua longa história sofrendo uma incessante violência policial.

Ele vai além em sua análise da agressão policial ao candomblé: um resultado direto dessa perseguição foi a criação de uma nova ordem na hierarquia religiosa dos terreiros – o ogã. Os ogãs são patronos honorários do candomblé, cuja função é proteger os terreiros e seus fiéis das perseguições da polícia, bem como das autoridades católicas e civis, e também das dificuldades financeiras. O ogã é geralmente uma pessoa influente na comunidade maior e, como tal, quase sempre é branco.

Candomblé é “o nome dado à religião do povo iorubá, originário da Nigéria, mas também incorpora variações



de outros grupos culturais trazidos da África”. Essa perseguição policial chegou ao máximo com a discriminação religiosa contra os africanos, expressa no fato de só as religiões afro-brasileiras serem obrigadas a se registrar na polícia.

No Capítulo XI, “Sincretismo ou folclorização”, que ridiculariza o “mito do sincretismo ‘religioso’”, Abdias executa sumariamente a fusão das religiões africanas com a católica, suposta prova de um saudável e espontâneo intercâmbio cultural entre africanos e europeus. O autor menciona diversos exemplos em que as autoridades católicas e policiais usaram seu poder para impedir os africanos de praticarem suas religiões: em primeiro lugar, apresenta o caso do bispo do Espírito Santo que, “após assistir a uma cerimônia banta chamada Cabula, prontamente anunciou contra ela uma sentença de anátema”; em segundo lugar, mostra como as cerimônias “sincréticas” da “lavagem da igreja nas festas do Senhor do Bonfim” foram proibidas por autoridades católicas e civis. Trata-se aqui de cerimônias religiosas de origem iorubá em louvor de Obatalá. Em terceiro lugar, registra como um arcebispo denunciou como “profanação da ‘pureza religiosa’” a defesa e a instituição, em São Paulo, do Dia de Ogum e do Dia de Oxóssi, entidades de origem queto e iorubá; e, em quarto lugar, o caso dos candomblecistas que queriam celebrar missa na Igreja do Rosário, mas tiveram seu desejo recusado pelas autoridades eclesiásticas.

Também nesse capítulo, Abdias define as sobrevivências religiosas afri-

canas no Brasil segundo sua distribuição geográfica: assim, na Bahia existe um candomblé “com origens em Angola e no Congo, que tomou emprestada das práticas iorubás sua organização cerimonial e eclesiástica”; em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Sul do país, a religião chama-se macumba (embora a influência mais forte seja banta, ela está assimilada a elementos indígenas, iorubás, espíritas e católicos); no Rio Grande do Sul, “as religiões afro-brasileiras relacionadas à macumba são chamadas de batuques”; e, finalmente, a partir de todas as religiões de origem banta se desenvolveu “um misto de culto africano com influências indígenas, kardecistas, hindus, chinesas e outras, que recebeu o nome de umbanda”.

No Capítulo XII, “A bastardização da cultura afro-brasileira”, temos uma reafirmação do fato de ter havido sobrevivências culturais africanas no Brasil apesar do controle exercido pelos europeus; foi particularmente esse o caso das esculturas inspiradas no candomblé encontradas nos terreiros. Tal criatividade foi a causa principal das frequentes incursões policiais; apreendidos, muitos desses artefatos costumavam ser livremente expostos nos museus da polícia existentes no Brasil. Mas os dois principais propósitos desse capítulo são: 1) demonstrar cuidadosamente como as equivocadas teorias de Nina Rodrigues reduziram a religião e a arte africanas ao nível de uma patologia primitiva; e 2) mostrar como o total desprezo dos europeus pelos africanos e sua cultura lhes permite rotular a arte africana de folclore para depois mascateá-la

nos mercados, competindo pelas belas moedas dos turistas.

O Capítulo XIII, “A estética da brancura nos artistas negros aculturados”, apresenta um levantamento de como “o negro brasileiro se vê forçado a se tornar física e culturalmente branco”. Entre os afro-brasileiros proeminentes que sucumbiram à crueldade de virar branco por dentro estão Raimundo Sousa Dantas, o único negro jamais nomeado embaixador, e Diegues Júnior, um mulato que foi membro do Conselho Federal de Cultura e diretor, no Rio de Janeiro, do organismo da UNESCO para pesquisa social na América Latina. Historicamente, Abdias vê os artistas afro-brasileiros como “alienados de suas origens raciais e sociais por força da pressão social”; isso é verdade em relação aos poetas negros Domingos Caldas Barbosa e Manuel Inácio da Silva Alvarenga, é confirmado na sátira por Gregório de Matos e exemplificado na música pelo padre José Maurício e na pintura por Manuel da Cunha. A notável exceção à síndrome do negro-que-vira-branco-por-dentro é Luís Gama, político, intelectual e poeta, precursor distante dos poetas da Negritude, Senghor, Césaire e Damas, pois era “a voz vingadora do povo negro”.

No Capítulo XIV, “Uma reação à brancura: o Teatro Experimental do Negro”, temos a descrição de como se formulou um plano de luta institucional organizada contra o genocídio dos afro-brasileiros. Fundado no Rio de Janeiro em 1944, o TEN se propõe quatro objetivos: 1) “resgatar os valores da cul-

tura africana de seu *status* folclórico, pitoresco e marginal (...); 2) “erradicar dos palcos brasileiros os atores brancos pintados de preto que eram usados nos papéis de negros quando estes exigiam qualidade artística”; 3) “pôr fim ao costume de usar atores negros apenas em papéis grotescos, tais como moleques sorridentes recebendo pontapés (...); e 4) “desmascarar como inautêntica toda a literatura pseudocientífica puramente descritiva – histórica, etnográfica, antropológica, sociológica, psiquiátrica (...). Além de preparar os primeiros atores negros e organizar, em 1950, o I Congresso do Negro Brasileiro, o TEN realizou o seguinte: compilou uma coletânea, *O negro revoltado*; publicou uma antologia do teatro afro-brasileiro, *Drama para negros e prólogo para brancos*; e publicou *Teatro Experimental do Negro: Testemunhos*. Todos esses trabalhos foram organizados por Abdias Nascimento e publicados no Brasil em português.

O Capítulo XV, “Conclusão”, é um resumo final das análises de Abdias, somado a um fortíssimo desafio, dirigido ao Colóquio do Segundo Festival Mundial de Arte Negra, no sentido de que este apresentasse, como uma voz unificada, 17 recomendações ao Governo brasileiro a fim de provocar o tipo de mudança pelo qual “possam assumir seu lugar o pensamento e a ação negro-africanos, baseados nos valores negro-africanos, criticamente atualizados e/ou adicionando valores de outras origens, adequadamente modificados para se ajustar aos interesses e necessidades dos africanos (..) [que]



têm um papel agressivo na modelagem da civilização ecumênica da cultura”. Vemos, portanto, que o nacionalismo cultural de Abdias não é simplesmente uma forma de elitismo, exclusivismo ou chauvinismo raciais. Pois ele de fato imagina uma ideologia suficientemente lúcida para incorporar ideias relevantes de origem externa e, ao mesmo tempo, suficientemente concreta para indicar a ação.

As 17 recomendações atribuem ao colóquio o ônus de se transformar na plataforma a partir da qual se possa lançar uma forte campanha contra o Brasil em razão de suas políticas racistas e exploradoras com respeito aos africanos que lá vivem. Os princípios vão desde recomendar que o Brasil permita a livre discussão a respeito dos negros e seus problemas a aconselhar que o país “concretize” sua “amizade” com as nações independentes da África, oferecendo-lhes ajuda material para “legitimar as lutas e movimentos do Zimbábue, África do Sul e Namíbia”. Em seu conjunto, essas recomendações pedem à comunidade negra internacional que funcione como poderosa advogada em favor da imediata reparação das terríveis condições em que vivem os afro-brasileiros.

*Democracia racial no Brasil* é um trabalho importante precisamente porque nos perturba num momento em que nos havíamos estabelecido confortavelmente em nossas versões do nacionalismo, do pan-africanismo, do marxismo e do nacionalismo cultural – num momento em que as atividades de nosso povo se reduziram e os monstros da ex-

ploração prosseguem em sua marcha. Por ser um livro altamente inteligente, uma análise pungente da luta contra o genocídio físico e cultural dos africanos no Brasil, ele nos força a lidar realisticamente com o papel desempenhado pela cultura na desestruturação dos povos africanos em sociedades nas quais estes constituem uma minoria dentro de um universo branco mais amplo. Concorro com Abdias em que, além do imperialismo no sentido estritamente econômico do materialismo dialético, os africanos oprimidos da Diáspora deveriam engajar-se na luta contra o “imperialismo da brancura”. Mas o que falta a esse livro é uma ideologia apontada diretamente contra a sociedade brasileira, fascista, neocolonialista e racista. A questão é: o que é principal e o que é secundário numa situação em que o sistema pratica um genocídio ao mesmo tempo físico e cultural contra os africanos? Creio que, em *Uma abordagem dialética da cultura*, Sekou Touré definiu adequadamente a sua responsabilidade – e a dos africanos na Diáspora –, quando afirmou: “(...) temos diante de nós (...) uma escolha fundamental entre duas e mais possibilidades que são mutuamente excludentes, ou seja, entre: 1 – a ideologia da dominação, e a prostração ante a dominação; 2 – a ideologia da luta contra qualquer tipo de dominação e pela total soberania do povo, sendo o poder exercido pelo povo e para o povo”.

Obviamente, uma perspectiva cultural rigorosamente formulada, tomando a segunda opção e tornando concreta “a ideologia da luta” em termos de planos específicos para pôr fim à do-

minação e devolver o poder ao povo, é o curso de ação correto para os africanos na Diáspora. Pois não pode haver soluções para a opressão dos africanos no interior de estados imperialistas e neocoloniais de maioria branca sem uma revolução. Basta ver como as vitórias do movimento de direitos civis no final dos anos 50 e na década de 60 estão se desintegrando nas mãos da inflação, da “proposição 13” e do processo Bakke. Ou pensar na maneira tirânica como os soldados da Bélgica e da França caíram de paraquedas sobre o Zaire a fim de proteger os investimentos desses países na mineração. A presente realidade dos africanos, onde quer que possam estar vivendo, determina que estes se engajem na luta contra o imperialismo; qualquer esforço de reforma deve dirigir-se a algum melhoramento tático ou estratégico. Os africanos não podem viver como homens livres em sociedades dominadas por uma oligarquia financeira racista.

Abdias é importante, embora não tenha explicitado a segunda opção; mas o fervor com que denuncia as várias mentiras construídas para mascarar a realidade da destruição contra os africanos coloca-o definitivamente nas fileiras dos lutadores. Podemos agradecer-lhe por escrever um trabalho oportuno num momento em que predominam o conformismo e a confusão. Talvez de seus esforços surja uma condenação ao Brasil semelhante àquela dirigida ao *apartheid* sul-africano. Os líderes da África devem aprender a investigar como seus parceiros comerciais tratam os africanos que vivem dentro de suas fronteiras antes de fazer negócios com eles.

\* *Sterling Plumpp é poeta e crítico literário afro-norte-americano, com formação e pós-graduação em Ciências Sociais.*

## ***Cadernos Negros* e Quilombhoje: algumas páginas de história**

Márcio Barbosa\*

No ano de 1978 surgiram os *Cadernos Negros*. A sociedade brasileira vivia um clima efervescente, os setores progressistas contestavam o Governo militar e exigiam liberdades democráticas. Havia greve no ABC, protestos estudantis. O Movimento Negro se rearticulava, com a criação do MNUCDR (Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, depois somente MNU), lançado com a realização de ato nas escadarias do Teatro Municipal, na cidade de São Paulo. Em São Paulo surgiu também o Feconezu (Festival Comunitário Negro Zumbi). No início da década o grupo Palmares, de Porto Alegre, havia proposto a celebração do dia 20 de novembro – data do desaparecimento de Zumbi – como o “Dia do Negro”.

O primeiro volume dos *Cadernos* era um livro em formato de bolso, reunindo oito poetas. Foi lançado no Feconezu, realizado nesse ano de 78 na cidade de Araraquara. Antes dos *Cadernos* já haviam sido realizadas tentativas simi-

lares. Em 1977, o jornalista Hamilton Cardoso havia organizado a coletânea *Negrice*. Em 1976, uma entidade da cidade de Santos publicara uma *Coletânea de poesia negra*<sup>1</sup>.

Essas publicações tinham em comum o fato de serem mimeografadas e pertencerem a um movimento de imprensa negra que, assim como o movimento político, procurava se firmar: subversivo no seu conteúdo, falava de revolução e consciência. Um dos seus organizadores, Jamu Minka, costumava distribuir os jornais no Viaduto do Chá, ponto de encontro de jovens afro-paulistanos, muitos dos quais eram atraídos até aquele local por conta do movimento *soul*.

Nesse clima, Cuti e Hugo Ferreira propuseram os *Cadernos Negros*. A sugestão do nome foi de Hugo. O escritor Cuti diz que “o Cecan – Centro de Cultura e Arte Negra –, naquela época situado na Rua Maria José, no Bairro do Bixiga, foi o ponto de encontro dos escritores que iniciaram a série”<sup>2</sup>.

A pergunta que parecia estar se colocando naquele momento era a seguinte: seria possível fazer no Brasil uma literatura que expressasse a vida e os valores afro-brasileiros, nos moldes

da literatura professada pelos arautos da negritude e, mais ainda, pelos escritores afro-americanos? É fato que nem os militantes negros acreditavam nessa proposta, mesmo porque consideravam literatura um passatempo burguês. Assim, *Cadernos Negros* já nasceu enfrentando oposição dentro da própria comunidade, desviando energia que deveria ser utilizada na briga contra o *establishment*.

A verdade é que a literatura sempre foi elemento presente nas mobilizações da comunidade negra brasileira ao longo do presente século. Os poetas, especialmente, desempenharam papéis importantes. Lino Guedes, por exemplo, um jornalista atuante, buscava promover a “regeneração da raça”. Para David Brookshaw, ele é símbolo da renascença do negro brasileiro, embora Zilá Bernd discorde dessa afirmação, na medida em que, segundo ela, Lino Guedes procurava construir uma identidade defensiva, em oposição ao branco<sup>3</sup>. Mas a poesia de Lino Guedes, debaixo da casca moralista e doutrinária, carrega a postura ousada de um homem que quis mostrar ao “negro preto cor da noite” os passos que deveria dar para afirmar sua dignidade.

Solano Trindade tem o mesmo objetivo, mas sua postura é outra. Patro-

1 Conforme Cuti (Luiz da Silva, no texto “Um louco de História”, publicado no *Cadernos negros* 8 (arg. Quilombhoje). São Paulo: Ed. dos Autores, 1985.

2 Id. Ibid.

3 Bernd, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

no da cidade do Embu, foi pesquisador, ator e pintor. Fundou várias entidades, como a Frente Negra Pernambucana e o Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Seu Teatro Popular Brasileiro percorreu a Europa e ganhou prêmios. A poesia de Solano tem o ritmo do povo, tem simplicidade e coragem para denunciar as injustiças. Dinâmico e atual, Solano deixou textos que levaram vários jovens a descobrir a própria negritude.

Outro poeta fundamental nesse processo de se registrar uma orientação étnica e mobilizar pessoas em direção a ela foi Carlos de Assumpção. A declamação do clássico poema “Protesto” em encontros e reuniões da comunidade sempre teve efeito devastador. Assumpção traz a força dos nossos *griots* ancestrais para um contexto urbano, traz energia de umbigadas para o prazer dos ouvintes.

Também o poeta, escritor e jornalista Oswaldo de Camargo tem sua vida ligada à trajetória das entidades criadas em São Paulo. Oswaldo, homem de vasta cultura, tem estado presente em momentos-chave das mobilizações afro-paulistanas.

É inegável, assim, a importância dos poetas para a dinâmica do movimento social negro brasileiro. Podemos afirmar com Míriam Alves que os escritores, “ao penetrarem no fundo do ser,

limpam-se de algumas ideologias e estereótipos”<sup>4</sup>, deixando vir à tona o lado dramático, o qual explode na cara de quem nos quer contentemente alienados e abobalhados.

Essa atitude literária desmascara e recusa o conformismo. Segundo Jamu Minka, os escritores estilham “os mais cristalizados e caros mitos que engordaram o orgulho nacional do euro-brasileiro e ajudaram a esculpir a máscara da democracia racial”<sup>5</sup>. Tal postura, no entanto, não resulta numa atitude de exclusão do branco, pois a consciência negra veio a acontecer no Brasil já enriquecida de outros valores e perspectivas, com significados e símbolos inexistentes à época em que Césaire e Senhor elaboraram o conceito de Negritude. Assim, segundo Jamu Minka, essa consciência “deve recusar um racismo às avessas, um fanatismo fardado de pretidão que pretenda endeusar tudo o que derive de raiz negra”.

Nesse sentido, a literatura afro-brasileira não poderia cometer o erro de ser não crítica em relação aos negros, nem de ser excludente em relação aos não-negros, embora eles nos tenham sempre reservado essa excludência, nunca se poupando o trabalho de recorrer ao lugar-comum para retratar personagens e cultura negra. Embora estudiosos como Sílvia Romero já apontassem,

4 Alves, Míriam. “Axé Ogum” in *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*. São Paulo: Quilombhoje: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985.

5 Minka, Jamu. “Literatura e consciência” in *Reflexões*. Op. Cit.

há muito tempo, o caráter miscigenado da nossa cultura, parece que essa miscigenação sempre se deu segundo a suposição de que cada um deveria saber o seu “lugar”, e de que o lugar privilegiado caberia ao branco. O próprio Romero previa o desaparecimento dos negros por meio do processo de miscigenação e não considerava seriamente o negro um produtor de cultura<sup>6</sup>.

Já o Modernismo deixou vir à tona os preconceitos das elites diante da necessidade de encarar o negro, visto que ele não desaparecia pelo efeito das correntes migratórias. É interessante notar como Mário de Andrade concebe a questão racial no seu *Macunaíma*. O herói sem nenhum caráter, negro, após tomar um banho e se livrar da sujeira, torna-se branco. Dificilmente aparecerá metáfora mais poderosa para o ideal de embranquecimento que perseguia o Brasil no início do século.

Mais à frente, Jorge Amado introduziria na literatura personagens que são humanizados, em oposição à dicotomia herdada do século passado, segundo a qual os negros se dividiam em “bons” (os servis e leais) e “maus” (os rebeldes, os quilombolas)<sup>7</sup>. Mas a crítica atual fei-

ta a Jorge Amado ressalta a cristalização de uma certa imagem das personagens, especialmente as femininas: sua insistência no tipo da mulata sensual e lasciva ajuda a criar um estereótipo falso em relação à maioria das mulheres negras.

Hoje em dia, autores geniais ainda mantêm o negro no seu “lugar”. Na obra de Dalton Trevisan, por exemplo, negros só aparecem cumprindo uma função sexual determinada: são os tarados; é o *negão* ameaçando a polaquinha. Diferentemente de outros personagens também imersos na perversão, o *negão* aparece e some silenciosamente, é uma presença quase animalesca, que espreita atrás do muro da esquina, não tem motivações nem conflitos, age por instinto.

Nos contos de Rubem Fonseca, os personagens negros são mais densos, embora sempre ocupem posições marginais. São malandros, bandidos, excluídos em geral. Raramente são protagonistas. Mas o autor vai em busca de suas motivações, da sua humanidade, dos seus conflitos e, embora os mantenha à margem da sociedade, consegue dar-lhes personalidade.

Por outro lado, as imagens dos escritores de ascendência africana que

6 Ver Romero, Sílvia. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

7 Ver Marotti, Giorgio. *Black characters in the Brazilian novel*. Center for Afro-American Studies. University of California. 1987.

conquistaram, pelo mérito da sua obra, um lugar ao sol na história da literatura brasileira sofreram, por parte dos meios de transmissão do conhecimento e informação (como escolas, academias e mídia), um perverso processo de branqueamento, Machado de Assis é o exemplo mais atual. Sua condição de afrodescendente foi resgatada contemporaneamente, depois de permanecer sublimada durante muito tempo.

Os autores mais marginalizados como o genial Cruz e Souza ou o grande Lima Barreto – são os escritores identificados como negros pelo *establishment*. Vale lembrar que Cruz e Souza dirigiu um jornal abolicionista e Lima Barreto sempre afirmou (ao contrário de um Mário de Andrade, por exemplo) a sua condição de mulato. Significativamente, esses escritores morreram pobres e sem o prestígio que mereciam na época.

Nesse contexto, fazer literatura negra é assumir uma posição existencial e uma postura étnica muito bem definidas. Ramatis Jacino diz que “não basta ser negro, é necessário também se entender enquanto negro”<sup>8</sup>. Obviamente, a literatura tem pouco a ver com raça. Aliás, o próprio conceito de raça é nebuloso. O que define uma raça? Os cientistas têm demonstrado que não

são características genéticas, pois estas apresentam maior variação dentro de uma assim considerada raça do que entre raças diferentes. Características físicas como cor da pele, formato da cabeça e traços fenotípicos têm sido os índices mais usados para se definir uma raça, Mas mesmo essas características variam muito dentro de um mesmo grupo racial. Além disso, Otto Klineberg mostra que a “raça” das pessoas não tem influência sobre coisas como inteligência, criatividade, etc. Mesmo padrões de comportamento estão muito mais sujeitos à influência de variáveis como ambiente familiar e condição socioeconômica, Nesse caso, a herança genética conta pouco<sup>9</sup>, Mas, se não basta ao poema a cor da minha pele, tampouco ela é indiferente. A literatura negra evidencia um modo de estar no mundo e atualiza uma herança cujas raízes estão no continente que deu origem ao homem moderno: a África, África onírica, África ancestral, África que gerou em nosso inconsciente coletivo uma forma singular (embora dinâmica e aberta) de nos relacionarmos com a natureza e com as outras pessoas,

Em 78, a proposta dos *Cadernos* foi levada adiante por Cuti e Hugo Ferreira, com a participação de Jamu Minka, Outros escritores vieram juntar-se a eles,

8 Jacino, Ramatis. “O escritor enquanto trabalhador intelectual” in *Criação crioula nu elefante branco*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

9 Cf. Klineberg, Otto. *As diferenças raciais*.



como o já citado Oswaldo de Camargo. Em 1979, o segundo volume dos *Cadernos* foi de contos. O número de autores subiu para 12. O processo de divisão de custos da edição entre os autores (adotado no primeiro volume) continuou prevalecendo e se mostrou a úrtica forma de viabilizar o projeto. As editoras não se interessavam por literatura afro-brasileira. Bem poucas vieram a se interessar. É compreensível: o lugar reservado ao negro na literatura sempre foi o de tema.

Uma grande editora paulistana, apresentada algum tempo atrás ao projeto dos *Cadernos*, respondeu que ele não se adequava à linha editorial da casa. O interessante é que essa editora tem no seu catálogo, ao lado de livros de ficção, uma quantidade imensa de livros sobre o negro, de autoria de historiadores, sociólogos e antropólogos.

De forma similar, outra grande editora recusou uma proposta de edição de um dos livros da série. Publicou, porém, dois livros de uma professora que fala exatamente sobre literatura negra e sobre os *Cadernos*. Contradições de um país que se pretende não racista. Por isso, como afirma Cuti, “a melhor ousadia nossa é não esperar”<sup>10</sup>.

Ao longo dos anos em que a série foi se erguendo, *Cadernos Negros*

jamais recebeu qualquer tipo de subsídio. Nem de instituições negras nem de não negras. Os autores, até recentemente, foram os pilares mais sólidos dessa construção. A partir de 1994, uma editora de porte médio viria a se responsabilizar pela coedição dos livros.

Em 1980, reuniões e encontros que tinham a finalidade de discutir os livros da série e obras de autores individuais acabaram resultando na criação do Quilombhoje. A formação inicial do Quilombhoje era a seguinte: Abelardo Rodrigues, Cuti, Mário Jorge Lescano, Paulo Colina e Oswaldo de Camargo. As discussões ocorriam em bares e, nessa época, era Cuti quem organizava os *Cadernos*. A partir de 1982, durante o processo de organização do volume 5, novos autores se aproximaram do grupo. Os antigos acabaram se afastando e o Quilombhoje passou a ser formado por Cuti, Esmeralda Ribeiro, Jamu Minka, José Alberto, Márcio Barbosa, Miriam Alves, Oubi Inaê Kibuko, Sônia Fátima e Vera Lúcia Alves. O *Cadernos 6* foi organizado por esse grupo, que assumiu integralmente as responsabilidades e encargos que a edição da série demandava. Em 1984 entrou Abílio Ferreira, no mesmo ano em que saiu José Alberto. Em 1985 quem sairia seria Vera Lúcia Alves.

10 Cuti (Luiz Silva). “Fundo de quintal das umbigadas”, in *Criação crioula nu elefante branco*. Op. Cit.

As reuniões do Quilombhoje, nessa segunda fase do grupo, começaram a ser realizadas na casa de Cuti, então morador da Rua dos Ingleses, na Bela Vista. Os mais constantes eram Esmeralda Ribeiro, Miriam Alves, Oubi Inaê Kibuko, Vera Alves e Márcio Barbosa. Varávamos a madrugada discutindo poesia, mergulhando em cada um dos textos trazidos pelos presentes, procurando refletir sobre a nossa condição de criadores negros numa sociedade racista. A tarefa da produção de livros e o ativismo literário impulsionaram-nos para outras atividades.

Organização era a palavra-chave. Todos nós queríamos ver o trabalho do Quilombhoje crescer. Resolvemos abrir mão de nossos finais de semana para nos dedicarmos ao grupo. Sim, porque ninguém tinha ilusão de que o grupo poderia garantir a sobrevivência de um único dos seus componentes. Entretanto um dos membros, desempregado, vivendo da venda de livros em bares, se ofereceu para trabalhar em tempo integral para o Quilombhoje. A maioria não aceitou esse parece ter sido um erro. O grupo deixou de oferecer a um dos seus membros uma perspectiva profissional, baseando-se na ideia de que ninguém deveria ser diferente ou privilegiado.

Assim, durante a semana cada um exercia suas atividades profissionais e aos domingos as reuniões aconteciam, a princípio, na casa de cada um dos componentes. Depois, os encontros foram ocorrendo unicamente na casa de Sônia Fátima, localizada num bairro central de São Paulo. Nos dias de reunião, parecia

que o sol brilhava mais forte. O pagode costumava rolar solto nas imediações e nós ficávamos num apartamento discutindo assuntos, na maioria das vezes, burocráticos. Mas de que importava isso? Cada um de nós tinha uma satisfação muito grande. Era como se cada reunião fosse uma aula. No meio da reunião, ideias brilhantes aconteciam. Saíamos com a certeza de termos ensinado e aprendido algo. E, o mais importante: sabíamos que estávamos tecendo, com trabalho, o nosso próprio destino.

Trabalho era o que não faltava. Embora só nos reuníssemos nos finais de semana, havia tarefas para todos os dias. Todos faziam um pouco de tudo. Desde escrever textos até entregar correspondências. Dávamos entrevistas para rádios e jornais ou colávamos etiquetas em envelopes de mala-direta. Foi e é assim. No começo, a grande motivação das reuniões eram a organização dos *Cadernos* e as discussões de textos dos autores do grupo. Depois lançamos a série “Livro do Autor”, cuja finalidade era possibilitar a cada um dos quilombhojeiros publicar seu livro individual. Em seguida passamos a organizar rodas de poemas (atividades de declamação de poemas entremeadas com pontos cantados) e debates. Fizemos a revisitação dos seguintes autores: Cruz e Souza, Luís Gama, Lima Barreto, Machado de Assis, Aimé Césaire e Richard Wright. Organizamos discussões a respeito de livros desses escritores, promovendo uma leitura negra dos seus textos. Também duas peças foram montadas pelo Quilombhoje. A primeira se chamava *Despacho poético* e foi apresentada no

Centro Cultural São Paulo. A segunda peça aconteceu após a visitação a Cruz e Souza e teve a participação do poeta Arnaldo Xavier. Foi encenada durante um Projeto Zumbi promovido pela Secretaria de Estado da Cultura no Ginásio do Ibirapuera. Apesar de acidentes durante sua apresentação, foi bem recebida.

Como o trabalho de organização dos *Cadernos* fosse ficando cada vez mais complexo, essas atividades foram passando para segundo plano. A série ia, gradativamente, exigindo mais empenho. Mas adquiria visibilidade e, assim, dava visibilidade a textos de autores afro-brasileiros. As críticas também começaram a surgir com mais veemência. A verdade é que a visibilidade da literatura afro-brasileira despertou a incompreensão e a raiva de muitos. E isso é coisa mais que previsível numa sociedade que ensina a menosprezar os valores culturais de origem negra. Além disso, na visão de Jamu Minka, “se as possibilidades do desenvolvimento de uma literatura afirmativa feita pelo afro-brasileiro são naturalmente bloqueadas nas esferas literárias do mundo branco, na esfera popular, onde trabalhamos e convivemos com o branco operário, estudante ou de classe média, o mal-estar tem sido constante diante da franqueza,

da rebeldia e da força acusadora com que a literatura negra se apresenta”<sup>11</sup>.

Mesmo alguns estudiosos da nossa literatura têm tido dificuldade em fazer uma crítica interna dos textos. Zilá Bernd, ao analisar os *Cadernos*, chega a dizer que eles “têm revelado uma importância mais social e cultural do que propriamente artística”<sup>12</sup>. Outros, que talvez nem se tenham dado ao trabalho de ler os autores, também metem sua colher. Por exemplo, em entrevista à revista *Veja* de 13/4/94, um crítico paranaense deu a entender que os autores negros contemporâneos indicados para leitura em escolas de Salvador teriam sido escolhidos por critérios estritamente políticos, jamais literários. Por outro lado, um excelente trabalho de crítica interna tem sido feito por professores afro-brasileiros, como Leda Martins, de Minas Gerais. Os textos são tratados segundo uma perspectiva estética, não antropológica.

Mas, tentando dialogar com os críticos, o Quilombhoje continuou em frente. Organização! Como grupo negro – e mesmo como criadores –, a organização interna tornava-se uma coisa imperativa. A lavagem cerebral promovida pela classe dominante nos leva a enfrentar dificuldades para trabalharmos em

---

11 Minka, Jamu. Op. Cit.

12 Bernd, Zilá. *Negritude e identidade na América Latina*. São Paulo: Mercado Aberto, 1987.

conjunto. Questões básicas, que já deveriam estar tranquilamente resolvidas, tornam-se obstáculos sérios. Exemplo: horário. Qualquer grupo negro que tente se organizar conhece as dificuldades para se fazer uma reunião começar no horário. Os atrasos já vêm acompanhados das desculpas mais inverossímeis: resquícios da opressão a que fomos submetidos, da desorganização que nos foi imposta. Ora, nós não queríamos aceitar essa situação, fazer o papel de vítima, por isso resolvemos levar a sério o aspecto disciplina. Uma das resoluções tomadas dizia que cada membro teria direito a um determinado número de faltas e atrasos. Quem excedesse tal número seria desligado do grupo. Tal regra, colocada em prática, acabou resultando – dentro de um curto intervalo de tempo – na saída de dois escritores: Jamu Minka e Miriam Alves. Difícil definir a sensação de ver dois importantes companheiros deixarem o Quilombhoje. Com pesar e dúvidas, a regra foi cumprida, o coração apertava-se, mas a sobrevivência do grupo dependia de respeitarmos as nossas próprias decisões. Esse ato significava respeitarmos a nós mesmos.

É lógico que o Quilombhoje fosse visto com desconfiança por quem estava fora. Essa busca de organização e disciplina tornava-se incompreensível para muitas pessoas, afigurava-se como rigidez, como limitação. De fato, a inexistência de perspectivas concretas para o futuro faz com que a maioria dos grupos tenha a tendência de ser indulgente. É um erro. Estamos comprometidos com uma transformação profunda,

uma transformação que não diz respeito somente aos afro-brasileiros. Na verdade, essa transformação implica também a modificação do branco. É uma tarefa demasiado complexa – exige muito trabalho e paciência – e são poucas as pessoas que se dispõem a enfrentá-la, submetendo-se às renúncias que ela exige.

Embora nos dedicássemos bastante, os resultados sempre foram muito poucos. A expectativa de ver o texto causar impacto, ser lido por muitos, não se concretizava no curto prazo. De compensações financeiras, é bom nem falar. Os desgastes passaram a minar a resistência dos quilombhojeiros. Muita dedicação e pouco retorno são ingredientes fatais. O grupo não tinha dívidas, mas também nunca teve dinheiro suficiente para contratar profissionais. Todo trabalho era voluntário. As discussões entre os membros do grupo sempre ocorreram. Mas elas se situavam no terreno do conflito de ideias e não dos ataques pessoais. Mais de uma vez algum dos componentes saiu da casa de Sônia batendo a porta, jurando não voltar. E voltava. Casamento difícil de administrar, egos e vaidades acendendo-se a todo instante. Mas o trabalho a ser desenvolvido impunha um ótimo aprendizado: conviver com as diferenças, respeitar a personalidade do próximo, fazer de cada discordância não um ponto de parada e sim de continuidade.

Com a motivação, mas sem o retorno necessário, a desesperança ia derubando ânimos. Num certo momento, o trabalho do Quilombhoje veio dar numa encruzilhada. Embora soubéssemos da

importância do ativismo literário, do fazer acontecer, havia aqueles que já não dispunham mais de gás para tanto. Problemas pessoais e familiares começaram a pesar. No início de 1994, Cuti deixou o grupo, em 1995 foi a vez de Oubi. Abalos profundos da nossa disposição, o desânimo rondando o peito justo às vésperas da celebração do tricentenário de Zumbi. Mas a certeza de que o Quilombhoje e os *Cadernos Negros* eram projetos que dependiam única e exclusivamente de nós mesmos impulsionou-nos. Haja pique para tirar garra e vontade do pouco-muito que tínhamos.

Felizmente, a entidade que rege o Quilombhoje nunca nos abandonou. Em 1994, quando o grupo já contava com quatro componentes, chegamos até a Editora Anita, por meio do vereador Vital Nolasco e de Juarez Xavier, da Unegro. Certamente esse encontro foi muito importante, pois nos possibilitou dividir os encargos da parte editorial dos *Cadernos*. Também proporcionou maior inserção no mercado, haja vista que a chancela de uma editora ajuda o livro a ter melhor aceitação quando chega à redação de um jornal, por exemplo. Como se a qualidade literária dependesse dessa chancela!

O Quilombhoje sempre funcionou num sistema colegiado. Todos os seus componentes sempre tiveram direito de falar, ouvir e votar. Assim, todas as decisões refletiam a vontade da maioria. Difícil, com poucos braços, era viabilizar todas as ideias que apareciam. Assim, tínhamos que puxar um pouco mais para baixo aquele ou aquela que

“voava”. Projetos como fazer dois volumes de *Cadernos Negros* por ano, parar a cidade com grandes eventos dedicados à poesia ou realizar megafestas para o lançamento de livros foram sendo sistematicamente substituídos por objetivos mais realistas: um volume de *Cadernos* e um de livro de autor por ano (durante a euforia do Plano Cruzado, foram dois livros de autor), rodas de poemas realizadas em eventos do Movimento Negro e em quadras de escolas de samba (como a da Mocidade Alegre).

Com relação aos lançamentos, durante uma certa época (por volta de 1990), parte do grupo resolveu que a organização desses eventos demandava um tempo que poderia ser dedicado a atividades ligadas ao ato de escrever. Ora, nessa época os lançamentos já haviam se tornado eventos anuais bastante aguardados. Isso se iniciara em 1982, quando a entrada de novos componentes deu ao Quilombhoje um empurrão em direção à popularização da literatura negra. Oubi e eu, tomados por essa ideia, oriundos do movimento *soul* e responsáveis pela publicidade do *Cadernos* volume 6, iniciamos uma peregrinação por salões de bailes, escolas de samba e pontos de encontro do nosso povo. Panfleteávamos e divulgávamos a nossa literatura.

Década de 80: era uma época em que a maioria dos jovens negros ainda se conservava distante da discussão política a respeito da questão racial. Embora na década de 70 os movimentos Black Rio e Black São Paulo tivessem despertado nosso orgulho étnico, alguns

anos depois se tornou quase uma heresia chegar nos salões e falar sobre negritude. Havia a preocupação dos empresários de bailes com a repressão. E, para a maioria das pessoas, o orgulho étnico não havia resultado em consciência política. A população ainda estava distante do Movimento Negro. Sobre esse distanciamento, é bom lembrar a análise que faz o historiador Clóvis Moura a respeito do universo afro-brasileiro<sup>13</sup>.

Moura identifica dois segmentos: o “letrado” e o “plebeu”. O universo “plebeu”, proletário e marginal, estaria preso a uma luta cotidiana pela sobrevivência econômica, social e biológica. Em tal situação, perderia sua consciência étnica. O universo “letrado”, de classe média, é que estaria sensibilizado com a questão étnica e com suas manifestações imediatas: a afirmação de uma cultura e uma ancestralidade africanas, a luta contra a discriminação no mercado de trabalho, particularmente em áreas de prestígio social ou privilégio econômico, como a televisão e o teatro. A grande massa não teria lugar para preocupações desse tipo.

A análise de Moura lança luz sobre diversos pontos, explica por que é tão difícil a mensagem do Movimento Negro chegar até a grande população, já que esta não conceberia seus problemas imediatos em termos raciais e tampouco estaria preocupada em classificar sua cultura, apenas em vivê-la. Mas restam muitas dúvidas: sabemos, por exemplo,

que grande parte dos militantes vem das camadas “plebeias”, sabemos também que grande parte dos negros “letrados” procura fugir da discussão étnica. Sem dúvida, a história mostra que universitários e agregados têm sido os mais ativos nessa tarefa de levantar o véu e expor as vergonhas do racismo nacional. Mas, se isso denota uma determinação socioeconômica, é preciso adicionar outro ingrediente a essa receita: a questão da mentalidade. A forma como cada indivíduo afro-brasileiro responde às solicitações da ideologia dominante é também definidora.

Quando saíamos para panfletar (a partir de uma certa época e durante um curto período de tempo, todo o Quilombhoje passou a sair junto), o que encontrávamos era um certo interesse dos jovens negros e uma indiferença dos mais velhos. No entanto, nas ruas de samba da Barra Funda e da Bela Vista ou na porta dos salões de baile, a mensagem negra era, na maioria das vezes, recebida com ar de desconfiança e temor, como se tocássemos num ponto muito delicado, num problema que aquelas pessoas apaixonadas pelo Camisa Verde, pela Vai Vai, pela Nenê de Vila Matilde – pessoas também produtoras e consumidoras de cultura afro-brasileira – fizessem questão de esquecer.

Qualquer grupo negro militante se deparará com problemas desse tipo. Se, como Clóvis Moura afirma, o segmento negro “letrado” está preocupa-

---

13 No livro *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita. 1994.



do em adquirir valores brancos, o que acontece com o segmento “plebeu” não é muito diferente. O que singulariza este último segmento é o fato de ele estar confinado a determinados espaços, enquanto a classe média tem maior mobilidade. O que parece, entretanto, é que o segmento “plebeu” tem mais confiança na ideologia da democracia racial, acreditando que posicionar-se como “negro” pode ser um obstáculo à ascensão. Luta desigual para os grupos negros: fazer suas ideias chegarem até a população sem dispor de poder financeiro ou político nem de meios tecnológicos. Sequer têm podido contar com o apoio de grandes empresários negros.

Naquela época em que começamos a distribuir nossos panfletos, poucos empresários tiveram a atitude de Luís Carlos, da equipe de bailes Os Carlos, que abriu suas festas para a divulgação da literatura negra e apoiou o lançamento do volume 10 dos *Cadernos*, um dos maiores eventos realizados até então. Mas a verdade é que, apesar das dificuldades, o Quilombhoje conseguiu angariar leitores para os seus livros entre uma população cujo acesso à leitura era precário. Organizamos uma mala-direta que ainda dá um trabalho incrível, mas que funciona com alguma eficiência. Entretanto, quando o Quilombhoje resolveu, em 1990, diminuir o esforço empenhado nos lançamentos, reduzindo a divulgação de rua e restringindo-a ao envio de mala-direta, houve uma sensível queda de público leitor.

O lançamento do volume 12 dos *Cadernos*, por exemplo, mobilizou cer-

ca de 150 pessoas. Se pensarmos que, dois anos antes, o lançamento do volume 10 tinha levado mais de mil pessoas ao salão do Sesc, na Rua do Carmo, entenderemos por que era tão importante ir às ruas e fazer o corpo a corpo com a rapaziada. A partir do volume 13, voltamos a fazer esse trabalho de divulgação. Só que resolvemos contratar pessoas para isso. Não éramos mais nós que saíamos para distribuir panfletos e colar cartazes. A disposição de fazer tudo, de sermos autossuficientes, tinha encontrado seu limite.

O fato é que os lançamentos de livros do Quilombhoje vêm crescendo ano a ano. Já chegamos a reunir duas mil pessoas num único evento. Tal crescimento de público, porém, não se reflete num crescimento proporcional de vendas. As tiragens continuam na casa de mil exemplares. Ocorre que o público leitor se torna mais diversificado e as tiragens se esgotam mais rapidamente. A participação da Editora Anita leva os *Cadernos* para outros círculos.

Qual o impacto que a literatura afro-brasileira tem tido na sociedade? Difícil avaliar neste momento. A tendência é acreditarmos que literatura não modifica nada. Mas, quando vemos tantas mudanças acontecendo no que diz respeito à questão racial no Brasil, é difícil não imaginarmos que a literatura deu sua contribuição. Especialmente no que se refere ao ressurgimento de uma imprensa negra.

Além disso, os *Cadernos*, como diz Éle Semog, redescobrem a beleza de nossa gente e têm colocado mais africa-



nidade na literatura brasileira<sup>14</sup>. Trabalhando com o imaginário, no sentido de enriquecê-lo, a literatura contribui para alargar as possibilidades de autoconhecimento e autoaceitação de negros e não-negros. Questões como a autoestima são levantadas, assim como temas referentes à luta mais específica das mulheres.

A participação das mulheres, se tem sido tímida no aspecto quantidade (os *Cadernos* costumam receber mais textos de homens do que de mulheres), tem sido muito forte no que se refere ao conteúdo dos trabalhos, nas propostas e ideias apresentadas. Concordamos com Esmeralda Ribeiro quando ela diz que “é necessário que a união de esforços, entre mulher e homem negro escritores, reforce cada vez mais a luta para que os dois intervenham no processo de participação política e formem uma nova consciência nacional”<sup>15</sup>.

Desde o início de 1995 o Quilombhoje tem apenas três componentes: Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa e Sônia Fátima. Apoiados pelos braços amigos de eventuais colaboradores, temos trabalhado para conquistar o espaço que a literatura afro-brasileira merece. Escritores que saíram do grupo continuam publicando nos *Cadernos* e vêm dando seu fundamental apoio. Se existiram mágoas ou rancores, isso não nos tem impedido de trabalharmos juntos. Incentivamos também a participação de autores de todo o Brasil (até agora participaram, com seus textos e confiança, autores dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Per-

nambuco e Rio Grande do Sul), saímos a campo para chamar a atenção de acadêmicos, do mercado e do leitor comum. Este último é o centro de nossas atenções, o destinatário das nossas oferendas depositadas aos pés da esperança. Somadas as tiragens de todos os títulos lançados pelo Quilombhoje (14 *Cadernos Negros* de um total de 19, oito livros de autor, um livro de ensaios, um livreto), temos 29 mil exemplares colocados na rua. É pouco, diante do gigantismo do mercado editorial. É bastante, se considerarmos o que foi feito em outras épocas. Atravessamos a década de 80 e estamos atravessando a de 90. Mas o futuro ainda depende da nossa modesta energia.

No fim do magistral romance de Lima Barreto, Clara dos Anjos, abandonada, diz à sua mãe: “Nós não somos nada nesta vida”. Na bela e atualizadora releitura feita por Esmeralda Ribeiro no conto “Guarde segredo”, publicado no *Cadernos 14*, a avó diz à personagem que representa Clara: “Nós não devemos aceitar o destino com resignação.” Sabemos que essa é a grande batalha. Não aceitar o lugar imposto. Reiventá-lo é tarefa para uma vida. Tarefa para se fazer hoje e sempre. Agora, neste instante. O grande desafio é não parar.

\* Márcio Barbosa é escritor, pesquisador e membro do Quilombhoje desde 1982. Publicou *Paixões crioulas*, narrativa, em 1987, no Projeto Livro do Autor do grupo. Tem poemas e contos publicados em diversas antologias no Brasil, Alemanha e Estados Unidos.

14 In *Cadernos Negros 9* (org. Quilombhoje). São Paulo: Ed. dos Autores, 1986.

15 Ribeiro, Esmeralda. “A escritora negra e seu ato de escrever participando”, in *Criação crioula nu elefante branco*. Op. Cit.



## **Raça, classe e identidade nacional**

Sueli Carneiro\*

*Comunicação apresentada ao seminário internacional Superando o Racismo/ Consulta ao Brasil, África do Sul e Estados Unidos, promovido pela Iniciativa Relações Humanas Comparadas, da Southern Education Fundation, Rio de Janeiro, 2 a 4 de setembro de 1997. Reproduzido com permissão da autora.*

Primeiro gostaria de expressar o meu prazer em participar deste seminário contando com a presença expressiva de brasileiros, afro-brasileiros, africanos e afro-americanos. Sabemos como são raras e importantes essas oportunidades para o amadurecimento e aprimoramento de nossas estratégias políticas e saberes.

Além disso, com o sugestivo título proposto nesta abertura – Raça, Classe e Identidade Nacional –, não poderia deixar de mencionar o quão gratificante é poder, como afrodescendente, discutir o significado de algo como identidade nacional. Digo isso pelo fato de termos sido

nós, os negros, o elemento que supostamente deveria ser diluído – na química da miscigenação na representação feliz de uma identidade nacional brasileira. Ser nacional, ser brasileiro, significa não ser negro ou afrodescendente.

É impossível deixar de mencionar que o discurso sobre a identidade nacional brasileira foi construído sob a perspectiva de, um dia, não ser preciso notar explicitamente a presença africana no Brasil.

Um pouco de história é sempre importante às análises comparativas. Assim, vejamos, ainda que de maneira breve. De acordo com o Censo de 1872 – o último a ser realizado antes de o Brasil tornar-se uma República –, apenas 15,2% da população brasileira permanecia escrava; portanto, o advento da Abolição teria apenas consolidado o que já se apresentava como uma incontestável realidade. A emancipação trouxe à cena política a intensa e ampla discussão sobre ser negro, ser ex-escravo e ser ou não ser cidadão brasileiro. A questão sobre o que era ser brasileiro não podia mais negligenciar a herança étnica, isso se pudéssemos dizer ter sido possível negligenciar isso antes.

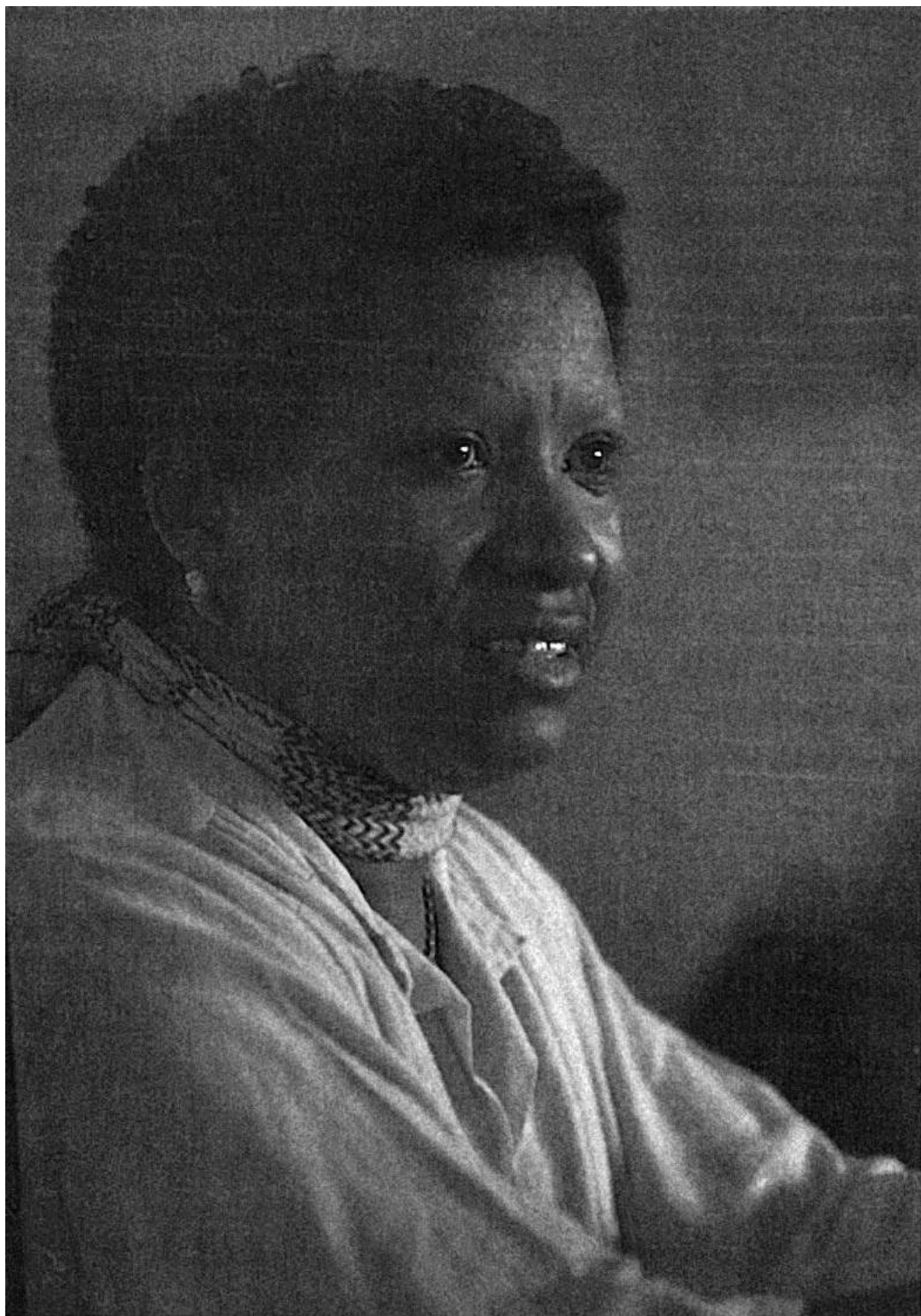
O fato é que a Abolição impôs uma redefinição das relações entre brancos e negros, e todas as discussões em torno do futuro da nação no que diz respeito aos seus aspectos sociais, econômicos e políticos incluíam essa relação como ponto de partida. O discurso sobre a necessidade de empreender uma política imigratória de massa demonstra isso com bastante precisão. Essa políti-

ca imigratória esteve longe de responder apenas às necessidades de força de trabalho abundante e barata por parte da elite agrário-cafeeira e demais setores produtivos a ela ligados. A política de imigração foi também uma resposta ideológica ao ideal de cidadão brasileiro. Essa política serviu aos interesses políticos de criar-se aqui uma “sociedade branca brasileira” e diluir dessa maneira, não apenas o passado escravista brasileiro, mas também o que constituía uma inquestionável testemunha do sistema: a população negra.

Apenas para citar um entre muitos estudos recentes, Marinho Azevedo, em seu estudo sobre a imagem negra no imaginário da elite daquele período *Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites do século XIX* – demonstra como a elite brasileira, fazendo uso de seus intelectuais e políticos, advogou a necessidade de renovar a população brasileira por meio da imigração branca. Além disso, como essa política esteve combinada às teorias raciais produzidas na Europa e a compreensão, então corrente, sobre uma suposta inferioridade racial dos negros.

No caso brasileiro, o discurso sobre identidade nacional possui ainda uma dimensão escondida, a dimensão de gênero. A teoria de superioridade racial sozinha não explica como esse discurso operou, buscando na subordinação feminina seu elemento complementar. A expressiva massa de população mestiça foi construída na relação subordinada das mulheres escravas com os seus senhores. Após a Abolição, especialmente

Foto: Filipe (Jean Lucas)



Lélia González, militante ameericana e antropóloga. Reunião de fundação do Movimento Negro Unificado, Salvador, 1978. Falecidas em 1994, Lélia González e Beatriz Nascimento – historiadora e militante do Movimento Negro –, simbolizam o legado de valentia na luta da mulher afro-brasileira.



entre machos portugueses (leia-se a raça forte branca, para o discurso) e mulheres negras e indígenas. No auge da imigração europeia e masculina, a literatura nacional não deixou de fora a alusão ao potencial de aclimatação das mulheres de ascendência africana em relação a esses recém-chegados aos trópicos.

Na redefinição sobre o lugar da população negra após a Abolição, temos nesse período, final do século passado e início deste, um *momentum* único de análise e, conseqüentemente, visão sobre o que temos a administrar hoje. O Brasil republicano, cioso de sua inserção na ordem capitalista, vinculado ao pensamento europeu e a teorias racistas, alimentava uma perspectiva em que a política de imigração se tornava central ao desejo da elite em recuperar seu passado europeu.

São esses aspectos históricos que tornam tão curioso o fato de estarmos aqui exercitando a possibilidade de ver o Brasil de uma outra maneira. Vê-lo comparativamente e a partir de nossa perspectiva

Qual o significado de identidade nacional para nós, negros brasileiros? A três anos do final do século, em um momento de transformações velozes, o que existe de comum ou diferente em relação àquele período? Se a nós foi imposta a impossibilidade de definir um lugar possível e de desenvolvimento naquele momento, que podemos e devemos sugerir hoje? Se naquele período de reordenamento político e econômico parecia não haver espaço para os ex-escravos, qual o caminho possível aos

que hoje habitam as franjas vulneráveis do sistema de produção e da cidadania fragmentada?

Mas, a despeito de todas as estratégias racistas de eliminação da mancha negra presente neste país, o imaginário social assimilou a versão romântica das relações raciais no Brasil.

Então, como diria Nelson do Valle Silva: “Era uma vez um país chamado Brasil, que era conhecido como um paraíso racial.” A partir dessa visão da democracia racial, desenvolveu-se no Brasil uma forma sofisticada, perversa e competente de racismo, por meio da qual a intolerância racial se mascarou em igualdade de direitos no plano legal e na absoluta desigualdade de oportunidades no plano das relações sociais concretas. Está instituída na nossa cultura política a eliminação da dimensão racial das nossas contradições sociais, políticas e econômicas, até porque a história brasileira é também marcada pelo temor do potencial explosivo dessa questão.

Tem-se buscado, historicamente, responsabilizar apenas a dimensão social dos nossos problemas, escamoteando-se a íntima relação entre raça/etnia e exclusão social em nossa sociedade. E, diga-se de passagem, com absoluto sucesso e a colaboração de importantes expoentes negros, intelectuais e políticos, inclusive alguns considerados progressistas. De modo geral, vale dizer que a forma com que o conceito de classe social vem sendo utilizado pela ciência e por cientistas políticos no Brasil tem contribuído para neutralizar a problemática racial.



No entanto, “segundo os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, de 96 (base de dados de 94), 35,2% dos pretos e 33,6% dos pardos são analfabetos, contra 15% dos brancos. A expectativa de vida para o total da população brasileira é de 65 anos. Entre a população negra ou de origem negra, a expectativa de vida cai para 59 anos. Estudo realizado por dois assessores da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Wânia Sant’ Anna e Marcelo Paixão, revela que o IDH da população brasileira corresponde à posição 63 no *ranking* mundial. Esses mesmos cálculos, aplicados somente à população afrodescendente, fazem com que a posição brasileira caia para a posição 116. Abaixo da média nacional e da média de todos os países sul-americanos, ou seja, o Brasil ocupa uma posição entre os países considerados pela ONU como de baixo desenvolvimento humano.” Estudos dessa natureza demonstram a magnitude da desigualdade racial, que alguns de nossos políticos e intelectuais preferem chamar de “*apartheid* social”.

Porém, para além das intenções escamoteadoras, o descaso social, a ausência de políticas públicas específicas para reverter esse quadro de desigualdade estão diretamente ligados ao desprezo que, historicamente, este lado do Brasil provoca em nossa sociedade. Há a ideia subjacente de que estamos tratando de populações descartáveis, que nada aportam ao país, a não ser revelar a face escura, subdesenvolvida e primitiva de uma nação que sempre se desejou branca e ocidental.

Em diferentes oportunidades, esse desprezo é manifestado por homens públicos. Alguém se lembra do discurso de posse do presidente do Sebrae, Pio Guerra Júnior, que a propósito de ilustrar a desfiguração que projetos de lei sofrem no Congresso, disse que “entra uma coisa assim tipo Marilyn Monroe e sai algo mais para Benedita da Silva.”

Pio Guerra Júnior é o homem responsável por uma instituição supostamente voltada para viabilizar pequenos e médios empresários, pessoas que estariam mais para Benedita da Silva. Com esse tipo de opinião se pode ter uma ideia das chances que microempresários negros, especialmente mulheres negras, teriam de conseguir apoio desse cidadão para os seus negócios.

Nem mesmo Pelé, o garoto-propaganda oficial da democracia racial brasileira, está imune. Disse, a propósito dele, o ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha: “Existem dois pretos que são admirados por todo o Brasil. Um é o Pelé, que é o nosso rei de sempre. O outro é o rei asfalto, todo mundo gosta do asfalto. É o preto que todo mundo gosta.”

O Geledés/SOS Racismo reagiu a essa frase do ministro com a seguinte nota de repúdio:

Que comparação possível pode haver entre Pelé, um homem negro, o maior atleta do século, e o asfalto? A cor? Nem Pelé é preto, nem o asfalto é negro; nem Pelé é coisa, nem asfalto é gente. O que autoriza alguém a comparar gente a coisa é a desumanização e a coisificação de seres humanos que

o racismo e a discriminação produzem. Para o ministro Eliseu Padilha, Pelé não é comparável a nenhum outro ser de sua raça porque é considerado uma exceção dentro dela, já que é o único admirável. E também não pode ser comparado aos melhores de outras raças porque todos os seus talentos ainda não lhe garantiram o *status* de detentor de plena humanidade. Por isso, ele só seria comparável a um derivado do petróleo, uma das poucas coisas pretas valorizadas no mundo.

Essas são as honras reservadas a um rei negro no Brasil.

Para os demais negros, como Jorge Paulo, 48 anos, queimado enquanto dormia na Cinelândia, resta o extermínio. Talvez como forma de punição por não ter conseguido ser Pelé nem asfalto. Talvez pela expectativa de que, como uma fênix, de suas cinzas misturadas ao asfalto resulte mais um “ser” que possa ser “admirado” pelo Brasil como Pelé...

Dimensões perversas e assustadoras do racismo no Brasil: a coisificação/desumanização, a eliminação física pura e simples.

Apesar de fatos como esse se repetirem quotidianamente em nossa sociedade, eles ainda dividem a opinião pública brasileira no que diz respeito à identificação do racismo nessas práticas.

É nesse contexto que se trava a luta contra o racismo, que no Brasil tem consistido fundamentalmente na desmistificação da “democracia racial” como condição básica para que se pos-

sa pautar o problema racial na agenda nacional.

Primeiro, no Brasil, é mérito do Movimento Negro contemporâneo ter posto abaixo a falácia de que vivemos sob uma “democracia racial”. O combate ao racismo tem sido mola propulsora para o nascimento de inúmeras organizações negras.

- Já no início do processo de redemocratização do país, as organizações negras conseguiram pautar a temática racial na agenda dos partidos políticos; disso resultou a criação de órgãos e instâncias no âmbito governamental destinadas à formulação de políticas públicas de promoção das populações negras. Em 1982, por exemplo, é criado o primeiro Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – seguindo-se a ele outras experiências semelhantes em níveis estadual e municipal. No âmbito federal, é criada em 1988, no Centenário da Abolição, a Fundação Cultural Palmares.
- Em virtude das mobilizações em torno da nova Constituição, promulgada em 1988, a prática do racismo tornou-se crime inafiançável e imprescritível e ganhou regulamentação através da Lei Federal Especial nº 7.716, de 1989, do deputado negro Carlos Alberto Caó – lei conhecida como Lei Cáo. Esta tipifica, com rigor, algumas condutas discriminatórias de base racial, embora os artigos mais importantes do projeto do deputado Cáo, especialmente aqueles relativos à discriminação no mercado de traba-

lho, tenham sido vetados pelo então presidente José Sarney.

- Apesar dos vetos à inscrição do antirracismo na Constituição, a Lei Caó foi saudada pela militância negra como uma vitória política, identificando-se nessas conquistas legais a possibilidade de enfrentamento do problema racial do ponto de vista jurídico. Tanto é que os serviços de assistência legal para casos de racismo e discriminação racial se multiplicam pelo país, fomentando inclusive a proposta de criação de uma rede de SOSs Racismo. E, mais além do âmbito da organização e fruto da sua pressão, inicia-se o estabelecimento/ criação de Delegacias de Crimes Raciais.
- No tricentenário da morte do líder negro Zumbi dos Palmares, 20 de Novembro de 1995, o Movimento Negro realizou em Brasília a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida. Sua comissão executiva, recebida pelo precal”. Nessa mesma oportunidade, o presidente assinou o decreto de criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra.
- Para um país que construiu a mais bem-sucedida fábula de relações raciais harmônicas, consagrando internacionalmente o mito da “democracia racial”, é significativo o que vem sendo promovido em nível federal em termos de reconhecimento da problemática racial, ainda que, na maioria das vezes, não ultrapasse os gestos simbólicos.
- Em relação ao combate à discriminação no mercado de trabalho, duas importantes iniciativas. Uma, do Ministério da Justiça, visa a sensibilização da máquina governamental para a adoção de propostas de promoção da igualdade: – o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos, em julho de 96, cuja abertura contou com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso. E outra, do Ministério do Trabalho: o Seminário Nacional Tripartite Promoção da Igualdade no Emprego – Implementação da Convenção nº 111 da OIT, ocorrido de 16 a 18 de julho de 97.
- No que diz respeito à política de direitos humanos, os movimentos negros garantiram a introdução de dois pontos relativos à questão racial no Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em 13 de maio de 96.

Concomitantemente a todo esse processo, destaca-se a organização das mulheres negras contra a opressão de gênero e raça. Essa luta vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo a discussão tanto da questão racial, como também da questão de gênero na sociedade brasileira.

Esse olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto a tradição do Movimento Negro quanto a do Movimento de Mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher e negra. O



Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, 1995 – Brasília



atual Movimento de Mulheres Negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes das variáveis raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo Movimento Negro e pelo Movimento Feminista. Enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as portanto mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras; e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do Movimento Negro.

O Brasil foi o principal negociador para que se garantisse, no texto da Plataforma de Ação de Beijing, a presença dos termos raça e etnia. Isso como resposta ao caráter inegociável, para as organizações de mulheres negras brasileiras, de que fosse claramente explicitada a origem étnica e racial em todos os fatores de desigualdade entre as mulheres.

A firmeza da posição brasileira garantiu também que, no artigo 32 da Declaração da Conferência, se afirmasse “a necessidade de intensificar esforços para garantir o desfrute em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as mulheres e meninas que enfrentam múltiplas barreiras à expansão de seu papel e seu avanço devido a fatores como raça, idade, origem étnica, cultura, religião ( ...)”.

O resultado disso em nível nacional é a inclusão da temática racial no Plano de Igualdades elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Jus-

tiça, e a aprovação de um projeto de monitoramento do recorte racial em todas as políticas públicas de promoção das mulheres definidas pela IV Conferência da Mulher e encaminhadas pelo Conselho.

No entanto todas essas estratégias políticas desencadeadas pelos movimentos negros do Brasil não têm sido suficientes para dar plena visibilidade ao problema racial brasileiro, para alavancar processos de desenvolvimento da comunidade negra na dimensão de suas necessidades concretas. Na maioria dos casos, até o presente momento, as conquistas possuem um sentido simbólico. O desafio é transformá-las em reais instrumentos de mudança das condições de vida da população negra.

Esta iniciativa, coordenada pela Dra. Lynn W. Huntley, abre novas perspectivas para o enfrentamento desses desafios.

Brasil, Estados Unidos e África do Sul têm importância fundamental no contexto da regionalização econômica em curso e enfrentam um conjunto de problemas comuns, do ponto de vista das relações raciais, que determinam a realização desta iniciativa.

Esses países, juntos, podem desenvolver instrumentos teóricos e de ação política capazes de alavancar processos de desenvolvimento e enfrentamento dos problemas comuns colocados para as populações negras no próximo milênio.

Creio que, do ponto de vista das necessidades e interesses dos movi-

mentos negros desses três países, estudos comparativos como os que agora realizamos sobre Brasil, Estados Unidos e África do Sul devem contribuir para o aprofundamento das seguintes questões:

1. O processo político de encaminhamento da questão racial nos nossos países. Exemplos: o movimento de direitos civis nos Estados Unidos; a luta contra o *apartheid* na África do Sul; a desmistificação da “democracia racial” no Brasil.
2. A necessidade de organização política global e regional para o enfrentamento das contradições colocadas nesta nova etapa do desenvolvimento capitalista, o neoliberalismo, bem como o enfrentamento das novas contradições que estão colocadas: o crescimento do processo de feminização da pobreza; a ampliação dos níveis de exclusão social; o desemprego estrutural; a flexibilização do mercado de trabalho; a xenofobia, entre outros problemas. E mensurar o impacto dessas questões sobre as populações negras dos três países.
3. Os estágios diferentes em que o combate ao racismo se encontra nos três países e as prioridades políticas colocadas para cada um deles. Os afro-brasileiros têm o desafio de criar organizações e representações políticas fortes que possam representar e defender os seus interesses coletivos; os afro-americanos vivem, talvez, um momento de esgotamento de uma perspectiva política, o mo-

delo gerado pelo movimento de direitos civis; e os sul-africanos têm a missão e o desafio de superar uma sociedade racial e etnicamente dividida.

4. O papel que os negros de cada um destes países podem cumprir num processo de desenvolvimento da consciência e da organização na África e na diáspora. Ou seja, que aportes a esse processo podem ser dados pelos afro-americanos, que são os que experimentaram maior grau de desenvolvimento político, econômico e social. E os sul-africanos, tendo resgatado o poder e derrotado o *apartheid* no país mais importante, economicamente, da África Austral. Os afro-brasileiros, a maior população negra fora da África e o maior patrimônio cultural negro-africano da diáspora.
5. Sendo Brasil, Estados Unidos e África do Sul sociedades multirraciais, com absoluta hegemonia dos brancos, e sendo o racismo, nesse contexto, um instrumento de manutenção de privilégios, em que bases se pode dar um pacto entre negros e brancos para a superação das desigualdades raciais?

A análise crítica desses pontos deve apontar caminhos de intervenção política que permitam a construção de uma poderosa frente antirracista capaz de defender os afrodescendentes das práticas de racismo, exclusão e xenofobia em todo o mundo.

A importância que cada um desses países tem em suas regiões e no con-



texto internacional pode ser colocada a serviço de um processo de promoção dos negros em toda parte.

Do que Brasil, África do Sul e Estados Unidos forem capazes de fazer depende o futuro das relações raciais, no

que diz respeito ao povo africano e sua diáspora.

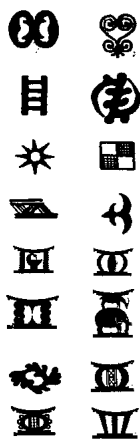
Muito obrigado.

\* Sueli Carneiro é advogada e militante afro-brasileira, fundadora e líder do Gledés. organização de mulheres negras de São Paulo.





# **SANKOFA:** **Memória e Resgate**





# Introdução às antigas civilizações africanas

Elisa Larkin Nascimento

*Este ensaio, um dos textos básicos do curso de extensão universitária Conscientização da Cultura Afro-brasileira, realizado pelo Ipeafro, de 1984 a 1995, na PVC-SP e na VERJ, foi publicado como capítulo do livro Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira (Rio de Janeiro: Ed. CIERJ, 1997).*

Talvez a área em que mais se manifeste a tendenciosidade eurocentrista do academicismo convencional seja a dos estudos da civilização humana e de sua história, ambas atribuídas, até muito recentemente, quase exclusivamente aos povos europeus. A ideia de uma civilização africana anterior à europeia soava entre o ridículo e o absurdo:

era preciso ter grande coragem, como cientista, para levar a sério a ideia de que a África pudesse ser o nascedouro da humanidade.

Para ser considerado merecedor de crédito, para ser levado a sério,

precisava-se ter cuidado para não se aliar a tal opinião. Se um africano advogasse semelhante tese, seria interpretado unicamente como afirmação absurda e resultado de um complexo psicológico criado pela colonização.

O autor dessas palavras é o sábio e cientista senegalês (químico, físico, antropólogo, arqueólogo e historiador) Cheikh Anta Diop, fundador e primeiro diretor do Laboratório de Radiocarbono do Instituto Fundamental da África Negra (IFAN), da Universidade de Dakar, Senegal. Diop abalou seriamente os círculos científicos europeus quando publicou suas teses (1955, 1959, 1963). Desafiando os conceitos e interpretações básicos do academicismo eurocentrista, Diop fundamentava-se em rigorosa pesquisa científica dentro dos padrões metodológicos desse mesmo academicismo e produziu uma obra que o mundo acadêmico não podia ignorar, demonstrando a origem africana da humanidade e da própria civilização ocidental.

Vários autores vêm comprovando e ampliando as teses que Diop desenvolveu, e pesquisas mais recentes as vêm reforçando com dados novos (Van Sertima, 1983, 1985; Bernal, 1987). No presente ensaio, pretendemos apenas oferecer uma introdução aos fatos e verdades levantados por esses pesquisadores e pensadores. Dividimos o texto em três panes: 1) África, berço da humanidade; 2) África, berço da civilização; 3) O Egito africano: fonte da civilização ocidental.

## África, berço da humanidade

Os trabalhos da famosa família Leakey localizaram na região do lago Rudolph, no Quênia, o primeiro ancestral do ser humano, o *Australopithecus afarensis*. O esqueleto, de uma mulher africana, encontrado em 1972 por Richard Leakey e popularmente chamado de “Lucy”, datava de 5 a 3,5 milhões de anos atrás. A próxima espécie na nossa evolução é o *Homo erectus* ou *Homo habilis*, achado por Mary Leakey na garganta de Olduvai, na Tanzânia, em 1961. Esse hominóide data de 1.800.000 a 100 mil anos atrás, e já tinha uma cultura lítica com ferramentas rudes, como o machado de pedra. Foi ele que primeiro saiu da África, espalhando-se até a Europa e a Ásia, para onde levou sua tecnologia primária.

O primeiro uso do fogo tem sido atribuído ao chamado Homem de Pequim, da caverna de Chonkontien, 500 mil anos atrás. Em 1982, porém, foram descobertos em Chesowanja, no Quênia, os restos de um fogo doméstico feito por africanos há 1,4 milhão de anos (Diop, 1985: 25).

Do *Homo sapiens*, comumente rotulado de neandertal, se supunha que se originasse na Europa, onde foram encontrados restos datando de 80 mil anos. Entretanto existe um espécimen na Zâmbia, o Homem do Morro Quebrado, com 110 mil anos, e em 1984 descobriu-se outro neandertal no Egito. Ponanto, há duas provas da existência anterior desse hominóide na África.

O *Homo sapiens sapiens* é o homem moderno como nós o conhecemos – mas não o branco europeu. Ele teve origem também na África, 130 mil anos atrás, conhecida por meio do crânio Omo I, descoberto por Richard Leakey no Quênia. Fisicamente, ele se parece como o povo twa (pigmeu) ou san (hottentote), ou seja: negro, pequeno, com as feições bem africanas. E é esse *Homo sapiens sapiens* africano que primeiro se encontra povoando a Europa, mais de 40 mil anos atrás. A existência desse homem, denominado Grimaldi, sempre criou um grande dilema para a ciência europeia, pois ele é o responsável pela primeira indústria conhecida na Europa, a *aurignaciana*. Várias teorias foram elaboradas para atribuir essa indústria a uma espécie humana supostamente anterior e branca. Hoje, essas teorias estão afastadas. Não há outro *Homo sapiens sapiens* que possa ter antecedido o Grimaldi na Europa ou na Ásia (Diop, 1975).

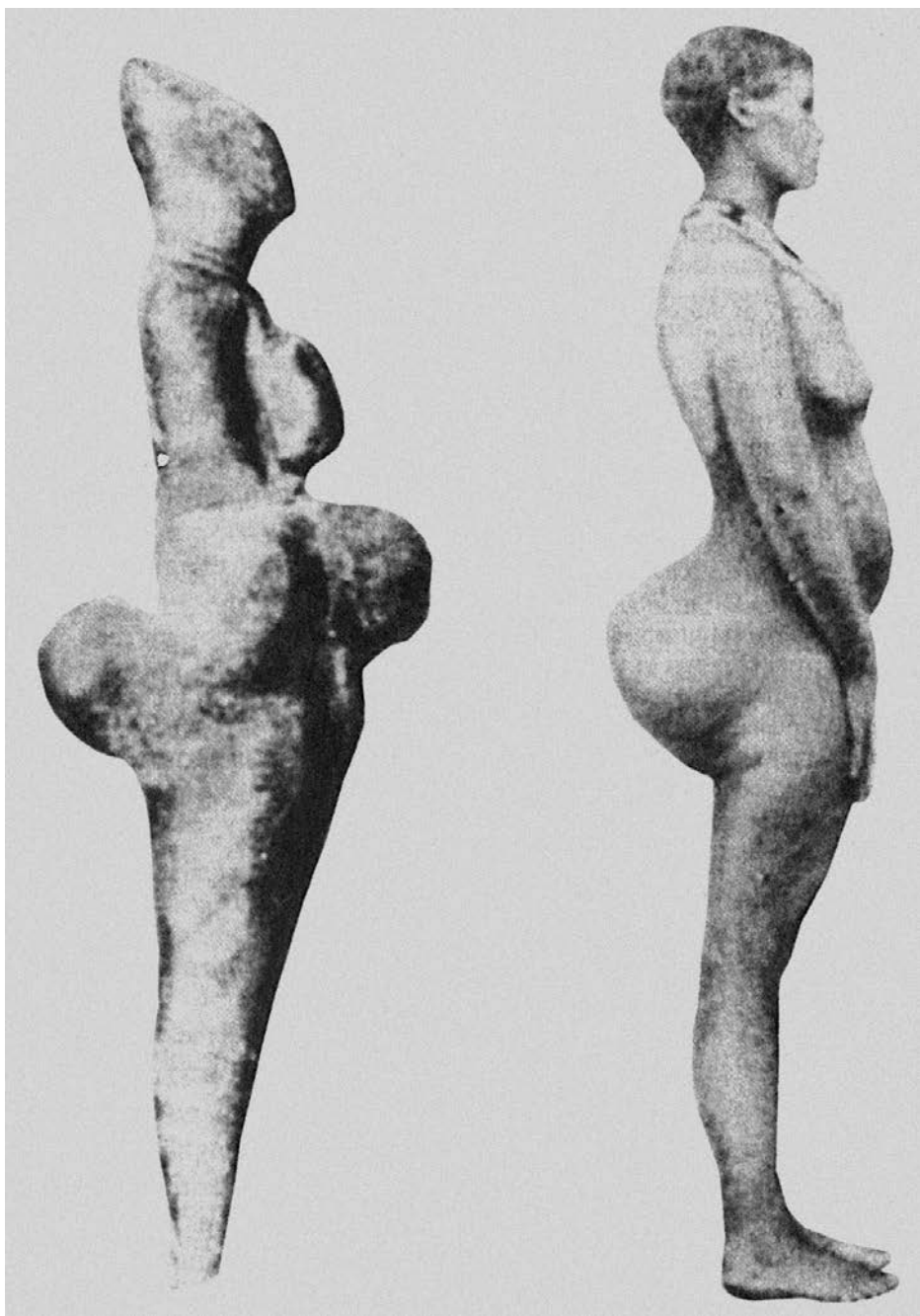
O primeiro homem branco aparece na Europa no intervalo do período glacial Wurnn, há 20 mil anos. Denominado *cromagnon*, é esse que a história convencional apresenta como o primeiro europeu. Aí surge outro problema, ainda mais grave para a o academicismo eurocentrista. Como poderia o *cromagnon* ser nativo da Europa se o único ancestral possível era o Grimaldi? Então, atribuíram-lhe diversas origens exógenas, inclusive a palestina. O necessário era eliminar de vez a hipótese de que o Grimaldi, africano por excelência, fosse o ancestral primordial do povo europeu.

Tudo indica que o *cromagnon* evoluiu do Grimaldi durante um período de 20 mil anos em que a Europa esteve coberta de gelo. O organismo humano produz a vitamina D por meio de fotossíntese, ou seja, a absorção dos raios de sol. Nos africanos, a melanina (pigmento da pele) protege o corpo dos raios intensos do sol. Entretanto, num ambiente glacial, ela constitui um impedimento à absorção da luz necessária para a fotossíntese da vitamina D. A mutação genética que elimina a melanina, resultando no indivíduo albinos, sempre existiu na África. Durante esse processo de evolução na Europa, o albinismo teria prevalecido devido às condições climáticas, resultando na evolução do homem *cromagnon*. Evidentemente, a cor dos olhos teria clareado também em função da menor intensidade do sol no novo meio ambiente (Finch, *The evolution of the Caucasoid*, in Van Sertima, 1985, 17-22).

Outro fato que demonstra a origem africana do *Homo sapiens sapiens* é a anterioridade da sua arte. Existem esculturas, descobertas por Richard Leakey na Tanzânia, datadas de 35 mil anos, ou duas vezes mais antigas do que a famosa pintura de Ascaux, na França. Essa arte é sempre produzida pelo *Homo sapiens sapiens*.

Mais recentemente, os geneticistas vêm confirmando esses achados arqueológicos. Pelo rastreamento de polimorfismos no DNA mitocondrial de mulheres de ascendência africana, asiática, europeia e do Oriente Médio, Allan Wilson e sua equipe da Universidade





À esquerda, a Vênus ou Vênus Aurignaciana, uma estatueta esculpida em tempos pré-históricos. À direita, uma mulher africana (*bosquímana, hotentote ou twa*), que poderia ter sido o modelo perfeito para o artista. Encontradas na Itália, na França, na Europa Central, na Rússia e até na Sibéria, essas estatuetas estão entre as mais antigas obras de escultura criadas pelo ser humano. Fotos reproduzidas do livro *The African presence in early Europe*, organizado por Ivan van Sertima (1985:26).

de Califórnia em Berkeley concluíram, a partir do padrão dessas variações genealógicas, que a antepassada comum à humanidade teria sido uma mulher africana, subsaariana, que batizaram como “Eva, mãe de todos nós”.

Confonne relata o jornalista José Reis, em reportagem especial para a *Folha de S. Paulo* (seção “Periscópio”, 6 de fevereiro de 1994), “a descoberta dessa Eva africana despertou noutros cientistas o desejo de encontrar Adão, tarefa bem mais difícil ( ...)”

Um dos primeiros especialistas a tentar o rastreamento genético de Adão foi Gérard Lucotte, do Collège de France, em Paris. Chegou à conclusão, muito combatida, de que Adão teria sido um pigmeu que habitava certa região da atual República Africana Central, num triângulo formado pelos rios Cubanguí, Sanga e Lobaye. A idade a ele atribuída foi de duzentos mil anos.

Podemos concluir, com Cheikh Anta Diop, que “desde há cinco milhões de anos até o fim do período glacial, há dez mil anos, a África quase unilateralmente povoou e influenciou o resto do mundo” (1985: 27).

### África, berço da civilização

Desde a própria definição da palavra, os conceitos tradicionais de civilização tendem a excluir a África de sua origem. Segundo uma definição padrão (*New Columbia Encyclopedia*, 1975: 565), a civilização seria

aquele complexo de elementos culturais que primeiro apareceram na história humana entre oito mil e seis mil anos atrás. Nessa época, baseada na agricultura, na criação de gado e na metalurgia, começou a aparecer a especialização ocupacional extensiva nos vales dos rios do Sudoeste Asiático (Tigre e Eufrates). Apareceu lá também a escrita, bem como agregações urbanas bastante densas que acomodavam administradores, comerciantes e outros especialistas.

Entretanto, está cada vez mais comprovada a anterioridade da evolução no Continente Africano dos elementos citados (agricultura, criação de gado, metalurgia, especialização ocupacional) que convergem no desenvolvimento da civilização. Além de dar à luz a humanidade, a África foi também o palco da primeira revolução tecnológica de sua história. a passagem da existência como caçador e coletor de frutos silvestres para a prática da agricultura. Em 1979, o Dr. Fred Wendorf e sua equipe comprovaram a prática da agricultura no vale do rio Nilo 17.500 ou 18 mil anos atrás, ou seja, mais de duas vezes mais antiga do que na região do Sudoeste Asiático (Van Sertima, 1983: 58-64). Na região do Saara, antes de virar deserto, os africanos cultivavam, há sete mil anos, vários grãos e legumes. De acordo com o Dr. Peter Murdock, cultivavam mais de 25 espécies no vale do rio Níger àquela época (Van Sertima, 1983: 21).

A criação de gado, outro traço definidor do nascimento da civilização, também aparece na África, em Lukenya Hill, a mais ou menos 50 quilômetros de Nairóbi, 15 mil anos atrás. A conclusão do Dr. Charles Nelson, cuja equipe comprovou esse fato em 1980, é de que a sociedade responsável por essa domesticação de animais tinha elevado grau de sofisticação, e que de lá ela poderia muito bem ter se espalhado até os vales dos rios Tigre e Eufrates (Van Sertima, 1983:20).

Em relação à escrita, a África testemunhou, nas regiões do Saara e do Sudão, a criação dos sistemas de escrita dos akan e dos manding (que antecederam por milênios o povo mandinga, da época medieval). Também está provado, a partir de pesquisas realizadas num local chamado Qustul, que as escritas egípcia e meroítica originaram-se no Sudão (Van Sertima, 1983:24).

### **O Egito africano: fonte da civilização ocidental**

Quando falamos em civilização ocidental, geralmente nos referimos à cultura de origem greco-romana e europeia, imposta violentamente pelo colonialismo aos povos dominados do mundo. A suposta superioridade da cultura ocidental é um conceito internalizado pelos próprios colonizados, sobretudo as elites dominantes nacionais. Dentro dessa visão, a civilização ocidental re-

presenta o estágio mais “avançado” do desenvolvimento humano, o único em que o “progresso” leva a uma vida de qualidade cada vez mais superior. As culturas dos povos dominados são retratadas como “arcaicas”, “primitivas” e “estáticas”, nada contribuindo ao “progresso” humano. Enquanto os índios americanos ganharam a imagem do bom selvagem, e os asiáticos a fama do antigo saber já morto, nenhuma cultura é considerada mais “primitiva” ou “arcaica” do que a africana.

Qual não foi a surpresa, então, quando no século XVIII, decifrada a famosa pedra de Rosetta<sup>1</sup>, se comprovou que praticamente todo o conhecimento científico, religioso e filosófico da Grécia antiga teve origem no Egito, ou seja, na própria África. Nas palavras do conde Constantino Volney, membro da Academia Francesa (1787: 74-7),

Lembrei-me da notável passagem em que diz Heródoto: “E quanto a mim, julgo serem os colchianos uma colônia dos egípcios porque, iguais a estes, são negros de cabelo lanudo.” Em outras palavras, os egípcios antigos eram verdadeiros negros do mesmo tipo que todos os nativos africanos. (...) Pensem só que essa raça de negros, hoje nossos escravos e objeto de nosso desprezo, é a própria raça a quem devemos nossas artes, ciências e até mesmo o uso da palavra!

---

1 Inscrita com hieróglifos e outras línguas antigas conhecidas, a pedra Rose foi a chave do conhecimento dos antigos textos egípcios.

De fato, a cultura e a ciência egípcias foram as primeiras pedras fundamentais de toda a civilização ocidental. A astronomia egípcia era tão avançada que desde 4.240 anos antes de Cristo ela foi responsável pelo desenvolvimento de um calendário mais exato que o nosso. Na arquitetura, engenharia e matemática, as pirâmides ainda comprovam a alta tecnologia africana de três mil anos atrás. Os papiros de Ahmes e de Moscú mostram o desenvolvimento da matemática abstrata desde 13 séculos antes de Euclides. O verdadeiro fundador da medicina foi Athothis, filho de Menés, primeiro faraó do Egito unificado, que praticava por volta de 3.200 a.C., ou então o sábio Imhotep, que em torno de 2.980 a.C. realizava famosas pesquisas médicas. Os papiros Smith (1.650 a.C.) e Ebers (2.600 a.C.) registram o legado desses médicos africanos, mostrando seu conhecimento profundo de quase todas as áreas da medicina moderna. Os sistemas teológicos e filosóficos gregos também se originaram no Egito, onde vários escritores gregos, como Sócrates, Platão, Thales, Anaxágoras, e Aristóteles, estudaram com sábios africanos.

George G. M. James (1954) documenta o fato de que, na verdade, grande parte desse conhecimento foi levado para a Grécia por meio de processos desonestos ou violentos. Os escritores gregos, em vários casos, se apresentavam como autores de conceitos ou teorias que eles haviam aprendido com mestres africanos. O saque da biblioteca de Alexandria foi um episódio central nesse processo, pois a destruição ou deslo-

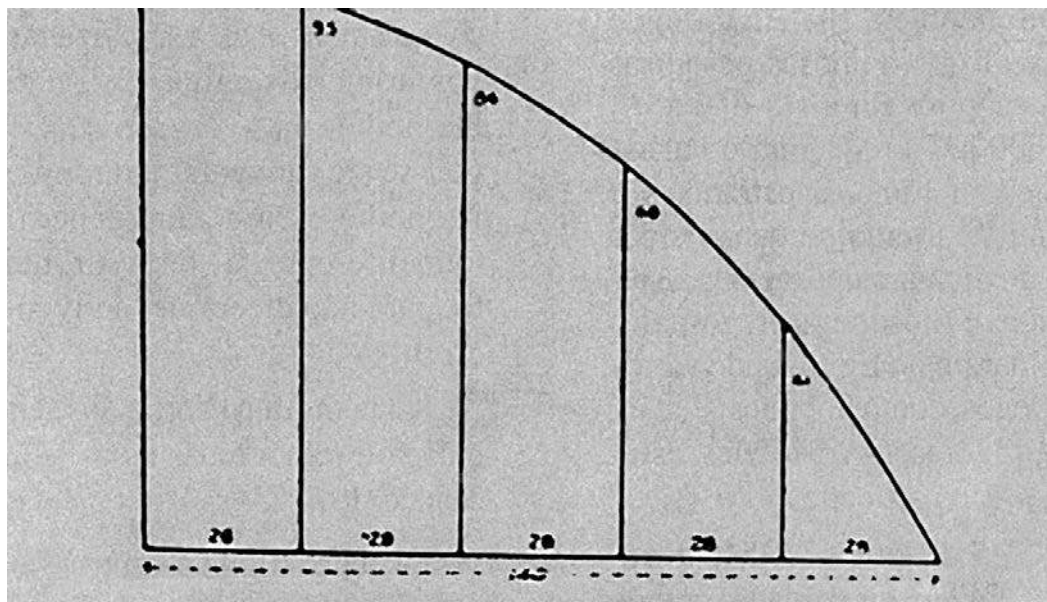
camento dos textos antigos destituiu o Egito de suas fontes primárias.

A Europa colonialista, que fundamentava a justificativa ética da escravidão na inferioridade congênita dos africanos, não poderia deixar transparecer essas verdades. Criou-se, então, toda uma disciplina científica, a egiptologia, voltada à tarefa de destituir o Egito do crédito pelas suas realizações. Lançou-se mão de vários recursos para fazê-lo, inclusive o de simplesmente retratar o Egito como um país branco. Na ideia popular, até hoje prevalece essa imagem, vivida por Claudette Colbert e Elizabeth Taylor no cinema americano. Lançou-se também a teoria de que as populações negras do Egito tenham sido conquistadas, e até escravizadas, por povos arianos, semitas ou asiáticos que lhes teriam ensinado a civilização. Chegou-se até a inventar uma suposta “raça vermelho-escura”, um gênero humano todo diferente que teria surgido no Egito, para não dizer que lá viviam negros africanos.

Cheikh Anta Diop analisa em profundidade e refuta todas essas teorias, concluindo (1974:234):

Já que o Egito é um país negro, com uma civilização criada por negros, qualquer tese que tentasse provar o contrário careceria de futuro. Os protagonistas de tais teorias não desconheciam esse fato. Assim, seria mais seguro e mais sábio destituir o Egito, de modo simples e muito discreto, de todas as suas criações, em favor de uma nação realmente





Desenho, em escala, da curva cuja definição está indicada no diagrama antigo abaixo.

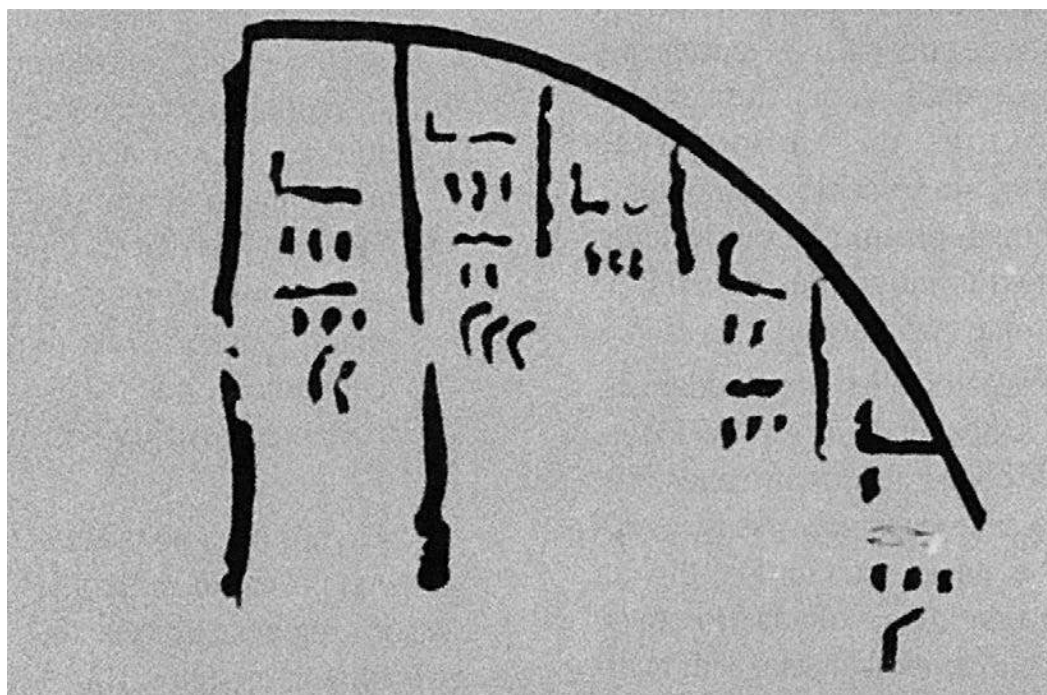
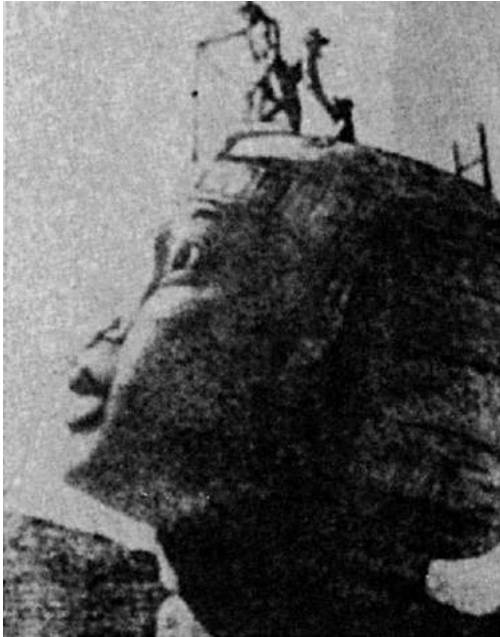


Diagrama de um arquiteto egípcio, provavelmente da terceira dinastia. Este desenho estabelece o uso de coordenadas retangulares para desenhar uma curva. Os egípcios trabalhavam com ângulos a uma precisão de  $0,07^\circ$  Fonte: Van Serthima, 1983:77.



A esfinge, como a encontrou a missão científica francesa no século XIX. O tipo fisionômico não parece nem grego nem semítico, mas banto. Tudo indica que o modelo foi o faraó Cefren, da IV dinastia (2.600 a.C.), construtor da segunda pirâmide de Gizé. Fonte: Diop, 1974:ii.



Figura proto-histórica do Senhor Tera Neter, do povo negro Anu, símbolo dos primeiros habitantes do Egito. Fonte: Diop, 1976:12.



Narmer, ou Menés, soberano responsável pela unificação do Egito (3.200 a.C.) e seu primeiro faraó. Foto reproduzida de Diop, 1974:13.



Tutamés III, fundador da XVIII dinastia e responsável pela expansão territorial do Egito, conhecido como o “Napoleão da Antiguidade”. Fonte: Diop, 1974:20.



Acima, o faraó Ramsés II (XIXª dinastia). Abaixo, um tutsi moderno. A cabeleira tutsi é viável apenas em cabelos tipicamente africanos. Os pequenos círculos na imagem do faraó representam o cabelo em encarapinhado. Fonte: Diop, 1974: 19





branca (a Grécia). Essa falsa atribuição à Grécia dos valores de um Egito chamado branco revela uma profunda contradição, que não é a menos importante prova da origem negra do Egito.

Não nos cabe no presente texto apresentar as provas da origem africana da civilização egípcia. Entretanto, merecem registro alguns aspectos. Há, por exemplo, o testemunho dos escritores antigos, como o já citado Heródoto, “Pai da História”. que repetiu muitas vezes a observação. Diodorus Siculus e vários outros historiadores gregos e romanos confirmam esse testemunho. Na Bíblia, o Egito aparece como o povo de Ham, negro e irmão de Cush, o etíope.

Talvez mais importante seja a própria autodefinição dos egípcios: na sua língua, se denominavam Kmt ou Kemet, o que quer dizer “cidade negra” ou “comunidade negra”. Na escultura, os egípcios se retratavam claramente como africanos. A esfinge, os faraós e suas rainhas, além das pessoas comuns, emergem na arte egípcia retratados como africanos clássicos.

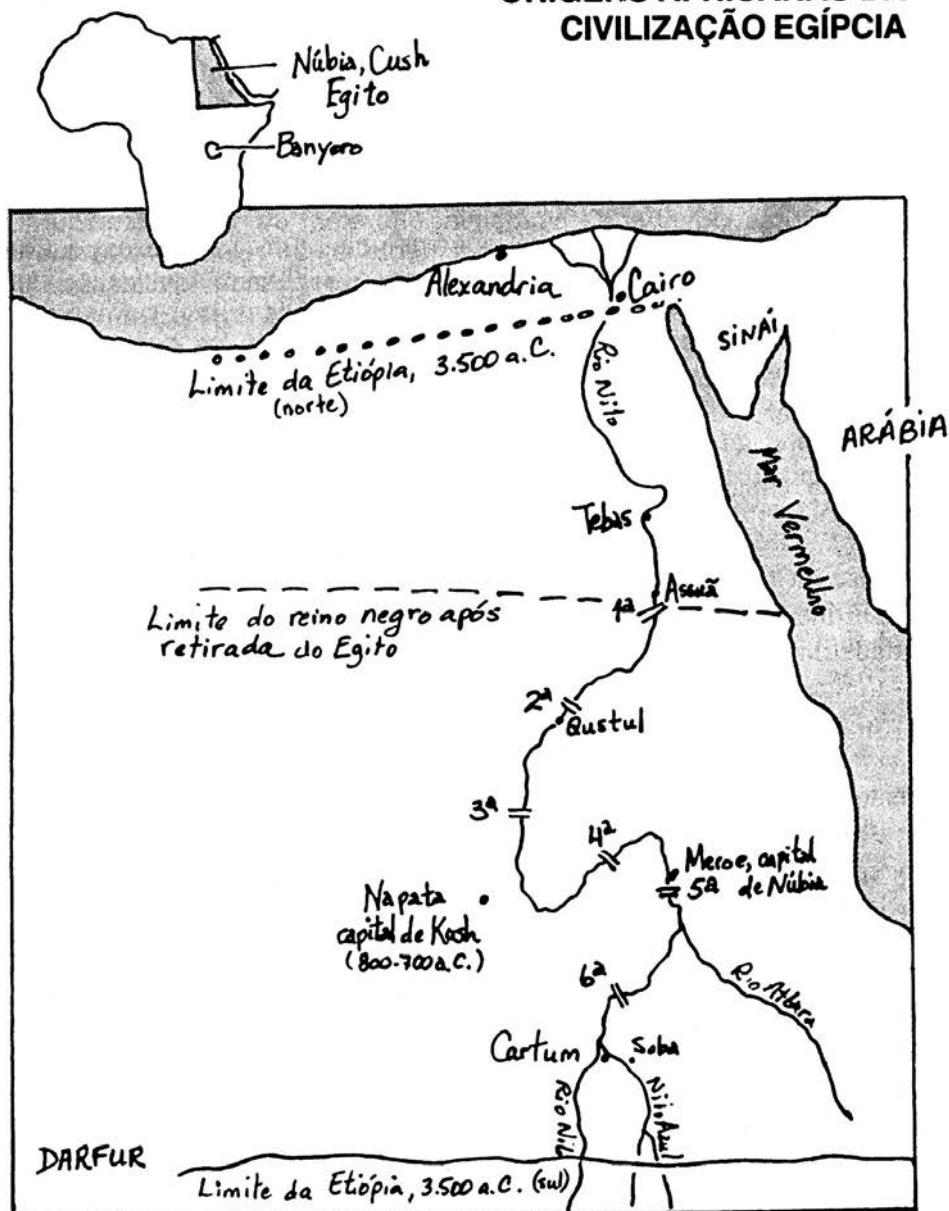
Em 1977, surgiu a evidência arqueológica que confirmou de uma vez por todas a falsidade das teorias europeias negadoras da origem africana da civilização egípcia. Nas escavações que se realizaram em 1962, para preservar os dados arqueológicos do local em que se construiria a represa de Assuã, o Dr. Keith Seele resolveu levar à frente o levantamento de um sítio chamado Qustul, na antiga Núbia, ao sul do Egito. O material ali colhido só foi organizado e

analisado quinze anos depois, revelando na Núbia a existência de um reino chamado Ta-Seti. Antecedendo por treze gerações a unificação do Egito em 3.200 a.C., essa cultura já trazia na sua cerâmica as imagens de Osíris, Ísis e Hórus, as marcas simbólicas da filosofia religiosa e da estrutura de Estado do Egito. O povo desse reino chamava-se *Anu-Seti*, o que significa “povo negro do reino Seti” (Williams, “The lost pharaohs of Nubia”, in Van Sertima, 1985 a: 29-43). Como veremos adiante, o vocábulo *anu* adquire uma importância central no processo das civilizações africanas no mundo antigo. Com efeito, não é coincidência o anu ser um pássaro preto.

A descoberta do reino de Ta-Seti confirmava a pista assinalada por Cheikh Anta Diop desde a década dos 50. A partir de estudos da escrita meroítica, esses são as obras de Edward Wilmot Blyden (Lynch 1967), Martin R. Delany e W.E.B. DuBois. Mais recentemente, Chancellor Williams, Ivan van Sertima, Yusef Ben-Jochannen, Molefi K. Asante, Maulana Karenga, Jacob Carruthers e outros estudiosos vêm contribuindo ao enriquecimento dessa linha de pesquisa.

Mais uma vez, vamos verificar historicamente que a afirmação da anterioridade da civilização africana resultante desses estudos não contradiz os conceitos que os próprios antigos alimentavam sobre os africanos. Citando Heródoto e outros escritores gregos, o historiador Brasil Davidson, que figura atualmente entre as mais respeitadas autoridades sobre a África no mundo, observa (1974: 28) que:

## ORIGENS AFRICANAS DA CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA



### // Cataratas

A confirmação das fontes núbias da cultura dinástica do Egito, a partir das pesquisas realizadas em Qustul, indica que a origem de sua civilização é africana, e não uma contribuição de povos estrangeiros, semitas ou arianos, vindos do norte. A proximidade da Etiópia com o Egito na época da unificação (3.500 a.C.), com a fronteira próxima ao Cairo, reforça as conclusões da pesquisa em Qustul.

Os gregos antigos davam precedência de dignidade e valor, não aos egípcios, apesar da manifesta superioridade da civilização egípcia sobre qualquer outra coisa que eles conhecessem esse respeito, mas a todos aqueles povos que viviam, perdidos no mistério, na “África além do Egito”. Esses africanos, eles chamavam de etíopes, e era para a terra dos “irrepreensíveis etíopes” que os deuses de Homero se retiravam anualmente para a festa dos doze dias.

Randall Maclver, historiador escocês, já escrevia no século passado (*apud*. Van Sertima, 1985: 35):

O que há de mais característico da cultura pré-dinástica do Egito se deve ao intercâmbio com O interior da África e à influência imediata daquele elemento negro permanente que estava presente na população do Egito meridional desde os tempos mais remotos até os nossos dias.

Em 1987, publica-se o primeiro volume de *Black Athena*, outra obra fundamental a esse processo de resgate do processo civilizatório africano. Martin Bernal, linguista e cientista social, professor das Universidades Cornell (EUA) e de Cambridge (Inglaterra), estudou profundamente as raízes africanas e asiáticas da civilização grecoromana, documentando com fascinante riqueza de detalhes os seus fundamentos não europeus. No decorrer da análise, Bernal assinala as atitudes racistas e eurocen-

tristas subjacentes às posturas vigentes na academia, que, além de escamotear durante séculos as verdades que ele documenta, ainda reluta ferozmente em aceitar o conceito de uma origem não europeia da chamada civilização “universal”. Os trabalhos de Martin Bernal vêm contribuir enormemente, confirmando e reforçando as conclusões de Cheikh Anta Diop, resumidas neste pequeno trecho (1974:XIV):

Em vez de se apresentar na história humana como devedor insolvente, o mundo negro é o próprio originador da civilização “ocidental” hoje exibido diante de nós. A matemática pitagórica, a teoria dos quatro elementos de Tales de Mileto, o materialismo epicureano, o idealismo platônico, o judaísmo, o Islã, e a ciência moderna têm suas raízes na cosmogonia e na ciência africanas do Egito. É só meditar sobre Osíris, o deus redentor, que se sacrifica, morre e ressuscita para salvar a humanidade. figura essencialmente identificável com Cristo.

### Referências Bibliográficas

- Bernal, Martin. *Black Athena: the Afro-asiatic roots of classical civilization*, 1º de 3 vs. New Brunswick (EUA): Rutgers University Press, 1987.
- Davidson, Brasil. *Africa in history*. New York: MacMillan/Collier, 1974.

Diop, Cheikh Anta. *Nations nègres et culture*. Paris: Présence Africaine. 1955.

—. *Anteriorité des civilisations nègres: mythe ou vérité historique?* Paris:

—. “Africa: cradle of humanity”, in Van Sertima. 1985 a: 23-8.

Lynch. Hollis R. *Edward Wilmot Blyden, Pan-negro patriot, 1832-1912*. Londres: Oxford University Press, 1967.

Van Sertima, Ivan. *African presence in early Europe*. New Brunswick (EUA) e Oxford (RU): Transaction Books, 1985.

—. *Nile valley civilizations*. New Brunswick: Journal of African Civilizations, 1985A

Van Sertima, Ivan (org.) *Blacks in science: ancient and modern*. New Brunswick (EUA) e Oxford (RU): Transaction Books, 1983.

Volney, Constantine. *Voyages en Syrie et en Egypte*. V. 1. Paris. 1787.

\* Elisa Larkin Nascimento é mestra em Ciências Sociais e J.D. pela Universidade do Estado de New York em Bufalo. Professora e coordenadora do curso Conscientização da Cultura Afro-Brasileira.

# **Sebastião Rodrigues Alves e a inquietação social do negro brasileiro**

Ironides Rodrigues\*

*Este texto faz parte da ampla obra de crítica deixada pelo autor, que faleceu em 1987 sem vê-la publicada.*

Os livros de caráter sociológico e de assunto antropológico de Sebastião Rodrigues Alves têm de causar pânico, escândalo e estupefação nos arraiais do racismo branco mais arraigado. Ele é daqueles estudiosos negros que, depois de muitos anos enfronlando-se com as camadas mais humildes e laboriosas das massas negras, dos guetos miseráveis das cidades e das favelas, foi levar o resultado de suas buscas científicas para os seus notáveis livros de teor pedagógico e doutrinário. Mal podia imaginar esse pesquisador incansável dos assuntos afro-brasileiros, que os dados, os motivos dessa busca fascinante e os resultados a que chegou, após meio século de sério e laborioso *métier*, em que todo se entregou, de corpo e alma, à luta pela emancipação do negro, que essa sua obra fosse agora reconhecida e respeita-

da por notórios expoentes da negritude hodierna. Por decênios a fio, como um beneditino diligente, sem preocupação pecuniária nenhuma, só visando a meta consoladora de ofertar aos nossos irmãos de cor sua projeção psicológica, o espelho verossímil em que retratasse, crua e severamente o leitor. Isso nos primórdios da República e final da Monarquia festiva, culminando com o exílio de um imperador culto e bonachão. Com André Rebouças, negro de gênio, engenheiro notável, deu-se o mesmo fato. Tinha que viver no meio da elite imperial, ao lado de D. Pedro II, que o admirava e prestigiava. Acaso a princesa Isabel não dançara com ele, no Cassino Fluminense, desagravando essa personalidade fascinante contra as damas racistas que o ofenderam, com aquele gesto intempestivo?

Duas posições antagônicas do universo negro: José do Patrocínio era o populacho inflamado, dentro de sua facúndia libertadora, que sacudia todo o poderio rural dos fazendeiros do Império. André Rebouças já é o negro universitário, a elite negra que ascendeu ao galarim da cultura e à alta sociedade do seu tempo. Seu exílio e sua ida à África ancestral, colocando-se ao lado do monarca generoso e benfeitor, que tanto o prestigiara, tem os lances dos gestos de suprema renúncia e desprendimento. Fizera aquele regresso às origens afro-brasileiras, da mesma forma que um outro líder da raça, Marcus Garvey, em sua jornada de lutas contra o império universal do segregacionismo. Joaquim Nabuco delineou, com penetração psicológica, essa figura de elevado caráter e moral

ilibada, nas páginas evocativas e *Minha formação*. Teria que aliar a essas personalidades plutarquianas outro gigante de nossa negritude cultural: Tito Lívio de Castro, médico, cientista, expoente de sua classe no Segundo Reinado, que nas *Questões e problemas* e *A mulher e a sociogenia*, deixou o flagrante de sua insuperável capacidade científica. Seu perfil simbólico já foi bem delineado por mestre Sílvio Romero, que achava José do Patrocínio, André Rebouças, Tito Lívio de Castro e Tobias Barreto os autênticos exemplares do pensamento negro, donos de um estilo correto e clássico. Tobias Barreto, em seus estudos sociológicos e de filosofia (*Menores loucos, Estudos alemães*), nada queria com o negro, mas apenas com questões de filologia, semântica elinguística germânica, ou quando queria polemizar com o visconde de Taunay, distinto romancista, que até escreveu belos ensaios sobre o compositor negro de ritmos sacros padre José Maurício.

Nilo Peçanha, se tinha o aspecto mulato (Hélio Fernandes o nega, com veemência), escrevia como um branco de alma e coração, que nunca pensou nas suas origens. É só manusear seu livro de itinerário pelo Velho Mundo. *Impressões da Europa*. Patrociná-lo como orgulho de nossa raça é desvairada fantasia, pois Nilo só fez política de branco, cortejando Rui Barbosa, e só ascendeu à presidência da República, pois que era vice, após o passamento do presidente Afonso Pena. Dom Silvério Gomes Pimenta é o negro de alta cultura, attingindo culminâncias no clero nacional por sua santidade reconhecida, seu tino

administrativo, seus prodigiosos conhecimentos científicos, filosóficos e literários, representado a maior expressão da Igreja na Academia Brasileira de Letras. Alcebíades Delamare, provector pensador católico, chama a Dom Silvério de “*niger sapiens et sanctus*”, negro sábio e santo. O papa Leão XIII já decantara com respeito o admirável arcebispo de Mariana.

Trouxe toda essa galeria de negros impecáveis para colocar melhor todo o nosso nascimento, de lutas e itinerário, enfrentando toda espécie de reacionarismo governamental, a regressão das falsas elites e a incompreensão alarmante, até dos próprios negros, em relação ao nosso idealismo de paladinos históricos desta causa sagrada. Nada mais expressivo que falar, neste preâmbulo de apresentação, de duas obras importantes do sociólogo e pensador Sebastião Rodrigues Alves, do que ele representa, dentro de sua coragem doutrinária, na Negritude pensante brasileira. Em um de seus volumes, lá está o analista seguro de suas pesquisas informativas, não titubeando em dizer verdades agressivas, desmascarando a nossa falsa democracia, que desde os seus primórdios marginalizou os negros como refugos desprezíveis da sociedade. Refiro-me a um texto de poucas páginas, mas de leitura fascinante e ininterrupta, que nos mergulha em fortes meditações, à medida que lhe percorremos as páginas sensíveis e sinceras: Todos somos iguais perante a lei, comunicação que o polêmico sociólogo apresentou ao 1º Congresso de Cultura Negra das Améri-

cas realizado na cidade de Cáli, Colômbia, nos dias 24 a 28 de agosto de 1977.

O autor chama a atenção para a nossa hipocrisia secular, dizendo que, apesar de as constituições que se sucedem entre nós gostarem de enfatizar, ironicamente, “quando se trata dos direitos e garantias individuais, ( ... ) a igualdade de todos os brasileiros sem distinção de raça”. Pensava a constituição, assim, anular as nossas diferenças raciais, apagar uma tradição escravagista “que ainda habita o subconsciente histórico de nosso país”. Tudo isso conseguiu enganar o negro segregado desde 1888, iludido por uma igualdade abstrata, pois que “durante mais de quatro séculos o negro foi objeto de troca, instrumento de trabalho e dominação por uma sociedade que lhe negava, explicitamente, seu direito à condição humana” (op. Cit. P. 1). O mais doloroso é que esse complexo de inferioridade, que ainda oprime a minha raça, é reflexo daquele subconsciente culposos que está patente desde a Lei Áurea de 1888, e que outro grande paladino, pensador e artista de cena da nossa negritude, Aguinaldo Camargo, já estudara, com minúcias e interpretação segura, no *Êxodo da senzala*.

Deslavada mentira insinuar que não há negros nem brancos entre nós, apenas brasileiros, que não são classificados pela origem racial. Até a constituição vigente, outorgada pela Junta Militar de 17 de outubro de 1969, trata, no seu Capítulo IV, dos direitos e garantias individuais (art. 153). Afirma, com solenidade simbólica: “Todos (brasileiros e estrangeiros) são iguais perante a Lei,



sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Não será permitido pela lei o preconceito de raça” (Todos somos iguais perante a lei, p. 2). Quer apagar uma consciência de raça que está arraigada no sentimento nacional, limpar a mancha de uma escravidão que tanto nos degradou, pensar que um preconceito de cor desaparece por um simples ato legislativo que não recebe nenhuma fiscalização quanto à sua eficácia e à sua prática administrativa. Pura balela governamental apregoar que “os negros têm as mesmas oportunidades, os mesmos instrumentos de luta” para afirmar sua personalidade e seus direitos reconhecidos. Que culpa temos, pergunta Rodrigues Alves, se fomos arrancados de nossos lares nativos, separados dos deuses de nossa adoração, de nossos hábitos e costumes tão antigos e tradicionais, para vírmos, amontoados como animais desprezíveis nos tumbeiros ou navios negreiros, para servirmos, neste paraíso tropical, à degradação escravagista dos senhores das terras do vasto império? Que a tragédia da servidão negra é o mesmo capítulo de vergonhosa realidade, em todos os lugares onde pulsa um coração negro de lutador. Brasil, Colômbia, Porto Rico, Venezuela, Peru ou Guatemala. Claro que o negro não pode cruzar os braços e esperar que a liberdade venha à sua procura, sem que enfrentemos todos os percalços que ousem intimidar a decisão negra de libertação. É uma epopeia de teor trágico e de epílogo imprevisível, que remonta às páginas de brilhante bravura negra de um Zumbi dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas; do des-

prendimento heróico e do imaculado caráter guerreiro de um obscuro mas notável lutador de nossas causas libertárias.

Não são apenas os brancos a falarem, com empáfia, da rebelião de um Espártaco, quando a genealogia negra tem até maiores guerreiros e lutares nas massas clandestinas. É o caso de Pacífico Licutã, que participou da Grande Insurreição Baiana de 1835, conhecida como a Revolta dos Malês, escravos muçulmanos sempre rebeldes a qualquer espécie de freio ou domínio espiritual. Rebeldes que se bateram, com denodo e sobranceira, como Manuel Calafate. Luis Sanim, Elesbão Dandará, uns enforcados, outros fuzilados, no cômputo de uma rebelião malograda, mas que persistiu pelo seu admirável espírito de liberdade. E por que não falar, também, do preto Cosme, figura de lutador irrepreensível, que teve atuação vibrante nas Balaiadas, revolta de cunho antiescravagista do Maranhão? Todos filiados à chamada camada baixa, mas decentes e de forte envergadura moral, como é o caso da negra revolucionária Luisa Mahin, mãe de Luis Gama, e que era a própria revolta personificada da raça. E João Cândido, o lendário almirante de ébano que, à frente das tripulações dos navios de guerra Minas Gerais e São Paulo, acabou pondo fim às chibatadas e os castigos corporais em nossa Marinha?

Todo um passado de lutas heróicas e destemerosas se defronta na biografia pretérita do sociólogo negro Rodrigues Alves. Já em 1938, vinha de São Paulo até o Rio de Janeiro, então

capital, a fim de pedir ao presidente da República que “permitisse aos negros transitarem livremente pela rua Direita, então uma principal rua da cidade de São Paulo” (op. Cit., p. 3). Em 1944, junto do real negro Abdias do Nascimento, orgulho da negritude universal, fundou, no Rio, o Teatro Experimental do Negro. O objetivo dessa grande organização cênica brasileira foi propiciar o aparecimento de uma dramaturgia com temas sobre os motivos e tradições do negro brasileiro, em peças escritas por pretos e brancos. Oportunidade para o negro desempenhar, num palco, papéis que não humilhassem a sua origem e condição de homem livre e de caráter. Repudiava, de vez, o artista branco besuntando-se de preto, como Al Johnson ou Eddie Cantor.

Houve, nos anos 40 e 50, o aparecimento de um movimento político revolucionário, com aspecto literário, filosófico e social: a Negritude. Surgiu, em Paris, ressoando sua mensagem de negros esclarecidos e aguerridos por todo o nosso planeta. Já era uma guerra declarada, por negros ousados e de espíritos avançados, contra os racistas do universo, que se escondiam por trás dos impérios coloniais da França, Inglaterra, Bélgica, Portugal, já em face de desagregação e decadência flagrante. Os seus corifeus mais notórios são Léopold Sédar Senghor, Léon Damas, Aimé Césaire, todos imbuídos da mais forte tradição negra e africana, assim como Cheikh Anta Diop, eminente historiador senegalês, que na Unidade cultural da África e África Negra pré-colonial, destruiu a opinião dos sábios e cientis-

tas arianos, quando apregoavam que a África não teve passado histórico, que o negro não conheceu civilização alguma e que a única cultura universal do continente africano, o Egito, é nação constituída de raça branca.

Heródoto, com sua luminosa clareza, na História, conta de como a Grécia, tão jactanciosa de suas prerrogativas de cultura e conquistas guerreiras, tudo aprendeu dos egípcios, sendo que muitas das maiores notabilidades helênicas foram buscar sua inspiração e conhecimentos filosóficos, matemáticos e científicos lá no império cujas terras sagradas o Nilo banhava e fertilizava. Assim, Platão, Sócrates, Tales de Mileto, Aristóteles ali foram aportar, um dia, em busca dos conhecimentos, da sabedoria que os sacerdotes egípcios distribuíam, prodigamente, para os iniciados sérios que fossem ali aprendê-los. Heródoto fala convicto de povos de alto nível cultural e civilizados, como os coloquidanos e os etíopes, estes últimos até empregando a circuncisão bem antes dos antigos hebreus.

O manifesto desses epígonos da Negritude foi difundido pelo mundo todo. Uma revista que expressava tão bem essa pregação apostólica e doutrinária, *Présence Africaine*, trouxe até aquele depoimento impressionante de um Jean Paul Sartre, *Orphée noir*, que eu fui o primeiro a traduzir, nas páginas de um outro órgão do pensamento mais elevado da negritude brasileira: *Quilombo*. Nesse jornal tão sério e compenetrado do Teatro Experimental do Negro de Abdias do Nascimento é que foi di-

vulgado todo o pensamento socialista e de união de todos os homens de cor do mundo, apregoadado por Léopold Sédar Senghor. Em seu *Orfeu negro*, analisa com muito tirocínio político e literário, em 1950, a Negritude que aparecerá. Já sentia o romancista do existencialismo francês que os negros que escreviam romances e poesias nesse movimento reivindicatório estavam fazendo a literatura mais avançada e revolucionária do mundo. Que, quando tirassem as mordidas que silenciavam as vozes dos pretos, estes gritariam, impetuosamente, todas as suas aspirações e desesperos de sua alma agrilhoadada. Que agora os negros é que expressariam sua própria dor e desassossego interior, sem que os autores brancos, erradamente, falassem dos problemas negros, sem o conhecimento básico e preciso que tais assuntos requerem. Que só o negro, em pleno conhecimento de sua própria causa, pode falar no assunto, sem que o mesmo, feito por brancos, nos soasse com a maior falsidade temática e autenticidade duvidosa.

E é graças a esse acontecimento da Negritude que a floração sensível de autores negros tem aparecido em todos os continentes onde a opressão branca exija a presença desses paladinos indômitos. Sebastião Rodrigues Alves, que foi muito aquinhoado com esse movimento negrista revolucionário, acentua os levantes da raça ocorridos, nessa mesma época, na África e América Latina, contra “outras discriminações sofridas pelos negros remanescentes da abolição: a discriminação educacional, a discriminação econômica, a discriminação social e a discriminação cultural”.

Que o Brasil, com seus 110 milhões e tantos de habitantes mestiçados, conta com mais da metade de sua população de raça negra, que representa cerca de 75 por cento do total, a maior concentração ocorrendo na Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Toda essa população pertence às classes pobres. “Não havia para ela as mesmas oportunidades que para o branco. Não havia as condições de promoção social que qualquer cidadão perante a lei possui. Com certa proteção, consegue-se chegar a um *status* humilde. A igualdade ilusória perante a lei não garante o acesso aos altos postos da administração, das Forças Armadas, do Itamarati, do empresariado, da medicina, da engenharia, do direito, da economia, do teatro, que lhe estavam proibidos, em sua imprudente ascensão.

O positivo disso tudo é que o negro, para os donos da vida, tem menos valia cultural, social e econômica. Como um doutorado exímio em Serviço Social, qual defendeu uma tese bem abonada, de fartos conhecimentos bibliográficos e da matéria, Sebastião Rodrigues Alves, durante anos, subia e descia os morros cariocas, estudando, como sociólogo respeitável, a situação miserável e caótica dos negros habitantes das favelas. Todos aí vivem como lixo humano, jogados fora nos monturos da vida, sem registro civil, sem assistência, sem escola. Aí o investigador social tem amplo campo de estudo das condições miseráveis desses párias que os próprios governos esqueceram, só se lembrando deles na hora da cobrança dos impostos, como eleitores em pleitos



Três figuras históricas do Movimento Negro. Da esquerda para a direita: José Correia Leite, líder da Frente Negra Brasileira e diretor do jornal *Clarim d'Alvorada*; Ironides Rodrigues, coordenador pedagógico do Teatro Experimental do Negro, e Marietta Campos Damas, técnica de administração pública, militante afro-brasileira e esposa do poeta guianense e co-fundador do movimento poético da Negritude, Léon Damas. 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, São Paulo, 1982.





de duvidosa sinceridade ou para o serviço militar obrigatório. Sair de sua casa, nos morros ou nas periferias miseráveis das grandes aglomerações urbanas, já é forte risco de vida. Pois se está na rua, e por azar não traz documento algum, só por ser negro a polícia já o trata dura e estupidamente. Jogado num camburão de marginais irrecuperáveis, é levado para as piores prisões do Estado, correndo o risco de sumir sem que se lhe descubra o paradeiro sinistro. Ser negro é, então, trazer o estigma de uma cor ultrajante.

O capítulo "*O protesto negro*" é onde Sebastião Rodrigues Alves mais aprimora sua dialética desabusada, falando com aspereza incontida que, embora o negro predomine escandalosamente na demografia do país, ele "não está representado no alto centro empresarial de sua pátria", que não há negros nem na diplomacia, nem nos altos postos das forças armadas. Isso prova a marginalização em que foi colocada a infeliz progênie de Cam, e não por inferioridade cultural dessa raça que construiu o Brasil, com seu sangue e seu suor exaurido nas lides das fazendas dos senhores, sem receber um real, só chicotadas e maus-tratos de seus senhores cristãos e brancos. O autor continua com seus argumentos persuasivos, num estilo corrente e de amena percepção ideológica, de que o negro está presente em todos os setores de nossa cultura mais original: na pintura, na escultura, na música e nas letras. Que Machado de Assis, mulato de criação humorística bem profunda de nosso romance, foi até membro fundador da Academia Brasileira de Letras. O

que houve foi um consentimento tácito, por parte dos brancos racistas, sempre rejeitando os valores negros. Nesse ponto, entra aquele substrato de consciência, enraizado no pensamento dos espíritos arianos, da inferioridade discutível do elemento negro.

Sebastião Rodrigues Alves, em outra página desse seu livrinho de substancial essência doutrinária e de forte teor polêmico e de agitação de ideias sociais, rememora a sua infância pobre, de criança lutadora e infeliz, já sofrendo na alma todos os horrores de uma puerícia miserável e sem horiwntes. Foi lavrador, candeeiro de bois sempre trabalhando de sol a sol, sem o descanso que merecia. Por essa jornada fatídica. Com sacrifícios, conseguiu adquirir os conhecimentos necessários a um negro que, desde o nascimento parece que só viera ao mundo para ser o eterno fazedor de escadas para o branco sobre estultos e orgulhosos conceitos de casta e privilégios terrenos. Lá também predominava a tradição escravagista sofrida por nossa raça. Quatro séculos de odiosa segregação, tornaram impossível apagar essa mancha inextinguível de nosso passado escravocrata.

Mas forças espirituais vigorosas da nossa raça nos fizeram pensar na derrubada das muralhas humilhantes do preconceito, dando-nos força para enfrentarmos todas as barreiras veladas dos governos, das instituições, dos elementos arianos e dos negros e mulatos que se envergonham de sua origem e são mais brancos de personalidade do que homens de cor, por convicção he-

reditária. O branco conquistador, ao jugular no negro seus orixás, o ritmo de vida regressa que levava na África, ao destruir nele tudo que lhe era mais puro e sagrado, fez-lhe um verdadeiro estupro cultural. Rodrigues quer dos estudiosos da antropologia de nossa raça um certo respeito e maior sinceridade na sua análise sociológica e de psicologia mais profunda, esquecendo a futilidade de certos antropólogos, que só sabem medir as dimensões da cabeça crioula, sua condição fálica, seus instintos e seu comportamento reflexo. Daí é que nasceu esse protesto grave e solene dos negros contra tal estado de coisas. Enfrentando uma discriminação que a lei tenta negar, o negro já se insurge, num verdadeiro libelo, contra os obstáculos que enfrenta ao ingressar no mercado de trabalho. Contra a falta de acesso a posições cuja ocupação lhe é vedada.

Como distinto cultor do serviço social pragmático e humano, em suas pesquisas, nos centros mais empedernidos onde domina o preconceito, Rodrigues sentiu que o ser que tem a sorte de nascer preto é logo barrado, sumariamente, “em clubes de classe média ou alta, em restaurantes de luxo ou semi-luxo; em certas lojas de luxo, o negro é, sem explicação plausível, afastado de forma insólita, inusitada”. A sua proibição existe nas entradas dos elevadores sociais dos edifícios aristocráticos. Quando, em certos restaurantes metidos a besta, os garçons fingem que não escutam os chamados dos fregueses negros. Tudo o que o nosso sociólogo chama de discriminação ornamental vem descrito nesse texto de poucas páginas, mas que

traz no âmbito de seu tema, de palpitante atualidade polêmica, tantas verdades profundas, debates com um delicioso estilo de argumentar, discutir e prender o leitor, nessa dialética de ideias à espera de soluções imediatas, sob pena de serem prelúdio de inimagináveis convulsões sociais.

*Somos todos iguais perante a lei*, comprova o quanto Rodrigues Alves está atento aos problemas mais graves que dizem respeito à gente negra. Mas, por um estranho privilégio de nossos orixás de Aruanda, Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, Rodrigues Alves e eu fomos testemunhas contemporâneas de fatos históricos de imensas consequências culturais para o negro e o Brasil, como a fundação do Teatro Experimental do Negro, em 1944, além de sermos os guardiães mais extremados e de maior ardor defensivo da mensagem revolucionária da Negritude, em 1950. O programa de estudos sociológicos e de Antropologia que Sebastião Rodrigues Alves traçou não podia ser no estilo das improvisações científicas de um Oliveira Viana, na *Evolução do povo brasileiro*, com um conteúdo racista em negar, em mais de 200 páginas, civilização alguma à gente negra, não tendo provocado reações mais sérias nos corifeus da crítica, que mais exaltaram essa obra clássica do nosso reacionarismo ideológico: Tristão de Athayde, Monteiro Lobato, Agripino Grieco e até Osório Duque Estrada (*Crítica polêmica*).

Rodrigues Alves teria que prosseguir por outro itinerário de verdade mais límpida e pragmática: desfazer todas as



inverdades pseudocientíficas que um Nina Rodrigues delineou para os seus epígonos da Escola Baiana, embebidas nas piores pregações de um Lapouge ou Gorineau e nas teorias discutíveis do Dr. Charcot, analisando um fenômeno de tão transcendente espiritualismo, quais sejam as manifestações dos mortos de Aruanda, com os seus médiuns ou “cavalos”, nas cerimônias de significativa beleza ritual, dos ritos sagrados da umbanda. Trata-se de um fato de religiosidade profunda, nada tendo de sintomas de histeria ou de loucuras possessivas, como asseverava Nina Rodrigues, que bem ou mal iniciou esses estudos, de magna importância, dos fenômenos mais desconhecidos do universo afro-brasileiro. Mas logo o cientista maranhense, sem o *Responsabilidade penal no Brasil*, já começa a mostrar desgaste da regressão científica quando se refere ao negro e ao índio como se fossem crianças irresponsáveis e incultas, portanto de franca irresponsabilidade penal perante a lei que porventura julgasse sua “inferioridade cultural”.

O que causou pasmo foi o aparecimento de tantos epígonos, em tratados e estudos duvidosos, dando dimensão a tamanhos disparates “científicos”. Até uma mentalidade negra, de reconhecida celebração na ciência oficial, como Juliano Moreira, mais imperdoável ainda, por ter a pele negra, também pontilhou esses ensinamentos reacionários do mestre. Que um Afrânio Peixoto e um Edson Carneiro compartilhassem dessas ideias, não seria surpresa alguma, pois eram brancos (?) em tudo que escreviam e pregavam. Os negros, na obra desses

dois estudiosos baianos, são meras figurações episódicas, aparecendo mais como motivos de exótica e bizarra ornamentação plástica. Edson, quando não trata da rebelião do Zumbi dos Palmares como mera manifestação marxista, já olha o cerimonial maravilhoso dos terreiros baianos, nos *Candomblés da Bahia*, com as vistas obtusas de um Donald Piersen, Jorge Amado (*Jubiabá*) e as fotografias de bizarros efeitos visuais de um Pierre Verger que descreveram o universo sobrenatural da Aruanda sem a visão profunda do analista, tão impregnado dessa maravilhosa essência do fascínio dos orixás como o douto e compreensivo estudioso de nossos fenômenos d'além túmulo Roger Bastide, em *Imagens do Nordeste místico, Religiões negras*; ou nos seus estudos, de monumental capacidade interpretativa e analítica, escritos junto a outro respeitável sociólogo dos problemas negros, Florestan Fernandes, quando ambos analisaram o negro na metamorfose urbana e rural de São Paulo.

Sebastião Rodrigues Alves abordou esse tema da teogonia afro-brasileira quando lançou a revista *Cósmica*, em que descrevia, com minúcias de informações incontestáveis, o universo misterioso dos candomblés do Rio, entrevistando com inteligência e profundidade exegética os pais de santo, as iaôs ou babalorixás conhecidos, quando não se definia no cerimonial sagrado com que os orixás de Aruanda são invocados, nos rituais de majestosa beleza melódica e encanto plástico, demonstrando seus conhecimentos profundos do universo do decantado mistério das macumbas

e candomblés, assunto que abordou com sensível maestria num livro que é modelar no seu gênero: *Sincretismo religioso*. Ele estuda o sincretismo religioso nos cultos afro-brasileiros em que a Igreja Católica tentou conciliar o ritual umbandista com seus cânticos bizarros, de singular melódica, seguida de instrumentos “bárbaros” sincopados, de onomatopeias com estranhos ruídos de atabaques, com as orações cantadas na liturgia católica, com a suavidade rítmica do seu estilo solene, na pureza harmoniosa de sua inspiração hierática, solene, compassada. Essa fusão do culto católico com o mundo de nebulosidade de estilo claro, diáfano, cristalino, estética das evocações dos orixás sombrios e misteriosos de Aruanda, já foi bem estudada por um cultor respeitável desses temas fascinantes, Tales de Azevedo, em dois livros de primorosa elaboração temática: *Cultura e situação racial no Brasil e Ensaio de antropologia social*. Tales não aborda o assunto dos cultos afro-brasileiros como Rodrigues Alves, que é senhor desse complexo território místico, onde o gênio da raça negra aparece em toda a transfiguração de seu espírito, ungido de religiosidade nata. Acompanhando a trajetória de lutas doutrinárias e sociais deste líder incontestado da negritude, Sebastião Rodrigues Alves, vê-se que ele, como Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, José Correia Leite (São Paulo), Jayme Aguiar (São Paulo), Geraldo Campos (São Paulo), deu todos os momentos de sua vida a esta causa, que tem levado, no seu âmbito de epílogo imprevisível, as consciências negras de pensamento

mais puro, de firmeza ideológica mais acentuada. Todos os epígonos que participaram dessas campanhas redentoras saíram com a alma ferida, mas nunca com desilusão na alma, porque o guerreiro de uma ideia profunda e transcendental só vê uma luminosa aurora a lhe acenar, com a esperança de uma vitória, que, queiram ou não os racistas renitentes, dominará todos os espíritos cristãos e paladinos da maior cordialidade entre os homens. Em *Somos todos iguais perante a lei*, as páginas de maior frescor idealista, em que a personalidade atuante desse grande líder mais se exprime, com toda a sua veemência polêmica e vigor analítico, são justamente aquelas em que se detém, num estilo incisivo e provocativo, num assunto de palpitante atualidade: – *A memória da Abolição*”; aqui ele vitupera Rui Barbosa, ministro da Justiça nos pródromos da República de 1889, quando mandou queimar todos os documentos relativos à entrada e ao número de escravos existentes no Brasil. Queria, dessa forma, destruir ou apagar uma lembrança infamante da consciência culpada de um povo apático, indiferente, de memória curta no que se refere a fatos que nos envergonham, como povo cristão e civilizado. Anatematiza o conceito abstrato que os povos imperialistas têm do vocábulo “civilização”, escondendo rapinagens inconfessáveis, de impérios coloniais que se desmoronaram por incompetência administrativa e pela rebelião justa dos povos escravos e de cor, que não se sujeitavam à submissão e ao racismo dos parasitas europeus. ocidentais. que se diziam de civilização cristã.

Bernard Shaw já delineou. com tintas cruas e verossímeis, esses falsos portadores da mensagem de Cristo, os reverendos e pastores bíblicos que, sob a capa de pregarem uma religião humana e de mensagem pacificadora, nada mais fazem do que tornar as massas escravizadas, numa vergonhosa subserviência e submissão, para melhor completarem sua doutrinação conquistadora. O livro que reflete essa patifaria branca e que causou tanto espanto entre os que defendiam, em livros, em pregação ideológica e nas disseminações de ideias libertárias, nos *meetings* e nas peregrinações apostólicas, é nada mais que *Aventuras de uma negrinha que procurava Deus*. Mostra os resultados negativos da pregação protestante a uma jovem negra, analfabeta e crédula, que não se deixou embair pelos ensinamentos bíblicos, de sentido um tanto racista e de dubiedade semântica, em sua significação duvidosa.

Investiva o nosso sociólogo negro a desnaturalização dos cultos religiosos afro-brasileiros, pelo que a religião católica busca “a abolição da memória do negro”, com um odioso “sincretismo religioso”, tentando imiscuir os orixás negros com os santos e rituais católicos. Querem estes cristãos sectários e ignorantes dos cultos afro-brasileiros. a desvirtuação inconcebível de uma fervorosa crença dos remanescentes da África, cuja religião advém de tempos milenares. Pensam que podem transformar um rito religioso, profundo, solene, de filosofia tão transcendental, em simples manifestação folclórica, para tirar “aos cultos de umbanda e candomblé.

seu intenso conteúdo litúrgico sobrenatural” (op. cit, p. 11). E Rodrigues Alves incrimina os cientistas de araque que tentam definir a imensidade psicológica e de personalidade lutadora do negro com medidas angulares de seu crânio, de sua longitude fática, ou medindo as polegadas dos quadris das negras, que eles tentam amancebar e levar para a depravação, com uma providencial fita métrica.

Outra palavra que merece todo o repúdio de Rodrigues Alves é *aculturação*, numa incontida reação ante a passividade, dos negros frente a mais essa escravização da raça. Tenta conscientizá-los por meio de livros e escritos difundidos em vários congressos para a libertação de sua gente, em que sua presença, com teses e debates fulminantes, foi a palavra de fé e luta de nossas campanhas emancipadoras. Isso, com a participação em vários Congressos de Cultura Negra, no Panamá, Cáli (Colômbia) e São Paulo. À página 14, desabafa, com aquela convicção de um líder que sabe que esses dias de obscurantismos segregacionistas estão chegando ao seu desenlace: “É nossa intenção desmistificar o chamado combate à discriminação através dos textos legais que nos outorgam direitos humanos, mas na realidade não temos instrumentos também legais para defender esses direitos. Nossos inalienáveis direitos humanos virão, na medida em que sejamos conscientes deles”. Abaixo a castração do que temos de mais tradicional, do que mais fala ao nosso glorioso passado, das lutas pela liberdade da raça, em páginas célebres, de que Zumbi dos Palmares, João Cân-

dido, Carocango, os negros destemidos das revoltas dos Malês, da Balaiada ou da Rebelião dos Alfaiates são mais que suficientes para nos engrandecerem em face da negritude universal. É o que afirmou uma estudiosa séria e respeitável desses fatos notórios de nossa raça: Elisa Larkin Nascimento, em *Pan-africanismo na América do Sul*, quando afirmou que o Brasil nada tem a invejar dos pretos lutadores de outros países, pois que temos um gigante idealista nesse setor marcial de nossas reivindicações libertárias: Zumbi dos Palmares.

Acho que, por meio desta exegese de *Somos todos iguais perante a lei*, tento alertar a suspicácia do leitor para uma obra que, em suas discussões sobre problemas antropológicos e sociológicos, abre um caminho alvissareiro para debates polêmicos de ideias efervescentes e de pragmatismo benfazejo. Com razão, o sociólogo, nessas páginas vibrantes e sensíveis, abomina um léxico que o branco pronuncia, com sentido pejorativo, “negro”, que os racistas camuflados pronunciam como sinônimo “de escravo, de servil e de marginal”. Quer devolver a espiritualização semântica que o vocábulo “negro” deve possuir, numa acepção mais sutil e profunda. Só pela valorização da gente de cor, pela conscientização crescente do negro, na luta em busca da afirmação dos nossos direitos e nossos valores, é que chegaremos a transpor a muralha gigantesca do preconceito racial. Estou, como Sebastião Rodrigues Alves, divergente com o conceito racista de miscigenação, querendo anular a raça negra, quando cruzada com o elemento branco, escondendo

essa mistura étnica uma intenção recôndita daquele que se envergonha da convivência diária com o descendente de africano. Uma luta que pede uma igualdade real, que se identifica com a ação redentora dos negros africanos, em batalhas sangrentas contra os últimos resquícios de um colonialismo nefasto e odioso.

O que se nota antes de tudo, numa análise minuciosa e atenta da obra de Sebastião Rodrigues Alves, é a perfeita consonância de ideias, método e estilo polêmico entre o texto que acabei de examinar, *Somos todos iguais perante a lei*, e seu outro trabalho também de forte conteúdo polêmico, dentro de uma temática que até então não havia sido ventilada nos estudos sobre o negro brasileiro: *A ecologia do grupo afro-brasileiro*. É um trabalho de fôlego, resultado de suas pesquisas demoradas, de conclusões reais a que chegou, após estudos e árduas buscas sobre as condições sociais do negro no Brasil. O prolongamento, o epílogo admirável de um sociólogo consciente de sua missão regeneradora da raça, após a conclusão de seu curso de Serviço Social. O método expositivo desse seu livro modelar é baseado nos seguintes itens: 1º – Das teorias raciais e seus efeitos através dos séculos. 2º – O elemento afro-brasileiro. A proclamação e o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana, em face do Serviço Social. 3º – Ao Serviço Social compete solucionar o “caso” Afro-Brasileiro. No capítulo 1º, discute a eficácia das teorias racistas de Gobineau e Darwin, com suas polêmicas concepções biológicas, antropoló-

gicas e sociológicas. Rememora todo o panorama científico do século XIX, com o seu absurdo conceito de superioridades e inferioridades raciais no gênero humano. É esse “um campo onde o Serviço Social terá grande tarefa, no sentido não só de contradizer aquilo de errôneo que havia em tais teorias, como de ajustar uma maioria que vive à margem da sociedade, e principalmente do nosso meio brasileiro” (pp. 9 e 10).

Com que argúcia analítica fala da falsa verdade científica de ensaístas sociólogos como Gobineau e Lapouge; de antropólogos como Retzuis, que, pela comparação de dois crânios, tentou implantar com a craniometria a classificação dos povos; de Gobineau, que apegava a suposta superioridade nórdica, com primazia na civilização do mundo aos loiros dolicocefalos. Teorias obtusas que não resistiam à análise mais séria, porque não se pode provar que homens dolicocefalos, braqui ou mesocefalos tenham proeminência uns sobre os outros por possuírem o crânio mais volumoso. Rodrigues Alves acentua a fatuidade da ciência, nesse setor, citando Anatole France, com 100 gramas apenas de confecção craniana, igual à de um simples cabila e ao de uma mulher. “Curver, Bichat, Mendel e Morgan, fisiologista e biólogo, apesar de tudo ainda estão sujeitos ao que diz Carrel: aos mistérios da vida.” Interessante, curioso e promíscuo vêm sendo, através dos séculos, os aspectos diversos que os cientistas, filósofos e pensadores têm dado à questão racial, em todas as suas particularidades.

E, em resumo de todos esses estudos, um critério que consideramos estreito foi impresso no seio da humanidade. Esse critério empolgou a todos os que aceitaram com mais ou menos essa ou aquela parte. “Aqui vai grande culpa ao objetivismo do século” (*Ecologia do grupo afro-brasileiro*, pp. 13 e 14). Rodrigues Alves se estende, na divisão das raças em preta, branca, amarela, etc., divisão que mais se deve às suas localizações originárias. Depois se processou a sua mescla ou fusão, com o expansionismo de diferentes povos ou gerações, surgindo tipos vários de etnias que conservaram, contudo, seus caracteres somáticos, devido a influências climáticas, quer de solo, alimentação, etc.

Variações somáticas que se transmitem por hereditariedade, de que a teoria de Mendel é comprovante absoluta, com sua Lei da Dominância, explicando esses fenômenos étnicos. Mas a ciência é falha, em explicar o cruzamento complexo dos povos antigos como a Grécia, com seu mosaico heterogêneo de variedades de tipos raciais. Por que uma raça de caracteres alvos como a branca se apoderou dos “bens de progresso” e depois, por conquistas e rapinagens, dominou a Ásia e a África, fazendo regressir as civilizações milenares de seus colonizados e tentando impor o que pomposamente chamavam de cultura ocidental? É sintoma de ficcionismo científico dos estudiosos da branquitude fanática pensar que o branco é que decide os destinos do mundo. Até na divisão arbitrária da História, a queda do Império do Oriente marcava um fasto incontestável de imperialismo flagrante

e não de superioridade da cultura branca sobre outras raças. Quando os supostos gênios da terra, os alemães, foram derrotados na Primeira Grande Guerra, de 1914 a 1918. Oswald Spengler achava que o mundo iria cair no mais sombrio obscurantismo (?) nas ciências e nas artes. Daí o falso tom profético de *A decadência do Ocidente*: pensava ele que, com a debacle da Alemanha e do Império Austro-Húngaro, estava apagada a luz que iluminava o universo. Raça. indivíduos com os mesmos vinte e três traços somáticos transmitidos por hereditariedade, supremacia da raça brandi sobre a negra e a amarela, tudo teorias que se desvanecem ao menor argumento ou discussão dialética.

Nessas querelas insensatas, que não levavam a nenhum terreno firme, é que surge a presença moderada e sensata do papa Pio X, na sua *Encíclica Ad Diem Illum*, chamando a atenção para o fato de Cristo possuir “um corpo igual ao dos outros homens”; enquanto redentor da nossa raça, possuía também um corpo espiritual, ou, como dizem, místico, “formado pela sociedade de todos aqueles que Nele creem” (op. Cit. p. 16): Rodrigues Alves, em seu livro de fascinante leitura polêmica, observa a insustentável estrutura científica de fatores apregoados pelos sábios, como de caracteres diferenciais da raça: pigmentação cutânea, capacidade craniana, índice cefálico, certos caracteres eugênicos bem consistentes, variações somáticas, seleções genéticas, etc. Pio X queria dizer naquelas suas palavras santas e coerentes, que só existe uma raça: a humana.

Acentua o nosso sociólogo que mesmo longe do arianismo, Booker T. Washington foi um grande educador do negro americano. Que André Rebouças se mostrou engenheiro capacitado na construção de pontes e estradas brasileiras, principalmente durante a Guerra do Paraguai, em 1865. Que Toussaint l’Ouverture, herói haitiano, que enfrentou as hostes de Napoleão Bonaparte, é uma página brilhante da negritude universal. Inectiva, com argumentos persuasivos, a decantada Escola Alemã, que negava cultura própria ao negro, o que seria, portanto, incapaz de civilizar a si próprio. Teoria de nefastas consequências, seguida à risca por Nina Rodrigues, mas repudiada, sensatamente, por grandes cultores dos estudos afro-brasileiros, como Artur Ramos, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e mesmo Sebastião Rodrigues Alves. E Euclides da Cunha, seguindo as teorias racistas de um Gumpowicz, em *Os Sertões*, põe em dúvida a validade do nosso mestiço, imbuído que estava da ciência mais reacionária do seu tempo. Até um sábio, de equilíbrio científico como Roquette Pinto, já acentuava a beleza, o valor e o vigor racial do elemento negro, chamando a atenção para o fato de uma capacidade mental como o genial poeta negro Cruz e Souza ser o melhor aluno que possuiu o sábio alemão, então radicado em Santa Catarina, Fritz Muller.

E como conter o nosso repúdio aos argumentos esdrúxulos de um Thomaz Buckle, em estudos de antropogeografia, conclamando a inferioridade brasileira, principalmente em se tratando



do negro e do mestiço, e afirmando que esse tipo de produto humano, feito por cruzamento étnico, não resistiria à força implacável do meio ambiente e acabaria sendo vencido pelo clima implacável. Isso era renomada tolice, porque o tipo mestiço foi o único que resistiu às ardências de nosso clima tropical. pois que “seu cruzamento era de bom sangue, dadas as grandes nações eugênicas de negros que vieram para o Brasil” (op. Cit. p. 18). Buckle, que também nos estudou, era bem agourento em suas outras profecias, pois achava que o homem, neste imenso país dos trópicos, não era digno de sua opulenta natureza. Para esses detratores arbitrários é que uma autoridade nesses assuntos, como o doutor Silva Melo, escreveu seu livro de impressionante atualidade, *A superioridade do homem tropical*, onde, exaltando a nossa “morenidade”, vai tocar em outro ponto sensível da pregação de Gilberto Freyre, que tanto exalta a miscigenação racial brasileira. Só que o sociólogo pernambucano divulga aí seus conceitos discutíveis de mescla de raças, pois que na *Casa grande e senzala* descreve a mancebia escandalosa dos senhores com suas escravas, das servas mais bem aquinhoadas pela natureza fazendo prostituição paga com estrangeiros que nos visitavam e levando o dinheiro desse comércio vergonhoso aos cúpidos e insaciáveis senhores de escravos. E Gilberto Freyre acha maravilhoso esse tipo baixo de miscigenação do negro com o branco, esquecendo que esse conúbio carnal não era uma ligação justa e legal, que valorizasse com dignidade a mulher de cor, situação que nada mudou nos

tempos que correm, com o engodo contínuo para a maior prostituição da mulher negra, que são os eternos festivais e shows das mulatas mais belas, atraindo com dinheiro e um falso brilho de estrelas fanadas as mais atraentes azeviches que, incautamente, são atraídas pelo canto da sereia de empresários inescrupulosos, dublês de proxenetas e gigolôs profissionais. O Teatro Experimental do Negro, quando, nos anos 40, instituiu aquela louvação estética da sagração da Rainha das Mulatas, o fez com o propósito louvável de prestigiar os atributos físicos mais belos e fascinantes da mulher *colored*. Rodrigues Alves frisa bem o motivo pelo qual Gobineau denegrira o negro brasileiro, já que a lembrança do visconde de Saboia, espalmando-lhe a cara racista por causa de uma brasileira que esse cientista faccioso tratara com certa grossura maliciosa, pensando que fosse a duquesa de Chevreuse; tal humilhação de apanhar de um descendente de africanos não poderia deixar o romancista de *Adelaide* sereno e tranquilo.

Nos capítulos seguintes, Rodrigues Alves explana, em páginas bem pensadas e escritas, a função superior e espiritual do Serviço Social, que cuida da pessoa humana assegurando os seus mais lúdimos direitos e apontando os seus deveres essenciais. Daí a ênfase e o entono com que repete os artigos de magnífica expressão da Declaração dos Direitos do Homem, quando proclama “que todo indivíduo tem acesso a todos os direitos e liberdades, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, credo político ou religioso, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer



outra condição”. Ideal político e social que já vem apregoado pela Revolução Francesa, em 1789, que sempre defendeu a liberdade humana, contra todas as prepotências. Em seguida, aborda um acontecimento de grande expressão cultural para a elevação social dos homens de cor, que foi a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em novembro de 1945, marco simbólico de nossa segunda Abolição (op. Cit. p. 26-8). Uma das medidas mais prementes desse conclave de tanta repercussão política foi conclamar todos os políticos e religiosos, homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, gente de todas as raças e de todas as cores, principalmente os homens públicos do Brasil, para cerrarem fileiras em torno dos sagrados princípios que aquela Convenção ardentemente proclamara: a) Que seja explícita, em nossa Constituição, a referência à origem étnica do povo brasileiro, que é constituído de três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca; b) que se torne matéria de lei, na forma de crime de lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça; c) Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preceito acima, tanto nas empresas de caráter particular, como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública e particular; d) Que, enquanto não for gratuito o ensino, em todos os graus, os negros brasileiros sejam admitidos, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares. Já o item *e* fala da isenção de impostos e taxas municipais, estaduais e federais, a todos os

brasileiros que desejarem se estabelecer em qualquer ramo industrial e agrícola, com capital não superior a 20 mil cruzeiros. O item *f* refere-se à elevação econômica, cultural e social dos brasileiros. O item *g* dá muita importância à organização dos grupos afro-brasileiros para enfrentarem, com galhardia, o problema sério da discriminação racial que existe, um tanto velado, no Brasil, enganando até as nações amigas com esta gritante mentira com que queremos ocultar a nossa revoltante segregação étnica: *que todos os brasileiros são iguais perante a lei*.

Se assim fosse, Hamilton Nogueira, senador notável e muito amigo de minha raça, não teria interrogado a Assembleia Constituinte de 1946, naquela interpelação que fere, como uma chicotada infrene, no rosto de um racista ordinário: “Existe no Brasil uma questão racista?”. O próprio senador, de saudosa memória, admite que não existe escrito na lei, mas que tal racismo existe de fato, não somente, como ele dizia, “em relação aos nossos irmãos (...) pretos”, mas também “em relação aos nossos irmãos israelitas”. E que havia um fato muito grave: restrição à entrada de pretos na Escola Militar, na Escola Naval, na Escola de Aeronáutica e, principalmente, na carreira diplomática. E que nossa carta constitucional deveria condenar tais ocorrências vergonhosas, defendendo, com denodo e nobreza, “esses direitos do homem de todas as condições e de todas as raças” (op. cit. p. 29-31). Mas sempre aparecem aqueles que não estão enfrontados nessa discriminação odiosa criada pelos brancos

e afirmam, peremptórios, que essa questão de racismo é abstrata, inexistente em nosso país, e que nós negros é que a criamos, com todas essas intempestivas consequências. E esse discurso, de tanta importância social para a nossa Negritude, datado de 14 de março de 1946 na Assembleia Constituinte, teve a força emocional para sacudir as consciências reacionárias.

Depois do impasse dessa denúncia antirracista, o mesmo notável senador faria outras declarações, no justo momento em que a Convenção Nacional do Negro agitava tão palpitante problema político e social: “Os pretos não estão em absoluto criando uma questão. A questão de fato existe já suficientemente registrada pelos sociólogos e, mais do que isso, denunciada pelos próprios prejudicados, os negros, cujos direitos de cidadãos brasileiros são frequentemente sonegados” (pronunciado em 30-4-46). Conclui Rodrigues Alves, à mesma página 31: “E isso é uma grande verdade. Ninguém melhor que o próprio negro pode sentir o preconceito de cor.” Cita o caso do advogado negro Dr. José Pompílio da Hora, formado em Nápoles e professor de Grego e Latim no Instituto Lafaiete e outros colégios, que recebeu na própria carne a sanha do racismo feroz de nossa sociedade cristã e democrática (?). A revalidação, no Brasil, de seu título de bacharel em direito na Itália, por influência de certos mestres na Faculdade Nacional de Direito do Rio, trouxe à baila o quanto o preconceito racial é forte em certos setores de nossa cultura. O mais encarniçado adversário do ingresso do Dr. Pompílio naquele

vetusto casarão da rua Moncorvo Filho, templo sagrado do nosso direito mais puro, foi o já famoso catedrático de Direito Civil Arnaldo Medeiros, de quem tive o desprazer de sentir a ojeriza pela minha raça num longínquo vestibular de 1946. Dr. Pompílio estava bem munido de cultura jurídica, ampla e abalizada, para ser derrotado no rumoroso concurso para mestre de Direito Civil naquela faculdade, onde outrora ficava o velho Senado da rua do Areal, palco de tantas arengas tribunícias, de muitas parlendas oratórias, que o sisudo Machado de Assis imortalizou na página clássica de *O velho Senado*.

Para que seu livro tivesse maior autenticidade sociológica, maior rigor de pesquisa e de informações importantes dentro do setor do Serviço Social, servindo de ampla cobertura nas indagações do *modus vivendi* do proletariado negro, vêm, em páginas de flagrante realidade informativa, vários depoimentos de expressivas figuras negras, como o próprio Dr. Laurindo Pompílio da Hora; o Dr. Guerreiro Ramos, eminente sociólogo da *Cartilha de um aprendiz de sociologia*; Raimundo de Sousa Dantas, o nosso primeiro embaixador negro, que serviu na Embaixada de Gana; professor Luís Lobato, orador e líder negro de alto merecimento; Arinda Serafim, atriz dramática de muito talento e sensibilidade; Aladir Custódio, poeta sensível e inspirado; Solano Trindade, poeta que celebrizou os temas eternos do universo afro-brasileiro; Izaltino Veiga dos Santos, lutador sincero, figura histórica de nosso movimento pela emancipação social e cultural do negro. Isso sem contar

com expressões do pensamento artístico do branco que apoiavam a luta sem tréguas que travávamos em torno de nossas ideias mais vigorosas e atuantes: Joaquim Ribeiro e o poeta Rossini Carmargo Guarnieri. Destacam-se os depoimentos do pintor negro Tibério Wilson, agora radicado em Paris, e do célebre compositor de nossa raça Sinval Silva, responsável pelos mais belos instantes musicais de Cármen Miranda: “Alvorada”, “Coração” e “Voltei do Samba”.

O nosso sociólogo, à página 38, acha que a nação deve cumprir o que a Abolição não teve a competência de fazer, isto é, garantir a reabilitação econômica dos negros e colocá-los em igual condição com os outros elementos étnicos da sociedade que se encontram em posições mais privilegiadas. Que essa iniciativa deve partir do Estado e subordinar-se a um vasto programa econômico-social predeterminado, cujos itens fundamentais são: 1) serviço de assistência social à família negra (casa, alimento, saúde, trabalho); 2) serviço de assistência cultural ao estudante negro (bolsa de estudo). Que haja recursos necessários para o negro atingir um melhor nível de vida e conseguir a instrução que lhe possibilite a ampla vitória na concorrência desleal que é a busca de emprego difícil e arduamente disputado. E, com provas arrasadoras, Rodrigues Alves diz até onde se esconde, veladamente, o racismo brasileiro, sem coragem de denunciar esse flagrante da vergonha nacional: “No Itamarati, por exemplo, o negro nunca é aproveitado nos postos diplomáticos. Só há casos de mulatos disfarçados. Qual é o

nosso Embaixador negro? Não existe. Outro reduto do preconceito é o oficialato da Marinha. Qual é o nosso Almirante negro? Só houve um e apenas por algumas horas de revolução: o marujo João Cândido” (27-1-46). O respeito de Rodrigues Alves ante os estudos pioneiros de Gilberto Freyre não o demove de criticá-lo sempre que o mestre começa a pregar o seu faccioso enunciado da “morenidade”, preconizando uma fusão maior entre negros e brancos, como para limpar a raça, conceito que o sociólogo pernambucano não quer emitir, talvez porque a sua prudência analítica ou científica o impeça de denegrir a sua imagem, firmada após *Casa grande e senzala*, quando, a todos os desmandos sexuais ou de concubinato dos lusos com suas escravas negras, o mestre exclama, ante este pseudoconúbio de harmonia racial, a palavra um tanto forçada para essa patifaria colonial: “formidável”, Abdias do Nascimento, pensador militante e decidido da negritude universal, em *Quilombismo*, arrasou em cheio esse ponto de vista tão retrógrado e obstinado de Gilberto Freyre, apontando nisso mais um ato indecente da lascívia sexual do que de mescla fraterna entre duas raças que se atraíam. Rodrigues Alves é textualmente lúcido e respeitoso quando afirma que essa obra é honesta e pioneira, e que nas páginas de vigor polêmico de *Casa grande e senzala* e *Sobrados e mocambos* estão uns “verdadeiros monumentos de influência africana na vida do Brasil”, e que Arthur Ramos, embora não tenha essa prodigalidade de inspiração temática, é também de notável percepção inquisidora e analítica, mais

um admirável antropólogo de nossos fatos étnicos, enquanto Gilberto Freyre é mais um sociólogo minucioso e até original. O teor científico é tão flagrante nas páginas de luminosa inteligência de Arthur Ramos em *O negro brasileiro* que até um mestiço paulista, jovem por essa época, como inteligente e culto crítico Fernando Góes, reconheceu nesse autor “o amigo do elemento africano no Brasil” e “que antes de mais nada um amigo devotado do negro”, E isso num artigo muito badalado nesse prestigioso jornal que é *O Estado de S. Paulo* (op, Cit., p, 19-21),

Onde a valorosa obra de Rodrigues Alves tem mais amplitude criadora é quando ele é mais incisivo e direto em seu combate à nossa discriminação camuflada e vergonhosa. Às páginas 44 e 45, vem o relato do inesquecível defensor de minha raça, o general Manuel Rabelo, que num discurso no Salão Nobre do Automóvel Clube, no Rio, em 13 de maio de 1943, falou num “boletim secreto do Exército” que “proibia a entrada de negros no oficialato do Exército, só podendo tomar conhecimento desse instrumento oficiais do Estado-Maior e aqueles que pertencessem aos diversos serviços ligados à seleção e à admissão dos candidatos ao oficialato. No Batalhão de Guardas, na Polícia do Exército, não se admitem negros; não se precisa nada mais do que a observação da ausência dos elementos de cor naquelas corporações para prová-lo. Não citaremos alguns casos porque é irrefutável tal afirmação. Menciona o fato do Dr. Cavalcanti, major médico do Exército, que declarou haver recebido uma ordem

estranha “para julgar incapazes todos os negros que se submetessem à inspeção de saúde, com o fim de ingressar nas escolas superiores militares”. Rodrigues Alves gasta páginas de saborosa ironia citando os casos de preconceito de cor em nosso folclore de tanta malícia, nesse sentido. É nesses episódios de tanta veemência combativa que me parece estar o ponto mais alto desse notável sociólogo de nossa inquietação social, no terreno da discriminação racial.

Pelos dois livros que ora analiso, com uma dimensão analítica que os situa no melhor contexto de nossa mais avançada sociologia renovadora, é que procuro ser fiel ou aproximado do pensamento inquietante e de tanta criatividade de conceitos novos e até revolucionários, nos estudos mais modernos de nossa etnografia, deste já discutido e surpreendente sociólogo negro, Sebastião Rodrigues Alves. Amanhã, outro exegeta, com mais vagar e melhor capacitado para estes misteres de altos estudos afro-brasileiros, fará, com maior minúcia explanativa e com mais lúcida visão de conjunto de antropologia social, uma análise mais segura da obra tão séria, tão polêmica, de tantas observações de original intensidade combativa de Sebastião Rodrigues Alves, na qual nas páginas de intensa lucidez criadora, de *Todos somos iguais perante a lei*, *A ecologia do grupo afro-brasileiro* e *Sincretismo religioso*, pode-se notar uma unidade temática de ideias, altos debates sociais e uma vasta mirada nos estudos da evolução dos fatos sociais do mundo, através da evolução histórica e científica dos povos.

O novel sociólogo é bem analisado na bibliografia de excelentes autores dos estudos negros que ora vai citando, ou cujos nomes providenciais inscreve no final do volume, quando se sabe ser mais na prática das ruas e dos morros, por meio do serviço social, que sua análise é mais direta e desconcertante. Sua militância na vida cotidiana da turba das urbes citadinas, principalmente da gente negra, é o que de maior realce se nota nessa obra de interesse crescente e de amplas discussões sociais e políticas. Capítulos de fina argúcia exegetica, como quando comenta os sábios padres da Igreja justificando a Escravidão, e os papas humanos e de certa luz espiritual, como Pio 11, censurando a escravidão lusa na Guiné, em 1492; um Pio VII, que interveio, já muito depois de a França libertar seus escravos nas colônias numerosas, e Gregório XVI, em 1839, empenhando-se, com todos os países escravocratas, para darem um termo ao nefando tráfico de escravos, não esquecendo nem Santo Tomás de Aquino, de *Suma teológica*. Que a maior parte do nosso clero, incluindo bispos, padres e membros de várias ordens religiosas, foi omissa à sorte dos escravos africanos.

Já o brilhante pensador católico Perilo Gomes, em sua obra de tanto interesse para os debates sociais e teológicos, *Polêmica e doutrina*, ostenta, em carta a Lima Barreto, a indiferença da Igreja em face do elemento servil. Isto na página 164 desse seu livro de tanta atualidade doutrinária, *A Igreja e a escravidão*, em que desfilam vários nomes de pontífices que atuaram em defesa do negro marginalizado: Pio II, Paulo III,

Urbano VIII, Bento XIV, Pio VII, Gregório XVI, todos combatendo a escravidão dos neófitos da África. E sobre todos esses papas que mencionou Perilo está a luminosa personalidade do papa Leão XIII, que tanta influência teve no espírito católico da princesa Isabel, em sua atuação no 13 de maio de 1888, Após a Lei Áurea, o sumo pontífice lhe ofertou até a significativa “Rosa de Ouro”, pelo gesto magnânimo daquela que a História consagrou como “A Redentora”, Pode-se discordar destas ou daquelas facetas, que culminaram na libertação desenfreada, sem estudos, sem a preparação cultural e psicológica dos negros, que desde 1888 estão colocados à margem de uma sociedade desumana e insensível. Mas isso já é sair do campo teórico da História e penetrar na realidade trágica da antropologia social de um povo imprevidente... Já outros luminares da Igreja defenderam a escravidão como compatível com as leis divinas e humanas e, infelizmente, tais padres são de reconhecimento universal em sua autoridade teológica e conceitos filosóficos: São Cipriano, bispo de Cartago; São Basílio; São João Crisóstomo, orador de grande voga; Santo Agostinho, de origem africana, alto escritor das *Confissões*; São Gregório Magno; Santo Inácio, bispo de Antioquia, sem esquecer Santo Tomás de Aquino, que conciliou, em filosofia, o pensamento filosófico de Aristóteles com a doutrina rígida e teológica da Igreja.

Os capítulos finais de *A ecologia do grupo afro-brasileiro* são minuciosos em informações sobre como “Ao Serviço Social, compete solucionar o

‘caso’ afro-brasileiro Cp, 55 ss.), dentro do princípio do respeito à dignidade humana, de que os seres humanos são iguais e de que não pode haver distinção de cor, classe ou crença religiosa numa real democracia, que aí aparece como reunião de grupo que partilha e é responsável pelo bem-estar da comunidade igualitária. Tratam também da função benéfica e providencial dos assistentes sociais, que militam principalmente em agências ou centros sociais, como plantonistas de casos sociais, que sabem como é doloroso observar que um desempregado tem “como causa de seu desajustamento” o fato de ser negro e, por isso, recusado em muitas empresas ou trabalhos de notória expressão, e da ignorância dos candidatos negros a esses empregos, pois, se soubessem desses engodos racistas, jamais iriam bater às portas dessas agências suspeitas. Que a função do serviço social é amparar esse homem e estimulá-lo, dando-lhe a oportunidade de patentear suas virtudes criadoras, assim como o desenvolvimento de sua personalidade, concorrendo para que possa ver realizadas suas legítimas aspirações” (p. 56).

O livro fala de como o indivíduo é tratado pelo serviço social do “dependente social”, dos métodos do serviço social quanto trata de casos individuais ou sociais, do serviço social de grupo ou coletivo e da organização da comunidade. Qualidades exigíveis do assistente social de casos individuais: qualidades físicas (saúde, acuidade dos sentidos, fisionomia, idade); qualidades morais (honestidade, sinceridade, naturalidade, discrição, igualdade de humor); quali-

dades intelectuais (inteligência rápida, inteligência vigorosa, inteligência sintética, personalidade, iniciativa, visão global, previsão, poder sugestivo, flexibilidade, simpatia, entusiasmo, rapidez nas decisões, progressividade). Todos esses preceitos que o livro enumera são de autoria da mestra Terezita M. Porto Carrero, que ensina tudo o que um perfeito assistente social deve aprender para atingir a meta desejada. Mas a parte mais importante desse capítulo final é a que fala da ação benfazeja do assistente social, para a solução mais urgente do problema afro-brasileiro. Principalmente olhando a situação do homem de cor, em suas relações ambíguas com outros elementos da comunidade, Rodrigues Alves tenta elucidar um problema de magnitude imprevisível, mas para o qual o novel sociólogo propõe uma terapêutica eficaz: 1) que o “caso” afro-brasileiro é uma questão de educação; 2) que é preciso reeducar o branco para receber o negro sem preconceito, sem restrições; 3) que é necessário reeducar o negro para que este se intrometa na sociedade sem o complexo de inferioridade; 4) que o complexo de inferioridade do negro é um reflexo do preconceito de cor; 5) que deverá ser criada uma cadeira nos cursos de serviço social, com os conhecimentos de bio-antroposociologia, para a completa elucidação do problema negro brasileiro (op. Cit., p. 105).

Rodrigues Alves culmina assim esse seu trabalho de tanto interesse sociológico com um otimismo sadio, previdente e de forte alcance antropológico, o qual lembra um mestre sábio, lúcido, que muito escreveu com ternura



sobre o elemento negro: Roquette Pinto. Por vezes, seu pensamento polêmico, por amar com loucura a progênie negra, o faz coincidir com os debates de incontrolável controvérsia exegética de um dos maiores líderes e pensadores negros do universo: Abdias do Nascimento. É que a obra desse demolidor de reputações racistas transcende o âmbito estreito de uma sociologia conformada e de argumentação serena para atingir as questões de maior gravidade doutrinária e de mais complexa resolução da antropologia social. Todos os preceitos expostos em sua teoria política do *Quilombismo*, Abdias os apresenta com a convicção política e partidária de um revolucionário líder negro que sabe só poder chegar ao fim almejado depois de luta de vida e morte com os racistas da sociedade, que estão refestelados nos cargos de mando dos governos mais retrógrados e reacionários da face da terra.

Até nos títulos dessa obra, de tão agitadora efervescência das ideias de maior benefício à redenção da raça, se nota o quanto Abdias não aceita o meio-termo de uma conciliação hipócrita do negro batalhador com os milhões de preconceituosos que o combatem cerradamente. Se não, vejamos o quanto ele terçou armas com o inimigo de suas teorias avançadas e redentoras pelos nomes que deu a seus livros de maravilhosa contemporaneidade, de resolução imediata dos graves problemas de afligem a gente negra.

O genocídio do negro brasileiro já é polêmico desde o título. Trata-se do extermínio da raça negra na miséria, na

ignorância e pela intolerância da polícia racista dos governos autoritários, da mesma forma com que fomos aniquilando paulatinamente o índio brasileiro, que de um milhão de seres na época do descobrimento hoje não restam dele mais que umas 200 mil pessoas pobres, miseráveis e expulsas de suas terras de origem por posseiros inescrupulosos, que invadem as áreas dessas tribos em extinção, movidos pela rapinagem cúpida e vergonhosa. Abdias do Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves, duas temperas diferentes de lutadores formidáveis e autênticos líderes da raça no que esta possui de mais destemorosa fibra em enfrentar os maiores perigos e danos de uma reação governamental, quando o problema negro é uma equação de rápido solucionamento. Não medem forças e consequências quando a discriminação da progênie de Cam é solução irreversível. Seria um estudo de literatura sociológica comparada analisar essas duas expressões lídimas de nossa Negritude, num estudo de miradas penetrantes no que toca o porvir radioso do negro espoliado, mas nunca vencido.

Rodrigues Alves mesmo, com sua revolta dialética em face dos sociólogos ou estudiosos parciais da temática negra, jamais perde a fleuma ou a postura aparentemente plácida de sociólogo que se rebela com as leviandades inúteis de um Costa Pinto (*O negro no Rio de Janeiro*), Edson Carneiro (*Candomblés da Bahia e Ladinos e crioulos*), Oliveira Viana (*Evolução do povo brasileiro*), Nina Rodrigues (*Os africanos no Brasil*) ou o sectarismo científico do pior Afrânio Peixoto em *Clima e saúde* e nas



teorias racistas contra o nosso mulato, principalmente em *Fruta do mato, Mesmo nessas circunstâncias extremas*, Rodrigues Alves, não perde a serenidade expositiva do verdadeiro sociólogo. Abdias já é um Dom Quixote irado, terçando armas com todos os inimigos visíveis ou ocultos desta negrada maravilhosa e sofredora, que ele defende há mais de seis décadas. Em outras obras do real negro Abdias, há a mesma tônica do ardoroso combatente que não descansa enquanto não fulmina o adversário com a sua dialética absorvente: *O negro revoltado*, falando das teses debatidas em anteriores congressos negros, o título da obra lembra incontinenti um pensador da Argélia francesa, existencialista, marxista. Albert Camus, que tem um livro com o nome sugestivo de *L'homme révolté*. Aqui aborda, com exposição eloquente, os problemas da democracia racial, o pretenso supremacismo branco no Brasil, seu cerrado combate ao capital estrangeiro, transformando o nosso país num poder subimperialista, expandindo-se em busca das economias mais fracas da África e alguma parte da América Latina. Reúne, nesse livro de palpitantes debates sociais, as inúmeras teses do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, promovido pelo Teatro Experimental do Negro.

O *Quilombismo* é outra obra de importância fundamental, quando coloca em plano universal as lutas que travamos para tirar o negro deste marasmo vergonhoso que nos acabrunha e envergonha. Preocupa-se com o futuro sombrio da mulher negra, sempre explorada até a mancebia e prostituição pelo

branco voluptuoso, e concede uma conclusão pragmática para dirimir o segregacionismo e a marginalização de nossa raça. O negro aí tem de assumir de cara, de frente, esse embate terrível contra opressões deprimentes, em vez de ser *O homem invisível*, de Ralph Ellison, que preferiu esconder dos outros a sua cor negra, talvez porque ela lhe trazia várias restrições na sociedade, perseguições sem conta e até odiosas discriminações.

Abdias conclui, no *Negro revoltado*, que ninguém existe só e isolado na sua comunidade. Que devemos nos mirar na batalha sem quartel dos quilombolas, precursores de nossos embates de agora, nas guerras que os negros norte-americanos e os africanos travam com racistas poderosos e organizados. Cada volume assinado por este grande vulto de toda a Negritude revela um espaço em que defronta com as potências poderosas do preconceito racial, escondidas no âmago mais fortalecido dos governos discriminatórios e racistas

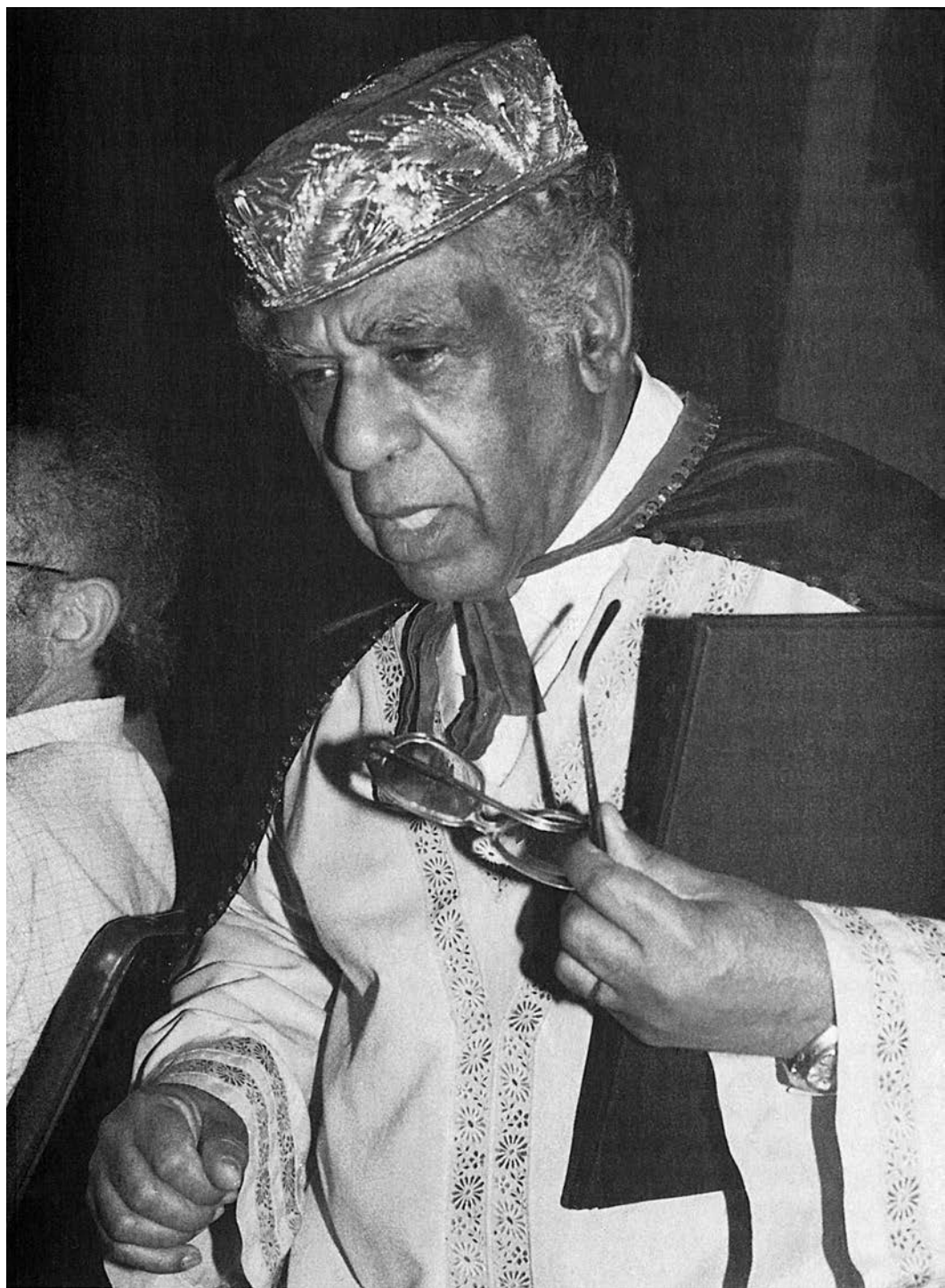
*Sitiado em Lagos* tem como subtítulo “Autodefesa de um negro acochado pelo racismo”, e é toda a trajetória de um líder afro-brasileiro que foi impedido de participar do II Festival Mundial das Artes e Culturas Negras e Africanas, o Festac 77. Com a intromissão indevida de nosso Itamarati, que enviou para esse festival indivíduos pouco credenciados e sem nenhuma expressão nos assuntos da cultura comum da África e do Brasil, nosso governo democrático (?) tentou obstar a participação de Abdias naquele badalado conclave. Temiam que este ali chamasse a atenção para a nossa abstra-

ta democracia racial, e que revelasse, de novo, a situação caótica e marginalizada dos nossos homens de cor. Enfim, *Sitiado em Lagos* é um grito de protesto, a elevação da voz de um paladino destemorado e insistente. para que esses entaves odiosos, que nos tentam demover de nossas batalhas sem quartel, desapareçam para sempre do nosso caminho semeado de escolhos, mas também de triunfos luminosos.

*Dramas para negros e prólogo para brancos* – lá está Abdias propagando o teatro como obra educacional para a nossa raça, por meio da lição de arte, sabedoria, cultura política e literária das representações cênicas de Eugene O'Neil, Joaquim Ribeiro, Langston Hughes, Lúcio Cardoso, ou quando não divulgou, nesse volume, as peças de temática negra de autores como Néelson Rodrigues (*Anjo negro*), José Morais Pinho (*Filhos de santo*), Tasso da Silveira (*O emparedado*), Joaquim Ribeiro (*Aruanda*), Lúcio Cardoso (*O filho pródigo*), Romeu Crusoé (*O castigo de Oxalá*), Rosário Fusco (*Auto da noiva*), Agostinho Olavo (*Além do rio-Medéa*), sem esquecer o mesmo Abdias, que, num mistério negro do revoltado Emanuel, da prostituta Efigênia, da branca e lirial Margarida, coloca todos esses seres de exaltada expressão racial e religiosa em *Sortilégio*. Ao som de uma cerimônia sagrada dos orixás do Candomblé em que se reverencia o poderoso Exu das demandas impossíveis, Abdias nos deu uma peça de muita expressão dialética da revolta negra contra os brancos que querem destruir seus deuses sagrados, por meio de um sincretismo racista e

dissolvente. Depois, esse grande pensador e ensaísta da Negritude publicou este poético e revolucionário oratório religioso, com um título que bem define o seu alto conteúdo profético no futuro de nossas aspirações libertadoras para a progênie de Cam: *Sortilégio II – mistério negro de Zumbi redivivo*. Mas Abdias não é uma personalidade para se acomodar numa única posição artística, daí as suas múltiplas facetas estéticas, como o primoroso artista plástico das divindades sacratíssimas das Aruanda, do poeta dos Orikis, poemas de louvor em deferência a um ser muito amado e estremecido, nesses impressionantes cânticos de expressiva poesia a Olorum, deus supremo da teogonia iorubá, no ritual ou padê a Exu, temido e invocado nas cerimônias sagradas, ou quando não invoca a Oxum do amor e da beleza, nos versos em que a alma africana freme e tumultua, em expansões de criação prodigiosa: *Axés do sangue e da esperança*.

Não poderia omitir, aqui, seis volumes do deputado Abdias do Nascimento, contendo seus discursos e projetos: *Combate do racismo*, em que nos dá a sua posição fraterna ao combater o *apartheid* da República Sul-Africana, a sua defesa dos direitos legais dos intérpretes artísticos do teatro, cinema e televisão, ou quando se insurge contra o racismo bem nosso, que se espalha perigosamente em livros escolares e dicionários didáticos. No segundo volume de *Combate do racismo*, fala do cinquentenário sacerdotal de Mãe Teté e da marcha dos negros relembrando Zumbi, o patrono imperecível de nossas reivindicações. No primeiro volume da obra



Sebastião Rodrigues Alves, conduzindo a cerimônia religiosa de abertura do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982.



em questão, ele discute se a data de 13 de maio deve continuar, para nós, com o seu valor histórico de nossa emancipação servil. Pergunta onde estão os negros de cultura e competência que não preenchem os quadros ou cargos de generais, almirantes, brigadeiros ou juízes e ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas ou do Supremo Tribunal Militar. O nosso racismo disfarçado e hipócrita impede o nosso negro de ascender a essas posições honoríficas, feitas só para o branco privilegiado. Temos de esperar por muito tempo ainda, ou pode acontecer que Exu, que é tão forte em abrir os itinerários mais intrincados, nos propicie um milagre supremo e que possamos vencer todos os ardis e insídias racistas que os brancos, donos da vida, coloquem à nossa frente para impedir nossa vitória inadiável e meritória

Trechos para profunda meditação, aqueles em que Abdias se congratula com o nosso infortunado irmão índio, ou quando fala do racismo do Itamarati, sempre em ligação amigável com a África do Sul, ou da solidariedade do povo brasileiro para com a luta de libertação dos povos da África Austral. Fala, com convicção, que a Lei Afonso Arinos, ou Lei nº 1.390/51, não teve eficácia alguma, pois jamais castigou ou prendeu quem quer que proibisse um negro de se hospedar num hotel de luxo, bastasse a sua incursão num edifício, ou o segregasse em clubes de diversões, entidades que vedam a entrada de homens de cor, barbearias, certos bancos, casas comerciais e até hotéis ou cinemas que não aceitam empregados de epider-

me escura. Abdias até quer que haja na Constituição brasileira artigos explícitos e com declaração bem visível, condenando essas práticas segregacionistas desta nossa incorrigível e malfadada democracia cristã. Daí Abdias estampar, como preâmbulo do segundo volume desse *Combate ao racismo*, aquela missiva de grande decência e edificação moral de um grande e histórico guerreiro da Negritude brasileira, José Correia Leite, o qual, em sua análise da atuação parlamentar do deputado negro, exprime o pensamento positivo de todos os negros deste país: “São Paulo, 17-11-83. Prezado Abdias. Saúde. Recebi o caderno com as separatas de seu trabalho na Câmara dos Deputados e a sua coragem e postura de um legítimo parlamentar negro. Deputados negros já houve muitos e ainda há, mas pela primeira vez um assume compromisso com os ideais de sua gente, dando com isso um exemplo histórico. Parabéns, obrigado pela lembrança do meu nome. Abraços do velho Leite, José Correia Leite.”

Nesta análise da obra de sociologia e antropologia social de Sebastião Rodrigues Alves, é oportuno abordar as questões tão complexas e difíceis desses estudos de etnia negra que se fazem entre nós. Rodrigues Alves enveredou por campos sociológicos sobre os quais nenhum estudioso antes havia feito qualquer menção ou ensaio analítico. Chamo a atenção para o fato de ser ele um autêntico desbravador de caminhos dos estudos afro-brasileiros, quando nos dá um alentado volume de conceitos originais e de profunda perspicácia exegetica, no *Somos todos iguais perante a lei e*



*Ecologia do grupo afro-brasileiro.* Mas tem poder persuasivo, de impressionante coerência artística, ao narrar todo o mistério que se estende por trás do cerimonial solene, espetacular e de tanta beleza ritualística, nas oferendas e louvores aos sagrados e impenetráveis orixás da longínqua Aruanda, dos deuses tutelares da gente negra, num livro de já clássica concepção religiosa, de respeito às indevassáveis potestades dos espaços siderais:

### Sincretismo Religioso

Este exórdio teve o propósito de chamar a atenção dos estudiosos de nossa negritude literária e científica para os nossos vultos mais proeminentes, para aqueles que há tempos vêm militando na palavra escrita e falada, nos *meetings* políticos e nas tribunas de debates e conferências, com a maior dignidade, altivez e coerência intelectual. Sebastião Rodrigues Alves, como vimos, se enquadra perfeitamente nesses cânones rigorosos e precisos. Sempre se há de falar, também, no poeta inspirado e de muita flama lírica e elegíaca, de seus tão decantados versos e amor e melancolia, ou quando são evocações de boêmios enluarados, perdidos nos bares nevoentos das madrugadas sombrias, da poesia refletindo um canto sentido a Gal Costa, ou relembRANDO caminhos perdidos, um adeus provisório à vida, uma ode à tristeza, ao poeta Melo Mourão, ou todos os instantes de máxima euforia que, num diapasão de litania, com canto gregoriano e turíbulos, incensando

as naves do mistério e do recolhimento místico, tudo reunido no Canto à amada, versos belos e profundos de uma maturidade poética que se ressalta e se deve respeitar. Os desgarrados, as prostitutas, os ascetas do silêncio insondável são farândolas espectrais que de ambulam, tristes, solitárias e com amargor nas faces descarnadas, antes que surja a auro-ra além da imensidão das distâncias.

Talvez o ladrão, o presidiário, as mariposas noturnas, o pecador divino, o poeta honesto ou a deusa ninfa pas-sam responder ao apelo do grito africano, que leu o *Canto à amada* e resolveu convocar esses comparsas de uns poemas belos e transcendentais para se reunirem na farândola luminosa e sombria do teatro miraculoso da vida. Só faltou um nome mágico, da inefável poesia, para completar essa estranha roda-viva do carrossel dos sonhos: Solano Trindade. E ele virá com certeza, quando no céu morrerem as últimas estrelas do firmamento. Atendendo ao pedido do expressivo poeta, Sebastião Rodrigues Alves, que pergunta, assim, ao vate negro dos *Cantares do meu povo*: “O poeta Solano Trindade? / Onde estará o poeta? – Num asilo? – No hospital? / Num necrotério? / E teus amigos Solano? / E teus ideais? / E teu trabalho? / Onde estão os artistas? / Que tu descobriste? / Quem está gemendo?” O poeta logo virá de Aruanda, quem sabe conduzido por Orum, entidade que simboliza a vida e a morte, e que, numa prova de eternidade do poeta, como a divindade helênica de Orfeu, o trará novamente, em matéria e espírito, para o apelo apoteótico do declamador e rapsodo griot. Assim, So-

lano Trindade estará presente para louvar seu irmão poeta, de tantos poemas da mais velada e sutil beleza espiritual. E então Solano Trindade lerá todos os poemas desse livro de palpitante beleza mística e contemplativa e ficará recitando, para os orixás enternecidos, o poema de mais homenagem, o de mais profundas e sentidas imagens, que um outro poeta representativo da raça negra lhe ofertara: “Quem está gemendo? / É o poeta na sua dor! / Não é negro, nem carro de boi. / Mas daqui, poeta amigo, ouço teu gemido, / O abandono, os teus sofrimentos, / Poeta, é o gemido e a dor da tua raça. Quem tá gemendo?” Solano, após declamar o poema, fará um silêncio mais profundo do que aquele que se passou após a criação do mundo, das nebulosas e das estrelas do firmamento. Mal pode soltar um comentário sequer sobre a feliz inspiração de um poeta peregrino, em plena criação de tantos poemas de invejável sutileza poética e beleza de conceitos tão humanos e sentidos, ao falar nesses seres isolados e carentes, no torvelinho indiferente da existência implacável.

Pelo profundo e significativo silêncio de Solano Trindade, em face do

*Canto à amada*, Sebastião Rodrigues Alves compreendeu que o poeta do trem da Leopoldina e dos bumbas-meu-boi do Recife fez a mais calorosa e respeitável consideração para seus versos amargurados, sofridos, em que a gente negra aparece em toda a luminosidade estelar de seus prantos, alegrias e desespero por uma vida mais tranquila, sem tropeços. Onde nunca mais o negro encontrará os obstáculos dos racistas malditos, em preconceitos ultrapassados, onde, enfim, o negro resolverá todos os conflitos que lutou para derrubar. E que, finalmente, a oportunidade sonhada chegará para o negro, que verá, para sempre, o racismo, a intolerância humana e as muralhas da segregação entre os povos eternamente banidas da face da terra.

\* Ironides Rodrigues, originário do Estado de Minas Gerais, era advogado, escritor, crítico literário e militante afro-brasileiro. Coordenou os cursos de alfabetização para os integrantes do Teatro Experimental do Negro e participou, como professor, do curso de extensão universitária Conscientização da Cultura Afro-Brasileira (Ipeafro/ UERJ, 1985-1987)



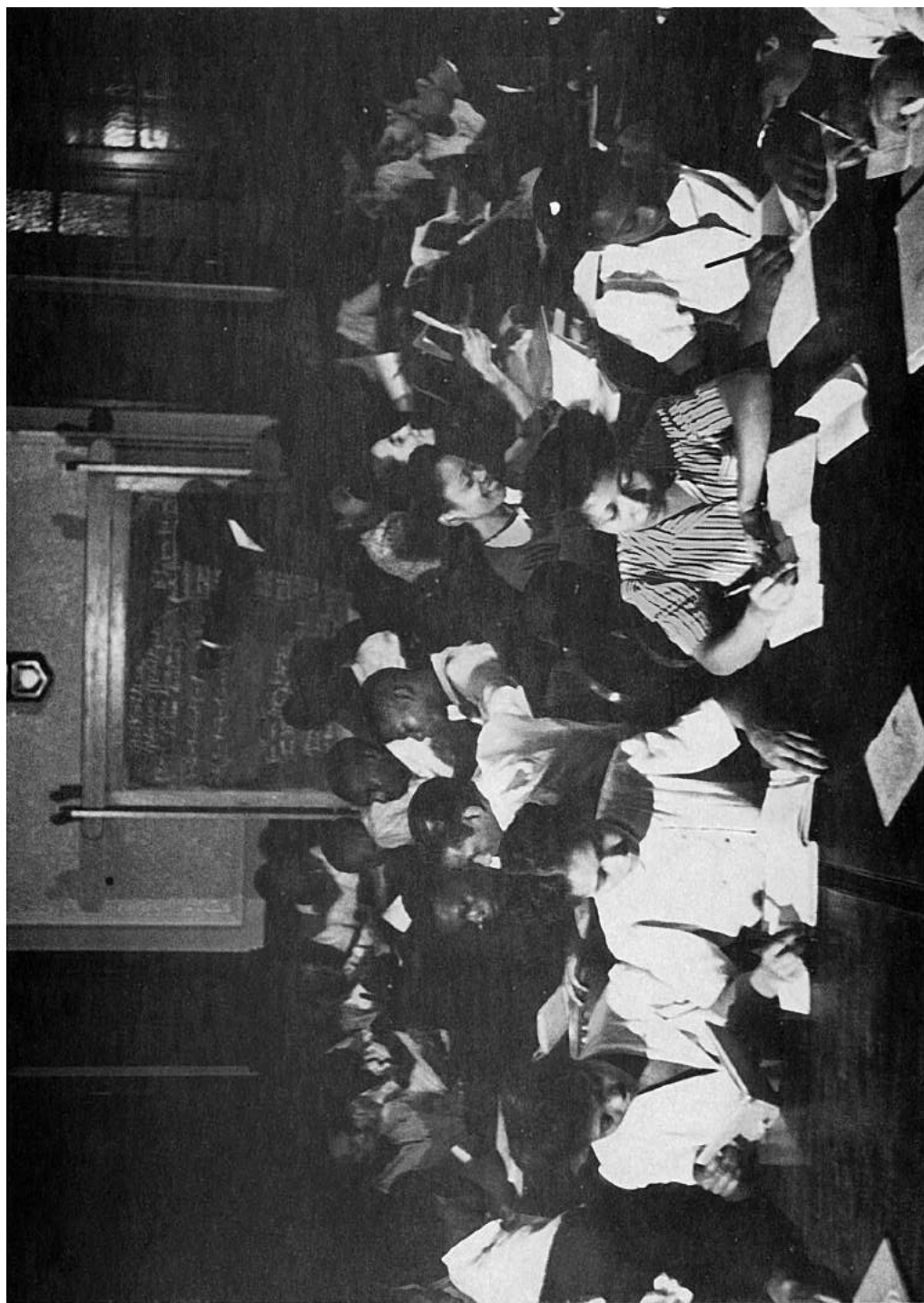




# MOVIMENTO NEGRO HOJE







Ironides Rodrigues profere aula de alfabetização no curso de formação de atores e atrizes do Teatro Experimental do Negro. Sede da UNE – União Nacional de Estudantes, Rio de Janeiro, 1944.



## **Concentração negra em Cabo Frio**

*Maturidade política marca  
XXII Encontro do CENIERJ*

– Meus velhos companheiros de guerra, estamos numa guerra por liberdade e justiça, e nesta guerra nós não temos que ter nenhuma condescendência com os racistas que ainda hoje pensam poder impedir que este país seja finalmente democrático. Pois democracia não é isso que vemos por aí: um poder branco que concede migalhas, uma justiça branca e racista, um Congresso em que não temos nem cinco por cento de representantes, quando a população negra, os africanos que construíram este país, somam mais de 70 por cento.

Com essas palavras inflamadas que acabaram dando o tom do evento –, o senador Abdias Nascimento iniciou seu discurso perante as quase 500 pessoas que lotaram a Câmara Municipal de Cabo Frio na cerimônia de abertura do XXII Encontro de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro. Realizado de 19 a 21 de setembro último, o Encontro, que reuniu representantes de 56 organizações de 44 municípios, foi

promovido pelo CENIERJ – Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro, que tem como finalidade integrar e articular as ações das entidades negras do interior em relação às demandas da comunidade afro-brasileira nos campos político, educacional, cultural, religioso e social, com foco na luta contra o racismo. O objetivo do Encontro foi reunir entidades e comunidade para, por meio da troca de experiências, estimular a organização de seminários, palestras e outras atividades que possam contribuir no processo de conscientização da comunidade afro-brasileira, bem como despertá-la para a importância de manter vivas as manifestações de matriz africana.

O coordenador-geral do Encontro, Manuel Justino, foi o apresentador da cerimônia de abertura, que teve também a presença, entre outras autoridades e personalidades, do prefeito de Cabo Frio, Alair Correia, do vice-prefeito, Marcos da Rocha Mendes, do presidente da Câmara de Vereadores local, Valdir Aguiar, bem como do fundador e da atual presidente do Movimento Negro daquela cidade, respectivamente, José do Carmo e Flávia de Jesus, ao lado de representantes de organizações do Maranhão e do Paraná. Ao final da cerimônia, Gilson Duarte dos Santos, conhecido militante da comunidade afro-cabo-friense, foi empossado como diretor do recém-criado Departamento de Assuntos Afro-Brasileiros, da Secretaria Municipal de Cultura de Cabo Frio. Estruturado em duas divisões – a de Projetos e Eventos e a de Pesquisa e Cultura Negra –, o novo órgão cons-

titui ao mesmo tempo uma importante conquista da comunidade e uma prova inegável de sua vitalidade e capacidade de pressão.

### **Elogio à diversidade**

– Não aceitamos mais o mel na boca. A coisa é cara a cara, é pão-pão, queijo-queijo. Nós queremos participar em igualdade de condições em todos os níveis de poder. Não é só termos um senador ou uma senadora. Isso não é nada. Se o Senado tem 81 senadores, a metade pelo menos tem de ser de negros. Pois se tivéssemos a metade dos deputados federais, a metade dos ministros, não estaríamos vendo essa coisa vergonhosa que é a concentração de renda neste país, onde nós somos os mais prejudicados, os mais famintos, os mais miseráveis, porque não temos, nos níveis de decisão, uma representação proporcional. Vocês que aqui estão, não deixem de concorrer às próximas eleições, seja para que cargo for: vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador ... Não importa o partido, o que importa é a consciência de cada um. Eu, por exemplo, não tenho constrangimento em ser do PDT, um fiel seguidor de Leonel Brizola, e estar aqui, no meio de gente do PSB, PSDB e PFL, pois estou em paz com a minha consciência e firme na fidelidade à minha luta, à luta de Zumbi e de todos nós.

Num ambiente caracterizado pela diversidade político-partidária, e com grande presença de jovens que nun-





Mesa de encerramento do XXII Encontro de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro. Cabo Frio, setembro de 1977. Da esquerda para a direita: Jandira, do município de Carmo; Flávia de Jesus, Movimento Cabofriense de Cultura Negra; senadora Benedita da Silva; Ilma Santos, presidente do Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (CENIERJ); Dulce Mendes Vasconcellos, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), Rio de Janeiro; e Magna Almeida de Souza, do município de Volta Redonda.



Vista parcial da assistência, sessão de abertura do XXII Encontro de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro. Câmara Municipal de Cabo Frio, setembro de 1977.



ca o tinham visto falar, essas palavras do senador Abdias Nascimento foram recebidas com um misto de entusiasmo e esperança. Um prelúdio ao clima que iria reinar durante os três dias do evento, quando se discutiram os temas constantes de uma pauta que englobou política, saúde, religião, educação, mulher e juventude. Carlos Alves Moura, secretário executivo do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, discorreu sobre O Panorama Nacional e as Perspectivas do Negro nas Políticas Públicas, tendo como subtemas Avaliação e Performance das Entidades no Último Pleito Municipal e Perspectivas para as Eleições de 1998. Particularidades de Saúde dos Afro-descendentes e o Papel das Instituições de Saúde Pública foi o tema da palestra de Amaro Luiz Alves, da Secretaria de Políticas de Saúde e Avaliação, do Ministério da Saúde, com os subtemas A Implantação do Programa de Anemia Falciforme nos Municípios e A Participação dos Movimentos Negros nos Conselhos Municipais de Saúde.

A palestra de frei David, famoso religioso negro da Baixada Fluminense, teve como tema A Preservação da Religiosidade Afro-Brasileira e a Influência do Negro em Outras Denominações Religiosas, com os subtemas Conceito de Ensino Religioso e o Enfoque da Religião Afro e A Visão Ecumênica do Movimento Negro. Bases e Estratégias para a Introdução da Cultura Afro-Brasileira nos Currículos Escolares foi o assunto da palestra da professora Azoilda Loreto Trindade, em que também se discutiram Autoestima, Aprendizagem e Processo

de Reciclagem, bem como o Compromisso do Educador Militante na Abordagem das Questões Afro-Brasileiras. O tema mulher ficou a cargo da professora Neuza das Dores Pereira, com a palestra sobre A Mulher, Direitos e Cidadania, cujos subtemas foram A Mulher e a Saúde e A Mulher Negra e o Mercado de Trabalho. Por fim, Eduardo Nascimento, do Grupo de Universitários Negros do Rio de Janeiro, discorreu sobre O Jovem Negro na Atualidade e Sua Inserção no Mercado de Trabalho, quando se discutiram os subtemas Formação e Oportunidade Profissional e A Participação do Jovem Negro no Cenário Político. Um amplo temário, que com certeza contemplou alguns dos mais urgentes problemas com que se defronta a população afro-brasileira.

Como em todo encontro dessa natureza, não poderiam faltar a música e a dança, elementos mais marcantes da cultura negro-africana. Estes se fizeram presentes com a emocionante apresentação dos meninos do Projeto Apanheite Cavaquinho e com os belos espetáculos proporcionados pelo compositor local Jorge Vilas e pela cantora e atriz Zezé Motta. Da parte cultural do evento constou ainda a exibição do vídeo *A exceção e a regra*, bem como a distribuição, pelo senador Abdias Nascimento, de alguns exemplares do primeiro número da revista *Thoth*, editada por seu gabinete, que trata dos pensamento dos povos africanos e afrodescendentes. A professora Elisa Larkin Nascimento doou às delegações representativas de 12 municípios exemplares do livro *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasilei-*

ra, Vol. 1, por ela organizado e lançado pela Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Eduelj em agosto passado.

O encerramento do Encontro teve a presença marcante da senadora Benedita da Silva, acompanhada de seu esposo, o vereador e ator Antônio Pitanga. Em seu discurso, a senadora chamou a atenção para a necessidade de reforçar os laços de solidariedade no interior da comunidade negra, assim como de trabalharmos com vistas a elevar o padrão da educação pública. A senadora destacou também que é preciso promover a tolerância religiosa no seio da comunidade, questão importante num momento em que membros de grupos evangélicos fundamentalistas – muitos deles negros – chegam a agredir fisicamente pessoas ligadas às religiões afro-brasileiras.

– Nós cultuamos vários líderes disse a senadora – sem questionar sua religiosidade. Não interessa a religião de Zumbi, nem a de Martin Luther King, se foram evangélicos ou candomblecistas. Se podemos aceitá-los como heróis, por que não aceitar nossos irmãos de outros credos? Vamos trabalhar esse tema, pois a religião não pode nos separar.

Ao final das atividades, um entalhe em madeira com os perfis de um

homem e de uma mulher negros – que constitui o símbolo do CENIERJ – foi entregue à professora Magna de Souza, representante de Volta Redonda, cidade escolhida para sediar o próximo Encontro, que deverá realizar-se na segunda quinzena de março de 1998. Por proposta do senador Abdias Nascimento, foi elaborada e encaminhada ao secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, uma moção com seguinte texto:

Os participantes do XXII Encontro de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro cumprimentam Vossa Excelência pela constituição do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra e, neste ensejo, solicitam o seu apoio (com recursos humanos e materiais) para a realização de um encontro de trabalho entre as lideranças do Movimento Negro dos Estados do Rio de Janeiro, Maranhão e Paraná.

Trata-se de uma iniciativa que tem por objeto aumentar o intercâmbio entre as entidades da comunidade negra do Sudeste, do Nordeste e do Sul brasileiros.

Cordialmente, receba a saudação dos abaixo assinados.

[Seguem-se 150 assinaturas.]







EXU E TRÊS TEMPOS DE ROXO

Óleo s/ tela - 76 x 61 cm, de Abdias Nascimento, Buffalo, USA, 1980